



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mariane Freiesleben

VIVENDO DAS RUAS:

**A trajetória de trabalhadores de rua e a estruturação de circuitos econômicos informais
em Palmas - Tocantins**

Palmas/TO
ABRIL DE 2023

Mariane Freiesleben

VIVENDO DAS RUAS:

A trajetória de trabalhadores de rua e a estruturação de circuitos econômicos informais em
Palmas - Tocantins

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do
Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva

Palmas/TO
ABRIL DE 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F862v Freiesleben, Mariane.
VIVENDO DAS RUAS: A trajetória de trabalhadores de rua e a
estruturação de circuitos econômicos informais em Palmas - Tocantins . /
Mariane Freiesleben. – Palmas, TO, 2023.
236 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em
Desenvolvimento Regional, 2023.
Orientador: Alex Pizzio da Silva

1. Ambulante fixo. 2. Circuitos econômicos. 3. Informalidade. 4.
Integração. Trabalho relacional. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**
CONSELHO DIRETOR - CONDIR
CÂMPUS DE **PALMAS**
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 | CEP 77001-090 | Palmas/TO
(63)3229-4724 | uft.edu.br/ppgdr | pgdra@uft.edu.br



FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIANE FREISLEBEN

VIVENDO DAS RUAS: A TRAJETÓRIA DE TRABALHADORES DE RUA E A ESTRUTURAÇÃO DE CIRCUITOS ECONÔMICOS INFORMAIS EM PALMAS - TOCANTINS.

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Doutor Alex Pizzio da Silva

Data da Aprovação: 26/04/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva / UFT - Orientador

Profª. Drª. Mônica Aparecida da Rocha Silva / UFT – Examinador Interno

Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto / UFT – Examinador Interno

Prof. Dr. José Alberto Tostes / UNIFAP - Examinador Externo **Prof.**

Dr. Ycarim Maelgaço / PUC-GO - Examinador Externo

Palmas/TO, 26 de abril de 2023

	Documento assinado eletronicamente por Alex Pizzio da Silva, Coordenador(a) , em 18/05/2023, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por YCARIM MELGAÇO BARBOSA registrado(a) civilmente como Alex Pizzio, Usuário Externo , em 21/05/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Antônio José Pedroso Neto, Servidor(a) , em 23/05/2023, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	Documento assinado eletronicamente por Monica Aparecida da Rocha Silva, Servidor(a) , em 25/05/2023, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador 0133333 e o código CRC DCDB3515 .

Dedico este trabalho a minha mãe, Vanda, que me ama incondicionalmente e nunca soltou minhas mãos, uma grande mulher que nunca mediu esforços para criar suas filhas. A meu filho, Rodrigo, por quem me aventurei a trilhar novos caminhos e me esforcei a dar o melhor de mim. A minhas irmãs, sobrinhos e sobrinhas com muito amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento é um processo em construção permanente, um somatório de ideias que remontam a um tempo difícil de datar, em que as contribuições se misturam e se completam de tal modo que muitas vezes fica difícil enumerar. Nessa concepção, parece inapropriado creditar méritos de uma tese a um único signatário, todavia, as contribuições para que o projeto desta tese se concretizasse são vários e pautar-me por esses preceitos tornou meu caminhar mais suave.

A priori, agradeço a Deus, inesgotável fonte de amor e inspiração, que iluminou a elaboração deste estudo, principalmente nos momentos em que precisei de ânimo e coragem.

A minha mãe, Vanda, referência para minha trajetória profissional e pessoal, que sempre cobrou e apoiou minha inserção na rotina acadêmica sem deixar de lado o carinho necessário para a consolidação de uma família unida e amorosa. Ao Rodrigo Artur Freiesleben (meu amor, minha vida, minha alegria), filho, amigo e cúmplice em todos os momentos. Seus incentivos foram fundamentais.

Minhas irmãs, sobrinhos e sobrinhas, companheiros que mesmo a distância geram em mim sinceros sentimentos de alegria por tê-los como família. Em especial, a Silvana Freiesleben, minha corretora pelas contribuições oferecidas sobre a escrita.

Meu orientador Alex Pizzio da Silva, pela confiança depositada no meu trabalho, pela orientação precisa, comentários pertinentes e, sobretudo, pelo respeito e pela doçura como trata seus discentes.

Ao colegiado de Desenvolvimento Regional meu sincero apreço pelo apoio, confiança e contribuições recebidas por todos e todas para minha formação profissional. E aos pares da turma de mestrado e doutorado, minha gratidão. Foi uma enorme satisfação conviver e aprender com vocês. Desejo sucesso nas suas vidas pessoais e profissionais.

Saliento que as pessoas mencionadas não têm qualquer responsabilidade sobre o resultado final deste estudo, cujo teor reflete exclusivamente minha interpretação.

Por último, mas não menos importante, meu agradecimento ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

A todos e todas minhas eternas gratidão e reconhecimento.

RESUMO

A presente tese é uma análise dos circuitos econômicos informais da cidade de Palmas – Tocantins, a mais recente capital planejada do Brasil. A mesma está centrada nos ambulantes fixos, vendedores de rua que constituem um dos mercados de trabalho da cidade. Partindo da descrição dos atores, dos tipos de ocupações e das relações que compõem os bazares localizados em três pontos selecionados de grande aglomeração, analisam-se aspectos chaves para a ampliação e compreensão do comércio informal fixo de rua que permite identificar contextos sociais que facilitam ou restringem a ação econômica, localizando as causas centrais que motivam as decisões dos indivíduos que operam entre as restrições legais/ilegais e ou formais/informais; como se faz para vender na rua (as práticas espaciais e políticas do espaço); como ocorrem as tramas desse mercado (a dinâmica das transações e a organização social das vendas); quais regras/leis formais eles seguem; os fatores motivacionais da informalidade; o enfrentamento da COVID-19. A etnografia e observação participante permitiram abordar junto aos participantes desde a entrada na informalidade, manutenção e ocupação do espaço público urbano, como as perspectivas futuras para esse mercado/trabalho. Centros comerciais informais inseridos e integrados com a dinâmica formal da cidade. Circuitos econômicos que são construídos e se mantem através de boas relações íntimas criadas pelos participantes, são abordados também a partir de outras perguntas as relações de trabalho com os subinformais existentes. O funcionamento e desenvolvimento desses bazares fornece assim, elementos relevantes para compreender as relações entre espaço público, circuito econômico e informalidade na qual foi encontrada a congruência de confiança utilizada como principal moeda de troca, o trabalho relacional por meio da socialização do varejo, como também nas redes de subcontratação.

Palavras-chave: Ambulante Fixo. Circuitos Econômicos. Informalidade. Integração. Trabalho Relacional.

ABSTRACT

This thesis is an analysis of the informal economic circuits of the city of Palmas - Tocantins, the most recent planned capital of Brazil. It is centered on fixed, street vendors that constitute one of the labor markets of the city. Starting from the description of the actors, the types of occupations and the relationships that make up the bazaars located in three selected points of great agglomeration, key aspects are analyzed for the expansion and understanding of the fixed informal street trade that allows identifying social contexts that facilitate or restrict economic action, locating the central causes that motivate the decisions of individuals who operate between legal/illegal and/or formal/informal restrictions; how to sell on the street (spatial practices and politics of space); how the plots of this market occur (the dynamics of transactions and the social organization of sales); what formal rules/laws they follow; the motivational factors of informality; coping with COVID-19. The ethnography and participant observation allowed approaching together with the participants since the entry into informality, maintenance and occupation of the urban public space, as the future perspectives for this market/work. Informal shopping centers inserted and integrated with the formal dynamics of the city. Economic circuits that are built and maintained through good intimate relationships created by the participants, are also approached from other questions on working relationships with existing subinformals. The operation and development of these bazaars thus provides relevant elements to understand the relationships between public space, economic circuit and informality in which the congruence of trust was found used as the main currency of exchange, relational work through the socialization of retail, as well as in subcontracting networks.

Keywords: Fixed street vendor. Economic Circuits. Informality. Integration. Relational Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Evolução do grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, 2012-2018 (em %)	18
Figura 2 - Esquema prático da problemática do Espaço urbano público e seus usuários.....	34
Figura 3 - Ponto 01 Estação de Ônibus Apinajé.....	37
Figura 4 - Ponto 02 Avenida JK e ruas adjacentes.....	38
Figura 5 - Ponto 03 Trecho da calçada do comércio da Av. Tocantins.....	39
Figura 6 - Taxa de Desemprego no Brasil de 03/2012 a 05/2021.....	55
Figura 7 - Organizações dos indivíduos por meio das ações econômicas.....	68
Figura 8 - Esquema prático da característica básica dos atores do Comércio.	81

FOTOS

Foto 1 - Estação de Ônibus Apinajé.....	37
Foto 2 - Avenida JK.....	38
Foto 3 - Trecho da Avenida Perimetral Norte.....	39
Foto 4 - Vendedora ambulante fixa de lanche em estacionamento público da Av. LO 11.	82
Foto 5 - Vendedores ambulantes fixos de comida/panelada em estacionamento público da Av. NS 02.	82
Foto 6 - Vendedores ambulantes fixos de lanches entre outros na Estação de ônibus Apinajé.	84
Foto 7 - Vendedores ambulantes fixos de diversos produtos na Av. Tocantins - Taquaralto.	84
Foto 8 – Vendedores ambulantes fixos de artesanatos no ponto 1	116
Foto 9 - Vendedores ambulantes fixos de lanches no ponto 1.....	116
Foto 10 – Vendedor ambulante fixo de acessórios, bebidas e eletrônicos no ponto 2	118
Foto 11 – Vendedores ambulantes fixos de alimentação, ponto 2	118
Foto 12 – Vendedores ambulantes fixos de roupas, ponto 3	119

Foto 13 – Vendedores ambulantes fixos de alimentos, ponto 3	119
Foto 14 – Diversidades de um bazar, ponto 1	136

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Categoria do emprego no trabalho principal, em mil habitantes, no Estado do Amazonas.	19
Gráfico 2 – Utilização da força de trabalho em Palmas – TO	28
Gráfico 3 – Indicadores do trabalho no Brasil	65
Gráfico 4 – Idade dos participantes	96
Gráfico 5 – Naturalidade dos participantes	97
Gráfico 6 - Se trabalha por conta própria	98
Gráfico 7 – Se o ponto é próprio	99
Gráfico 8 - Tempo dentro da informalidade dos entrevistados.....	103
Gráfico 9 – Fator motivacional para desenvolver a atividade de forma informal e ambulante	104
Gráfico 10 – Grau de satisfação com o trabalho atual.....	105
Gráfico 11 – Planos para o futuro relacionados com a profissão	106

QUADROS

Quadro 1 - Quantificação da pesquisa bibliográfica no banco de teses do Portal Educapes.....	25
Quadro 2 - Das teorias utilizadas na tese.....	42
Quadro 3 - As quatro escolas do pensamento das teorias causais da informalidade.	61
Quadro 4 - Apresentação das variáveis utilizadas na pesquisa	93
Quadro 5 - Apresentação das siglas utilizadas na referência dos depoimentos.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de informalidade da população ocupada, por capitais, região Norte, Brasil, 2018.....	26
Tabela 2 - Organograma de horas utilizadas nas entrevistas e etnografia.....	40
Tabela 3 – Modelo do resumo referência os depoimentos.....	93
Tabela 4 - Sexo dos participantes	95
Tabela 5 – Estados civil dos participantes	96
Tabela 6 – Grau de escolaridade do participante.....	100
Tabela 7 – Valor da renda do participante.....	101
Tabela 8 - Se já trabalhou com carteira assinada.	103
Tabela 9 - Horário e dia da semana trabalhados pelos entrevistados.....	104
Tabela 10 – Como entrou na informalidade economicamente.....	112
Tabela 11 - Respostas selecionadas sobre o motivo de estar localizado naquele espaço dos pontos 1, 2 e 3	115
Tabela 12 – Como faz para beber água e se alimentar?	118
Tabela 13 - Características do enfrentamento da pandemia entre os participantes	126
Tabela 14 – Permissão para trabalhar como informal ambulante fixo.....	132
Tabela 15 – Produtos comercializados nos pontos utilizados na pesquisa	135
Tabela 16 – Fonte fornecedora dos produtos para revenda/venda	137
Tabela 17 – Situação do trabalho na ausência do trabalhador	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- B – Bazar – Comércio, banca dos informais distribuídos nos pontos
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- COVID – Corona Vírus Disease
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDR – Índice de Desenvolvimento Regional
- JK – Juscelino Kubistchek
- MEI – Microempreendedor Individual ou Profissional Autônomo
- MP – Medida Provisória
- NBR – Normas Brasileiras
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- PEA – População Economicamente Ativa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PJ – Pessoa Jurídica
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- PONTO 1 – Estação de ônibus Apinajé
- PONTO 2 – Corte da Av. Jk e arredores – Feira da Gambira
- PONTO 3 – Corte da Av. Tocantins em Taquaralto
- PTL – Pessoas Trabalhando no Local
- SARS-CoV-2 – Sigla do inglês que significa corona vírus 2
- UFT – Universidade Federal do Tocantins
- UTI – Unidade de Terapia Intensiva
- TO - Tocantins
- VO – Vozes ouvidas – pessoas que participaram das entrevistas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Trajetória	21
1.2 Justificativa	25
1.3 Questão norteadora	33
1.4 Objetivos	34
1.5 Metodologia	35
1.5.1 Objeto empírico – campo	36
1.5.2 Técnica de levantamento de dados.....	40
1.5.3 Técnica de tratamento de dados	42
2 TRABALHO E INFORMALIDADE	45
2.1 O que é trabalho?	45
2.2 O contexto do trabalho na atualidade	52
2.3 A informalidade	60
3 SOCIOLOGIA ECONÔMICA: O ENFOQUE SISTÊMICO DE ZELIZER NA INFORMALIDADE	67
3.1 Zelizer e os circuitos	70
3.1.1 Os circuitos econômicos dentro da informalidade em Palmas.....	74
4 PALMAS EM EVIDÊNCIA	77
4.1 Palmas uma breve descrição	77
4.2 Um estudo da ocupação do espaço público em Palmas	81
4.3 Gestão institucional versus informais	86
5. ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DO TRABALHO INFORMAL EM ÁREAS DETERMINADAS DE PALMAS: OS AMBULANTES EM FOCO	92
5.1 Características gerais	94
5.1.1 Perfil profissional	102
6. PRODUZINDO E OCUPANDO ESPAÇOS	108
6.1 Ocupando os espaços	111
6.2 Apropriação e precariedade	116
6.3 Fatores motivacionais de formação da informalidade	121
6.4 A informalidade e a pandemia	126
7. NEGOCIAÇÕES INFORMAIS	132
7.1 O jogo das negociações	133
7.2 As regras da rua	138

7.3 Circuito econômico: características	141
7.4 O mundo das relações no circuito	144
7.5 Tramas informais dentro dos circuitos	147
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	157
APÊNDICES	169
APÊNDICE A – Entrevista com Vereador Folha.....	169
APÊNDICE B – Questionários utilizado nas entrevistas	178
APÊNDICE C – Entrevista Ponto 1	181
APÊNDICE D – Entrevista Ponto 2	201
APÊNDICE E – Entrevista Ponto 3	217
ANEXOS	236
ANEXO A – Termo de consentimento e livre esclarecimento	236

1 INTRODUÇÃO

O trabalho enquanto atividade humana possui uma dimensão ontológica que é constituinte do ser social. Por meio dele desenvolve-se o potencial biótico, cultural e social. É instituinte de papéis que se constituem em elementos importantes na construção da identidade social, e também é um bem de acesso (PIZZIO, 2015), visto ser fundamentalmente, através do trabalho que a maior parte das pessoas obtém os recursos necessários para viver. Em função disso, observa-se na ciência sociológica e geográfica o desenvolvimento de conceitos-chave como trabalho, solidariedade, informalidade e território, acredita-se que os significados desses conceitos podem ser utilizados como estratégia na construção de um pensamento coerente em relação ao desenvolvimento regional.

Dado que atualmente os padrões de desenvolvimento e suas implicações sociais, econômicas e políticas vêm provocando significativas modificações no setor do trabalho¹, cujo mecanismo de melhoramento está associado ao crescimento econômico. E considerando que se vive hoje na era do capital improdutivo², devido à contínua especulação financeira na qual o capital tem sido utilizado para gerar mais renda sem gerar trabalho, sem produzir nada (DOWBOR, 2018). A própria discussão sobre o trabalho vem perdendo o protagonismo, seja pela transformação do sistema capitalista, que a princípio tinha na exploração do trabalhador sua principal fonte de renda, como na atual financeirização, na qual o capital se reproduz via especulação, não gerando imposto nem trabalho.

Fato que, até a década de 1980, o trabalho tinha como pauta de reivindicações melhores condições e direitos e; hoje possui como tema principal o direito de trabalhar. Que em conformidade, confere a discussão do trabalho acentuada importância, haja vista que a falta de investimento em capital produtivo provoca recessão econômica, diminuindo ainda mais a geração de empregos.

Paralelo a estes dados, tem-se as transformações sociais ocorridas ao longo do século XX e XXI, que vêm sendo tematizadas com o auxílio de investigações das ciências sociais baseadas na incorporação do Brasil à economia global e pelo surgimento de novos setores de produção, como também novas maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados e intensificada inovação comercial, tecnológica e organizacional, o que provoca a extinção de

¹Para não tornar o texto pesado, remeto o leitor interessado a exposição mais ampla desses dados em Dowbor, 2006; Freiesleben; Pizzio e Rodrigues, 2020. Citado nas referências bibliográficas.

²Não cabe aqui fornecer uma bibliografia detalhada sobre o tema, contudo uma melhor abordagem sobre o contexto pode ser encontrada na obra de Dowbor, 2018. Na qual ele expõe pontos-chaves da economia e as ligações necessárias para o entendimento do destino do capital, e porque o capital pode ser chamado de improdutivo.

cargos de trabalho, flexibilizando normas trabalhistas em busca de lucro. (GUIMARÃES, 2009; CASTEL, 2012; SLEE, 2017; ANTUNES, 2009, 2018, 2019; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

Segundo Sousa (2018), a etapa do capitalismo financeiro que se impõe globalmente desde a década de 1980, produz uma “exploração máxima dos trabalhadores por meio da promessa expressiva da criatividade, invenção e solidariedade” (p.44), para o autor a criatividade deixou de ser uma invenção, pois passou a ser utilizada para o fim da maior lucratividade empresarial, e dessa forma, os trabalhadores não se veem como explorados, mas sim como empresários de si mesmos, ao concordarem com esse tipo de mecanismo, acabam sendo explorados de tal forma que não possuem mais tempo para lazer, pois estão à disposição integral da demanda. Como, por exemplo, pode-se citar a disposição do servidor via celular que se dedica o tempo todo para corresponder a solicitações de préstimos e possui um falso entendimento de hora trabalhada e tempo de descanso acarretando uma nova servidão sem remuneração ou justo honorário. A criatividade, a espontaneidade e a originalidade tornaram-se um insumo da produção capitalista, diminuindo as resistências e aumentando as tolerâncias dos trabalhadores frente às novas exigências do mercado capitalista, colocando a tecnologia aliada a uma maior produtividade, na posição de gestora do próprio indivíduo, em busca de um resultado mais rápido. (SOUZA, 2017, 2018; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

Logo, essa indicação aponta uma onda empreendedora, que por sua vez reflete novas formas do trabalho a qual representa, em muitos casos, vivenciar situações de degradação e desqualificação para o trabalhador. Fato que estimula os pesquisadores a investigarem essas formas de trabalho e seus efeitos no cotidiano dos trabalhadores. A partir deste contexto, analisa-se as ocupações dos espaços públicos através das dinâmicas sociais nas sociedades capitalistas, atrelada à expansão das atividades informais praticadas por ambulantes fixos. Dentro desta seara, foram levantadas algumas concepções acerca da informalidade, cuja perspectiva está pautada em teorias como: o empreendedorismo (DE SOTO, 1987), a busca pela sobrevivência (PORTES; BLITZER; CURTIS, 1986), assim como o novo modo de produção do trabalho (SLEE, 2017) entre outros.

Por outro lado, foi possível também descortinar problemas relacionados a esse tipo de comércio, relatados no estudo de Silva (2018), no qual descreve que embora o trabalho ambulante no Brasil seja uma atividade antiga, desde o passado da modernidade burguesa da República, sempre se buscou a higienização e o embelezamento das cidades recorrendo a reformas urbanas, visto que o trabalho dos ambulantes incomodava o fluxo das pessoas. Não obstante, é notório afirmar que há tempos a visão sobre o trabalhador informal vem

acompanhada de estigmas e preconceitos que subestimam tanto a atividade quanto o profissional, “um problema discursivo de desordem e sujeira”, que historicamente também é percebido como uma mazela, outrossim, como uma necessidade (TARULEVICS, 2018, p.293). Vale reforçar que a promessa de progresso urbano definido sob o ângulo do desenvolvimento e mudança social (anos 60/70), e a universalização dos direitos constitutivos da democracia (anos 80), agora possui horizontes não tão distantes, mas de urgência que se confundem com a gestão urbana (TELLES, 2010), ou seja, a gestão da organização de um conjunto complexo, e que por ser um espaço ecológico de densidade social diversificado mobiliza diversos agentes sociais (HARVEY, 2005).

Nesse sentido, acrescenta-se que o trabalhador informal, ao desenvolver sua atividade no espaço público, modifica e produz esse ambiente também na perspectiva das relações sociais/interpessoais, pois a organização é necessária para o funcionamento e legitimação junto ao poder público nos espaços abertos da cidade. E que além de promover a circulação da economia, também interfere na questão da mobilidade e da acessibilidade ao ponto de vista da problematização dos certames urbanos, e que de acordo com pesquisas são associadas à imagem dos camelôs fenômenos como os da violência urbana, do tráfico de drogas, da ilegalidade, da marginalidade, assim como da pirataria (GOMES; REGINENSI, 2008; TELLES, 2010; FREIRE, 2015). Num estudo realizado por Pamplona (2013) sobre grupos de ambulantes que desempenham rendimentos elevados, por meio de atividades ilegais, o autor concluiu que sua resolução depende da regulamentação das atividades informais legais, bem como do acompanhamento do crescimento econômico e da redução do desemprego. No tocante à criminalidade, observa-se que se houver uma maior atuação dos órgãos de segurança pública e judiciário podem ser resolvidos.

Embora alguns comerciantes entendam que os camelôs sejam um atrativo a mais para a própria clientela, por outro lado há os que reclamam dos conflitos gerados entre os camelôs e a guarda municipal, em função de acarretar prejuízos ao comércio formal (GOMES; REGINENSI, 2008; TELLES, 2010; FREIRE, 2015). Resenhas de um país que possui questões e problemas múltiplos, mas que são ímpares e que precisam ser analisados, dentro de cada realidade, seja pequena, média ou uma grande cidade, essas tramas são diagnósticos, que precisam ser analisados e compreendidos.

É evidente que, atualmente no Brasil, é possível constatar um cenário pouco auspicioso e que, portanto, pode ser considerado como estado de recessão econômica. Situação que se agravou com a pandemia da COVID-19 que assola o mundo desde 2019, fato esse que acentuou o estado de crise econômica a nível mundial, afetando notadamente o país. Ademais, fazendo

uso de uma observação da situação socioeconômica brasileira, é possível também perceber tendências que se perpetuam através do tempo e das desigualdades, no tocante ao acesso de bens e serviços, como também o aumento da má distribuição da riqueza produzida, levando-se a aceitar que o país atravessa uma crise social e econômica. Como alerta Dowlbor (2020):

Se no Brasil, antes da pandemia de COVID-19, o desemprego estava estimado em 11,6 milhões de pessoas, quase 11% da população economicamente ativa, igualmente ou mais grave é o imenso desemprego oculto representado pelas pessoas que já não se declaram na força de trabalho por terem desistido de procurar (terem saído da população ativa por desalento) ou por aquelas que cada vez mais sobrevivem no mundo do “bico organizado”, atividades absurdas e de transição, como as dos telecentros e dos terceirizados precários de diversos tipos. De maneira mais ampla, temos de considerar a imensa faixa de informais – 38,4 milhões no Brasil – que apenas “se viram” das mais diversas formas, com renda que representa menos da metade do setor formal. Somando os desempregados e o setor informal da economia, estamos falando em 50 milhões de pessoas (pag. 70).

Além disso, condutas como políticas de ajustes institucionais e fiscais que precarizam as condições do trabalhador vêm ocorrendo de forma acentuada desde 2017 no país, passando a ter características potencializadas com a pandemia da COVID-19. Barbosa, Costa e Hecksher (2020) alertam que a pandemia do coronavírus (COVID-19) terá efeitos significativos e poucos dimensionados, mas que afetarão todos os setores da sociedade, principalmente o mercado de trabalho, indicando forte recessão entre os países. Para os autores, os trabalhadores em maior situação de precariedade, devido à impossibilidade de realizar as atividades são os do setor informal, com jornadas parciais e com menores salários, posto que durante a pandemia esse setor foi um dos mais prejudicados devido ao isolamento social e a perda da renda diária, tendo em vista que não possuem direitos e ou garantias trabalhistas.

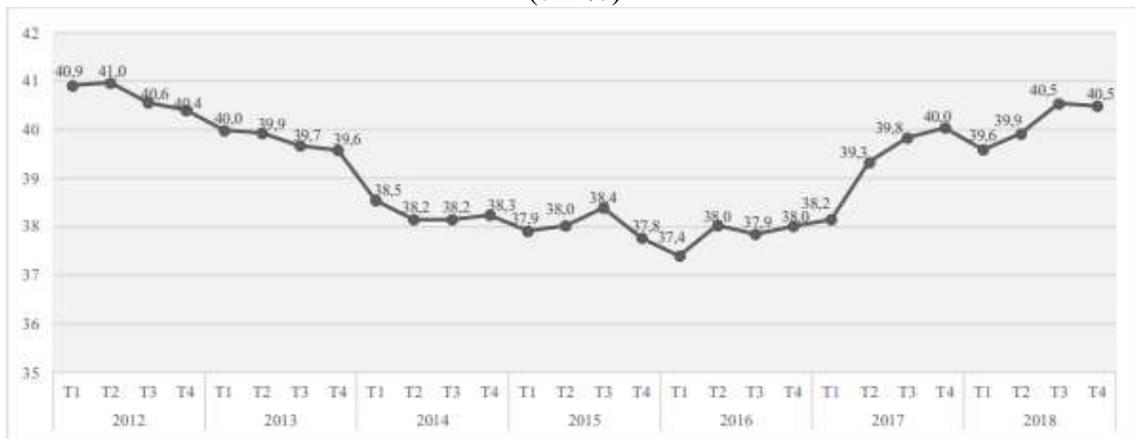
Em um país, como o Brasil, o simples ato de ficar em casa ou ter acesso a tratamento em hospitais, pois que os direitos não são iguais para todos, revela que a crise do novo coronavírus passa a ser uma realidade estanque, nos dizeres de Carlos (2020). Até porque a doença fez dos mais pobres suas principais vítimas, pois comungam proximidade, vizinhança e convívio, modo de vida urbano vinculado a aglomeração reconhecido por geógrafos, demógrafos e estatísticos (SIMONI, 2020). Dados que podem ser comprovados mediante a pesquisa de Verdi (2020), na qual revela que os números de solicitações pelo auxílio emergencial é de proporções significativas, aproximadamente 27 milhões de pessoas, em menos de 48 horas após o anúncio do governo. De acordo com o autor

Cerca de 83,5% dos trabalhadores estão em posição vulnerável, ou porque são trabalhadores informais ou porque embora tenham vínculos formais, atuam em setores fortemente afetados, aqueles considerados não essenciais. Estimativas indicam que aproximadamente 24 milhões de pessoas fazem parte do mercado de trabalho informal

em atividades não essenciais, constituindo o grupo de trabalhadores mais imediatamente atingido pela suspensão das atividades (Ibidem, p. 45).

Em conformidade com pesquisas realizadas, uma parcela significativa da população economicamente ativa - PEA do Brasil encontra-se desempregada, ou inserida no mercado de trabalho de forma precária (FREIESLEBEN; PIZZIO; RODRIGUES, 2020; IBGE, 2020). De acordo com Catelan e Cunha (2020), a economia brasileira tem vivido profundas transformações, alterando fases de crescimento e inclusão social com estagnações e crises econômicas, esboçadas na figura 1, que apresenta a evolução trimestral do grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018.

Figura 1 - Evolução do grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, 2012-2018 (em %)



Fonte: CATELAN; CUNHA, 2020.

Conseqüentemente, tomando por base que a crise, assim como a adequação do país a contemporaneidade do mercado de trabalho, da economia e da política, tal qual a pandemia de COVID-19 são fatores que contribuem para a adaptação de muitos trabalhadores a práticas criativas de inserção ao mercado de trabalho, ou seja, as formas alternativas de geração de trabalho e renda passam a assistir um intenso período de precarização³ do trabalhador e do trabalho. Nessa conjuntura, vivencia-se a intensificação da ocupação do espaço/vias público (as) com atividades comerciais de trabalhadores informais, conforme demonstra o gráfico 1, visto que no Amazonas no período de 2015 a 2019 o trabalho formal decresceu 0,06%, enquanto que o informal cresceu 3,06%, o que neste estado corresponde a 61,17% da mão de obra ocupada (AVELINO; MARTINS; NEVES, 2020), pessoas que buscam desta forma o viver/sobreviver, ou seja, uma alternativa de renda.

³ Piora processual das condições de trabalho ao longo do tempo.

GRÁFICO 1: Categoria do emprego no trabalho principal, em mil habitantes, no Estado do Amazonas.



Fonte: Nota Técnica COVID-19 n° 010 de 28/07/2020. (AVELINO; MARTINS; NEVES, 2020).

Em consonância com o conteúdo exposto, este estudo apresenta exemplos relacionados à formação de circuitos econômicos⁴ fazendo uso da ocupação informal de espaços públicos urbanos por vendedores ambulantes fixos, analisando como e por que as pessoas realizam e quais são esses arranjos econômicos (ZELIZER, 2015). O espaço urbano público apresentado é o da cidade de Palmas capital do Tocantins. Trata-se de uma cidade planejada, mas que apresenta ao longo de seu trajeto, pontos fora da linha desenhada nas planilhas com ocupações informais de vias públicas. Nesse sentido, realizou-se uma análise do problema conjuntural no mundo do trabalho, que resulta na formação de circuitos econômicos no espaço público através de sua ocupação/apropriação de forma informal, com atividades de vendedores ambulantes fixos em áreas de atividades formais, mas que possuem “[...] uma forma particular e generalizada que é recorrente em uma grande variedade de circunstâncias” (Ibidem, p. 372).

Em outras palavras, acredita-se que a temática da formação de circuitos econômicos por meio da ocupação do espaço urbano público do comércio ambulante fixo suscita uma discussão de questões fulcrais da sociedade contemporânea, pois tangencia problemáticas que remetem a exclusão social induzida pela lógica do capital, revelando do mesmo modo a omissão e o classismo das políticas do Estado, e de certa forma, propõem um debate sobre a concessão do espaço público dentro do espaço urbano. Entender essas questões é o primeiro passo na busca

⁴ A escolha do termo circuito econômico visa abranger um conjunto de relações que se estabelecem entre vários agentes de uma economia com a ajuda de bens e serviços (transações reais) e dinheiro e valores mobiliários (monetária) que ocorrem dentro da informalidade, ou seja, em um mercado.

por políticas públicas includentes. Nesse sentido, e do ponto de vista epistemológico, será adotada uma perspectiva interpretativa (WEBER, 2001) dos fenômenos sociais na qual com o auxílio de uma explicação causal chega-se a conclusões de validade universal.

Por ser desenvolvido em partes distintas e complementares, este trabalho expressa a trajetória que foi percorrida para encontrar o problema que será tratado na tese e na sequência uma justificativa que irá nortear a problematização e possíveis sugestões de como amenizar os problemas sociais. Posteriormente, os objetivos do estudo, geral e específicos que garantem o entendimento da pesquisa em relação ao assunto abordado. Como também a metodologia utilizada, o método de estudo, o objeto empírico e os cuidados éticos.

A estrutura desta tese está constituída de oito capítulos. O objetivo no segundo capítulo será apresentar e refletir sobre as mudanças no sentido do trabalho para o ser humano, como o trabalho identifica-se no cenário contemporâneo, e de que maneira pode-se entender a informalidade. O terceiro buscará, analisar os elementos constituintes da sociologia econômica, e infere-se na análise do problema do objeto de estudo, para tanto apresenta as principais correntes teóricas que realizam sua interpretação, posto que mesmo após as pesquisas realizadas com a ajuda das observações encontradas e das teorias prontas, não foram retratadas todas as tramas que envolvem os laços interpessoais que conectam pessoas, mesmo estando dentro de uma única conjuntura com iguais ou diferentes disposições sociais, tanto dentro como fora de um contexto, laços diferenciados que se ramificam dentro do comércio informal (ZELIZER, 2015).

O quarto estará concentrado na breve descrição da cidade de Palmas, seus contornos e problemas, suas expectativas e realidades como também a análise da gestão institucional confrontando com a realidade dos informais por meio de entrevista. Na sequência, é apresentado os dados encontrados sobre os informais, como características socioeconômicas e o perfil profissional dos entrevistados por intermédio de quadros, gráficos e tabelas demonstrativos. As preocupações analíticas do capítulo 6 estão concentradas no contexto dos informais, desde a ocupação do espaço público, à precariedade em que trabalham, seus fatores motivacionais e como eles enfrentam a COVID-19.

O capítulo 7 aponta o estudo das negociações que ocorrem dentro da informalidade, objeto central desta Tese, que é caracterizar os circuitos econômicos utilizados pelos informais de Palmas – Tocantins. Esse conjunto de relações que se estabelecem entre os vários agentes dessa economia, as transações reais (bens e serviços) e monetárias (dinheiro e valores mobiliários) que ocorrem nesse mercado, é diferentemente do circuito comercial, cuja finalidade visa o lucro somente. E ao evidenciar-se esses circuitos entende-se haver confirmado

a hipótese que fez nascer esta Tese. Trata-se, portanto, de um estudo analítico que tem como material as respostas e narrativas dos entrevistados, das quais foram retirados dos trechos reproduzidos. Procurou-se resguardar as identidades dos protagonistas, atribuindo-lhes números de acordo com a sequência das entrevistas. Posteriormente, foram desenvolvidas as considerações finais.

1.1 Trajetória

Sou o resultado da resiliência informal dentro da economia brasileira, no início da década de 80, aos oito anos de idade tive meu primeiro contato com o trabalho informal/ambulante, numa tentativa de pagar aluguel e matar nossa fome, sobreviver, toda a família (minha mãe, eu e minhas duas irmãs mais velhas) buscamos nas ruas de Açailândia-MA nosso sustento. Minha mãe passava as noites em claro fazendo pão, pãozinho, sonho e cuca, para de manhã ao raiar do Sol, juntas, carregando a bandeja, saíssemos gritando: - OLHA O PÃOZINHO, O SONHO E A CUCA, despertando a população com guloseimas. Voltávamos para casa somente quando toda a bandeja ficava vazia, foi nesse tempo também que constatei a importância e o significado do trabalho para viver/sobreviver.

Após longa experiência com esse tipo de atividade, minha mãe resolveu “empreender” como se fala atualmente, montando uma confeitaria informal na frente da casa que morávamos de aluguel, mas a frequência era insuficiente para o sustento, e por conta das despesas que tínhamos, havia a necessidade ainda de comercializar o pão caseiro na modalidade ambulante, durante todo o dia. Meus estudos eram realizados à noite em escola estadual. Posso dizer que nossa vida começou realmente a mudar no segundo milênio, quando minha mãe muito doente e incapacitada de fazer suas guloseimas para vender, me fez ver que recorrendo a um emprego com carteira assinada, teríamos uma forma segura de alcançar uma renda. Assim, meu primeiro emprego informal/formal foi numa loja que revendia materiais de construção, ali tive contato com Leis Trabalhistas e também com trabalhadores informais e formais em ambientes com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, alguns funcionários não tinham carteira assinada, e nesse mundo aprendi a identificar como a formalidade e informalidade se entrelaçava por vias estreitas e confusas, beneficiando uns, enquanto muitos não obtinham vantagens.

Mesmo depois de formada, trabalhando em escolas municipais, estaduais e posteriormente particulares, também tive contato com a informalidade, uma vez que muitas escolas me contratavam sem assinar minha carteira de trabalho, ou não pagavam meus direitos

trabalhistas. Nas escolas particulares, recebia somente por aula ministrada em sala (planejamento, elaboração e correções eram por conta do docente), na época e acredito que ainda hoje muitos não procuram a justiça, com medo de não conseguir arrumar mais trabalho. Continuando a minha caminhada, foi no Mestrado em Ciências do Meio Ambiente, na Universidade Federal do Tocantins – UFT, que conheci o professor Dr. Alex Pizzio da Silva na componente intitulada: Questão Social e Desigualdade, e que atualmente está como meu orientador ao doutorado.

Já em nossas primeiras conversas, percebemos que minha trajetória pessoal associava-me a informalidade, um tema repleto de detalhes que necessitavam ser descortinados no estudo, conformando meu objeto catedrático. Desta forma, já no primeiro ano do doutorado em 2019, conjuntamente com as componentes que foram sendo concluídas, baseadas nas pesquisas, foram geradas importantes descobertas - culminando com a produção de artigos. O primeiro trabalho alvoreceu de uma discussão sobre o desenvolvimento da liberdade em relação ao trabalho informal, uma vez que precisa se levar em conta a relativização das pessoas em relação ao tema. Neste estudo foi possível compreender que os indivíduos, ao entrarem no mercado de trabalho, seja de forma informal ou ilegal, mergulham na vulnerabilidade das mazelas sociais. Pois, não contam com a assistência do Estado, encontrando-se na periferia do sistema, apesar de negociar um pacote de serviços que não está elencada como mercadoria que é seu metabolismo social. Visto serem produtos abstratos, mas que dentro da informalidade possuem diversas conotações (FREIESLEBEN; PIZZIO; OLIVEIRA, 2021). Posteriormente o estudo concentrou-se na análise da dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, tendo como ponto basilar as modificações nas leis desde 2017, e sua intensificação em 2019 com a implantação da Lei nº13. 874, chamada lei da liberdade econômica. Esta pesquisa revelou que a “simplificação” da Lei, legalizou o mercado informal, reeditou o pragmatismo do trabalho relegando as necessidades dos trabalhadores informais, que agora submetido às regras do mercado encontra-se entregue à própria sorte (FREIESLEBEN; PIZZIO; RODRIGUES, 2020).

Na sequência, discutiu-se a informalidade no cotidiano laboral de diaristas, apoiados na técnica da história oral analisando a percepção das diaristas, acerca do trabalho delas. Fazendo uso deste estudo, percebeu-se que apesar das transformações trabalhistas, o acesso a direitos e proteções sociais ainda encontra-se distante das mãos que vivem do trabalho, um serviço que liga a necessidade e o sonho a uma resiliência diária, de pessoas com pouca instrução escolar, cujo trabalho é desvalorizado dentro do contexto social. Transversalmente, pelo estudo foi possível concluir que entre as entrevistadas 50% não sabem como irão viver quando não puderem mais trabalhar como diaristas, foi também um laboratório para o qual se utilizou a

metodologia da história oral, a qual possui técnicas que auxiliaram na realização da etnografia urbana que foi utilizada na tese (FREIESLEBEN; PIZZIO; PARENTE, 2021). Subsequente à análise do mercado de trabalho formal e informal realizou-se um panorama no segmento dos anos de 2012 a 2019 - devido às várias transformações, tanto nas Leis como na forma de realizar a abordagem pelos organismos responsáveis por esses dados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – realizou-se três comparações entre o Brasil, o Amapá e o Tocantins, no qual foi revelado que não está ocorrendo troca entre os setores, contudo no âmbito do trabalhador familiar ocorre uma substancial redução percentual, ademais também foi evidenciado que o Estado do Tocantins apresentou um ligeiro crescimento no setor 1 Empregado no setor privado exclusive trabalhador doméstico – sem carteira de trabalho assinada e setor 4 Conta própria sem CNPJ (FREIESLEBEN; PIZZIO, 2020). Parte deste trabalho também foi utilizado na apresentação do XVI Seminário Internacional de La Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, em la Universidade Regional de Blumenau, Brasil. Evento que ocorreu em novembro de 2020. Lá, apresentou-se, os estudos relacionados somente ao Brasil, por intermédio de uma análise quantitativa do mercado formal e informal brasileiro, que permitiu entender que mesmo com a Lei do Livre Mercado - a informalidade persiste na economia brasileira.

Em suma, este ciclo com o quinto artigo finaliza o assunto que envolve a atmosfera nacional sobre os tipos de trabalhos formais e informais, no qual se visou discutir a informalidade no cotidiano laboral do povo Akwê-Xerente, apoiados na técnica da história oral e de estudo etnográfico, analisou-se a percepção dos indígenas acerca da produção e venda dos artesanatos/artefatos em período de pandemia do COVID-19. Mediante este estudo comprovam-se as dificuldades enfrentadas por esse povo em tempos normais, mas que com a pandemia tornou-se mais difícil, já que os problemas estão relacionados a um espaço adequado para a venda, ao controle que os compradores exercem - forçando preços irrisórios ou práticas de escambo, como também a luta pelo reconhecimento e acesso a direitos e proteções sociais, que ainda encontram-se distante deles, além disso, funcionou como um laboratório para a realização de entrevistas e da transcrição das mesmas (FREIESLEBEN; PIZZIO; XERENTE; SILVA, 2021).

Neste ínterim, também foi produzida uma Revisão Sistemática sobre as relações que se estabelecem entre os setores trabalhistas, em razão de entender o estado da arte da informalidade. Este estudo foi de suma importância, pois, conseguiu elucidar quais autores eram os mais utilizados para tratar o tema, como também de que forma o assunto deveria ser tratado e revisto os principais conceitos. Foi possível concluir que, embora o termo tenha

surgido dentro de um estudo de economias de baixo crescimento com pouca oferta de empregos, hoje também é um fenômeno estudado em todos os países, e que devido às transformações do mundo globalizado que flexibilizou as conquistas trabalhistas - o termo informalidade ou setor informal já não consegue descrever sua própria existência e, dentro dessa nova realidade, tornou-se necessário buscar dentro das teorias causais da informalidade a explicação sobre a origem da mesma em determinados contextos, na medida em que alguns pesquisadores têm associado o fenômeno da informalidade à precarização do trabalhador ou do trabalho, que dependendo dessa diretriz, tende a ser mais sofrido para quem depende dele para viver/sobreviver (FREIESLEBEN; PIZZIO, 2021).

Na sequência foi realizada uma investigação sobre os determinantes que contribuem no desempenho da informalidade e das ocupações, a partir de bibliografias e temas avaliados como chave para o entendimento, como a compreensão da importância do capital social nas atividades informais, nas regras e leis que não são contratuais. Fazendo uso deste estudo concluiu-se que nos países periféricos, o sentido de informalidade possui conotação de trabalhadores submetidos à precarização de benefícios e garantias sociais. Devido ao crédito da informalidade ser intimamente ligado à rede de capital social que o indivíduo possui, e caso os dois não sejam suficientemente consistentes, essas mãos que vivem deste trabalho estão entregues a própria falta de sorte e incertezas econômicas, já que neste meio não contam com contratos legais ou outras formas de proteção social e ou estatal. E o efeito colateral será aumentar a desigualdade e pobreza dos indivíduos envolvidos, em razão dos mesmos, estarem em constantes relações entre a informalidade e a ilegalidade, trama que contribui para a formação de “circuitos econômicos” (FREIESLEBEN; PIZZIO, 2021).

Circuitos de comércio, assim chamados por Zelizer que estuda os acordos econômicos que possuem: a) relações sociais distintas entre indivíduos específicos; b) atividades econômicas compartilhadas que se desenvolvem por intermédio das relações sociais; c) criação de sistemas de contabilidade comum que avaliam os intercâmbios econômicos, que possuem formas especiais de dinheiro; d) ideias compartilhadas que se referem ao significado das transações no centro do circuito, incluindo a valoração moral; e) uma fronteira que separa os membros dos não membros, fazendo uso de controle sobre as transações que atravessam a fronteira (ZELIZER, 2015). Zelizer (2009) aponta que existem laços diferenciados, no qual as pessoas possuem vários tipos de relações interpessoais que atravessam situações sociais particulares caracterizados com nomes distintos, símbolos, práticas e meio de troca.

Neste momento da trajetória, percebeu-se que o objeto de estudo já possuía formato sobre o trabalho informal, uma vez que ao longo dos estudos realizados identificou-se certa

ausência de reconhecimento da subjetividade dos informais de rua, que ocupam os espaços públicos urbanos. Embora, em pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no arquivo de trabalhos de conclusão de cursos, utilizando os termos de busca: trabalhador de rua + mercado informal + espaço público, no dia 08/02/2021, tenha sido encontrado 1.211.518 de pesquisas, recorrendo às palavras-chave, e ao utilizar os filtros e refinar os resultados, de forma a identificar estudos realizados sob o formato de teses, e dentro dos último dez anos, e das ciências sociais aplicadas - não foi encontrado nenhum trabalho que atingisse essa proposta (ver Quadro 1).

Após essa pesquisa, observou-se que a propositura central podia ser considerada atual e adequada ao estudo que realizou-se, pois levantava fatos e acontecimentos contemporâneos dentro do setor econômico e do ambiente urbano, que vem sendo relegados, mas que precisam ser analisados para uma melhor compreensão, principalmente em cidades conceituadas como médias dentro da hierarquia urbana.

Quadro 1. Resumo quantitativo da pesquisa bibliográfica realizada no banco de teses do Portal Educapes.

FILTROS UTILIZADOS	TOTAL DE TESES
DOUTORADO TESE / DOUTORADO PROFISSIONAL	287.925
DE 2010 A 2019	174.045
GRANDE ÁREA CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS ÁREA CONHECIMENTO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/DEMOGRAFIA ÁREA AVALIAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/DEMOGRAFIA	677
LEITURA DO TÍTULO	27
LEITURA TOTAL	14

Fonte: PORTAL EDUCAPES – Banco de Teses e Dissertações da Capes, 08/02/2021. Elaboração do autor (2021).

1.2 Justificativa

A crise econômica, as transformações tecnológicas, e a pandemia agravaram a situação de desemprego no Brasil, e ao circular pela cidade de Palmas-TO, percebe-se uma ocupação cada vez mais abrangente das vias e das áreas do espaço público. Para Bottura; Vargas e Andrade (2020) essas ocupações mediante atividades não planejadas estão recompondo um cenário artificial na cidade. Paisagem que nos últimos anos vêm se ampliando e ficando cada dia mais aparente, em razão de 2018 ter atingido um aumento significativo de 4%, dado que na média anual a informalidade no município de Palmas ficou em 29,32% (ver tabela 1), quando confrontado com as demais capitais da região Norte, cujo acréscimo destas não superou 2% (na

comparação da pesquisa do 1º trimestre com a média final). Assim como também é possível perceber em vários pontos das vias/áreas a laboração por pessoas com ponto constante, e também em determinados horários, mas itinerante, sob a forma de um trabalho, seja via sobrevivência, seja via complemento da renda como subemprego.

Tabela 1: Taxa de informalidade da população ocupada, por capitais, região Norte, Brasil, 2018.

Capital	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Média
Palmas (TO)	25,30%	32,73%	27,38%	31,86%	29,32%
Porto Velho (RO)	34,35%	35,72%	38,96%	35,39%	36,10%
Manaus (AM)	38,10%	39,18%	40,02%	41,49%	39,70%
Boa Vista (RR)	38,55%	39,82%	41,44%	40,16%	39,99%
Rio Branco (AC)	44,48%	44,13%	41,80%	41,42%	43,21%
Macapá (AP)	47,71%	45,26%	46,87%	49,10%	47,23%
Belém (PA)	49,31%	49,67%	49,74%	50,83%	49,89%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2018.

Em estudo realizado na estação Apinajé e na Avenida Juscelino Kubitschek - JK, foi observado uma significativa participação do setor informal na economia de Palmas, 33% dos pesquisados estavam atuando naquele ambiente entre 2 a 5 anos, e 28% entre 6 e 10 anos, de acordo com esses estudos foi revelado a necessidade de cobrança de impostos, de forma que ocorresse mais organização no local e direitos sobre os pontos de venda ocupados (OLIVEIRA; PEREIRA; MANJOGELE, 2010).

Outro estudo quando contraposto ao anterior, revela que a trajetória da informalidade, ao longo do tempo vem se estabelecendo e ampliando-se, quadro que se confirma quando aferida com a criação da Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007, do município de Palmas, na qual a Câmara Municipal determinou no capítulo IV, artigo 66, inciso V, que afirma ser dever do Município incentivar e apoiar o desenvolvimento das condições socioeconômicas urbanas e a transição da informalidade para a economia formal (PALMAS, 2007). Dado que pouco influenciou na contenção da situação descrita, pelos dados apresentados dos artigos expostos, levando-nos a acreditar que a informalidade está presente na cidade de Palmas desde sua construção, uma vez que já em 2000, a capital encabeçava a liderança como principal polo regional do Estado, com um Índice de Desenvolvimento Regional - IDR de 0,871 (OLIVEIRA; PIFFER, 2016) dado que fomenta a vinda de migrantes para a região. Demonstrando que a informalidade tem se integrado cada vez mais a economia e ao espaço urbano público da cidade.

Aprofundando o tema percebeu-se também que dentro dos limites de Palmas existe mais de uma cidade. Há uma cidade mercantilista⁵ com voluntarismo centralizado⁶, que tenta se reanimar com diferentes fórmulas e técnicas políticas, mas que possui todos os sintomas de um corpo que não se sustenta mais. Há também uma segunda cidade, que foi planejada, mas que se perde entre os objetivos do lucro e das necessidades de soluções que favoreçam um maior poder aquisitivo e de consumo à população. E, finalmente, existe uma cidade que constitui o que se pode chamar de “caminho alternativo”: a cidade que trabalha duro, inovadora, competitiva ou sobrevivente, cuja quadra e alameda chamam-se informalidade. Visto que “seus diversos centros urbanos revelam e reforçam simbolicamente as diferenças sociais presentes na cidade e especificam os lugares para a realização da esfera da vida pública contemporânea” (OLIVEIRA, 2016, p. 323).

De acordo com Oliveira (2016) a informalidade em Palmas se manifesta de diversas formas, desde veículos estacionados que comercializam seus produtos nas vias, até como feira itinerante que se instala em praças, onde as ações se relacionam com os espaços físicos, assim como o oposto, no qual o espaço físico passa a ser a identidade da ação, da feira ou do local, no qual se encontram determinados produtos. Ao se acompanhar a taxa da população subutilizada⁷ em Palmas desde 2015, verifica-se que ela vem em trajetória ascendente de 9,17% na série analisada (Gráfico 2), e quando conferida com a taxa de desocupação, percebe-se que a partir de 2018 a mesma passa por um decréscimo de 2,1%, contudo, não supera a alta de 5,9% do período demonstrado, ou seja o número de pessoas disponíveis para trabalhar é superior às vagas de trabalho que estão sendo criadas. Desta forma até 2019 Palmas tinha 19,32% mil desalentados⁸, pessoas que não estão em busca de emprego, pois estão trabalhando dentro da informalidade, juntamente com as pessoas que não conseguem uma vaga de trabalho, simplesmente porque a economia não propiciou vagas para a demanda do município.

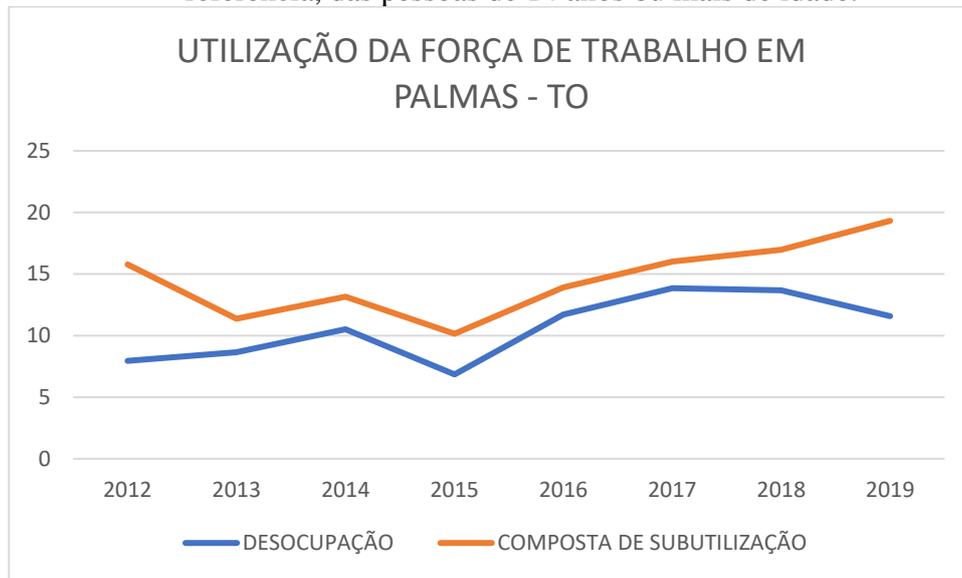
⁵ No sentido de buscar possuir uma balança comercial favorável.

⁶ Na qual a vontade humana, diferentemente do que é alimentado pelos detentores do poder político, dificulta a compreensão de como as coisas acontecem.

⁷ Pessoas que não estão em busca de empregos, mas estão disponíveis para trabalhar.

⁸ População fora da força de trabalho porque: não consegue emprego, não tem experiência, muito jovem ou idosa, não encontrou trabalho na localidade, estaria indisponível para assumir a vaga.

GRÁFICO 2: Taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade.



Fonte: Pnad. Dados trabalhados pela autora.

Ao se refletir sobre o traçado da cidade pensou-se estudar, de forma sistematizada e aprofundada, as dinâmicas sociais e territoriais do trabalho no contexto da informalidade no espaço público urbano da cidade de Palmas. Já que “[...] o conflito entre pró-crescimento e não-crescimento é tão fundamental para a produção do espaço quanto é a luta entre capital e trabalho” (GOTTIDIENER, 2016, p.221), e por entender que se precisa enfrentar e debater as questões sociais sobre a organização do espaço, de forma que alcance à construção de um diferencial no qual o problema essencial seja reconhecido (LEFEBVRE, 1991; 2006; CASTELL, 2020). E também, porque “a transformação do mundo do trabalho ajuda a entender essa erosão da capacidade de resistência da sociedade” (DOWBOR, 2020, p. 68). Nessa perspectiva, ao agregar e priorizar espaços constata-se que além de seu valor econômico, o espaço público urbano também é um produto social, pois é onde os serviços são negociados e prestados, e, portanto, parte da sociedade como um todo construído com todos os ativos que possui e pode fornecer.

O comércio de rua e a ocupação do espaço urbano acontecem desde os primórdios dos aglomerados urbanos brasileiros (MAIA, 2013) e por isso, precisa-se entender a engrenagem que dá sustentação e propicia a promoção dos circuitos que personificam e superam a centralidade dos significados comerciais, e dos relacionamentos sociais em operações econômicas que os analistas têm feito com frequência, mas muitas vezes tomadas por impessoais e separados da vida social (ZELIZER, 2015). Ao se ampliar o olhar de modo mais reflexivo para as características marcantes destes espaços e sobre os indivíduos, que mesmo

dentro da precariedade socioeconômica possuem disposição “[...] de lutar, com muita criatividade, afinco, humildade e jogo de cintura, para, no mínimo, e de acordo com as possibilidades do seu entorno, não cair em uma situação de maior indignidade humana, além da já existente” (SANTANA, 2018, p. 135). É compreender que não só o trabalho, mas também as relações sociais estabelecidas no espaço urbano fazem uso do capital social.

Na verdade, ao se escolher esse tema, buscou-se entender a convivência complexa e variável entre os laços sociais das pessoas e suas transações econômicas, que também contribuem para a busca de melhores concepções sobre os limites e tipos de relações, bem como os símbolos, as práticas e meios distintos que os informais utilizam para realizar suas atividades (ZELIZER, 2015). Dessa forma o trabalho exposto apresenta as dinâmicas dos mercados informais que ocupam o espaço público urbano, respaldados pelo grau de importância conforme indicador social e econômico, haja vista, essa atividade ser mais que uma simples opção ao desemprego, mas uma prova de resiliência⁹ frente à necessidade do viver/sobreviver.

É claro que esses indivíduos e seus familiares transitam por diferentes espaços sociais, atravessando muitas fronteiras, de modo que o tecido do mundo urbano, seus congestionamentos, falhas e pontos de estresse podem ser informados nessas características (TELLES, 2006). Pois essas pessoas atuam com proatividade e protagonismo na busca pelo sustento da casa, uma vez que com a ajuda desta atividade são geradores de renda para suas famílias, desenvolvendo desta forma uma relação e/ou competição entre mercados formais e informais, no equilíbrio/desequilíbrio da infraestrutura da cidade, e as políticas públicas que tratam dessa questão devem basear seus projetos nesses conhecimentos.

Desta forma, uma vez que no setor informal da economia encontram-se os trabalhadores de rua (ambulantes fixos), que se apropriam desse espaço público para o exercício de sua atividade, e pelo qual “a presença do comércio de rua é um fenômeno típico de um modelo socioeconômico instável, situação em que muitas pessoas garantem a sobrevivência e a dignidade, desenvolvendo atividades na economia informal” (MAIA, 2013, p.59). Mas também, porque “a informalidade em seu sentido descritivo é polifônica e serve para descrever fenômenos em várias disciplinas (economia, sociologia, linguística, antropologia, direito, etc.) e situações concretas da vida social” (ABRAMO, 2007, p. 29). Portanto, estão diretamente relacionados ao estudo da qualidade de vida, cujo conceito também é polissêmico, multidimensional, multifacetado, multifatorial, relacional e dinâmico, e abriga diferentes

⁹ Sentido figurado na qual o indivíduo possui capacidade de se adaptar a má sorte ou as mudanças relacionadas a economia de mercado.

enfoques (ALMANZA, 2018). Em suma, os temas que são desenvolvidos ao longo deste estudo revelam realidades urbanas em mutação.

Na trajetória das análises percebeu-se, uma parcela, ainda pequena de pesquisadores, defendendo em suas teses a importância do entendimento dessas tramas que envolvem o comércio ambulante fixo na área de Ciências Sociais Aplicadas, constatação que estimulou realizar a pesquisa, em razão de não se ter encontrado um estudo semelhante sobre a cidade de Palmas. Assim, o olhar sobre o tema proposto é muito diversificado, pois trata-se dos arranjos desses trabalhadores e segundo Maia:

Ao se instalarem nas vias públicas, calçadas, praças e passarelas estes comerciantes atrapalham a circulação dos pedestres e dos automóveis, poluem visualmente estes lugares, fazem estardalhaços para atrair consumidores, atrapalhando assim, o vai e vem dos cidadãos que podem escolher outros lugares, bem como evitar a passagem nestes locais (MAIA, 2013, p.60).

Como resultado, de um primeiro olhar interpretativo classificado como preconceituoso, e desse modo incorreto, mas que pela necessidade do entendimento sobre o assunto se faz essencial, uma vez que pertence ao conjunto de visões de uma realidade que redefine o espaço urbano, cujo escopo não seja somente a informalidade em si, mas o protagonismo das asserções que envolvem a ocupação de um território, suas contradições, suas representações e complexidades, que na verdade ajudam a explicar o espaço urbano enquanto sistema complexo e híbrido. O mundo necessita de conceitos que expliquem as condições sociais contemporâneas em suas configurações espaços-temporais, e que por consequência representam a somatória de duas dimensões da informalidade urbana (ocupação do espaço público) e a informalidade econômica (venda de produtos materiais ou imateriais).

Abramo (2008) em sua pesquisa sobre o mercado de solo informal, já alertava a respeito do vazio dos estudos urbanos, particularmente de economia, acerca do mercado informal de terrenos nas cidades. E de acordo com Lemus (2018) cidades na qual o governo isentou-se de suas responsabilidades relacionadas à ocupação desordenada das cidades por ambulantes com ponto fixo passaram a configurar como espaços de geração de ruído, sujeira ou deterioração ambiental, como também bloqueio ao tráfego de pedestres, veículos, entre outros, como foi o caso do espaço público da cidade do México. Para tanto, iremos discutir os conflitos intrínsecos do sistema capitalista em evidência na construção do conhecimento sobre o espaço urbano dentro do mercado informal.

Dando ênfase ao objeto de pesquisa da tese os mecanismos que transformam o espaço público em território do comércio informal, os circuitos econômicos (ZELIZER, 2006; 2015), que implicam a existência de certa logística para possibilitar seu funcionamento, suas formas

específicas de articulação e regras de convivência instituídas e que são desenvolvidas no cenário da informalidade. Encontrou-se em Granovetter (2007, 2019) o que ele chama de *incrustação* (*embeddedness*), na qual as atividades econômicas estão incrustadas nas relações sociais por meio das redes de relacionamento nas quais o indivíduo está inserido. De tal forma que, a temática da informalidade precisa levar em consideração essas ações, cujos indivíduos estão imersos em uma rede de relacionamentos, pois não tomam decisões de forma atomizada.

De acordo com o autor as ações econômicas não são externas ao comportamento dos cidadãos, mas influenciada pelas relações sociais, diferentemente da proposta não autorregulada como propõe Adam Smith e os economistas clássicos. Para ele são nas redes de relacionamentos que os indivíduos realizam transações com parceiros de confiança ou com aqueles de quem possuem informações suficientes para que a ação ocorra. Ao apontar espaços, no qual arranjos são criados para desencorajar a má-fé (GRANOVETTER, 2007; 2019), somos remetidos ao caso das atividades desenvolvidas dentro do espaço da informalidade, na qual paralelamente sempre precisam existir com certo grau de confiança para ocorrer à ação econômica, em função de não serem formais e não estarem dentro da legalidade institucionalizada.

Nesta linha de raciocínio, onde o ambiente informal cria seus próprios arranjos, Marconatto e Pedrozo (2013) evidenciam as maiores limitações dos principais conceitos de capital social, pois, segundo os autores, esses conceitos reduzem o escopo de capital social, já que em sua maioria destacam uma ou duas forças da estruturação social, quando na verdade é necessária a consideração mútua de três forças, com base no fato de que é necessário respeitar mutuamente as respostas dos indivíduos aos estímulos recebidos simultaneamente das redes e instituições, embora sejam indivisíveis dado que, “operam e afetam-se mutuamente, aumentando e diminuindo seus estoques” (p.01).

Os autores citados referem-se às limitações dos conceitos de capital social, e aqui na verdade construímos uma base entre a economia social e não sobre o capital social, devido a economia social preencher a lacuna existente entre o Estado (que deveria garantir os direitos) e a sociedade privada (que visa o lucro) para explicar a realidade social dos informais ambulantes fixos. Pois, conforme Albarello (2019) em um estudo sobre a importância da força dos laços na dinamização do território, os reflexos exógenos do mercado globalizado, são encarados como poucos recursos financeiros e tecnológicos disponibilizados ao pequeno produtor, o que impulsiona com maior frequência e abrangência a utilização dos laços fortes e fracos, como alternativas para o enfrentamento da relação comercial capitalista dentro de ambientes mais competitivos, condicionando-os assim a informalidade. A fim de que o arranjo utilizado seja

uma alternativa de sobrevivência a competição mercadológica, o que passa a definir o tipo de mercado que o trabalho será inserido.

Rabossi (2004; 2015) destaca a importância da visão da dinâmica comercial numa região de fronteira localizado no Paraguai com o Brasil. Na qual recorrendo a estudos etnográficos acompanhou os atores envolvidos nesse comércio, assim como as relações deste tipo de mobilidade, territorialidade e temporalidade. Revelando uma complexidade de transações com vocabulário de comércio e de fronteira, explicando que o comércio não possui limites territoriais, e que a lei aparece na inscrição destes como a técnica privilegiada na qual os informais tomam decisões que implicam questões morais, mas acima de tudo sociais.

Por analogia em Carneiro (2017) que apresenta como objetivo o estudo das implicações que a ideia de compras populares pode ter em diversos contextos espaciais, econômicos e políticos, e como esses significados podem ser usados para justificar não apenas o desenho de espaços urbanos, mas também realização de políticas públicas, que funcionam como arranjos que contribuem com as camadas menos favorecidas da sociedade, principalmente, encontrados na região Nordeste. Para o autor o propósito de alocar esses trabalhadores/comerciantes e consumidores em um único centro, e de acordo com o estudo, possui diferentes combinações e articulações das atividades comerciais, e apresentam diferentes configurações institucionais, que revelam-se como um espaço que não ampara o trabalhador urbano, mas somente atende a reprodução do capital.

Porém, Araujo (2014), que não considerou as histórias específicas de cada lugar, mas analisou as motivações e estratégias utilizadas pelos comerciantes informais fixos, utilizando fontes históricas, dados primários e entrevistas semiestruturadas e outras com profundidade, mas em um grupo menor. Concluiu que para enfrentar os diversos obstáculos impostos às suas atividades, os comerciantes recorrem às relações sociais, que passam a serem fundamentais para conquistar um ponto fixo e que o ingresso e a permanência nesta atividade se devem por inexistência de alternativas, como também baixos salários. Além disso, veem-se como auxiliares do espaço urbano, prestando informações aos transeuntes, ajudando o comércio formal - pois contribuem para o aquecimento dos negócios, atuam como vigilantes informais na cidade e possuem familiaridade com a rua; beneficiando as pessoas de menor poder aquisitivo, a ter acesso a mercadorias e produtos já que fornecem preços mais baratos.

Após esse quadro geral, passa-se a visualizar a construção teórica adotada para a análise do objeto empírico da pesquisa, no qual se investigou as particularidades da criação de circuitos econômicos em direção a formação e ocupação dos espaços urbanos, para o desenvolvimento de atividades informais nos espaços urbanos públicos do município de Palmas-TO.

É sob esta ótica que este estudo tende a contribuir, uma vez que analisaram-se de forma sistemática os aspectos não econômicos da relação estabelecida entre a ocupação informal do espaço público urbano pelos trabalhadores informais, decifrando as tramas que envolvem essa ocupação, de forma a ilustrar os micro fundamentos da vida econômica, identificando os contratos sociais e levantando questões sobre os significados relacionais e das atividades, visto que os circuitos de comércio possuem configurações sociais e culturais particulares (ZELIZER, 2015). Em síntese, esta tese tem como problema os agenciamentos sociais que transformam e interferem na dinâmica comercial e da relação com o espaço público, mas que ao mesmo tempo ativa o uso de tais ambientes. Sendo assim, oportunamente, na seção seguinte, passa-se a revisão dos objetivos propostos que coordenaram a pesquisa.

1.3 Questão norteadora

A percepção da necessidade de se estudar esse tema, presente no espaço público de Palmas que possui linhas traçadas e planejadas, precisa de atenção, pois a organização espacial baseada nas relações de propriedade que alicerçam a sociedade manifesta-se no espaço devido às necessidades de capital. Se por um lado a transformação informal do espaço urbano requer relações socioespaciais que avancem por redes, por outro há as tramas pelas quais as exigências da vida cotidiana afetam a experiência do dia-a-dia, permanecendo sob o controle dos indivíduos/ocupantes locais (LEFEBVRE, 1991; ZELIZER, 2006, 2015; GOTTDIENER, 2016; CASTELLS, 2022). Ao se materializar em uma expressão urbana de questão social, fomenta-se e incorporam-se esses elementos à ocupação dos espaços públicos por vários segmentos da população, mantendo o comércio informal ativo onde quer que ele se instale.

Em relação às questões básicas que este tema se associa, há um problema conjuntural que se anuncia no mundo do trabalho e que, portanto, interfere no uso que as pessoas fazem através da ocupação/apropriação do espaço público, gerando circuitos econômicos dentro de uma economia social, os quais engendram outras questões coletivas relacionadas à confiança e ausência de autoridades centrais que possam tutelar e em alguns casos obrigar os compromissos dos combinados (ZELIZER, 2015). Pois, de um lado se presencia os projetos de uma cidade com um comércio que paga impostos regularmente e atende as normas específicas exigidas pelo município, do outro lado se verifica o trabalhador que ocupou o espaço público cujo comércio pode pagar ou não impostos, todavia como não é formal não possui regras e ou instituições de fiscalização que garantam segurança tanto aos fornecedores quanto aos consumidores, o cidadão que compra o produto seja do mercado formal ou informal.

Mediante o exposto, pretende-se ampliar a análise econômica sobre o comércio informal da cidade de Palmas, uma área geralmente abdicada e identificar os contextos sociais que facilitam ou restringem a ação econômica, localizando as causas centrais que motivam as decisões dos indivíduos que operam entre as restrições legais (impostas pelo Estado) e as informais (desassistidas pela Lei). Compreender as formas similares de negociação interpessoal e cultural em um amplo contexto, pertencente ao objeto informal da economia, reescrevendo esse modelo econômico, explicando as anomalias existentes e estabelecendo a validade empírica (ZELIZER, 2015).

Ou seja, uma abordagem que contempla a multicausalidade, e que, portanto, deve verificar os aspectos sociais, legais e de políticas públicas. Para isso, parte-se da necessidade do trabalho como gerador de renda para o viver/sobreviver, e se reconhece que não existem empregos disponíveis e suficientes para todos. Desta forma, a presente pesquisa destaca o trabalho de vendedor ambulante fixo que ocupa o espaço público para geração de renda, no intuito de responder à questão norteadora da pesquisa: Como se constitui os circuitos econômicos do comércio de rua no município de Palmas?

Figura 2. Esquema prático da problemática do Espaço urbano público e seus usuários.



Fonte: Elaboração da autora (2021).

1.4 Objetivos

Geral

Compreender as dinâmicas sociais, de comportamento e territoriais do trabalho no contexto da informalidade no espaço público urbano da cidade de Palmas.

Específicos

1. Analisar a complexidade da informalidade no município de Palmas, por meio do acompanhamento etnográfico de regiões específicas;
2. Compreender como se constitui o circuito econômico informal de Palmas;
3. Contribuir para os estudos da informalidade no mercado de trabalho.

1.5 Metodologia

O presente estudo foi dividido em etapas. A primeira etapa consistiu em uma revisão do estado da arte para embasamento teórico. Na segunda etapa realizaram-se as visitas para delimitação, reconhecimento e entrevistas em três pontos selecionados do perímetro urbano de Palmas-TO. Já terceira relaciona-se a transcrição dos dados, e por fim na quarta etapa a análise e interpretação.

Na quarta etapa são apresentados os dados obtidos em forma de gráficos e planilhas ou na forma de seções que visam descrever esses indivíduos, também foi produzida as entrevistas e sua análise, um processo que visa demonstrar os dados encontrados. É através desses resultados, que se trouxeram à tona as discussões sobre as relações encontradas e a fundamentação baseada nos autores teóricos escolhidos ao longo da trajetória¹⁰.

Por fim, a interpretação dos dados que identifica a natureza, caracteriza a dinâmica, o modelo do contexto informal de Palmas e revela os dados dos três pontos selecionados, sempre preservando a identidade dos pesquisados e pesquisadas.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram voltados para uma abordagem qualitativa que teve como principal fonte os testemunhos obtidos, por meio de entrevistas realizadas com os comerciantes informais fixos, estabelecidos em três pontos específicos da cidade de Palmas – Tocantins como recorte geográfico da pesquisa. São eles os sujeitos da pesquisa, tratando-se de uma abordagem composta por uma postura reflexiva e de zelo, pelos procedimentos escolhidos, como toda pesquisa científica, em função do sentido da entrevista ser uma relação de troca (BOURDIEU, 2001).

¹⁰Ver quadro 03.

1.5.1 Objeto empírico – campo

A escolha dos recortes buscou atentar para a relevância, organização e influência do comércio de rua na sua distribuição pelo espaço urbano, baseado na planta da cidade e levando em conta o fluxo de circulação recorrendo à observação aleatória. Colocando como critério de escolha para as áreas a função de polarização do fluxo de pessoas, captação de recursos, circulação de capital, além de serem caracterizadas como centralidades da cidade. Para Lefebvre (2006) as categorias da cidade e do espaço permitem compreensão e análise de processos socioespaciais em diferentes níveis.

Para tanto, se traçou um perfil de três pontos específicos da cidade de Palmas capital do Tocantins. Em relevância, os três recortes espaciais desta pesquisa justificam-se pela intensa concentração de atividade comercial na área e pelo grande fluxo diário de pessoas no local. Logo, a escolha deu-se também pela necessidade de colocar em evidência o fortalecimento dos estudos relacionados ao Desenvolvimento Regional das áreas e atendendo aos objetivos específicos de natureza acadêmica: socioeconômicos, além, do interesse de realizar este diálogo por meio desta tese.

Organizado burocraticamente para o consumo (compras e vendas), o espaço do centro de Palmas dificulta a experiência corpórea na escala pedestre. Desta forma, as pessoas que utilizam ônibus descem em pontos específicos de paradas e caminham até o estabelecimento de interesse. Esse trajeto propicia: ver o entorno, lanchar, entre outras coisas através de uma rica experiência (OLIVEIRA, 2016).

Funcionando como um importante ponto de interligação com regiões afastadas do território central, as estações de ônibus possuem várias ocupações informais em suas extremidades, com implantação de contêineres, adaptações das bordas dos terrenos com lanchonetes, barbearias, área de convívio com mesas e cadeiras, apropriado a convivência social, revelando um corredor de comércio de produtos, na qual o passageiro que espera o ônibus vivencia uma rica dinâmica social (OLIVEIRA, 2016).

FOTO 1: Estação de Ônibus Apinajé

Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Visto ser o resultado de uma construção coletiva, fruto da relação entre o público e privado, o livre e o construído tem-se uma relação complexa e imbricada, na qual a ocupação informal do espaço livre para a comercialização de serviços e produtos dos ambulantes provoca a transformação do uso irregular do espaço público em privado (Ibidem). Como a estação de ônibus Apinajé, localizada na quadra 101 Norte, Rua Ns A, 2 – Plano Diretor Norte, na qual é perceptível vários vendedores ambulantes e fixos (ver foto 1).

FIGURA 3: Ponto 01 Estação de Ônibus Apinajé.

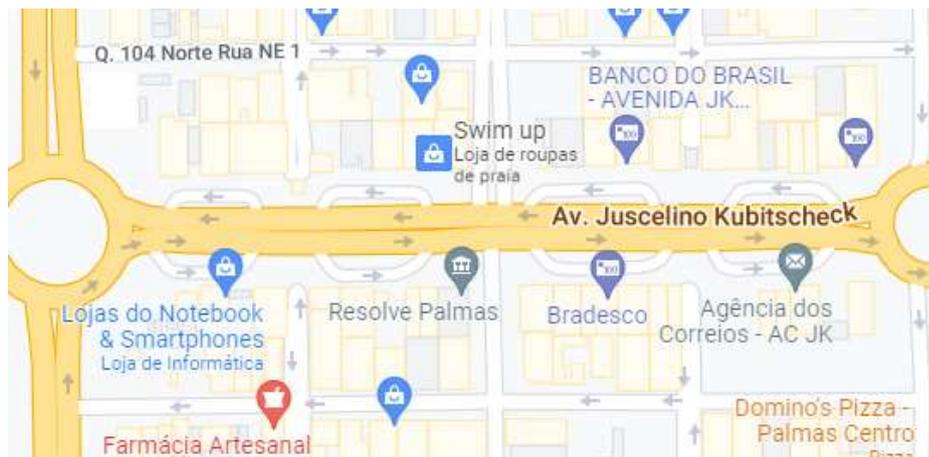
FONTE: Google Maps.com.br (Adaptada pela autora), 2021.

Sucedem que em Palmas no Tocantins há vários ambientes de comércio informal, alguns já estão enraizados na cidade como o camelódromo. Que chama a atenção para a área central de Palmas com calçadas mais largas, que também atrai maior fluxo de pessoas.

FOTO 2: Avenida JK.

Foto: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Compreendida pela Avenida Juscelino Kubitschek e as ruas adjacentes, nas quais com estruturas móveis, simples e de fácil deslocamento encontram-se mesas e carrinhos (OLIVIERA, 2016).

FIGURA 4: Ponto 02 Avenida JK e ruas adjacentes

FONTE: Google Maps.com.br (Adaptada pela autora), 2021.

O terceiro ponto é um trecho da calçada pública localizada no bairro de Taquaralto que apresenta condições para atividades de fruição, criando sensação de intimidade, com estruturas mais elaboradas, como toldos, e coberturas de lona demarcando cada qual seu território específico (OLIVEIRA, 2016).

FOTO 3: Trecho da Avenida Perimetral Norte.



Foto: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Observa-se na Av. Tocantins, entre a Av. Perimetral Norte e a Rua 7, na qual é perceptível vários vendedores ambulantes e fixos, ocorrem também além a ocupação do espaço público pelo comércio local formal.

FIGURA 5: Ponto 03 Trecho da calçada do comércio da Av. Tocantins.



FONTE: Google Maps.com.br (Adaptada pela autora), 2021.

Admite-se que por intermédio desses pontos específicos que foram ocupados informalmente por vendedores ambulantes fixos, ou seja, recorrendo as entrevistas, pode-se evidenciar de melhor forma os objetivos propostos.

Tabela 2: Organograma de horas utilizadas nas entrevistas e etnografia.

	PONTO 01	PONTO 02	PONTO 03	TOTAL
PESSOAS ENTREVISTADAS	26	25	21	72
PONTOS COMERCIAIS	17	13	16	46
HORAS UTILIZADAS	68h	56h	64h	188h

Fonte: Elaboração própria, 2022.

1.5.2 Técnicas de levantamento de dados

Para identificar o circuito de comércio foram observados os seguintes elementos:

- ✓ Existência de um conjunto distinto de relações sociais entre indivíduos específicos;
- ✓ Atividades econômicas compartilhadas realizadas por meio dessas relações sociais;
- ✓ Sistemas de contabilidade comuns para a avaliação de trocas econômicas [...];
- ✓ Significados compartilhados que as pessoas atribuem às suas atividades econômicas;
- ✓ Um limite bem definido que separa os membros do circuito daqueles que não o são com algum controle sobre as transações que cruzam esse limite;
- ✓ Consciência mútua dos participantes (ZELIZER, 2015, p. 422).

A pesquisa foi realizada de forma direta, já que os dados foram obtidos de várias maneiras como pesquisa bibliográfica, coleta de dados, análise e interpretação dos dados. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que articulou dimensões quantitativas e qualitativas. Conforme Sampieri; Collado e Lucio (2006) todas as abordagens são muito valiosas e constituem diferentes aproximações para o estudo de determinado fenômeno, elas funcionam como abordagens complementares, na qual são utilizadas com a necessidade para revelar um fenômeno levando a solução de vários problemas e questões. Para os autores, o pesquisador deve ser metodologicamente plural, guiado pelo contexto, situação e recursos disponíveis com os objetivos que pretende alcançar e os problemas de estudo.

Se a pesquisa bibliográfica é constante, ela tem como fontes, diversos teóricos, cujos conceitos apresentados foram utilizados como base científica deste estudo. Portanto, fazendo uso da pesquisa bibliográfica foi possível delinear com maior clareza e formalidade a pesquisa, ademais é provável o acesso ao mesmo conteúdo sob outro ponto de vista. Nesse caso, trata-se de uma pesquisa que se origina de ideias, que podem vir de fontes diferentes, mas que são traduzidas em problemas concretos de pesquisa, e sua importância não ficam restritos somente a uma abordagem qualitativa, pois boas ideias encorajam o pesquisador e inovam a elaboração

dos temas e as resoluções de problemas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006; PRODANOV; FREITAS, 2013; PESSÔA; RUCKERT; RAMIRES, 2017).

Em campo buscou-se realizar uma extensa e detalhada pesquisa, por intermédio da etnografia¹¹ e observação participante¹², esquadrinhou-se o campo, tomando nota e recorrendo a entrevistas semiestruturadas¹³, realizando uma sondagem das práticas dos agentes e dos circuitos utilizados. Também se buscou entender a hierarquia, as mercadorias, e os processos, fiadores e produtores de confiança, bem como as dimensões (quantidade de pessoas, produtos, entre outros) como também a perenidade dessas relações.

Desta forma, por meio do contato direto com o objeto de estudo no qual “[...] as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Numa atitude de descoberta, de leitura da paisagem, observação dos fenômenos e mobilização das questões que tal contato propicia, mediante uma investigação dos elementos do cotidiano¹⁴, fazendo uso da coleta de dados contínua via questionário semiestruturado e observação (gravando a voz, fotografando, e anotando¹⁵). Dado que a entrevista etnográfica é baseada numa relação social particular entre pesquisador/pesquisado (WEBER, [1997] 2007).

No intuito de descobrir quais as condições, limites e possibilidades que a ocupação e apropriação do espaço público são realizadas pelo ambulante fixo (no comércio de rua/via/área pública), como foi empreendido, quem são eles, e quais são os circuitos do comércio (acordos sociais) utilizados e sua importância (ZELIZER, 2015). Os estudos práticos iniciaram em 2021 no segundo semestre e continuaram em 2022 no primeiro semestre, por um período de doze meses em campo (ver tabela 2).

Nas primeiras visitas fotografou-se o espaço na busca do entendimento do campo de pesquisa, observar como era a dinâmica de forma a traçar os caminhos que seriam percorridos para a abordagem e como se dariam. Essa fase também contemplou a elaboração do questionário semiestruturado que seria utilizado (encontra-se no apêndice B). A escolha dos

¹¹Instrumento eficiente nos estudos qualitativos que proporciona uma análise minuciosa e completa além de uma participação ativa dos sujeitos pesquisados (SOUZA, 2013).

¹² “[...] O pesquisador participa ativamente de todas as atividades, o que torna a pesquisa interativa por natureza, sendo o pesquisador parte vivente do processo a ser estudado” (SOUZA, 2013, p. 58.).

¹³ Por ser um modelo flexível, apesar do roteiro prévio, abre espaço para que entrevistado e entrevistador falem de outras coisas que não haviam sido planejadas, por intermédio de um diálogo natural e dinâmico.

¹⁴De acordo com Certeau (1998) o cotidiano é compreendido como a “arte de fazer”, na qual cada pessoa estabelece conforme seu jeito, um uso e uma (re)apropriação do espaço.

¹⁵ Através da entrevista aprofundada ocorre uma interação pessoal, na qual o gravador é um expectador indispensável, diferenciando-se de uma simples distribuição de questionário, visto constituir-se se uma espécie de misto entre interação pessoal e cerimônia (WEBER, [1997] 2007).

entrevistados ocorreu de forma aleatória¹⁶, em razão de se estar lá conversando e gravando as conversas, algumas vezes diálogos particulares, outras em roda, com os comerciantes informais fixos nas três áreas escolhidas (nem todos aceitaram conversar ou gravar a voz, alguns ficavam arredios). Na sequência, foram realizadas as transcrições das falas, bem como o tratamento estatístico nos dados que tinham essa finalidade.

1.5.3 Técnicas de tratamento de dados

O embasamento teórico foi inspirado em três temas centrais, segue um modelo sucinto explicativo.

Quadro 2. Das teorias utilizadas na tese.

TEMAS	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS
CIRCUITOS ECONÔMICOS	Questiona a dicotomização, visto que o mundo da economia se estabelece através de dualidades, na qual a configuração social e econômica permite a circulação de acordos, práticas, informações, instrumentos de troca e símbolos partilhados neste ambiente. – CIRCUITOS ECONÔMICOS.	Zelizer, 2006; 2009; 2010; 2011; 2015.
ECONOMIA SOCIAL	Compreende que cada cena social representa racionalidades práticas diferentes, na qual o exame da prática da mensuração e da contabilidade, permite compreender suas similaridades e diferenças de articulação dentro do trabalho marginal na qual o pagamento é nomeado de BRICOLE.	Weber, 2002; 2009.
ESCOLAS DO PENSAMENTO DAS TEORIAS CAUSAIS DA INFORMALIDADE*.	Escola Dualista	Portes; Blitzer e Curtis, 1986
	Escola Estruturalista	Cacciamali, 2007
	Escola Legalista	De Soto, 1987
	Escola Voluntária ou Neoliberal	Pamplona, 2001

¹⁶ Numa pesquisa etnográfica os pesquisados devem estar em relação uns com os outros, pois não podem ser escolhas baseadas em critérios abstratos (WEBER, 2007).

* Buscar no quadro 04 a síntese básica de entendimento de cada escola para melhor esclarecimento. Elaboração da autora (2021).

Como a técnica da entrevista foi compreensiva¹⁷ e em profundidade (gravadas e posteriormente transcritas), as informações foram tratadas via análise de conteúdo baseado nos estudos de Bardin¹⁸ (2016), respeitado a forma falada e buscando nela as informações que não estavam claramente nas palavras ditas. Já os questionários estruturados e semiestruturados, além de descobrirem a frequência, natureza e relação com outros fatos (PRODANOV; FREITAS, 2013), geraram informações estatísticas, das características socioeconômicas, questões específicas da informalidade, e da ocupação do espaço público, visando compreender a percepção dos trabalhadores informais, e quais implicações são enfrentadas por eles, no espaço público da cidade.

As mudanças cotidianas e a conseqüente diversificação das esferas da vida, trazem consigo constantemente novos contextos e perspectivas sociais àqueles que lidam com a realidade social, com fatos sociais¹⁹, exigindo modificações e aperfeiçoamentos nas formas de explicar a realidade vigente. Tornando os métodos tradicionais obsoletos para o estudo dos fatos sociais contemporâneos, assim foram utilizados “conceitos sensibilizantes” e de estratégias indutivas como ferramenta metodológica (FLICK, 2009, p. 21), desviando-se do monismo metodológico.

Destarte, no lugar de testar grandes teorias, buscou-se uma postura metodológica que levasse a descrição e entendimento do fato social a ser estudado. Desta forma, em primeiro plano levou-se em atenção à realidade em si mesma, de forma que o “juízo de fato²⁰” e o “juízo de valor²¹” pudessem ser identificados e descritos de forma clara ao longo da pesquisa.

Inicialmente trabalhou-se com os dados que serviriam para identificar e caracterizar a amostra de cada um dos pontos escolhidos, bem como da totalidade da pesquisa por meio do tratamento estatístico, abrindo caminho criterioso para a averiguação segura e aprofundada.

¹⁷ Na qual as entrevistas serão codificadas para: salientar, classificar, agregar e categorizar os trechos da entrevista transcrita, na grelha de categorização e das unidades de sentido (PESSÔA; RUCKERT; RAMIRES, 2017).

¹⁸ Conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, cuja intenção da análise é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, dedução esta que recorre a indicadores.

¹⁹ Fatos que apresentam características especiais, maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de imposição considerada desejável ao sujeito dentro de uma organização definida, desembaraçado de todo elemento estranho com a ajuda dos dados estatísticos (DURKHEIM, 2007).

²⁰ Juízos descritivos na medida que fornecem informações sobre a realidade, descrevendo-a de forma a facilitar seu entendimento (WEBER, 2001).

²¹ São juízos normativos ou prescritivos (WEBER, 2001).

Posteriormente, direcionaram-se a atenção as entrevistas relacionadas aos questionamentos centrais do estudo, evidenciando a natureza qualitativa da pesquisa.

Ao incorporar diálogos, comentários e imagens no texto pretendem-se expandir a representação do que parece ser descrito. Isso não quer dizer que eles não sejam manipulados: descritos e selecionados, transcritos e recortados. No entanto, sua presença permite outras leituras possíveis.

A reprodução dos diálogos e comentários das pessoas tenta corresponderem às formas que aparecem na gravação ou em anotações próprias. O modelo utilizado para transcrever é a linguagem padrão, ou seja, palavras e formas da gramática formal. O interesse em preservar o que a princípio pode ser inferido como erro não pretende indicar 'abuso' da língua, mas sim demonstrar seu uso em um país extenso latitudinalmente como longitudinalmente em um contexto de regionalismo fruto das variações linguísticas do Brasil.

A longitude entre conversas gravadas e as observações anotadas é enorme. No segundo caso, o que ficou retido na memória (palavras, tópicos, ordem) foi retraduzido ou rearranjado para o formato gramatical e normativo conforme foram transcritos em frases nas anotações. Não se percebeu o poder do inconsciente gramatical (para nomeá-lo de alguma forma) até comparar os dois registros e vê-lo claramente. Além disso, quando foram gravados e escritos os discursos da mesma pessoa, percebeu-se diferenças palpáveis. Não creio que por isso estes últimos percam o seu valor, pois correspondem aos temas tratados, às palavras e à ordem utilizada. Desta forma, foi utilizado um ícone ao lado das frases consonante o meio de gravação.

Esse  é das informações de entrevistas que foram transcritas de gravações.

Esse  é das anotações de observações realizadas com o auxílio das notas de campo ao final das entrevistas.

Os textos que aparecem em fundo cinza (como este parágrafo) são notas de campo. Na qual é descrita uma situação ou um evento que ocorreu durante a busca.

Junto aos depoimentos utilizados ao longo do texto colocamos informações individuais que auxiliam uma melhor compreensão e análise ao leitor como: o ponto, o sexo, escolaridade, estado civil, condição de trabalho e idade.

E para concluir este contexto tem-se os depoimentos que são citados em itálico (como este parágrafo) seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para citação.

Esses elementos estão distinguidos desta forma para sinalizar a proximidade com o arquivo de campo.

2 TRABALHO E INFORMALIDADE

Na sociedade contemporânea muito já se debateu sobre a centralidade do trabalho (POLANYI, 2000; ARENDT, 2007; GUIMARÃES, 2009; MARX, 2011; CASTEL, 2012; ANTUNES, 2009, 2018, 2019). O século XX através de suas transformações impulsionou uma vasta produção literária que deu destaque às explicações sobre a sociedade do trabalho e as dinâmicas estabelecidas nessas relações sociais vigentes. “Ter trabalho, manter o trabalho, viver do trabalho estavam no centro das percepções, das motivações e dos sentimentos flagrados em diversas pesquisas de opinião que investigaram atitudes dos brasileiros na década de 1990” (GUIMARÃES, 2009, p. 152). Eventualmente, são dinâmicas que colocam o trabalho como um bem de acesso exposto por valores que repercutem em status adquirido e atribuído a quem dele participa, no qual os ditames do mercado legitimam as hierarquias ocupacionais, assim como a estratificação dos sujeitos (PIZZIO, 2015).

Por serem inerentes ao ser humano, as relações de trabalho têm sido objeto de estudo e pesquisa das ciências sociais, cujo nascimento data ter sido no século XIX, fruto do desenvolvimento e das transformações tecnológicas, das formas de produção e do surgimento de novas relações sociais emergentes da produção. Por conseguinte, estão abertas a muitas possibilidades de estudo, tendo em vista que muitas vezes entrelaça o sujeito que estuda ao objeto de estudo, e constantemente esse cientista interroga-se, enquanto membro de um grupo, sobre os significados das ações desse mesmo grupo. Dessa forma, o produto do conhecimento produzido pelas ciências sociais pode transformar o mundo, tomando por base que os seres humanos podem mudar de comportamento levando em conta o saber construído (CANO, 2012). Dito isso, adentra-se na raiz do significado social do termo trabalho, em função de ser algo relevante para a atual discussão, de forma a caracterizar de forma sucinta, o que se pensa e o que se construiu de conhecimento sobre o termo.

2.1 O que é trabalho?

Talvez um dos pensadores que mais se dedicaram ao tema do trabalho, tenha sido o pensador alemão das ciências sociais Karl Max, já que concedeu e deteve importância a esse tema, que para o autor representa a base da sociedade, convertendo-se numa característica fundamental do homem, que se torna homem, por meio e do trabalho, construindo a sociedade, transformando-a, e fazendo a história (MARX, 2011). Assim sendo, para o autor o trabalho é uma categoria essencial que permite explicar e antever o futuro do mundo e da sociedade.

Contudo, Max (2011) também alerta, para que se veja o ofício sob o prisma do processo de produção capitalista, que o autor relata possuir diferentes modos de relação de produção na qual o trabalho deve ser entendido como uma substância do valor. Por certo, deixa claro que o tema trabalho não pode ser compreendido somente sob seus aspectos técnicos e conteúdo material (sentido filosófico), mas principalmente segundo sua forma histórico social-concreta, que coloca seu afazer sob o julgo de mercadoria vendida e comprada. Sem dúvida varia dependendo do modo de produção: sistema escravista - no qual o escravo era vendido e comprado; sistema feudal – em que o servo era subjugado ao Senhor feudal proprietário da terra; e, no modo capitalista - cujo trabalhador assalariado, ou operário é a principal força de produção, uma vez que sua força de trabalho transforma-se em mercadoria (MARX, 2011).

Compreende-se, portanto, e conforme o sentido ontológico de Marx, que o trabalho é uma atividade que altera a natureza e seus elementos para conferir-lhes uma utilidade. Entretanto, essa capacidade de transformar a natureza, é uma característica da espécie humana e das demais espécies de animais, como por exemplo, os roedores, os pássaros entre outros que também transformam os meios que estão inseridos objetivando satisfazer as próprias necessidades vitais. Nesse sentido, entende-se por trabalho a transformação da natureza consciente idealizada (planejada) e objetivada (executada) pelo homem (SOARES, 2008).

Não só por intervenção deste procedimento que o homem produz materialmente a sociedade como também em relação às novas realidades, pode ser exemplificada, a partir do momento em que se recorre às redes sociais da internet, um espaço de interação social, que foi criado através da transformação tecnológica inventada pelo homem. Veja que o próprio desenvolvimento humano é o resultado da evolução de sua capacidade cognitiva de desenvolver técnicas e tecnologias para elaborar seus instrumentos de trabalho. Sem dúvida, o processo de transformação, trabalho, diferencia-se dos demais processos realizados pelas outras espécies, desse modo concebe-se o trabalho como uma relação organizada entre o sujeito e o objeto (homem/sociedade versus instrumentos/conjunto de instrumentos), já que há uma relação sempre mediada por um ou por outro.

Todavia, Arendt (2007) menciona que o trabalho pode ser conhecido como resultado das atividades cujo objetivo seja perpetuar para além da presença do indivíduo, como uma marca individual que os homens almejam deixar equivalente a uma obra na sociedade. Por certo, essa interpretação não utiliza a transformação social, mas o dia a dia como cenário para entender o contexto do trabalho, colocando argumentos do mundo moderno para a discussão sobre o trabalho.

Na exposição de Arendt (2007) existem três atividades humanas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação, na qual o labor corresponde a uma atividade do processo biológico humano que assegura a sobrevivência e a vida da espécie, o trabalho pertence ao processo do ciclo vital e a ação que é a condição humana da pluralidade, em que os homens vivem e habitam o mundo, criando a condição para a lembrança, para a história. Contudo, essa análise da categoria trabalho, da autora, trata-se especificamente de uma crítica ao conceito marxiano de trabalho, que para a escritora retrata uma confusão conceitual de Marx das categorias trabalho e labor, na qual o labor pertence a um ciclo interminável e o trabalho não, pois o mesmo interrompe este ciclo natural. Arendt relata que a diferença entre labor e trabalho sequer foi percebida e muito menos discutida nas teorias modernas do trabalho, e assenta suas justificativas na própria etimologia dos termos, pois nas línguas europeias antigas e contemporâneas o que de maneira comum refere-se a uma só atividade possui dois termos diferentes. Para a autora esse fato foi ignorado na época, devido ao desprezo que se tinha pela atividade do labor (Ibidem).

Ao se buscar os estudos de Marx (2011) percebem-se na categoria do vocábulo trabalho vários sentidos (trabalho abstrato, concreto, universal, assalariado, produtivo, entre outros) e, aproximadamente duas dimensões de análises (econômica e filosófica), além disso, verifica-se a utilização do termo trabalho de forma generalizada, tanto na discussão ontológica²² como na investigação econômica apresentando várias dificuldades de interpretação ao longo de seu texto. Em conformidade com a fala de Arendt (2007) que por meio da hermenêutica²³ e da fenomenologia²⁴ traçou em seu estudo, uma diferenciação entre a condição e a essência humana, e partindo da condição da existência humana, da capacidade dos humanos de atribuir significados, como do entendimento que as atividades não são exclusivamente humanas. Isso porque as máquinas também realizam atividades, que embora seja produzida pelo homem, este a fez com o objetivo determinado anteriormente. Subsequente, a análise contribui para entender a ênfase dada a condição humana, mas não a sua essência.

Arendt (2007) afirma que o labor são os atos anônimos necessários para a reprodução do mundo comum, e o trabalho é a atividade que o indivíduo realiza, na qual o seu produto obtém reconhecimento na esfera pública. Inquestionavelmente, diferencia-se desta forma o

²²Parte da metafísica que trata da natureza, realidade e existência dos entes. A ontologia trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres objeto de seu estudo.

²³Filosofia que estuda a teoria da interpretação, que pode referir-se tanto à arte da interpretação quanto à prática e treino de interpretação.

²⁴Metodologia que retoma a importância dos fenômenos, os quais devem ser estudados em si mesmos – tudo que podemos saber do mundo e de nós próprios resume-se a esses fenômenos, a esses objetos fenomenais que o ser experimenta em sua finitude.

processo de reprodução da espécie humana do ato individual de produzir. Sendo assim se dá evidência ao ato de trabalhar na perspectiva individual e da espécie, contemplando o significado que o indivíduo oferece a sua atividade para obter reconhecimento na esfera pública com o intuito de construir o mundo comum, sua profissão, sua identidade. Por outro lado, a ideia do labor fica na perspectiva do trabalho que gera renda para a sobrevivência.

Por reconhecer que tanto as pontuações de Arendt (2007) sobre o labor que propicia a vida comum, ou seja, o sobreviver, como as de Marx (2011) fornecendo atributos que contribuem para o entendimento dos significados do trabalho no sistema capitalista, que também leva a sobrevivência do ser humano, a presente pesquisa adotou os dois viés, o marxiano da concepção de trabalho, pois ao se assumir os desdobramentos teóricos de Marx (2011) têm respostas satisfatórias à interpretação da realidade contemporânea, porque na sociedade capitalista o trabalho admite uma forma assalariada, na qual a divisão do afazer marca todo o processo de produção capitalista. É nesta divisão que se reconhece o trabalho concreto (produtor do valor de uso, dotado de qualidades) e o abstrato (social, universal, comum a todos os homens, produto de valor de troca), cuja separação é consolidada pela segmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Assim como a visão arendtiana da concepção de trabalho e labor uma vez que essa proposta também identifica respostas à realidade do mundo atual entre o viver/sobreviver²⁵.

Outra importante constatação foi a interpretação de Pierre Bourdieu (2001) que fala sobre a dupla verdade do trabalho, a verdade objetiva na qual o trabalhador é explorado dado que muitas vezes recebe um ganho intrínseco, um mero rendimento para necessidades básicas, sem muitas perspectivas. E a segunda verdade a do trabalho subjetivo, associado ao simbolismo, em virtude de gerar status como o nome da profissão, os tipos de relações de trabalho que frequentemente acompanham esse indivíduo. Essas condições muitas vezes podem ser influenciadas por intermédios das liberdades que ele possui, que estão relacionadas ao grau de especialização, ao fato de ser imigrante, condição étnica, faixa etária e gênero. Estar neste ou naquele segmento dependendo da situação pode concentrar o tipo de exploração que irá sofrer.

Na contemporânea sociedade capitalista, os recursos indispensáveis ao viver/sobreviver são obtidos por intervenção do dinheiro, que é conquistado mediante o trabalho, principal recurso para a vida dos indivíduos. De forma mais ampla, o ofício na sociedade capitalista, representa uma forma de inscrição na estrutura social, que não é limitada pela técnica de

²⁵Adotamos esse termo que de certa forma abrange o labor tratado por Arendt, mas que também ressalta a importância do trabalho destacado por Marx, que dentro da sociedade atual trata da condição fundamental de vida e sobrevivência humana, do homem dentro do sistema capitalista, no qual tudo é comprado e vendido.

produção ou pela função desempenhada. Desta forma, toda ocupação é reconhecida como elemento que estrutura a organização social, encarregada pela produção e reprodução das dimensões econômicas, políticas e sociais que integram os indivíduos em sociedade, tornando-se sua base de definição identitária (PIZZIO, 2015; BOURDIEU, 2001).

Ao longo do tempo é possível identificar várias transformações no mundo do trabalho consideradas fundamentais nessa discussão. A demanda por um melhor aproveitamento da mão-de-obra e a incrementação do uso do capital trouxeram o desenvolvimento de novas técnicas de gestão, como também novas tecnologias, amparadas na microeletrônica causando profundas transformações nos espaços de produção. Gerando a diminuição e a importância, do trabalho manual e repetitivo, lançando sobre ele um novo formato em ascensão e centralidade.

Partindo-se dessa nova concepção produtiva tem-se exigido uma maior capacidade intelectual e novas singularidades cognitivas e comportamentais dos trabalhadores. Que por sua vez, ocasiona no mundo empresarial uma redução de agentes estáveis, acarretando desvantagens para muitos, cujas utilizações são definidas de acordo com as necessidades do capital, gerando o que chamamos de terceirização²⁶ do trabalho nas empresas. Essa nova lógica social da produção vem retirando do emprego sua importância e centralidade na interpretação e entendimento da realidade social apresentada (OLIVEIRA, 1988, 1995) uma vez que dividiram em fragmentos os grupos em lotes menores, contratando-os em empresas menores e com menos funcionários.

Contudo, a redenção contra a ideia do fim do emprego pode ser observada em importantes argumentos como o de Karl Marx (1994) que em seus textos esclarece as duas linhas do trabalho executado pelos trabalhadores, o trabalho vivo²⁷ e o morto²⁸ que por meio do desenvolvimento das sociedades industriais, as máquinas não somente economizam o trabalho vivo, como também aumentam a jornada de serviços, proliferando formas de trabalho não pagos. São esses, o vivo/abstrato (trabalho assalariado) que dá valor (de troca) às mercadorias, enquanto o morto/concreto (trabalho útil) destina-se a um fim específico, incorporando aos produtos o valor de uso. É o trabalho humano vivo/abstrato que se materializa nos produtos.

²⁶ Também chamado de "outsourcing" pode ser reconhecido quando uma empresa contrata outra empresa ou pessoas para realizar uma atividade profissional. Essa empresa ou pessoa contratada, tem compromisso com o contratante somente enquanto durar o trabalho a ser realizado. No Brasil a Lei n.º 13.429/2017 regula o trabalho temporário e terceirizado, causando mudanças significativas no cenário trabalhista brasileiro.

²⁷ Atividade que o homem pratica quando se envolve na transformação da natureza em seu benefício, transformando-se em mercadoria.

²⁸ Trabalho morto é o trabalho vivo que se acumula na forma de produção de bens de capital. A tendência da humanidade é substituir cada vez em maior escala o trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX, 2011).

É nesse contexto também, que Ricardo Antunes (2009) afirma que o ofício não perdeu a centralidade na contemporaneidade. Para isso o autor utiliza o trabalho complexificado e heterogêneo como painel de sua argumentação do capitalismo em seu estado contemporâneo. De acordo com o autor, apesar das transformações realizadas pelo processo de reformulação produtiva, que tem utilizado com mais frequência a tecnologia de ponta no desempenho de produção, não é possível excluir o trabalho da sociedade, estando ele ainda em posição de centralidade e sociabilidade. Impondo a categorias laborais, novas modalidades de assalariamento, reduzindo o emprego e contribuindo para o crescimento da informalidade e o ressurgimento de várias atividades não assalariadas, como a economia solidária²⁹.

Tomando por base que atualmente o capital tem utilizado cada vez mais do trabalho precarizado, fator que tem contribuído ainda mais para a diversificação da classe trabalhadora nas últimas décadas. Permite-se entender, portanto, que a crise que a sociedade vive é a do trabalho vivo/abstrato, do emprego, e não a crise do trabalho morto/concreto, mas também a atribuição da centralidade do trabalho vivo/abstrato, que o transforma em labor, na qual o homem deixa de utilizar sua capacidade criativa, igualando-se a outros animais (ARENDR, 2007). Contudo, a dimensão do gênero humano que continua realizando o trabalho morto/concreto e a dominação do trabalho vivo/abstrato passa pela constatação do papel da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009). O que nos faz analisar a centralidade do trabalho no sentido ampliado, ou seja, através de uma nova sociabilidade.

Por certo, o modo de produção capitalista para funcionar em condições satisfatórias, utiliza um intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro. Uma de suas particularidades dentre suas características em relação às demais produções é a compra e venda da força de trabalho, mercadoria única, que pode trabalhar e transformar por intermédio da força do trabalho. Especificamente, na sociedade capitalista a força de labor, enquanto mercadoria possui seu valor-de-uso e utilidade de gerar valor, gerando riqueza para o capitalista. Marx (2011) caracteriza a mercadoria como uma particularidade histórica no sistema capitalista. Nesse caso, a gênese do capital é a especificidade da mercadoria conjugada que tem no trabalhador a liberdade de escolher para qual mercado irá vender seu serviço, significa dizer que o empresário, proprietário dos meios de produção e subsistência encontra o trabalhador (vendendo sua força, sua capacidade física e mental) de um ser humano, que coloca na ação do seu trabalho a produção de valores-de-uso de qualquer espécie (Ibidem).

²⁹ Conjunto de atividades econômicas organizadas em forma de autogestão, cooperativas, associações, clubes de troca, entre outros.

Isto é, o empregado enquanto força de trabalho executa sua atividade sob o controle do capitalista, é este que define o ritmo, a organização e a forma do emprego, assim o trabalhador fica a disposição do capitalismo (seu tempo, seu esforço físico e intelectual), e o produto gerado passa a ser propriedade do capitalista (MARX, 2011). Dito isso, verifica-se que o servidor não possui outra possibilidade de existir, de reproduzir ou manter-se vivo, tornando-se também uma mercadoria.

Se de um lado há o capitalista (possuidor do dinheiro ou valor), do outro, existe o trabalhador como mercadoria (possuidor da substância criadora do valor ou dinheiro, a força de trabalho). É notório observar que a união dessas duas partes constitui o modo de produção capitalista, fundamentado na produção da mais-valia. O motor que produz a mais-valia é a força de trabalho (mercadoria). Todavia, a produção e circulação não são suficientes para transformar dinheiro em capital, portanto, é essencial a união entre o capital e a força de trabalho, logo esta força é a fonte da mais-valia, de mais valor (Ibidem). Transformando o emprego na base da sociabilidade do capital, o que nos leva a refletir sobre o tema na atualidade, dado que o quadro institucional formal e informal de um país é composto pelas relações de trabalho que são estabelecidas (CACCIAMALI; RIBEIRO; MACAMBIRA, 2011).

2.2 O contexto do trabalho na atualidade

O estabelecimento do mercado de trabalho definiu a sociedade hierarquicamente, dividindo-a em duas classes: a que vive do serviço alheio e a classe que vive do próprio trabalho (ANTUNES, 2009). Esse processo pode ser intitulado como uma violenta atuação social de usurpação dos meios de produção e subsistência dos camponeses, pequenos produtores e trabalhadores urbanos (principalmente os artesões), que foram forçados a venderem a única mercadoria que possuíam que é a força de trabalho para subsistirem (POLANY, 2000; CHANG, 2004; CASTEL, 2012). Consequentemente são justamente essas transformações que originam o mercado de trabalho capitalista. Esse novo modo de produzir, a maneira de produção capitalista, acarretou novas relações de serviços, na qual o trabalhador vende sua capacidade produtiva e passa a ser peça imprescindível nesse atual sistema socioeconômico. Como resultado, nesta relação a força de trabalho é trocada por salário, que ganha ambiente e relevância nos vínculos entre patrão e funcionário.

Na América do século XVI, essas transformações foram implementadas de forma impositiva, principalmente nas colônias de exploração, hoje países subdesenvolvidos. Por conta disso, esses países passaram pela ocupação, escravização e posteriormente processos de

independência. Logo, na contemporaneidade verificam-se no continente americano grupos populacionais de nativos, imigrantes, escravos libertos e miscigenados. Visto isso em termos trabalhistas: se tem grandes proprietários, os camponeses e os trabalhadores independentes que vivem do aluguel da sua força de trabalho.

Em paralelo no Brasil, todo esse processo de transformações impostas não ocorreu isolado em um pequeno grupo, mas foi composto por um grande número de pessoas e de interesses, diferentemente dos países europeus que não passaram pela colonização seja no modelo exploração e ou povoamento, e que foram os pioneiros nos atuais modelos de república composta por direitos e deveres (CHANG, 2004) tal qual a conhecemos hoje. Quando o Brasil proclamou sua independência de Portugal “herdou uma posição cívica pouco encorajadora” (CARVALHO, 2008, p. 17), pois até então não existiam cidadãos ou pátria brasileira. Antes de tudo, essa peculiaridade é importante na medida em que os interesses que prevaleciam eram para atender uma pequena parte da população, com grandes interesses no capital, o que resulta na responsabilidade pela imposição da grande desigualdade que se estende até os dias de hoje (Ibidem).

Diante disso, no Brasil ocorre o mal da cidadania incompleta, que perdura até os dias de hoje, usurpando os direitos (SOUSA, 2009). Para começar, os acontecimentos históricos comprovados pela Literatura do Quinhentismo³⁰ que demonstram o nascimento de um país como uma nação incompleta em um dos quesitos mais importantes, para a compreensão e redenção das questões de desigualdade e usurpação dos direitos civis. Sobretudo em relação ao processo de implementação do mercado de trabalho que foi, e ainda é injusto para a maior parte da população. Passamos por longos períodos de efetivação, opressão e crises que ao decorrer do tempo ameaçaram a concretização da cidadania (CARVALHO, 2008). E tal dinamismo no Brasil deu-se mediante a negação de cidadania por meio da utilização da força, e dois exemplos são bem significativos.

O primeiro refere-se ao fato de os direitos civis estarem somente na lei, tomando por base que a escravidão no Brasil negou a condição humana ao escravo, na qual até hoje essa população e seus descendentes herdaram necessidades de políticas afirmativas para corrigir os estigmas que carregam. Ocorrem também os latifúndios rurais fechados, a falta de políticas públicas que interfiram na ação da lei, e o Estado que está comprometido em sua maioria com o poder privado (Ibidem). O segundo exemplo relaciona-se à questão da “imposição”, que pode

³⁰ Manifestações literárias que surgiram no Brasil nos primeiros anos do século XVI, durante o período de descobrimento das características nativas do país pelo povo europeu.

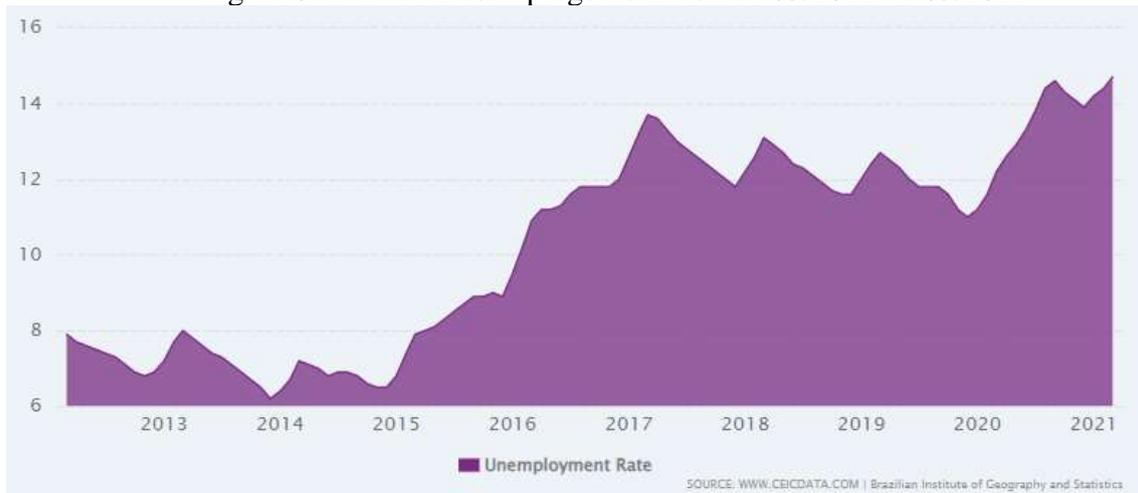
ser observada no modelo de colonização que o país sofreu, e na forma como os conflitos trabalhistas eram gerenciados e são interpretados até os dias de hoje.

Foi somente na República que começaram a surgir leis sobre a organização sindical. É também na primeira República que é originado, no âmbito do Ministério da Agricultura e Comércio, o Conselho Nacional do Trabalho, instituído pelo Decreto 16.027, de 1923, atuando como órgão consultivo trabalhista e instância recursal em matéria previdenciária. Posteriormente, foram criadas as Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e Julgamento, em 1932. É somente em 1934 que surgiu a Justiça do Trabalho por meio da Constituição, inicialmente ligada ao Poder Executivo (TEIXEIRA *et al*, 2017), a constituição de direitos trabalhistas no Brasil é marcada por um processo composto de fortes polêmicas teóricas, porquanto desde o início há os que insistem em acreditar que direitos trabalhistas encarecem o modo de produção e o desenvolvimento do país.

Na sequência, em 1º de maio de 1941 o Presidente Getúlio Vargas instala a Justiça do Trabalho, e todos seus órgãos, impondo a consolidação de toda a legislação trabalhista. Desta forma, em 1º de maio de 1943, fazendo uso do Decreto-Lei 5452, até hoje vigente, o Presidente Getúlio Vargas editou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). E assim, a Justiça do trabalho foi sendo construída, passando pela constituição de 1946, 1967, 1969, recorrendo a alterações, aprimoramentos, legislação infraconstitucional, ou simplesmente reformas, até chegar a Constituição Federal de 1988, que concedeu uma nova competência a justiça trabalhista, e outras importantes alterações, por ter sido conquistada após um período de ditadura militar que acarretou a imposição à classe trabalhadora de salários baixíssimos, proibição de manifestações de direitos trabalhistas como greves, além de retirar direitos, para a priorização dos interesses externos em detrimento dos internos (TEIXEIRA *et al*, 2017).

No hodierno, novamente convive-se com o desmonte de políticas públicas que até então estavam sendo praticadas, como é o caso da efetivação da Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017, que iria aumentar a geração de empregos, e após ter sido colocada em prática, ocorreu o contrário do que fora esperado, porque o que se observa é um ligeiro aumento do número de desempregados, conforme visualização da figura 6, e que quando comparado com a figura 1 (pag.18), pode-se concluir que a mão de obra em situação de não emprego, busca dentro da informalidade opções ao viver/sobreviver, reforçando o que foi dito até o momento.

Figura 6: Taxa de Desemprego no Brasil de 03/2012 ao 05/2021



Fonte: Brazilian Institute of Geography and Statistics, 2021

Em suma o desemprego deveria ser analisado e assinalado analogamente como uma preocupação institucional, uma vez que significa o confronto com a insegurança e a precariedade. No entanto, é percebido como uma experiência meramente subjetiva, implicando na falta de abordagens operacionais consistentes de proteções ao trabalhador, as mãos que vivem do trabalho, na qual o sujeito é o único responsável por sua condição de desempregado. Piketty (2015) afirma que a maioria da população não possui renda e precisa trabalhar. O autor desenvolveu uma importante teoria a mais de 20 anos, na qual apresenta uma série de dados sobre os diferentes tipos de renda, dos mais pobres aos mais ricos, em países como Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e outros países nórdicos, dando destaque à construção da desigualdade por meio dos tipos de renda e dissecando cada decil. Tema que ilumina a questão das desigualdades econômicas do Brasil.

Abordando de maneira simples os mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade, o autor indica que uma sociedade justa precisa maximizar as oportunidades de condições de vida do sistema social, garantindo a igualdade de direitos graças a uma melhor redistribuição fiscal. Alertando também sobre as transformações no mercado de trabalho que vêm ao longo do tempo liberando mão-de-obra, sem sugerir novas alternativas a esses futuros desempregados (Ibidem).

De acordo com Antunes (2009, 2018, 2019) o mercado de trabalho vem realizando alterações em sua estruturação produtiva há tempos, pode-se observar como o taylorismo/fordismo que foi substituído pela especialização flexível, na qual o mercado de trabalho destaca-se pela diversidade de profissionais inseridos em forma de produção versátil e ajustável às necessidades. Essa reorganização do processo produtivo é apoiada no paradigma toyotista, que procura produzir as unidades necessárias, nas quantidades exigidas, no tempo

exato, utilizando a matéria-prima em proporções corretas, atingindo um elevado grau de racionalização do processo de trabalho, aumentando a produtividade, diminuindo os custos e, principalmente aumentando à lucratividade (PINTO, 2010).

Isso porque, de acordo com Pamplona (2001) o fordismo tinha uma relação salarial que assegurava aos trabalhadores salário de consumidor, identidade social e ascensão social, no entanto, com as transformações desse modo de produção, mas também de relação trabalhista ocorreu a redução da incorporação do trabalho não-qualificado, devido os avanços da microeletrônica e da informática, como também um profundo abalo na relação salarial e no aumento das taxas de desemprego, gerando um enfraquecimento das organizações coletivas dos trabalhadores, além de queda da qualidade do emprego.

O Toyotismo, também conhecido como just-in-time introduziu outras ferramentas, como o Kaban³¹ e o Kaisen³² em diversas empresas, com o intuito de aumentar a produtividade e a lucratividade, reduzindo significativamente os custos. Esse modelo de organização e gestão do trabalho permite ao operário participar desse processo produtivo em diferentes fases. E as empresas investem naquilo que chamam “conscientização” dos funcionários em relação a importância do trabalho de cada um, ou da equipe, de forma a alcançar metas de produtividade e de qualidade relacionadas a produção e serviços. Contudo, alerta Bourdieu (2001) enxergar um sentido no trabalho extrapola a condição de “colaborador”. “[...] a verdade subjetiva está tanto mais afastada da verdade objetiva quanto maior o domínio do trabalhador sobre seu trabalho” (pag. 248).

Essa transposição de práticas para outros países, por meio das empresas/organizações ou ensinamentos empresariais, ocorre com adaptações, ajustes e até modificações, devido às especificações de cada local (SOARES, 2019). Desta forma, a passagem de um modelo para outro vem acompanhada de aumento na carga de exigência ao trabalhador, saímos de exigência única da força física para além dela, agora se exige o tempo, a força física e a força cognitiva ao extremo.

Essa introdução de novas formas de organização/gestão e aparato tecnológico no processo produtivo, associado à efetivação de medidas neoliberais, trouxe como consequência o agravamento de problemas sociais, principalmente no mundo do trabalho, podendo ser exemplificado com o aumento das taxas de desemprego, proliferação do trabalho temporário,

³¹Cartão de sinalização que controla os fluxos de produção ou transportes em uma indústria, podendo ser trocado por outro sistema de sinalização, como luzes, caixas vazias e até locais vazios demarcados.

³²Filosofia ou práticas que incidem sobre a melhoria contínua dos processos de manufatura, engenharia, gestão de negócios ou qualquer processo, tais como na área da saúde, psicoterapia, life-coaching, governos, bancos e outras indústrias.

precarização dos postos trabalhistas, entre outros. E sobre o trabalho temporário, Boltanski e Chiapello (2020) destacam que os indivíduos ficam muito mais expostos, pois são frequentemente colocados em postos mais perigosos, com más condições de trabalho e insalubridade, devido ocuparem na maioria das vezes postos de serviço braçal.

Bourdieu (2001) afirma que é no contexto da instabilidade do emprego, da precarização das condições de trabalho e do desemprego estrutural, que o trabalho se revela como um dos alicerces da identidade social e da autoestima. E nesse embate de ideias relacionando exploração e perda da dignidade, que Boltanski e Chiapello (2020) demonstram como essas modalidades de gestão e organização pagam apenas o tempo efetivamente trabalhado, subtraindo do tempo pago - todos os intervalos, o tempo dedicado à formação e as folgas que antes eram parcialmente integrados na jornada de trabalho. Gerando insegurança material, moral e psíquica, um tipo de morte social devido à exclusão do indivíduo do mercado (BOURDIEU, 2001). Ademais, é visível que

[...] a situação está muito ruim para o emprego com proteção social, também está ruim para o mercado de trabalho como um todo. O IBGE divulgou na quinta-feira (28/05) os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,6% no trimestre encerrado em abril, atingindo 12,8 milhões de pessoas e com um fechamento de quase 5 milhões de postos de trabalho em relação ao trimestre anterior. A taxa de subutilização da força de trabalho subiu para 25,6%, recorde da pesquisa que começou em 2012, sendo que população subutilizada atingiu 28,7 milhões de pessoas (ALVES, 2020, p. 4).

Gerando um cenário de instabilidade, insegurança e desconfiança por parte dos trabalhadores brasileiros. À medida que se agravou consideravelmente a temática da instabilidade de empregos formais e o crescimento da informalidade, no início de 2020 o mundo também passou a vivenciar por meio da declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) uma situação de emergência em saúde pública de interesse internacional, denominada de pandemia da COVID-19, trata-se de uma variação do coronavírus cujo primeiro caso a ser reportado foi em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. A doença causa pneumonia, acentuando as taxas de morbidade e mortalidade, devido ao contágio muito rápido. Ademais, o vírus causador da COVID-19 é conhecido como Sars-CoV-2, também chamado de “novo” coronavírus “provem de uma cepa identificada em 2019 e, por não ter sido isolada até o momento em humanos, as medidas a serem executadas para o enfrentamento da pandemia visam em si à destruição do vírus, impedindo sua rápida transmissão pessoa-pessoa” (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020, p. 04) motivando a importância desta pesquisa.

Porque segundo os estudos realizados e as recomendações de especialistas, as medidas fundamentais incluem o isolamento, distanciamento social, além de evitar aglomerações, como

também o uso de máscaras, e a frequente higienização das mãos, e utilização de álcool em gel, e a constante limpeza das superfícies são as melhores alternativas para a contenção da disseminação da doença (OLIVEIRA *et al*, 2020). O que acarreta aos mercados econômicos vários problemas referentes ao funcionamento de comércio, serviços e indústrias, principalmente relacionados aos produtos que não são afamados essenciais. Fato que promoveu decréscimo da economia mundial, fomentando muitas empresas a fecharem, contribuindo com um crescimento alarmante do número de desempregados (OIT, 2020).

As concomitâncias de particularidades da globalização, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, além da pandemia, estão relacionadas aos seus reflexos de exclusão econômica e social, ao transformarem os desenhos das relações que se configuram no mundo do trabalho. Em virtude disso o que se vê, são os novos contornos das relações de trabalho, ressurgindo condições precárias de trabalho, que haviam sido em grandes partes superadas (CHANG, 2004; CASTEL, 2012). Uma vez que o problema não é apenas o registro ou não na carteira de trabalho, mas também a precarização dos serviços. Constata-se que a consequência da reorganização do trabalho que conduz a uma mudança incoerente, reforça a exclusão de postos de empregos regulamentados e que, portanto, derrubam acentuadamente a renda média do trabalhador, como também seus seguros.

Destaca-se Guy Standing como o primeiro autor a trabalhar o termo precariado ao se referir à força de trabalho que é marcada pela instabilidade empregatícia e insegurança existencial, semelhantemente a um novo contingente da força de trabalho, para o economista esses trabalhadores são frutos das consequências sociais e econômicas do neoliberalismo e da globalização (STANDING, 2014).

O termo precariado é um neologismo formado a partir da combinação do adjetivo precário com o substantivo masculino proletariado. Foi usado pela primeira vez na sociologia do trabalho francesa nos anos 1980 para se referir a trabalhadores temporários ou sazonais. Nos anos 2000, no contexto das manifestações de rua do EuroMayDay o precariado surge enquanto agente coletivo, só posteriormente re-aderando na discussão acadêmica para além de seu significado inicial nos anos 1980 (MAURICIO, 2013, p. 90).

Standing (2014) considera que devido à instabilidade econômica, os laços comunitários fracos e ausência de amparo estatal, o precariado detém pouca perspectiva de futuro, possuindo uma existência precária. É uma classe em formação que não possui identidade, objetivos próprios e ainda não sabe o que construir unida pela insegurança e medo. Colocando os trabalhadores frente a uma vida cheia de mudanças e incertezas, distantes da “liberdade

substantiva³³” (SEN, 2010) e dos direitos humanos que compensam desequilíbrios complexos que poderiam providenciar a qualidade de vida necessária para atender as necessidades básicas (ALMANZA, 2018).

Todavia, precarização não é sinônimo de informalidade, a informalidade tem sua forma espelhada na ausência de legislação trabalhista e proteções previdenciárias. Já a precarização pode ser verificada tanto em trabalhadores informais como formais, pois ela é observada nas relações e condições de trabalho: no rendimento médio, na jornada de trabalho, na estabilidade da renda, existência de benefícios extrassalariais, vantagens ou desvantagens subjetivas, entre outros.

Em conformidade com as palavras de Guimarães *et al* (2017) “O mercado de trabalho está no coração dos mecanismos de redistribuição social, pois é dali que a maioria dos indivíduos retira as condições para a sua sobrevivência” (p. 83), e por ser a porta de entrada para o acesso aos direitos sociais é um local chave para a sustentabilidade de iniciativas redistributivas. Essa contextualização é importante para entender o contexto da realidade brasileira hoje. Em que o crescimento econômico e a inserção do modo de vida capitalista, não abrangeu a maioria dos brasileiros, sejam moradores urbanos, sejam trabalhadores rurais, agricultores, família de pescadores, indígenas, entre outros, o fato é que não existe emprego para todos e todas.

Por outro lado, o foco da centralidade do trabalho, atualmente, encontra-se na conjuntura das atividades do terceiro setor, o de serviços e sua principal forma de especializações, pois este se encontra desarticulado, contudo, no momento é nele que se defrontam as novas e precárias formas de ocupação especializada, o que nos faz abandonar o formato clássico, e permanecer na centralidade do labor enquanto organização social. Esse modelo vem do contexto de mudanças do mundo em si, que por meio das novas tecnologias, busca-se cada vez menos a mão-de-obra de baixa qualificação, que por falta de incentivo de políticas públicas vai ficando obsoleta. Conforme os empregos e os serviços surgem, cada vez mais requerem profissionais habilitados, que devido à exigência do novo mercado de trabalho procuram empregados ou profissionais preparados.

Desta forma, as pessoas que não conseguem ocupar uma vaga no mercado formal, acabam buscando outras maneiras para viver/sobreviver, e começam adotando o setor informal como modo de produção. Através de serviços menos nobres, menos complexos, menos diferenciados, nos quais a entrada é mais fácil, geralmente serviços associados ao consumo

³³Capacidade elementar que pode evitar ao ser humano sentir privações.

(PAMPLONA, 2001). E nesse ínterim, o comércio informal é conceituado um produto do processo capitalista periférico dos países subdesenvolvidos, mas que também contribui para a economia formal visto que:

Em uma economia que não gera todos os empregos necessários à população, a informalidade não só é uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, como alimenta, também, a economia formal, viabilizando a circulação das mercadorias, diminuindo os custos da produção e permitindo que os trabalhadores informais se mantenham no circuito do consumo (MAIA, 2013, p. 70).

Em outros termos é fato que, o estudo sobre a informalidade começou como tema de pesquisa basicamente do mundo subdesenvolvido, pois, teoricamente nesses países não existia informalidade. Contudo, o comércio inicia na informalidade, já que ele não era legalizado desde sempre, em virtude dessa padronização de regras e normas da formalidade foram criadas posteriormente aos mercados que se confundem na dinâmica realizada. Como resultado a informalidade está relacionada com a geração de trabalho, renda, desemprego e oferta de emprego; sejam em países subdesenvolvidos quanto desenvolvidos. Dito isso, na sequência será demonstrado de forma breve os conhecimentos apreendidos até o presente momento sobre o tema.

2.3 A informalidade

O primeiro pesquisador a utilizar o termo “informalidade” foi Keith Hart, que desenvolveu um trabalho promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no pós-guerra em Gana, buscando gerar um entendimento global e operacional sobre o desemprego, no mundo em desenvolvimento, principalmente em países que tinham implementado um processo rápido de industrialização. Em seus estudos, Hart observou que o país não conseguia absorver toda a mão de obra existente, assim sendo essas pessoas buscaram no modo informal de trabalhar, novas formas de sobreviver. Essa informalidade seria assim chamada por ser desassistida pelas Leis e direitos governamentais (BENAVAM, 2019).

De acordo com a OIT, em uma conferência que ocorreu em Genebra no ano de 2012, foi definido que a economia informal abrange um conjunto de atividades econômicas que são desenvolvidas por trabalhadores e unidades econômicas, de forma que as práticas e a legislação, não são plenamente cobertas pelos sistemas formais, ou não são de forma alguma. Também esclarece que os trabalhos precários são sinônimos de informalidade tendo em vista que são executadas por pessoas que não possuem direitos e seguros trabalhistas garantidos. Dentro do mesmo sentido, no IBGE fala que a informalidade/setor informal:

Compreende as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas (IBGE, 2020).

Além disso, em um levantamento bibliográfico sobre a economia informal no Brasil, financiando pela OIT, Krein e Proni buscaram identificar os novos processos de informalização presentes no contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, após os anos 90, e destacaram que na década de 2010, a OIT redefiniu os termos do debate adotando o conceito de “economia informal”, bem como esta discussão reverberou no Brasil, apresentando as tendências desse mercado de trabalho. Os autores revelam ainda que esse novo conceito procurava englobar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo heterogêneo e complexo. Após ser constatado que a informalidade se faz presente na maioria dos países, percebeu-se também que o grau de formalização varia de acordo com a estrutura econômica dos países. Nesse sentido, as políticas públicas dão promoção a um trabalho decente e que, portanto, precisam ser orientadas de modo que reduzam a pobreza, combatam a discriminação e levem ao desenvolvimento (KREIN; PRONI, 2010).

Conforme Krein e Proni (2010), o ponto de vista metodológico e do critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação”, o conceito de “economia informal” seria composto pelos:

- 1) Trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio);
- 2) “Falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor);
- 3) Trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”);
- 4) Microempregadores;
- 5) Produtores para o autoconsumo;
- 6) Trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária.

Sem dúvida, os novos padrões de legalidade enfraqueceram o compromisso do Estado e de outras instituições com a solidariedade³⁴ e a coesão social, esvaziando o conteúdo teórico-analítico do conceito de informalidade. Mas entender esse novo conceito é importante diante

³⁴ Para Durkheim (2007) a divisão do trabalho vai além dos efeitos econômicos implicando moralmente nas ações dos indivíduos promovendo a partir do direito a solidariedade social, e contribuindo para a integração da sociedade

do atual cenário de volatilidade e flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, incluindo novos parâmetros para pensar a informalidade (KREIN; PRONI, 2010).

Visto não ser novidade nas análises da Sociologia do trabalho o incremento da esfera informal (TOKMAN, 2001; ANTUNES, 2009, 2018, 2019; TELES, 2010; PERALVA & TELES, 2015; PERES, 2015; IBGE, 2019; PNAD, 2020), constata-se que para explicar este setor e explorar as contribuições teóricas sobre o tema da informalidade, deve-se destacar quatro panoramas determinantes que buscam nas formas práticas do desenvolvimento do capitalismo justificar a economia informal.

Quadro 3. Resumo das quatro escolas do pensamento das teorias causais da informalidade.

Escola Dualista	Agrega o conjunto de atividades marginais excluídas da economia moderna, contudo funcionando como parte integral, gerando renda aos pobres em tempos de crise (PORTES; BLITZER; CURTIS, 1986).
Escola Estruturalista	Considera a economia informal composta por unidades econômicas e subordinada de trabalhadores, que servem para reduzir custos e mão de obra, aumentando a competitividade das empresas capitalistas, numa relação de subordinação entre o formal e o informal (CACCIAMALI, 2007).
Escola Legalista	Acredita que o gasto excessivo do emprego com a carga tributária imposta às empresas diminui os lucros, de forma que são obrigadas a buscar alternativas informais para reverter o quadro (DE SOTO, 1987).
Escola Voluntária ou Neoliberal	Escolhe a informalidade por uma necessidade estratégica não somente devido os pesados regulamentos (PAMPLONA, 2001).

Fonte: SANCHES, 2008; CHEN, 2012; CHEN; ROEVER; SKINNER, 2016. Elaboração da autora (2020).

Podendo ser classificadas em quatro grupos que buscam justificar a informalidade por meio de fatores: a) macroeconômicos baseado no crescimento econômico, liberalização do comércio, e no emprego/desemprego; b) microeconômicos baseado no avanço tecnológico, subcontratação e terceirização; c) legais e tributários, envolvendo a legislação trabalhista e a estrutura tributária; d) demográfico, em que a migração e o crescimento demográfico seriam os responsáveis pela informalidade (SANCHES, 2008).

Desta forma, se defende no setor informal um campo heterogêneo composto por pessoas motivadas por estratégia de sobrevivência como também por escolha própria. Como resultado se encontra pessoas que abraçaram a informalidade como única alternativa de sobrevivência, quando perderam seus empregos no mercado formal, como também indivíduos que já trabalharam formalmente e optaram pela informalidade por diversos motivos como: desejo de autonomia em relação a horário, impedimentos familiares, para não ter patrões, possibilidade de maiores rendimentos. Existindo também aqueles que sempre estiveram na informalidade.

Para a corrente de pensadores que veem no setor informal, o resultado do desenvolvimento capitalista, que gera um exército industrial de reserva impossibilitando a inserção de todos os trabalhadores em postos formais, a informalidade é uma alternativa precária de trabalho (TOKMAN, 2001; ANTUNES, 2009, 2018, 2019; CASTEL, 2012; PERALVA; TELES, 2015) já que as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década de 70 do século XX, resultaram das várias crises que abalaram a economia dos países centrais, que inevitavelmente, reverberaram nos países latinos americanos e no Brasil, que entre todas as consequências, contribuiu para o incremento do setor informal (ANTUNES, 2009, 2018, 2019). No trimestre encerrado em junho de 2020, a taxa de informalidade foi de 36,9% da população ocupada, e chegamos à alarmante cifra de 30,8 milhões de trabalhadores informais no país (IBGE, 2020).

Tais perspectivas demonstram uma heterogeneidade que representa uma descontinuidade entre as camadas “moderna” e “tradicional” da economia, solução das diferenças de produtividade. Os resultados do progresso técnico, de acordo com os estudiosos da corrente estruturalista³⁵, apenas acentuam as predisposições limítrofes dos segmentos da população e da condição produtiva em relação ao “polo moderno”, posto que exista o reconhecimento que os componentes da estrutura produtiva e as camadas sociais estão incorporados numa mesma conjuntura.

Ao se analisar a América Latina, entende-se que a mesma participa da sociedade global enquanto periferia³⁶, e seu modelo econômico de desenvolvimento não acompanha uma homogeneização da estrutura produtiva, pois sua condição é heterogênea, logo a heterogeneidade estrutural relaciona-se a simultaneidade de formas produtivas e relações sociais consonante a diferentes fases e modalidades de desenvolvimento, interdependentes em

³⁵O enfoque estruturalista é sustentado por dois paradigmas: o marxismo e o keynesianismo (MATSUO, 2009).

³⁶Localiza-se nas bordas do desenvolvimento das economias ditas centrais, desenvolvidas. Pois, o desenvolvimento tecnológico dos países subdesenvolvidos mantém relações intensas com os segmentos não capitalistas, atrasados ou informais com núcleos dinâmicos de acumulação de capital (MATSUO, 2009).

sua dinâmica, mas que convivem no interior do Estado politicamente unificados, coexistindo tanto nas relações sociais quanto nas formas de produção (MATSUO, 2009). Isso porque a produção das cidades modernas nos países latino-americanos tem seu funcionamento baseado em três lógicas, a do Mercado, a do Estado e a da Necessidade (ABRAMO, 2007).

Assim, a América Latina possui uma informalidade de precariedade tecnológica e organizacional, na qual a baixa produtividade é resultado da condição periférica de determinadas regiões, em que convivem traços pré-capitalistas. E na qual se encontram três tipos de atividades informais: a) de sobrevivência³⁷; b) de exploração³⁸; c) de crescimento³⁹, que não se excluem mutuamente. É justamente nesta abordagem que estão às justificativas para as ações intervencionistas do Estado na economia, por meio de políticas públicas específicas dirigida ao setor informal (MATSUO, 2009).

Desta forma, com a reestruturação produtiva, o avanço tecnológico, e com o panorama atual do mercado de trabalho, além das consequências das políticas neoliberais, o desemprego tornou-se uma realidade para muitos trabalhadores (ver o gráfico⁴⁰ 3⁴¹), que expulsos do mercado formal, ou que busca ingressar no mercado de trabalho, passam a desempenhar atividades informais, ainda que temporariamente, originando um fluxo que pode ser denominado de novo ciclo da informalidade, criando um circuito econômico informal integrado, em função da medida em que taxas de subocupação, desocupação e desalento aumentam, a informalidade também acompanha, contudo em proporções maiores devido concentrar os três indicadores em um único segmento.

Esses trabalhadores de acordo com Telles (2010) passam a ocupar zonas de exceção, espaços de criatividade e de experimentação, no qual homens e mulheres, indivíduos e coletivos reformulam seus recursos, executam saídas dentro da legalidade e ilegalidade, negociando regras, limites e protocolos estabelecendo segurança e ou justiça em suas vidas cotidianas, ou seja, o novo ciclo da informalidade, um circuito econômico informal integrado.

³⁷Através da produção direta de fins de subsistência ou venda de bens e serviços de mercado.

³⁸Contratação ou subcontratação de trabalhadores informais para reduzir os custos empresariais.

³⁹Pequenas empresas que se aproveitam das relações de solidariedade para existir com menores custos e maiores flexibilidades para acumular capital.

⁴⁰ Composto pelas: Taxas de desocupação, subocupação, das pessoas desalentadas e da informalidade, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

⁴¹ **Taxa de desocupação:** é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas; **Taxa de subocupação:** classifica qual a porcentagem da população que poderia trabalhar, mas não conseguiu emprego no trimestre analisado; **Taxa de pessoas desalentadas:** pessoa que gostaria de trabalhar, mas desistiu de procurar emprego por acreditar que não conseguiria.

GRÁFICO 3: Indicadores do trabalho no Brasil de 01/03/2012 a 30/09/2021.



Fonte: Pnad. Dados trabalhados pela autora.

Mais precisamente esse novo ciclo não elimina a vigência do anterior, pois eles operam simultaneamente, acompanhando esses trabalhadores para velhas e novas ocupações no mercado informal, principalmente da forma denominada autônomo. A interpretação da informalidade como fruto da incapacidade de geração de empregos formais e regulamentados, visão do início dos anos de 1980, passou a incorporar trabalhadores informais cada vez mais heterogêneos.

Obtêm-se de um lado o ingresso de novos trabalhadores informais com perfil arrojado em atividades voltadas para o público, um exemplo bem edificante pode ser encontrado no livro - Economia Subterrânea: Uma análise da realidade peruana, de autoria de Hernando de Soto. No livro o autor realiza uma descrição minuciosa do desenvolvimento da informalidade na habitação, no comércio e no desenvolvimento dos transportes clandestinos, concluindo que no Peru os informais são empreendedores e que os custos da formalidade não compensam para esses trabalhadores, justificando estar na informalidade uma percepção empreendedora de desenvolvimento econômico (DE SOTO, 1987).

Por outro lado, existem trabalhadores que foram demitidos, posto que a taxa de desocupação que em 2016 representava 11,65% da população, em 2021 passou a ser 13,9%, conforme demonstrado no gráfico 3, desprezados pelo setor formal e que devido às consequências da precarização no mercado de trabalho, igualmente desempenhando as mesmas atividades do setor formal, ainda assim, precisam trabalhar. Acredita-se que tenham seguido para a informalidade, uma vez que em 2016 constituía 37,7%, já em 2021 constituía 40,8% (dados do gráfico 3), uma linha em ascendência. Nota-se também, a expansão desta atividade no cotidiano dos indivíduos, pela quantidade de vendedores – ambulantes ou em pontos fixos -

, pela grande oferta de serviços variados e por meio das novas atividades, pois as atividades e ocupações do setor informal constantemente sofrem com os efeitos da modernização da sociedade.

Destarte, as ponderações relatadas acima se revelam importantes por apresentarem um novo cenário da informalidade, hoje baseada principalmente no trabalho flexível, amparado na regulação atendendo a contratos e acordos de: salário, jornada, local de trabalho, ocultado os vínculos de subalternidade estrutural entre capital-trabalho por interferência da ideologia da liberdade e do empreendedorismo. E não somente respaldado no registro da carteira de trabalho, dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Além de retratar o surgimento de um moderno conjunto de trabalhadores informais com perfil diferenciado, no qual passam a desempenhar atividades inovadoras, reformulando ou aprimorando as atividades já existentes. Das quais de forma articulada, embora precarizada possuam relação com o setor formal. Trata-se, desta forma, de um fenômeno recente, que possui uma visibilidade restrita, voltada para nichos da sociedade. De modo que a nova informalidade se diferencia da informalidade tradicional, que era caracterizada pela facilidade de entrada no setor, a mais atual relaciona-se com a chamada elite informal, que para Krein e Proni (2010) pode ser visualizada na multiplicidade de formas das contratações atípicas, e que estimulam a nova informalidade, na qual os agentes econômicos estabelecem suas estratégias em relação à modalidade de contratação de trabalho, são elas:

[...] terceirização, sub-contratação, pessoa jurídica (PJ), cooperatos, autônomo proletarizado, contratação por prazo determinado, trabalho estágio, contrato em tempo parcial, contrato de experiência, contrato por obra certa, contrato de safra, contrato temporário, moto-boy, caminhoneiro autônomo, trabalhador avulso, trabalho em domicílio, tele-trabalho, fezonismo, free lance etc. Algumas dessas expressões são muito antigas, mas aparecem com uma nova roupagem nos anos recentes. Em geral, esses termos significam uma alternativa às implicações da relação de emprego padrão – com os seus consequentes direitos trabalhistas e previdenciários –, na perspectiva de reduzir os custos e/ou aumentar a liberdade do empregador na arrematação e dispensa dos trabalhadores (KREIN; PRONI, 2010, p. 29).

Essa nova forma de explorar o trabalhador, com o auxílio da terceirização, subcontratação, precarização ou fazendo uso do corporativismo entre outras, é executada sob a aparência da terceirização, potencializando a lógica da acumulação capitalista, cujos pilares são as políticas neoliberais, que liberam o comércio, desregulam o mercado financeiro e apoiam as privatizações, como também a reestruturação produtiva, que flexibiliza a produção e as relações de produção. No Brasil, estas políticas neoliberais, atualmente, podem ser sentidas, significativamente, com a ajuda da Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017 - que passou a vigorar em 11 de novembro de 2017 - conhecida como Lei da Reforma Trabalhista, e através da Lei

13.874 de Liberdade Econômica - promulgada em 20/09/2019 - na qual foram criadas normas de proteção à livre iniciativa⁴² e ao livre exercício de atividade econômica e determinações sobre a atuação do Estado como intendente regulamentário.

“De acordo com a própria Lei a intenção principal seria desburocratizar e simplificar os processos relacionados às empresas e aos empreendedores, como também flexibilizar algumas regras trabalhistas” (FREIESLEBEN; PIZZIO; RODRIGUES, 2020, p. 354). Contudo, o que pode ser constatado é que há uma flexibilização, assim como pode ocorrer a legalização da informalidade, ou seja, para passar para a formalidade; basta providenciar um CNPJ, e/ou ter uma inscrição municipal, e/ou estadual somente, e assim o trabalhador informal é um empreendedor, ou seja, passa a ser um trabalhador formal.

Embora exista toda essa problemática envolvendo os trabalhadores conhecidos como terceirizados, temporários, trabalhadores flexíveis entre outros componentes da nova informalidade, no estudo se prioriza os trabalhadores da “velha informalidade”, ou seja, os trabalhadores por conta-própria, os autônomos, os pequenos negociantes que exibem mercadorias ou prestam serviços a partir de um ponto fixo na via pública e que não são legalizados, seja por não apresentarem CNPJ, ou por estarem em condições precárias de trabalho.

Segundo Maia (2013) os autônomos representam a mão de obra que não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho excludente, contribuindo para a existência, crescimento e precariedade da ocupação e das relações de trabalho na economia informal. E acabam exercendo um papel significativo na (re) organização do espaço público, por meio de formas e conteúdo que projetam neste ambiente. Apropriam-se do espaço que antes era público e passa agora a ser privado. Consequentemente são trabalhadores que buscam nos espaços “desocupados” das ruas o próprio sustento ou ali estão para fugir dos impostos, mas que no desempenho das atividades desenvolvem caminhos legais/ilegais e ou formais/informais de tratamento do capital. Após a caracterização da informalidade como trabalho, cabe agora refletir sobre a formação dos circuitos econômicos dentro da sociologia, tema a ser tratado a seguir.

⁴²Entende-se livre iniciativa como a liberdade do indivíduo no que se refere a iniciativas econômicas, o direito de investir no ramo que considerar mais lucrativo sem a interferência do Estado.

3 SOCIOLOGIA ECONÔMICA: O ENFOQUE SISTÊMICO DE ZELIZER NA INFORMALIDADE

Desde a década de 1990, a sociologia econômica vem abrindo-se para novas frentes de investigação e pode ser pensada nos mercados informais. Autores passaram a estudar as estruturas das atividades econômicas por meio das relações pessoais entre os agentes, através do intercâmbio de regras que definem as fronteiras dos comportamentos aceitáveis ou não, legais ou ilegais, formais ou informais, vinculando a interação e a estrutura social em um único mecanismo, e desta forma dialogando com as diversas áreas do conhecimento (ZELIZER, 2015; GRANOVETTER, 2019). E uma das principais tarefas do pesquisador de sociologia econômica é descobrir qual mecanismo transforma determinadas ações individuais em ações sociais coletivas (SWEDBERG, 2004).

Essa combinada vinculação acontece em razão das ações dos indivíduos estabelecidas mediante suas relações com outros grupos, definir o que se conhece por “interação social”. Segundo Weber (2001), a sociologia deve concentrar-se nas ações do indivíduo, isto é, quando a ação humana se “refere de maneira subjetivamente provida de sentido ao comportamento de outros homens”, ao produto das interações interindividuais (WEBER, 2001, p. 323). E nas tramas da informalidade pode-se encontrar essa “ação social”, conduta humana dotada de sentido, pois ainda que a justificativa, os motivos que expliquem a permanência de pessoas neste setor sejam elaborados de forma subjetiva, estes indivíduos possuem uma estreita margem entre liberdade e individualidade.

Todavia, a sociedade também age sobre os cidadãos, moldando-os de acordo com a estrutura social na qual se encontram, com o auxílio de suas posições e ocupações dentro de um grupo social, mediadas constantemente com a ajuda das regras sociais, na qual o homem é coagido e controlado por outros membros da sociedade, que são unidos por um sistema de direito e deveres entre os participantes. Para Durkheim (2007), “a sociedade influencia o indivíduo”, e quando cada um cumpre seu papel social ocorre um bom funcionamento do organismo, ou do “corpo”⁴³. Mantendo-se unida por intermédio da solidariedade mecânica⁴⁴ e ou orgânica⁴⁵. Portanto, o “fato social” elemento preponderante desta teoria, que é mantida com

⁴³ Durkheim (2007) via a sociedade como um organismo vivo, na qual a sociedade era o corpo e os indivíduos os órgãos, se cada órgão cumprir bem sua função o corpo teria um bom funcionamento.

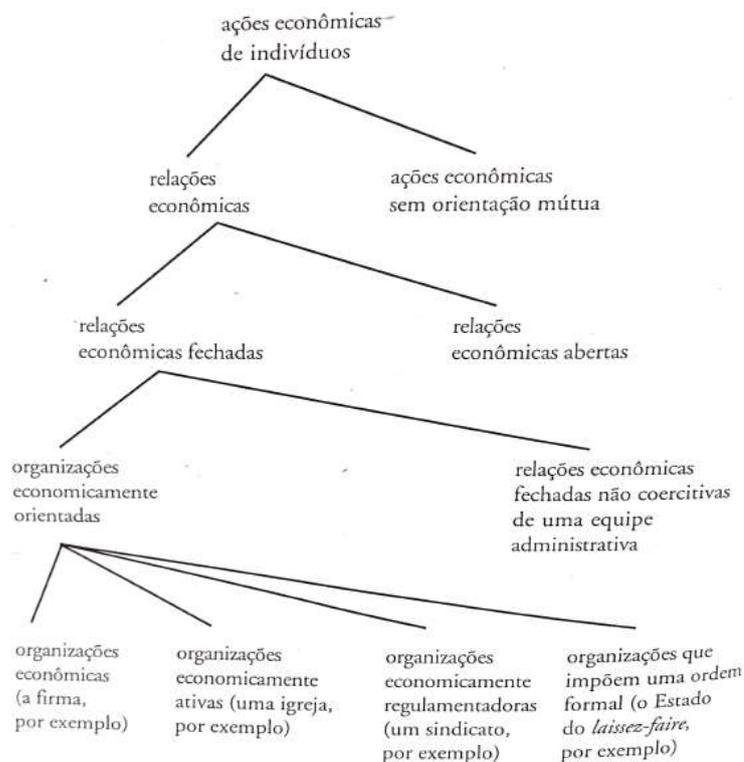
⁴⁴ Solidariedade mecânica ocorre quando os laços de união são de parentesco.

⁴⁵ Solidariedade orgânica ocorre quando a união do grupo depende das trocas de serviços, na qual predomina o trabalho social.

a ajuda das normas, direitos e deveres que condicionam o comportamento dos indivíduos também faz parte das tramas da informalidade.

O cidadão, ou seja, suas ações sociais são a unidade básica da sociologia compreensiva. Que inicia sua análise pelo indivíduo e o significado que o mesmo atribui ao seu comportamento, cuja força matriz é estimulada por seus interesses. E uma vez que se capturem os diferentes tipos de estrutura social e suas combinações do comportamento individual para o comportamento dos outros, é possível descobrir os mecanismos pelo qual uma série de ações individuais é transformada em novas ações sociais coletivas (WEBER, 2015).

FIGURA 7: Organizações dos indivíduos por meio das ações econômicas



FONTE: Weber apud Swedberg, 2005.

Ao justificar essa relação entre ação social e fato social dentro da informalidade, é evidenciada a ênfase dada por Amartya Sen (2010) na eficiência propiciada a uma análise integrada das esferas econômicas, que permite vislumbrar a expansão das liberdades individuais, dado que as privações de liberdades limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agentes. A interação entre as partes mencionadas e a consequente avaliação propiciadas por elas sobre os circuitos econômicos informais é uma linha que a socióloga Zelizer (2011; 2012) chama de “trabalho relacional”, que dá sentido a todas as relações trazidas pelas pessoas da atividade econômica relacionada.

Geertz (2008) afirma que o homem em sua vida aproveita fontes simbólicas, utilizando-as para se apoiar no mundo que vive, sendo que estas fontes simbólicas fazem parte integrante da comunidade em que nasce permanecendo mesmo após a sua morte. Assim é possível compreender que a sociologia econômica cumpre funções no que diz respeito a utilizar a cultura como um conjunto de mecanismos de controle – receitas, regras, planos e instruções, mas também vê o homem baseada na dependência que este possui de controles extragenéticos que regulam seu comportamento.

Esses dados são importantes porque pensamos e agimos dentro do contexto das permissões da sociedade a qual estamos inseridos, a estrutura nos socializa, pois somos afetados por valores e ideologias da classe que nos domina. Quando não cumprimos os ditames da sociedade que nos envolve sofremos punições. Pois, a sociedade atua sobre o indivíduo, ela não é a soma das consciências individuais, ela é um todo complexo de várias ações sociais diferentes. E cada indivíduo age de uma forma diferente, assim é necessário estabelecer-se um parâmetro de análise através: do cidadão, da cultura e do trabalho relacional.

Nesse contexto, a percepção da sociologia econômica contemporânea está vinculada nas redes de relações interpessoais (SWEDBERG, 2005), que de acordo com Granovetter (2019) são relações que formam um nível intermediário importante, no qual podem ser encontrados na ação individual, nas instituições e nas culturas sociais, vinculadas em níveis inferiores e superiores, é dentro dessa conjuntura, desse embaralhamento, neste nível que esse entrosamento pode ser deparado com a melhor análise da ação humana.

As informações passadas poderiam complicar esse texto sem esclarecer os seus argumentos. Na verdade, são simplificações que podem ser entendidas em três passos. Primeiro, a atenção foi concentrada nas relações da sociologia econômica que são encontradas dentro do sistema de trocas comerciais e apontadas pelos pesquisadores elencados. Segundo, nesse espectro, foram incluídos também elementos que são almejados dentro do resultado da trama dessas relações, e que, independente do motivo propulsor que coloca os cidadãos na informalidade ambulante também precisa ser conquistado. Já o terceiro, buscou alinhar os dois anteriores ao contexto do mercado para posteriormente entender os circuitos econômicos de Zelizer. Inserções importantes para uma melhor compressão do texto, pois agrega modelos das relações cruciais e autênticas que ocorrem no mercado econômico.

3.1 Zelizer e os circuitos

O conceito de circuito econômico é um conceito entendido como uma construção importante e complexa dos laços sociais. Portanto, este estudo adota o conceito de circuitos econômicos, cujo papel é criar fronteiras que permitam a circulação de combinados, práticas, informações, ferramentas de troca e símbolos comuns em um determinado ambiente (mercado). Nesse caso, os ambulantes fixos informais são considerados mediadores dessa relação, e desempenham um papel fundamental no ciclo econômico. Porque os informais fixos desempenham aspectos financeiros e relacionais, criando um excelente ambiente para a construção de boas combinações (ZELIZER, 2005; 2011).

Neste estudo, sugere-se a superação da dicotomia entre afetividade e economia e que a informalidade ocorre como um espaço de trabalho onde as transações econômicas e a intimidade muitas vezes interagem e se sustentam. Os informais estabelecem os limites entre o que é aceitável e o que não é. Esses limites são definidos pelo "trabalho relacional" que cria "boas combinações" para as transações econômicas. Assim, os informais adquirem habilidades relacionais e controle sobre a ausência de Leis de proteção, para realizar as atividades e conquistar clientes. As "boas combinações" são importantes porque a ausência de legalidade versus a ilegalidade na qual eles estão inseridos tem estilos específicos (ZELIZER, 2005; 2011). Como os mercados são moldados por normas e práticas sociais e culturais, é necessário um trabalho relacional contínuo para suavizar as linhas entre o que é aceitável e o que é informal.

Zelizer, por intermédio de seus trabalhos, desenvolveu importantes teorias como a que se refere à provável mistura dos laços pessoais íntimos com transações econômicas, destacando dois pressupostos: I) determinadas relações comerciais são marcadas pela troca de afetos e muitas vezes, é efetivada com a ajuda dos chamados "dinheiros especiais" que funcionam como meio de troca (ZELIZER, 2010, 2011, 2015). E (também como II) as pessoas buscam criar arranjos, denominados "boas combinações" que na realidade funcionam como "classificador" social, utilizados para solidificar a relação (Idem, 2009, 2011, 2012, 2015). Desta forma, justifica que a intimidade e a atividade econômica coexistem numa relação, sempre que as pessoas combinam sobre ela.

Os seres humanos participam de diferentes circuitos ao mesmo tempo e distinguem diferentes tipos de relações interpessoais, classificando-os por diferentes nomes, símbolos, práticas e diferentes meios de troca. No caso da Zelizer (2011), esses agentes são as negociações interpessoais que ocorrem e são mantidas. Nesse sentido, as fronteiras variam, e as pessoas as estabelecem, negociam e reformulam de acordo com o grau de proximidade entre elas. Para

isso, ela oferece o conceito de “relational work” ou “trabalho relacional”, que considera ter a capacidade de renovar a sociologia econômica. Acredita-se que um foco relacional distancia as análises das interpretações econômicas da ação racional, procura superar o reducionismo estrutural e ampliar nossa visão ao enfatizar as bases emocionais da troca que há muito são negligenciadas na sociologia econômica (BANDELJ, 2012).

Ossandon (2019), por outro lado, acredita que uma das maiores contribuições do conceito de trabalho relacional é inaugurar novas formas de conceber a sociologia econômica, desvendando as regras simbólicas subjacentes a cada transação. Fato que Zelizer (2009, 2011) nos ajuda a entender esse problema, observando que os diferentes reinos da realidade estão interligados e entrelaçados. Nesse sentido, o trabalho e a vida econômica não são "hostis" à família, ao lar e à esfera afetiva, e aponta que seu labor envolve principalmente situações em que a relação entre atividade econômica e vida pessoal está em constante mudança, inclusive que a vida social exige a negociação constante de fronteiras para além das transações econômicas e da fusão das relações pessoais.

Existem três maneiras de representar estas temáticas: I) mundos hostis, visão na qual as relações íntimas e transações econômicas pertencem a “esferas separadas”. Rejeitada por Zelizer (2010, 2011, 2015), pois a segregação entre a) afeto (ligado a solidariedade, sentimento, confiança e impulso) e, b) racionalidade (ligado a eficiência e planejamento) sugere que esses mundos são separados, e quanto se juntam um polui o outro, adoecendo as relações pessoais ou reduzindo a produtividade do mercado. A autora exemplifica o fato por meio da observação de um casal, revelando que as pessoas casadas são mais propensas do que os amigos a ter uma conta bancária conjunta no início de um relacionamento. Esse mesmo entendimento pode apontar simultaneamente para a ameaça que a aproximação de mundos hostis pode representar.

II) Comércio em toda parte, que ao contrário da primeira, o visualiza em todas as esferas, quando olhamos com proximidade nas relações, é possível identificar de forma pura e simples, formas especiais de relações mercatórias, o problema desta visão na verdade é definir o preço justo, funciona como um acordo social que precisa ser resolvido, incluindo o impasse de recompensas pelo serviço baseado no altruísmo e na solidariedade.

III) Ao finalizar aponta as relações bem ajustadas, que indicam existir uma interação permanente entre afeto e racionalidade, e que esse conjunto só funciona bem quando os dois estão combinados, ou seja, torna-se adequado e justo, pois o aspecto econômico da relação possui sua continuidade assegurada e aceita (ZELIZER, 2010, 2011, 2015). Reduzindo as relações sociais à política, na qual as pessoas agem em busca de um equilíbrio de poder, desta forma a dinâmica da sociedade, é fruto da assimetria da distribuição dos recursos de poder e da

tentativa de alcançar a igualdade entre dois mundos. Nesse sentido buscando dialogar com a indagação trazida por Zelizer (2015), acredita-se que as duas últimas temáticas aparentemente dispersas, quando reunidas, podem oferecer um interessante quadro da relação dos circuitos econômicos encontrados dentro da informalidade.

Para a autora devemos nos orientar no modo como a combinação funciona, nas formas e nas próprias condições de pagamento realizada entre os pares. E para distinguir os rituais utilizados, vividos e definidos como comerciais ou não-comerciais nessas relações personalizadas deve-se entrar em uma microssociologia refinada (Ibdem, 2009, 2011, 2015), um estudo etnográfico. Pois, entende que a intimidade é moldada por padrões ideológicos, simbólicos e de crenças, e que os esquemas interpretativos prevalecem sobre as noções de eficiência e racionalidade econômica, subordinados às noções de discurso, significado e simbolismo. E qualquer relação de mercado é sustentada pela presença de compreensões compartilhadas e ou infraestrutura de instituições, visto que a ideologia, as práticas e os símbolos conectam esses circuitos por intermédio das relações sociais e como forma de pagamentos das transações econômicas entre as pessoas.

Atualmente, o campo de utilização do conceito de trabalho relacional parece bem mais amplo, o que obriga a autora a afirmar que ele “tem pernas próprias”. Mas, segundo sua opinião, o conceito inclui a criação, a manutenção, a recreação, a separação de outras relações e até o próprio objetivo de vínculos sociais diferenciados. Segundo ela, os agentes sempre traçam, cuidadosamente, os limites entre os diversos relacionamentos que mantêm e os que surgem nas negociações interpessoais. Dessa forma, o constante entrelaçamento da vida pessoal e financeira faz com que as fronteiras entre a vida pessoal e a profissional fiquem mal definidas. Além disso, como mostra Zelizer, essas relações são diferentes, e as pessoas se formam, negociam e delimitam conforme a proximidade com a qual se relacionam (amigos, parentes, vizinhos), marcando e cuidando de diferentes formas as relações sociais e econômicas (ZELIZER, 2015).

A obra da autora mostra como o mercado é sempre moldado por sistemas de significado relacionados ao ser humano e pelos contatos sociais que ocorrem na vida cotidiana, diferentemente de uma compreensão pura do mercado, como uma esfera autônoma e isolada da vida social. Ela pressupõe que existem interações, processos culturais e emocionais e relacionamentos interpessoais. E o mais interessante é ver como todos esses fatores moldam a vida econômica e como os fatos econômicos acabam se "misturando" com as relações sociais dos atores.

Ao longo de sua pesquisa, a autora busca compreender as práticas econômicas dos agentes, e para isso observa como as formações familiares, os laços afetivos, as características de gênero ou a idade acomodam as relações econômicas, as intersecções entre o dinheiro e os relacionamentos, revelando que a racionalidade econômica e as finanças estão misturadas. Ao interpretar o dinheiro/a moeda dessa forma, no domínio da economia e das teorias utilitaristas, dá ao numerário um sentido fixo e homogêneo. Identifica a sua complexidade, e dá a ele novos significados, pois são os usuários, os usos que classificam e reinterpretam os significados da moeda, remodelando as próprias relações sociais dos que o empregam, podendo ser suado ou sagrado, mas também sujo ou maldito, formal ou informal, legal ou ilegal.

Dentro da informalidade não existe a suposta divisão entre o sentimento e a racionalidade, entre mercado e esfera doméstica, muitas vezes toda a família trabalha no mesmo comércio, a informalidade é permeada por esses processos. Posto que os próprios indivíduos definem suas fronteiras, ao elegerem entre os participantes elegíveis e não-elegíveis, meios de pagamentos autorizados e não autorizados, as mercadorias e serviços apropriados e inapropriados, quais transações econômicas pertencem ou não a seus circuitos autorizados por laços interpessoais. Desta forma, para Zelizer (2009, 2011, 2015) quando as esferas e os mundos hostis não são separados, pois o próprio indivíduo é quem defini as próprias fronteiras, assegura-se a diferenciação das instituições que produzem e operam, ainda que seja de forma informal.

Assim, como nem todos os pecúlios são iguais, seus fins também são específicos. As pessoas distribuem seus orçamentos de acordo com suas despesas, atribuindo significados morais e culturais ao dinheiro, produzindo diferenças simbólicas à moeda. Demonstrando que os usos dela não são livres, mas construídos por padrões e normas sociais (Ibdem, 2015). Ao entender que o dinheiro é fruto de uma construção social, amalgamada por relações, vínculos e classificações, acenam-se, desde já, a posse de caráter utilitário e cultural, ferramentas que podem ser usufruídas para fornecer pistas e problematizar como a economia informal/ilegal percebe e organiza sua relação entre a racionalidade instrumental do dinheiro, seu status social, e sua conformidade com a intimidade, captando o cotidiano dos informais, de forma a objetivar e legitimar os símbolos utilizados amplamente nesse circuito.

Para fins deste estudo, há um debate fundamental a ser feito, que também aparece nas pesquisas de Zelizer (2015): o desafio de trabalhar com a economia informal, que não tem recebido dos estudos universitários sua devida atenção. A esteira dessa abordagem parte da necessidade de saber como o sujeito demarca seu pertencimento para exercer a influência sobre seu circuito. E neste viés, passam a ser aspectos importantes as condições e processos pelos

quais os circuitos são formados, adaptando as atividades econômicas relevantes. Procurando também entender como os informais se mantêm ao longo do tempo, mudam e desaparecem; como funcionam os limites, tanto em termos de controle do comportamento dos membros, quanto em apontar as diferenças entre quem são ou não os seus membros.

As reflexões acima permitem identificar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho sucederam aos seres humanos que dependem da própria força e da criatividade para a busca do viver/sobreviver, em um momento em que o conjunto de escolhas não são tão favoráveis. Posto que um número expressivo de desempregados seja levado a tomar caminhos, sensivelmente, distantes no que tange os direitos trabalhistas do mundo moderno e contemporâneo, e são realocados no mercado precário e informal de trabalho. Acredita-se que a perspectiva da sociologia econômica e alguns conceitos da Socióloga Zelizer e de outros autores utilizados devem ser conhecidos aqui nesta pesquisa, pois agregam entendimento do funcionamento do mercado informal.

3.1.1 O circuito econômico dentro da informalidade em Palmas

Conforme foi dito anteriormente, o comércio iniciou na informalidade, mas ao longo do tempo foi padronizado por regras e tornando-se formal, contudo, a formalização e normatização não abrangem o mundo informal, que passa a ser administrado e regido pelas próprias regras e códigos, criados e recriados de acordo com as necessidades e vontades de seus participantes, pois dispõem de pouco poder de barganha, são privados de certos mecanismos de égide social, além de possuírem situação de trabalho mais instável, insuficiência de capital, e grande parte do excedente gerado seja desviado para o consumo e não para investimento, entre outros (PAMPLONA, 2001). Ainda que seja uma valiosa fonte de emprego e renda.

Desta forma, os sujeitos que estão à margem da proteção (os informais) são os mais aptos a incrementar a Economia Social que gera poderes sociais que se contrapõem a crise de racionalidade e legitimidade das estruturas do sistema-mundo capitalista, no qual as consequências recaem sobre os próprios sujeitos coletivos (OLIVEIRA, 2005). Essa abordagem fundamentada na noção de economia substantiva sempre esteve presente na história da humanidade e ganha embasamento nas fundamentações de Karl Polanyi⁴⁶, que descreve a relação entre economia e democracia, mas que acompanha o desencantamento do mundo por relações econômicas mais humanas pensadas no contexto europeu.

⁴⁶ Sobre esse ponto para um maior aprofundamento ler: A grande transformação, de Karl Polanyi (2000).

A economia social, atualmente, representa um modo de produção alternativo, que surgiu como caminho frente às dificuldades das transformações do capitalismo. Uma importante pesquisa que retrata a economia social pode ser encontrada nas análises de Florence Weber ([1989] 2009) na qual ela utiliza termos como trabalho paralelo, para justificar as atividades realizadas no lugar da reprodução (fora do trabalho que não geram pagamento de impostos), e bricole atividade que gera rendimento complementar ou inteiramente não monetário, que funciona como um reforço da solidariedade. Mas, quando se coloca a produção ou a prestação de serviços a outrem financeiramente beneficiados, seja por meio da divisão das sobras, pela renda, composição de fundos, mas inseridas no mercado, também são conhecidas como organizações de Economia Social (BERGONSI; STOLTZ, 2014).

Contudo, quando se trata da informalidade enquanto atividade econômica, da perspectiva do trabalhador no Brasil, aborda-se uma atividade que produz bens e serviços, desempenho realizado por pelo coletivo, cujo objetivo é a satisfação das próprias necessidades, ou seja, o viver/sobreviver. E nesse mercado é possível encontrar ações que capturam a intimidade entre comerciante e consumidor, convertendo a confiança, a reciprocidade, e amizade em laços que fortalecem uma organização de “boas combinações” entre intimidade, cultura e racionalidade-instrumental. Que para Zelizer (2011) representa um conceito que expressa três dimensões: confiança, reciprocidade e amizade. E na qual existem dois tipos de intimidade: 1) transferência de informações privadas entre as pessoas; 2) um vínculo duradouro e próximo entre duas pessoas. Que representam importante estudos dentro desta pesquisa.

A autora valoriza as variáveis de interações cotidianas, e tem como preocupação central o estudo dos aspectos qualitativos das interações sociais, revelando os sentidos atribuídos pelos agentes dessas interações. Numa perspectiva, na qual as conexões sociais e morais, e as relações de poder são importantes para a compreensão da atividade econômica baseada em motivos distantes de objetivos puramente racionais (ZELIZER, 2009, 2011). Dados importantes para a pesquisa que busca nas relações dos informais, tramas que revelem circuitos de seus comércios.

Por entender que a realidade empírica é baseada em várias dimensões como: Social, econômica, cultural, política e histórica. Torna-se imprescindível a utilização dos conceitos desenvolvidos pela socióloga nessa escrita que toma como foco de estudo a cidade de Palmas-Tocantins. Tal leitura abrange o comportamento humano além do auto interesse, inserindo parte da cultura na economia, na qual é possível com a ajuda de várias combinações: da obrigação, do cálculo, da espontaneidade, da solidariedade e outros fatores não intrínsecos praticados entre os participantes. Dito de outra forma, os trabalhadores informais (re) significam suas práticas a partir de suas referências culturais, cognitivas e emocionais.

Essa cultura é importante para entender o local, é nele que filtramos e construímos nossa interpretação do mundo, sobre o real e o cotidiano, através de informações que vem de fora para dentro, que são elaboradas, reificadas e reenviadas para o exterior, por meio de nossa própria realidade e interpretação, porque a realidade é composta pelos olhares do mundo, pela relação entre o local e o global, que se dá de forma dialética que na verdade “são os olhares do local de cada grupo social – são fragmentos” (SOARES, 2019, p. 132) que impõem sua própria pauta ao desenvolvimento. É nesse ponto que emerge o papel importante da cidade de Palmas nesse estudo conforme será relatado a seguir.

4 PALMAS EM EVIDÊNCIA

Palmas é uma recente e restrita capital que ao ser utilizada como objeto de estudo propicia uma experiência que toma por base a própria criação do município em maio de 1989, como capital do Estado do Tocantins, criado em outubro de 1988, de forma planejada e erguida sobre a base de uma economia onde predominam intensas transições e ocupações, dentro de um interim pulsante economicamente falando. Oliveira (2016) afirma que a idealização de forma urbana dos autores do projeto urbanístico da maior cidade do estado do Tocantins é incompatível com a apropriação indevida e privatização do espaço público, e que este fato demonstra que se tem uma capital baseada no valor de troca e não de uso.

4.1 Palmas: uma breve descrição

O espaço de uma cidade de região subdesenvolvida e capitalista é organizado e caracterizado sob a lógica de um modo de produção extremamente desigual, e apresenta diferenças relacionadas a cada território como também contradições simultâneas no interior do espaço intraurbano e na área central de referência ao município.

Bem como na cidade de Palmas “[...] a mais recente capital administrativa planejada do Brasil [...]” (TEIXEIRA, 2009, p.91) que configura também, como a capital de um dos Estados mais novos do Brasil, o Tocantins, cuja jurisprudência foi concretizada em 27 de julho de 1988 recorrendo ao artigo 13 das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal (CARVALHEDO; LIRA, 2009). Em virtude de se apresentar como uma cidade organizada, por meio de uma planilha na qual cada linha foi devidamente planejada, qualquer traçado que não acompanhe o que foi arquitetado deflagra uma espécie de desorganização. Por isso, nela se visualizam vários espaços de descentralização que se transformam paradoxalmente em centralizados, uma vez que fatores de atração do comércio centralizam em quadras os mercados, os serviços e as lojas. Esses espaços são encontrados ao longo do tecido urbano da cidade que se misturam criando certa dissociação do que foi arquitetado.

A dinâmica urbana da região central de Palmas foi desenhada em torno da Praça dos Girassóis⁴⁷, com localização de atividades como bancos, escritórios, clínicas médicas, restaurantes, cinemas e edifícios mistos com apartamentos. Em contrapartida a malha viária é

⁴⁷Local de cruzamento das duas principais avenidas, que dividem a cidade em norte e sul, e onde estão localizados os principais edifícios públicos do governo Estadual, simbolizando a cidade.

ortogonal⁴⁸, em xadrez, garantindo além de simplicidade elementos disciplinadores da ocupação urbana (TEIXEIRA, 2009, p.91), um sistema viário que privilegia o automóvel. Apesar de ser adequada, a superfície aplainada do sítio urbano, aumenta as distâncias latitudinais, dificultando a locomoção aos extremos da cidade (CARVALHEDO, 2011). Por outro lado, as quadras foram organizadas de modo a servir de base territorial e de organização da vida com associações de moradores. Assim, o comércio e os serviços possuem caráter vicinal⁴⁹, com afluência imediata e cotidiana da população. Ademais, no eixo da rodovia, como também na avenida principal Teotônio Segurado, foi previsto comércios atacadistas, indústrias e outras atividades de caráter regional com tráfego de carga pesada (TEIXEIRA, 2009).

Ao se pensar a cidade como um plano sem fim, Palmas foi concebida como uma cidade aberta, uma vez que seu plano foi elaborado como um jogo por meio de definições básicas de organização do espaço urbano e regras mínimas de orientação para sua implementação ao longo do tempo. Contudo, seu processo de gestão ao ser colocado em prática foi orientado por questões políticas em prejuízo das indicações do plano diretor. Transformando sua dinâmica urbana, marcada por desapropriações realizadas pelo Estado que permitiram a formação de capital para investimento. Para tanto, o governo acabou projetando bairros como Taquaral (hoje Taquaralto) e Aurenys fora da área do plano básico, cogitados territórios que na verdade seriam destinados, posteriormente, a expansão urbana. Esse processo contribuiu para a segregação⁵⁰ da população com menos recursos, e a proliferação de vazios urbanos nas áreas mais próximas do centro da cidade (CARVALHEDO; LIRA, 2009) o que identifica que Palmas não foi planejada para todos, e sim para uma minoria privilegiada que pode arcar com os impostos mais caros, delimitando assim um padrão diferenciado ao criar os bairros padronizados – que possuem grandes áreas vazias, e as periferias destes – que possuem agrupamentos de pequenos lotes.

De acordo com Carvalhêdo (2011) embora Palmas seja uma cidade planejada, possui áreas com localização desintegrada geograficamente e institucionalmente do projeto inicial, gerando espaços vazios tanto no grande centro como nas regiões periféricas da cidade, contribuindo para a formação de centros comerciais alternativos:

⁴⁸As ruas formam uma malha de vias dispostas em dois feixes de ruas paralelos que se interceptam quase ou perfeitamente ortogonalmente entre si.

⁴⁹Interliga localidades vizinhas com início e fim bem definidos.

⁵⁰O processo de segregação urbana de Palmas é muito importante para a compreensão da informalidade ambulante, uma vez que contribuiu para uma extensão latitudinal do perímetro urbano da cidade e criação de micros-centros comerciais que são formados pelos informais fixos.

Nas áreas fora do plano diretor básico são construídas formas alternativas de relacionamentos sociais, culturais e comerciais em formas de bairros. Em casos de setores muito distanciados, como exemplo Taquaralto, pelo difícil acesso ao principal centro comercial da cidade (Av. JK), desenvolveu-se um comércio popular (Av. Tocantins), mais próximo dos moradores que buscam neste centro popular uma maior independência da própria cidade planejada. Tornou-se posteriormente, outro centro comercial significativo, atendendo as necessidades de uma pequena cidade economicamente ativa e gerando uma centralidade secundária, com a presença de agência bancária, escola, agência de correio, lojas populares de diversos setores, prestadores de serviço e pequeno fluxo de capital (CARVALHEDO, 2011, p. 96).

Ademais, por ser uma cidade criada tem em seu histórico, um amplo cenário atraente, associado à imigração, cuja entrada foi estimulada pela sua construção, mas que ainda nos dias atuais mantém-se sedutora para os que buscam novas oportunidades (CARVALHEDO, 2011). Segundo dados do IBGE (2018), mais de 28% da atividade econômica em Palmas é mantida pelo setor terciário, no qual 60,28% são produzidas no setor comercial e 24,98% no setor de serviço. Identificando um volume expressivo da economia de comércio, podendo ser a principal atividade econômica do município. Um setor muito atrativo economicamente falando.

Essa combinação de fatores como oferta de serviços específicos de capitais, grandes empresas atacadistas, shopping centers, e unidades clínicas hospitalares, além do fato de ser a maior economia do Estado tornam, a cidade de Palmas um polo econômico regional, com elevado poder de atratividade para os demais municípios do Tocantins (BARBOSA et al, 2018) torna Palmas numa cidade cheia de atrativos aos olhos desses migrantes que veem nela recursos disponíveis.

Todo esse processo histórico, social e econômico resultou na formação e consolidação de várias áreas centralizadas, multifacetadas e complexas, que hoje são compreendidas pelas áreas centrais das proximidades da praça dos girassóis, pelas áreas de determinadas quadras do plano diretor Sul e Norte, como também de bairros mais típicos como Taquaralto, Aurenys entre outros. Apesar disso, estas áreas representam um caráter extremamente desigual inerente à natureza da lógica do capitalismo em uma cidade de região subdesenvolvida, tanto em termos dos seus fixos quanto dos seus fluxos, por meio da propagação do comércio ambulante permanente em forma de ocupação com o objetivo de comercializar mercadorias, mas principalmente alimentos.

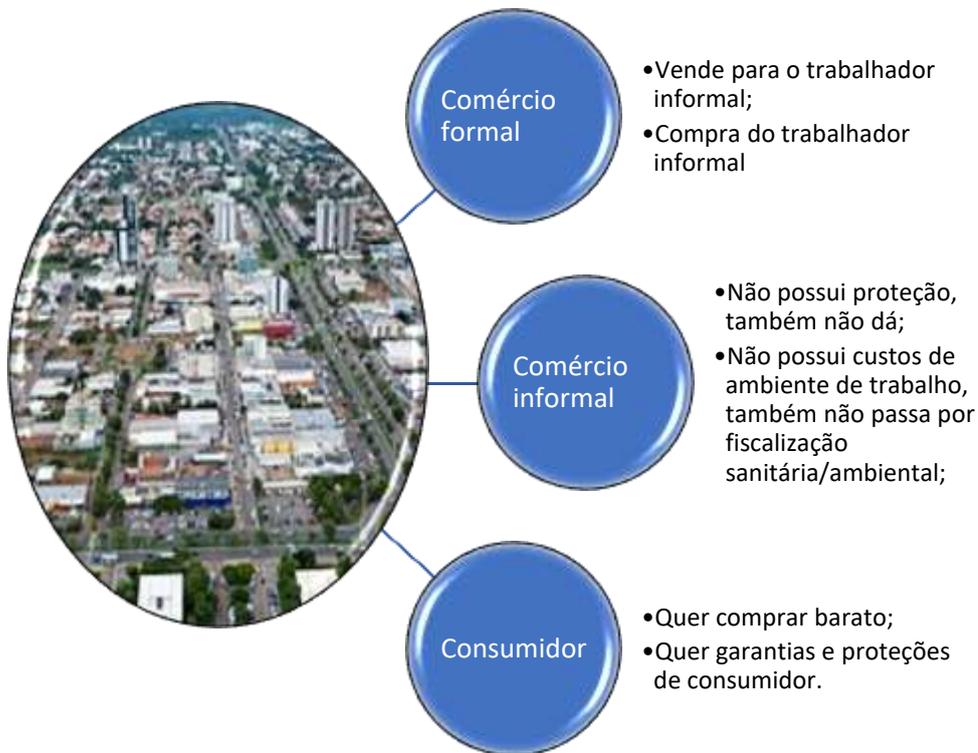
Não só pelo fato de Palmas ser uma cidade de migrantes que circulam nas vias, mas também pela forma desempenhada da atividade comercial que faz o desenvolvimento da economia. O que acarreta o surgimento de uma concorrência, como também aliança entre o comércio formal e o informal, que somada ao precário modo de vida de grande parte da população, transforma esses ambulantes fixos em importantes agentes no processo de

circulação de mercadorias e produtos, abastecendo boa parcela da população, recorrendo de métodos próprios, lícitos e ilícitos. Por meio de um intrincado circuito econômico, no qual essa articulação possibilita o acesso da população urbana em geral a produtos que normalmente seriam de difícil acesso, é que se encontra a explicação da oferta e procura em relação a quem precisa comprar.

De tal forma que este fenômeno deixa interrogações sobre essa organização de espaço público urbano de Palmas, relacionadas às articulações dos ambulantes, como também referente à ação de resistência por eles praticada. Demandando curiosidade sobre quem são esses indivíduos? Como são caracterizadas as relações sociais ali encontradas? Qual entendimento pode ser atribuído para esses trabalhadores estarem ali? Quais as principais dimensões de liberdade esses informais priorizam? Como são realizadas as trocas ou vendas dos produtos? Quais códigos são utilizados? As unidades de medidas são as mesmas de um comércio formal? Quais são as convenções utilizadas? Quais costumes ou instituições são utilizados entre eles, e com os clientes? O que é bem circunscrito, particular e que estabiliza esses comerciantes? O que dá perenidade ao circuito, a rede?

É de fato perceptível que dentro da área da cidade de Palmas o comércio ambulante fixo venha crescendo, ocupando espaços cada vez maiores na economia local, principalmente em épocas de crise, incorporando-se à paisagem da cidade e as suas tradições. Tal constatação revela em suas entrelinhas um episódio da economia e do comércio da capital do Tocantins que precisa ser entendido. Como consequência o não diálogo com esses trabalhadores pode resultar em diferentes entendimentos e abordagens incorretas, sobre um fenômeno que a cada dia assume proporção maior dentro do espaço urbano público.

Figura 8. Esquema prático da característica básica dos atores do Comércio.



Fonte: Elaboração da autora (2021).

Após essa breve descrição geral, nos cabe voltar ao problema da pesquisa relacionando-o aos aspectos da abordagem e à questão norteadora da tese.

4.2 Um estudo da ocupação do espaço público em Palmas

O município é caracterizado por seus espaços públicos, e vibra pelos fenômenos que ocorrem em seu exterior, é justamente onde a população circula, no trânsito, nas ruas e principalmente nas praças, jardins e outros logradouros da esfera pública que ocorrem a comunicação e a socialização. Por isso conhecer “[...] de que modo as novas realidades do trabalho (e do não-trabalho) redesenham os espaços urbanos e seus territórios e redefinem práticas sociais e os circuitos que articulam moradia, trabalho e serviços” (TELLES, 2006, p.49) são fundamentais, porque a ocupação do solo pode revelar muito sobre a cidade, como afirma Abramo:

A cidade moderna ocidental tem dois modelos paradigmáticos de conformação estrutural em termos materiais do seu ambiente construído. O primeiro desses dois modelos é identificado com o “modelo mediterrâneo” ou “continental”, e a sua estrutura urbana se configura como uma “cidade compacta”, onde o uso do solo é

intensivo. O segundo modelo de cidade é o modelo anglo-saxão, e a sua manifestação espacial é a de uma “cidade difusa” com um uso do solo fortemente extensivo, de fraca intensidade e baixa densidade predial e residencial (2007, p. 26).

Os dois modelos de cidade citados pelo autor descrevem cidades do Ocidente que podem ser encontrados nas cidades latino-americanas através do aproveitamento horizontal do solo para o mercado resultando em uma imagem condensada e espalhada em várias direções, com características de natureza formal e informal de aproveitamento do espaço urbano e público. E ao desvendar a “[...] zona da indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não direito, entre público e privado, [...], de fazer da investigação uma experiência de conhecimentos capaz de deslocar o campo do já-dito, para formular novas questões e novos problemas” (TELLES, 2006, p. 53-54), é possível descrever a cidade de forma significativa e compreender melhor seus espaços, identificar o que é público e o que é privado.

Gomes (2002) afirma que se deve considerar a configuração física e o tipo de práticas e dinâmicas que aí se desenvolvem para ser aceito ou não como espaço público. Em outras palavras, o estacionamento e seu entorno podem ser identificados como público, as pessoas que circulam independentemente do motivo de ali estarem estacionam seus carros e circulam sem pedir permissão a ninguém, toda via em Palmas alguns estacionamentos são utilizados por bazares⁵¹, como os demonstrados na foto 4 e 5.

FOTO 4: Vendedora ambulante fixa de lanche em estacionamento público da Av. LO 11.



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

FOTO 5: Vendedores ambulantes fixos de comida/panelada em estacionamento público da Av. NS 02.



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

⁵¹ Mercado de organização sutil e economia natural (MCMILLAN, 2004). Foi escolhida essa nomenclatura para referenciar os pontos pesquisados ao longo do estudo devido representar tanto áreas cobertas quanto ao ar livre, e ser encontrados produtos das mais várias espécies com preços reduzidos (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2015). Também baseada nos conceitos de Rabossi (2004).

Por conseguinte, esse conjunto de práticas urbanas, de seus usos e estatutos resultam numa problemática ao contexto dos espaços públicos principalmente no entendimento entre público/privado, exterior/interior, coletivo/individual que constantemente é reajustado pela funcionalidade dos bairros, pelo surgimento das novas centralidades e sociabilidades, entre outros. Ademais, o espaço público não é apenas a oposição do espaço privado, pois sua natureza dentro do espaço urbano relaciona-se principalmente com seu uso e com as práticas sociais que propicia. Posto que o percurso e seus circuitos instituem o traçado de territórios (TELLES, 2006).

Por natureza, o espaço público é mais aberto e o que, o diferencia do privado é sua facilidade de acesso, em razão de ser de todos e todas, ou seja, de ninguém em particular. Mas também, são lugares que dão visibilidade, às ruas, aos logradouros, às praças, às áreas centrais, ou locais de concentração de atividades comerciais e serviços, e aglomeração ou ainda fluxo de pessoas que é perfeito para instalar atividades de comércio que precisam ser vistos, transformando o espaço público em privado (MAIA, 2013). Destarte, é um arranjo que tende a destruir o espaço público, tornando-se fonte de conflito social e político, uma vez que de certa forma deteriora a qualidade de vida dos habitantes, como também destrói a cidadania (LEMUS, 2018).

Conforme já foi dito anteriormente por Carvalho (2008) e Sousa (2009), o Brasil sofre de uma cidadania incompleta, não possuímos a noção que estabelece direitos e deveres iguais e intercambiáveis para todos, e justamente por isso se tem o hábito de transformar o bem comum para um ambiente privado e elitizado dependendo do grupo. Mas também inegavelmente é a importância do conceito de cidadania que para Marshall (1967) constitui um dos direitos que garantem a liberdade como membro pleno de uma comunidade, ou seja, possui três dimensões: 1) direitos civis, que consistem nos direitos necessários para garantir a liberdade pessoal, como a liberdade de expressão e pensamento; direito à propriedade e à justiça; 2) político, correspondente ao direito de voto e votação; 3) social, do direito ao bem-estar e à segurança econômica ao direito de viver a vida de um ser civilizado de acordo com as normas vigentes na sociedade.

Contudo, ao analisar as características do setor informal brasileiro sob a ótica da terceira dimensão social mencionada por Marshall, observa-se a complexidade das condições de obtenção de direitos de cidadania para os trabalhadores informais. Em sua maioria eles estão às margens do bem-estar e da segurança econômica, dado que seu “trabalho oficial” não possui esta característica, pois não possuem todos os direitos sociais como os trabalhadores formais, esse segmento da população, pode ser considerado um pré-cidadão ou sub-cidadão. Que por

não possuir condições financeiras, nem acesso a um emprego formal, ocupa o espaço público em busca do viver/sobreviver por meio da venda de produtos e ou oferta de serviços para os transeuntes. Ou dito de outra forma, por ser um empreendedor, que busca nas ruas a garantia das dimensões 1 e 3 citadas por Marshall, como no exemplo das fotos 6 e 7 de áreas da cidade de Palmas.

FOTO 6: Vendedores ambulantes fixos de lanches entre outros na Estação de ônibus Apinajé.



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

FOTO 7: Vendedores ambulantes fixos de diversos produtos na Av. Tocantins - Taquaralto.



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Nesta cidade podem-se encontrar duas tipologias básicas espaciais e genéricas associadas aos espaços públicos: os locais de permanência e os circuitos. Os locais que estimulam ações, comportamentos espontâneos e assistência ou participação que são nomeados de espaços de permanência, como exemplos: o parque Cesamar, a Praça dos Girassóis, os pontos de ônibus, entre outros, que são espaços concebidos e que possuem mobiliário próprio de acordo com os comportamentos que pretendem estimular. Já os circuitos, ou “percursos urbanos” são aqueles que permitem a mobilidade de pessoas e veículos, como por exemplo: ruas, estradas, calçadas, estacionamentos entre outros (MATOS, 2010). E são elementos do desenho urbano que constituem os espaços públicos, uma vez que é nestes que a vida da cidade, a animação da cidade se manifesta, local de socialização dos utilizadores.

Os elementos estruturantes possuem uma função produtiva de interesse coletivo fazendo uso dos serviços que concedem, estimulando o desenvolvimento urbano, contribuindo para a qualidade de vida e coesão do espaço, também chamado de capital fixo por Lefebvre (2006). E justamente por estes motivos, são considerados espaços que atraem movimento com maior ou menor continuidade de tempo, marcando os territórios urbanos e favorecendo o surgimento de

novas funcionalidades ao espaço público. Entretanto, essas novas funcionalidades podem gerar conflitos entre o cidadão de passagem e o ocupante daquele espaço, que possuem diferentes perspectivas, principalmente sobre a utilização daquele espaço, por exemplo: se o motorista precisa estacionar e não tem vaga, pois a vaga está ocupada por um ambulante fixo.

Essas diferentes formas de socializações provocam conflitos como: relação de poderes, confrontos, cooperação, solidariedade – entrelaçados com insegurança, medos e violência, o que altera o sentido da palavra “público”, que antes trazia um aspecto de espaço de todos e como lugar onde antes era construída a cidadania (LEMUS, 2018), passando a ser um bem de disputa. Expondo o contraste da cidade formal versus a cidade informal, a riqueza contra a pobreza, a opulência em comparação com a miséria, a ordem ao lado da desordem e do caos urbano, podendo ser encontrada tanto no Brasil, como em outros países.

Isso porque, as terras públicas de utilização privada dentro do espaço urbano, são produzidas e apropriadas de diferentes formas, resultando na infraestrutura que compõem o aparelho urbano das cidades. Esses logradouros podem ser voltados para a acumulação de capital, como os shoppings centers, hotéis, restaurantes, espaços de mercantilização, como também espaços voltados prioritariamente para a moradia, sem ou com segregação espacial. Contudo, também pode ser simplesmente um lugar para desenvolver a sobrevivência, uma realidade visível nas cidades contemporâneas.

Gomes (2002) justifica que a relação entre o espaço físico e a cidadania é resultante da ação da democracia, atuando na reorganização territorial, como um pacto social que estabelece simultaneamente a relação de pertencimento a um grupo e a um território, seguindo uma ideia de direito e de justiça. Em outras palavras, a cidade deve ser o produto que cada um de nós deseja construir ao longo da vida. Para Lefebvre (1991) a cidade é uma forma superior de direito do homem sobre a qual devem prevalecer os interesses públicos, o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Em virtude de o espaço urbano ser o resultado das articulações de forças e interesses pelo controle da governança urbana, para além do constituído formalmente, ou executado em forma de política pública urbana, muitas vezes existem conflitos que são regulados de maneira pacífica e normatizados. Sobretudo, devido à máxima dos objetivos dessas políticas que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade garantido o bem-estar dos cidadãos, entretanto, nem todas as necessidades são tomadas como prioridades. E grande parte da estrutura e ação inserida na cidade objetivava atender principalmente a sociedade capitalista. E de acordo com Gottidiener (2016), há necessidade de reconceituar as ideias sobre essas políticas de forma a desenvolver eficientemente as novas realidades,

renegociando os impactos socioespaciais para atender aos interesses dos grupos que foram desprezados, pelos que buscam lucro e pelos custos do crescimento.

Pois, não é só uma governança urbana, formal ou informal, que desenha este espaço público, é o resultado das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade (onde ocorre a luta de classes), na qual se tem o projeto do espaço urbano em conformidade com a orientação ideológica predominante. A ciência das formas de organização urbana precisa estar baseada em um conhecimento articulado entre a sociedade e o espaço e não somente em termos estruturais e funcionais, mas principalmente beneficiando as áreas locais a fim de que os menos privilegiados não fiquem tão isolados (GOTTIDIENER, 2016).

Por certo, a produção e a apropriação do espaço/território possuem característica predominante capitalista, e como contra tendência contém os movimentos de luta em nome do direito a cidade, são mutáveis e obtidos por conquistas parciais, e que buscam um processo de produção do espaço urbano de direito à cidade democrática, com a ajuda de um processo de produção e apropriação do espaço, voltada para as necessidades das pessoas, para a própria sobrevivência. Essa dicotomia desenvolve no espaço urbano uma urbanidade de enfrentamento, mediante políticas públicas apoiadas em ideais de empreendedorismo, planejamento estratégico ou democratização da gestão da cidade gerando ou retirando benefícios às camadas menos favorecidas da população.

Inegavelmente, se entende que no Brasil, assim como em várias outras cidades esse é o quadro geral de produção e apropriação do espaço urbano em terras da União “desocupadas”. Isso porque, o ambiente produzido (graças a infraestrutura, que possui valor de atração populacional e de visibilidade) passa a ser cobiçado e usado, no entendimento da satisfação da necessidade básica de sobrevivência, para gerar renda, pois tanto a formalidade quanto a informalidade das cidades são compreendidas como grandes centros são frutos do trabalho social. E a cidade de Palmas não é diferente, pois, em seu desenho de planilha não cabem as diferenças sociais, mas em seus centros de circulação compactam vários informais na busca do viver/sobreviver que precisamos conhecer.

4.3 Gestão institucional versus informais

A interpretação das Leis, decretos, literatura e das entrevistas são importantes para identificar e, por vezes, validar o raciocínio desenvolvido até aqui, utilizadas sempre considerando o desenvolvimento dos circuitos econômicos dentro da informalidade que ocupa os espaços públicos urbanos da cidade.

A legislação existente apresenta uma visão geral do conjunto de normas que disciplinam as regras de funcionamento de uma cidade, já os decretos representam um ato geral ou individual emitido pelo chefe do poder executivo do município, em ambos é possível encontrar os objetivos e estratégias utilizadas pela gestão municipal. É difícil encontrar análises que expliquem as inadequações na aplicação das Leis e decretos, pois se entende que não há benefício em ter um arcabouço legal e institucional superior que não se aplique na prática. A separação entre realidade e burocracia tem permanecido constante no estabelecimento das regras e gestão da ocupação dos ambulantes fixos informais.

Em conversa com o Vereador José do Lago Folha Filho (2022), foi relatado que o planejamento feito por Walfredo Antunes para Palmas, na Avenida JK os lotes comerciais teriam 10x10, ou seja, 100 metros quadrados, «» contudo, o crescimento de Palmas não comportou essas medidas:

Imagine um comércio que ele é 10x10, dá 100 metros quadrados (silêncio), você tem que fazer banheiro, é tem que fazer um, um, um espaço pra podê, pra podê você guardar alguma coisa, aeeee aaaa que, que planejado, aí isso aqui, que, que aconteceu isso aqui, isso aqui ficou pra traz, não tem condição. Hoje um comércio de 100 metros quadrados ele vende só roupa, só calçado, uma farmácia pequena, não dá pra colocá um trem grande. E aí o planejamento pra palmas ele é, era de pensá. [...] aí eu foi e falei: - Professor isso aqui foi feito de fora, desproporcional porque a cidade cresceu de forma desordenada, em pouco tempo ela foi, além do que eles esperavam, o comercio ele, ele praticamente, ele cresceu em áreas que não eram permitidas (FOLHA, 2022).

Assim, desde sua criação o comércio de Palmas surge em um contexto problemático, visto o planejamento não comportar a realidade vivida pela cidade. E por intermédio da Lei Orgânica do Município de Palmas - Tocantins de 20/07/1999, a cidade descreve seus primeiros rascunhos de ferramentas para a gestão da ocupação do solo urbano. Conforme essa Lei foram estabelecidas diretrizes de ordenamento do território, que podem ser encontradas no capítulo II, artigo 5º, inciso “VIII – promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”; e colocando a cargo do poder legislativo e da câmara municipal composta pelos vereadores no artigo 10º, inciso “IX – normas gerais de ordenação urbanística e regulamentos sobre a ocupação de uso do solo urbano, parcelamento do solo e edificações”. Já no artigo 38º atribui às Leis complementares e ordinárias as matérias do inciso “V – zoneamento urbano sobre direitos de uso e ocupação do solo” (PALMAS (TO), 1999).

No que se refere à ocupação informal do espaço, a Lei 1.106, de 29 de abril de 2002, dispõem sobre a concessão do direito real de uso da área pública no Município de Palmas e dão outras providências. No artigo 1º, determina que o Poder Executivo seja o responsável por

autorizar e celebrar os contratos de concessão de área pública, com direito real e resolúvel, entre outros para utilização de interesse social, no artigo 2º resolve que a concessão será por tempo determinado, podendo ser remunerada ou gratuita. Ao longo da Lei 1.106 também é possível encontrar os combinados relacionados à renovação da concessão, como também os requisitos fundamentais para se conseguir. No entanto, não há resoluções sobre permissão, e para o Vereador Folha (2022):

Os quiosques: um é permissão outro é concessão, aonde ela construiu é concessão. Onde ela não construiu é permissão, que você tem que ter, claro ela também, quase que fica igual, você vai identificar, você construiu? construiu! [...] nós temos dois tipos a concessão e a permissão, que é quase a mesma coisa, mas eu, eu acho que quem tem que arca é o cidadão. [...] eu vou, se vai te financia, se vai construí, se vai te financia, se vai ter vinte anos, depois de vinte anos ele não é mais seu, porque você precisa de vinte anos pra demonstrá pro município, ooooo eu empreguei três pessoas, eu tô ganhando vinte mil reais por mês (2022).

Um ponto notável a se destacar na Lei 1.106 é que não existia uma estratégia clara relacionada ao financiamento, nem tão pouco relacionada à padronização do modelo dessa ocupação do espaço urbano, referia-se somente ao imóvel. O documento não demonstra nenhuma preocupação com a estética do comércio, especialmente com o início da formação de comuns, ocupações no centro comercial da cidade. Existia a preocupação em delegar funções e garantir o controle sobre as ocupações diante de uma possibilidade de acompanhamento eficiente.

Contudo, as ocupações informais vinham acontecendo, uma vez que existiam espaços vazios entre as áreas urbanas públicas e uma forte pressão por parte da população informal fixa, devido ao crescimento demográfico da cidade, como também as transformações do Brasil neste período. Nesse contexto a surge a Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007, que dispõem sobre a política urbana do município de Palmas, formulada para atender o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade garantindo o bem estar de seus habitantes e de acordo com a constituição Federal/88 em seus artigos 182 e 183, como também o Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, e determinado no artigo 66 quais eram as diretrizes desse desenvolvimento, mas direcionando diretamente aos informais a tratativa do inciso V – “Estimular e apoiar a migração dos agentes informais para a economia formal” (PALMAS, 2007), mandato do prefeito Raul Filho.

O prefeito Raul governou de janeiro de 2005 a dezembro de 2012, na época, afirma o Vereador Folha (2022), ele tentou criar lugares específicos para os informais ambulantes fixos, porém eles acabaram voltando ao lugar anterior devido à localização da área doada ter pouco movimento e desta forma não viabilizar as vendas. Já em 2013 no governo de Carlos Enrique

Franco Amastha, eleito em 2012 e que permaneceu na prefeitura até 2018, foi criado o Decreto 1.656, de 4 de outubro de 2018. A ideia principal seria construir um local para colocar os informais acomodando juntamente serviços públicos essenciais a população e desta forma gerar movimento.

Já no tempo do Amastha eu faço um acordo com vocês, coloco cês lá. Ai nós fizemos um projeto, coméque a gente queria. Com, com prédio do, do espaço do Detran dentro, com espaço da Polícia Civil pra fazê movimento, e qualquer dúvida de um veículo, se vai no Detran puxa aí. Polícia Civil vai lá, tem problema com carro, puxa, fizemos um acordo. Ai o Amastha não deu conta de construí (FOLHA, 2022).

Com a saída de Amastha para disputar à eleição suplementar do governo do Estado do Tocantins, Cinthia Ribeiro, a vice-prefeita assume o governo e várias alterações ocorrem entre elas à homologação do art. 4º da Lei Complementar nº 356, de 13 de janeiro de 2016. Que pode ser encontrada no Decreto nº 2.159, de 18/02/2022, que homologa o Plano de Ocupação de Área Pública de que tratam a Lei Complementar nº 356, de 13/01/2016. Cujas finalidades é normatizar a instalação e funcionamento comercial, por particulares, de equipamentos fixos ou móveis, em áreas públicas da Cidade, por quiosques, mobiliários urbanos, reboques e outros equipamentos.

Vamo lá que, que a prefeita fez agora, [...] nos convencemô a prefeita e ela se conscientizou de que, que nós temos que fazê alterações no nosso código de postura, porque ele é arcaico, atrasado, a última alteração que teve nele foi em noventa e nove. Nos tamos há vinte três anos sem alteração no código de postura de uma cidade que cresce todo dia, e cresce sem ordenamento jurídico, sem ordenamento urbano porque não tem quem fiscalize e quem consiga controlar, não tem. [...] Nós temos cento e setenta e um loteamentos irregulares (silêncio). Nós fizemos alteração no plano diretor em, em dois mil e dezessete a cada dez anos al, altera o plano diretor, mas em dois mil e dois tá com cinco anos, precisa mudá, tá com duzentos e tantos. Ai o que, que nos vai, nos vai fazer alteração, nós, nós vamos tirá os trinta artigo do código de postura que é arcaico, moderniza ele pra agora e dos próximo vinte anos pra quem vem, quem tá no, no espaço público (FOLHA, 2022).

Proporcionando regulamentação da ocupação dos espaços públicos da Cidade, no qual os projetos e obras relativos à construção, reforma, modificação, ampliação ou demolição para instalações fixas e móveis. Assegurando assim a aplicação da legislação relacionada às Normas Brasileiras - NBR's/ABNT's e às condições para o desenvolvimento das funções político-administrativas, bem como propiciando à população condições adequadas de qualidade de vida. Porquanto nesse ato, também ter estabelecido uma comissão permanente para a construção do plano permanente de ocupação, que irá definir o rumo da expansão e as prioridades de ocupação do solo urbano público por meio de uma política pública (PALMAS, 2022).

A prefeitura botô um padrão pra você construí. Você vai podê trabalhá com a caixa de isopor nas costas, desde que ela esteja bem. Vou te cadastrar na prefeitura, você vai trabalhar com seu carrinho ambulante se quiser, desde que ele seja cadastrado bonitinho, padronizado. Você vai pode trabalhaaaa inclusive na, na Teotônio, na JK, na Tocantins, lá na praia gra, lá na Praia da Graciosa, qualquer lugar. Só que você vai trabalhar padronizado (FOLHA, 2022).

Apesar de toda a preocupação com a padronização em relação à ocupação do espaço público pela informalidade ambulante fixa, mais uma vez as ações planejadas e de certa forma institucionalizadas ainda se demonstram frágeis. Certos fenômenos estão sendo equacionados, como por exemplo, a questão da padronização sem estabelecer de fato de onde virão os recursos para esses informais, sendo que nem todos possuem capitais ou crédito para iniciar esse processo.

Depreende-se das quatro Leis e ou Decretos anteriormente mencionados uma forte preocupação com a questão dos informais ambulantes fixos que levasse em consideração a contenda do paisagismo urbano, da estética visual, além da garantia de áreas para empregos, serviços e circulação de pessoas e bens. Mas a política de concessão e permissão não foi pensada e executada de forma a acompanhar a dinâmica da cidade. Já havia nos planos indícios de ocorrência de informalidade, mas não de ações para mitigação desse processo. E a regularização das concessões do espaço público urbano não foi experimentada em uma pequena amostra para verificar sua viabilidade.

Entre os seus objetivos gerais o plano não apresenta pelo menos de forma explícita a preocupação com o controle da informalidade na ocupação do espaço. Menciona que é dever do município transferir a informalidade para a legalidade, e trata a questão “ocupação” somente associada ao paisagismo da cidade ou padronização dos ambulantes fixos, ou seja, não demonstra uma preocupação com esse circuito econômico preconizado pelo planejamento governamental.

Não foi possível ver o documento diagnóstico, que aponta o número de ambulantes fixos da cidade, mas de acordo com o Vereador Folha: *“Nós estamos há três anos levantando, nós fizemos sete cadastros, nós sabe a situação de cada um cidadão daí em Palma, que ocupa um espaço público, nos sabe a situação dele, nos sabe quem foi o primeiro dono, quem tá, como é que tá, quanto ele paga de aluguel”* (2022). Ou seja, a prefeitura possui toda uma construção do espaço público que está a serviço dos informais, qual a situação dos pontos, e quem teria o direito da concessão ou permissão.

É importante observar também que a extensão temporal em que vigora um instrumento de planejamento associado a uma Lei e/ou Decreto, o que pode acentuar o problema da

informalidade ambulante fixa no caso de Palmas. Considerando que a informalidade na ocupação do espaço público urbano para ambulantes fixos já acompanha a formação do aglomerado das vias/ruas/calçadas, os enfrentamentos não podem ser colocados como acessórios, é preciso definir as razões estruturais da disseminação dessa prática de ocupação informal.

O governo reconhece a informalidade como alternativa ao viver/sobreviver ao mesmo tempo em que assume como diretriz viabilizar áreas destinadas especificamente a esses trabalhadores. No cérebro dos bairros comerciais, praças abertas ou calçadas foram planejadas como atrações de entretenimento, encontro e contemplação. No entanto, na realidade, há um camelódromo implantado em uma das praças dentro do pátio (a de maior nível de fusão e maior número de transeuntes), enquanto muitas estão abandonadas, ou seja, a infraestrutura não está em uso e as distâncias estão aumentando (OLIVEIRA, 2016).

No capítulo 5, a seguir, apresentamos as exposições e análises realizadas por meio das entrevistas que foram feitas com os ambulantes fixos, de cunho estatístico e de caráter qualitativo.

5 ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DO TRABALHO INFORMAL EM ÁREAS DETERMINADAS DE PALMAS: OS AMBULANTES EM FOCO

Nos capítulos anteriores, fizemos uma consideração teórica sobre a temática do trabalho e sua importância para o viver/sobreviver, com destaque para a informalidade, bem como a ocupação do espaço público e de duas vertentes utilizadas para a formação dessa relação econômica: a economia social e os circuitos econômicos. Foi feita uma reflexão sobre a formação do município de Palmas-TO e ao se tecer algumas considerações sobre o planejamento da cidade, suas origens e características, como também suas contradições. A partir deste capítulo iremos caracterizar e dimensionar de forma genérica, conceitual e principalmente empírica, a informalidade de três pontos específicos selecionados na cidade de Palmas-TO, que retratam a formação da informalidade e o processo de ocupação desses espaços públicos.

Na presente pesquisa são considerados informais os trabalhadores que possuem os seguintes aspectos: trabalham em condições precárias, trabalham por salário sem carteira assinada, são por conta própria, estão em áreas públicas com seus bazares, em ocupações que não exigem escolaridade e/ou qualificação. Durante o trabalho de campo etnográfico oportunizou diversas compreensões, em razão de permitir a experimentação da vivência contínua dos ambulantes, contudo, por vezes o roteiro de perguntas não foi seguido, outras foram impedidas do acesso irrestrito dentro de um determinado comércio no qual estava nosso foco. As explicações não são dadas por todos espontaneamente, é preciso conversar, fugir do tema e tentar por meio do diálogo extrair informações que são importantes para a pesquisa, mas que ao mesmo tempo os participantes não se sintam invadidos, que eles passem de forma fluida e natural.

Assim, foram criadas várias estratégias que conferissem a pesquisa valor estatístico, mas que não fugissem do processo de convivência que foi criado ao longo do trajeto, as entrevistas foram realizadas no horário e local de trabalho por isso algumas vezes era interrompida para que fosse realizado o atendimento aos clientes, e desta forma as tabelas, quadros e gráficos organizados a partir das questões expostas ao longo do texto passaram por um crivo de entendimento científico. Posto que o número de participantes possuía variáveis.

Embora os resultados encontrados não sejam considerados como estatisticamente representativos, constituem alguma evidência empírica para compor o perfil dos participantes e a natureza do processo investigado. Isto posto o quadro 5 apresenta as variáveis e as nomenclaturas que foram utilizadas ao longo da pesquisa.

Quadro 4. Apresentação das variáveis utilizadas na pesquisa.

DESCRIÇÃO	PONTO 01	PONTO 02	PONTO 03	TOTAL
PESSOAS TRABALHANDO NO LOCAL / PTL	26	25	21	72
BAZARES UTILIZADOS / B	17	13	16	46
VOZES OUVIDAS / VO	20	12	18	50

Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Como resultado, nos quadros, tabelas e gráficos que são utilizados também a nomenclatura que resultou a grandeza apresentada, dado que as tabelas e gráficos com o perfil dos entrevistados possibilitam uma melhor visualização e entendimento da população estudada. Através dos números absolutos e dos percentuais, pode-se captar o índice aproximado das variáveis que regem a vida das pessoas em foco neste estudo. Uma atividade correlatória que estabelece parâmetros de homogeneização dos dados para a comparabilidade das unidades adequadas (SPOSITO, 2004). E ao referenciar a declaração de cada bazar ao longo do texto foi utilizado siglas, de forma a não tornar a leitura cansativa, todavia disponibilizar informações importantes para a análise.

Quadro 5. Apresentação das siglas utilizadas na referência dos depoimentos.

SIGLAS UTILIZADAS			
EST.	ESTÇÃO APINAGÉ	M.	MASCULINO
GAM.	BAZARES NA AV. JK	F.	FEMININO
TAQ.	BAZARES DA AV. DE TAQUARALTO	SOLT.	SOLTEIRO
N.A.	NÃO ALFABETIZADO	CAS.	CASADO
E.F.INC.	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	UN.EST.	UNIÃO ESTÁVEL
E.F.	ENSINO FUNDAMENTAL	DIV.	DIVORCIADO
E.M.INC.	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	OUT.	OUTROS
E.M.	ENSINO MÉDIO	PROP.	PROPRIETÁRIO
E.S.INC.	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	PROP.FAM.	PROPRIEDADE FAMILIAR
E.S.	ENSINO SUPERIOR		

Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Para ilustrar, destaca-se os modelos utilizados no estudo para referenciar as entrevistas.

Tabela 3. Modelo do resumo que referencia os depoimentos.

	LOCAL	SEXO	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	CONDIÇÃO DE TRABALHO	IDADE
PONTO 1	EST./	M/	N.A./	CAS./	SUBINFORMAL/	76
PONTO 2	GAM./	F/	E.M./	UN.EST./	PROP./	55
PONTO 3	TAQ./	M/	E.F.INC./	SOLT./	PROP.FAM./	40

Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Infere-se que os materiais examinados serão bem diversos, e por meio destas ferramentas estar-se-á se possibilitando uma interpretação de resultados de maneira relativa, propiciando legitimidade as arguições realizadas.

5.1. Características gerais, quem são os informais?

Visando facilitar a análise dos dados, algumas questões foram submetidas a uma mudança de categoria para uma apresentação mais precisa habilitando as informações de forma mais eficiente. Algumas respostas estão sintetizadas e combinadas em grupos maiores, como no caso dos dados sociodemográficos, no qual são apresentados:

- ✓ Idade: Foram utilizadas as seguintes categorias: 18 a 31 anos, 32 a 42 anos, 43 a 62 anos⁵², esse tipo de trabalho tende a concentrar mais idosos, embora a capacidade de perceber novas oportunidades seja maior a aceitação de novos desafios é menor, desestimulando também este tipo de serviço para mais de 61 anos (PAMPLONA, 2001), e mais de 63 anos;
- ✓ Estado civil: solteiro; casado; união estável; divorciado; viúvo;
- ✓ Naturalidade: Nascido em Palmas-TO, nascido do Estado do Tocantins e nascido em outro Estado;
- ✓ Escolaridade: Embora nas unidades informais a escolaridade seja pouco valorizada e o rendimento médio não guardar proporção com seus níveis (PAMPLONA, 2001), mas ser um elemento importante para a conquista e manutenção de um “bom” emprego formal, ela foi dividida em: sem escolaridade, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo e curso superior incompleto e superior completo e/ou mais;
- ✓ Renda: A renda é dividida em: equivalente a menos de 1 salário mínimo⁵³, 1-2 salários mínimos, de 2-3 salários mínimos, mais de 3 salários mínimos e mais de 06 salários mínimo;

A mesma estratégia foi utilizada na hora de descrever os produtos e serviços comercializados pelos ambulantes, como também para falar do perfil profissional, das condições de trabalho e das características do enfrentamento da pandemia do COVID-19. Os dados estão distribuídos pelos pontos utilizados na pesquisa separadamente e posteriormente

⁵² A classificação etária utilizada na pesquisa buscou não se ater a matematização da consciência, priorizando o maior grupo encontrado, o de meia-idade (dos 41 aos 65 anos).

⁵³ Valor do Salário Mínimo Nacional em 01/01/2021, R\$ 1.100,00 (HUM MIL E CEM REAIS).

reunidos como um único grupo de entrevistados, conforme podem ser observados ao longo do texto nas tabelas e gráficos a seguir.

Tabela 4. Sexo dos participantes

PTL	PONTO 1*	PONTO 2**	PONTO 3***	TOTAL
Masculino	61,5%	48%	61,9%	57%
Feminino	38,5%	52%	38,1%	43%

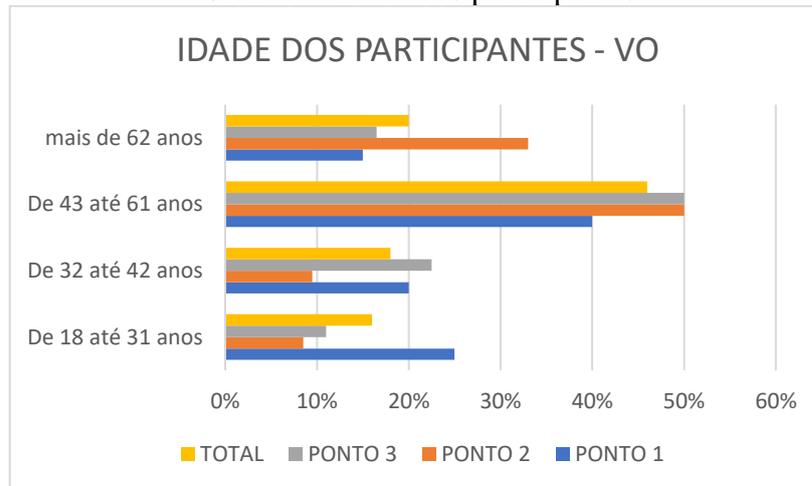
Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Nota: *Ponto 1: Estação; ** Ponto 2: Feira da Gambira; *** Ponto 3: Av. de Taquaralto.

Na análise por gênero, a tabela 4 mostra que, do total de trabalhadores informais que participaram da pesquisa do Município de Palmas, 43% são mulheres e 57% são homens. A informação demonstra que os homens, na cidade de Palmas vêm submetendo-se com mais frequência a um trabalho mais atípico, ou também que este mercado seria mais masculinizado, ou seja, este mercado mesmo sendo informal e precarizado não vem favorecendo ou facilitando a entrada e permanência das mulheres. Todavia, apesar da semelhança entre o conjunto da população, observam-se diferenças, já que no ponto da Feira da Gambira (PONTO 2) mais de 52% são do sexo femininos, ao mesmo tempo nos pontos 1 e 3 as mulheres não atingem 40%. Em contrapartida mais de 60% são do sexo masculino, no ponto da Estação (PONTO 1) e no ponto de Taquaralto (PONTO 3).

Este item é de grande importância para o entendimento do grau de precarização dos trabalhadores estudados uma vez que as mulheres exercem geralmente dupla jornada de trabalho ou mais, dos afazeres de casa, e a de providenciar o sustento da família, como também a dos cuidados e zelos para com os parentes.  Entendendo que a condição de gênero é um marcador importante dos percursos empregatícios (ANTUNES, 2009; GUIMARÃES et al, 2017). Ademais, muitas delas são ali encontradas como um “favor” visto o marido, companheiro, irmão, entre outros estar no momento realizando outras atividades, desta forma não recebem necessariamente uma remuneração pelo trabalho desempenhado. Pamplona (2001), alerta que quanto mais desfavoráveis as características de um trabalhador, em termos de rendimento dentro da informalidade representa penalização, condenando essas pessoas a setores e ocupações de mais baixo retorno.

Gráfico 4. Idade dos participantes



Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Com relação à faixa etária existem diferenças entre os pontos, mas considerando o total, observa-se que a maior parcela dos trabalhadores informais se concentra na faixa entre 43 a 61 anos. Esse fato pode ser explicado devido à dificuldade dos trabalhadores maduros para encontrar emprego formal. Seguida pela faixa de mais de 62 anos ou mais, que teoricamente seriam aposentados. Na sequência temos a faixa de 32 até 42 anos, período da vida adulta em que o trabalho representa também uma futura aposentadoria.

E na faixa de idade entre 18 a 31 anos, encontra-se 25% dos pesquisados revelando que um número considerável de jovens está dentro da informalidade constatando a dificuldade dos jovens conseguirem uma vaga no mercado de trabalho formal seja por baixa escolaridade, ou pouca experiência técnica, ou pela falta de oferta de trabalho também. Em conversas paralelas e informais eles afirmam que quando não possuem qualificação e pessoas para indicar, ou seja, uma rede de influência, arrumar emprego formal torna-se bem mais difícil. 📌

Tabela 5. Estado civil dos participantes/VO

SITUAÇÃO	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Solteiro	25%	8,5%	22%	20%
Casado	50%	59%	45%	50%
União estável	15%	17%	17%	16%
Divorciado	10%	17%	17%	14%

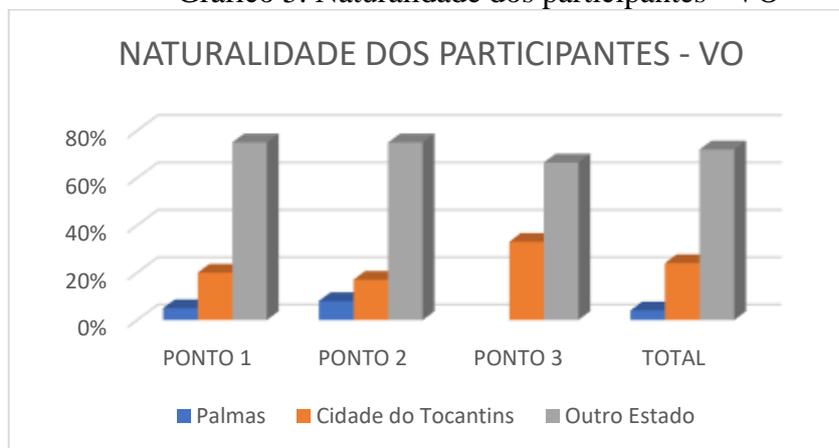
Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Os dados selecionados acima trata-se de mecanismos específicos de recrutamento, como também de áreas específicas de circulação de informações sobre oportunidades ocupacionais (GUIMARÃES et al, 2017). Isso porque um relacionamento sólido cria potenciais e fidelização entre os participantes de forma que um vai ajudar o outro, direta ou indiretamente, representando também um trabalho realizado, por isso também sua importância como

tratamento de informações. Direcionando nossa análise para o estado civil dos trabalhadores informais, verificamos, pelos dados da Tabela 4, que a maioria, tanto no ponto 1, como no ponto 2 e no ponto 3, ou seja, 50% são composta de trabalhadores casados, dado que muitas vezes sobrecarrega a mulher enquanto dupla jornada de trabalho na qual nem todas são remuneradas. Declararam ser solteiros 25% no ponto 1, no ponto 2 são 8,5%, e no ponto 3 temos 22%. A tabela mostra ainda que 14% são divorciados e 16% total encontra-se em união estável, valores bem próximos.

O levantamento do perfil dos trabalhadores informais levou em consideração o fato de serem do Tocantins ou não, dado que anteriormente aponta-se sobre a migração intensa que ocorreu e ainda ocorre na capital. Dos entrevistados 72%, tanto nos Pontos 1, 2 como no Ponto 3 vieram de outro Estado, ou seja, são imigrantes. O que favorece a conclusão de que essa população é formada basicamente por imigrantes, uma vez que entre os entrevistados 4% são formados por pessoas nascidas em Palmas, logo não possuem mais que 35 anos e são jovens ainda.

Gráfico 5. Naturalidade dos participantes - VO



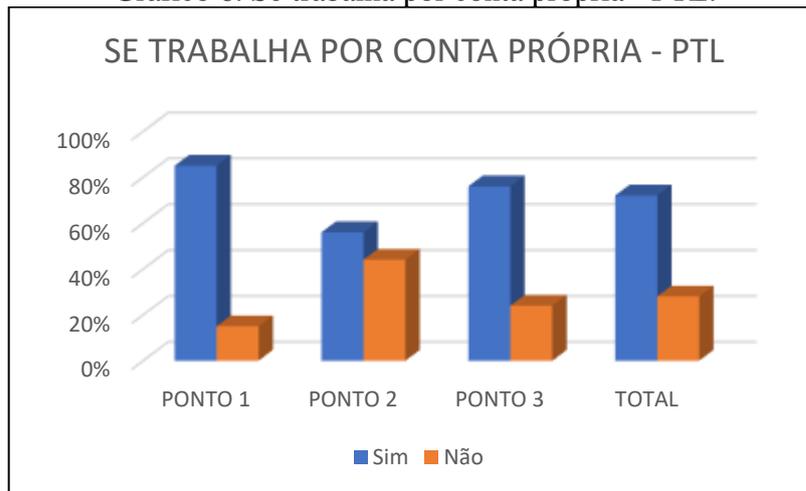
Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Durante o período das entrevistas foi encontrado dois bazares no Ponto 3 de imigrantes de outro país, contudo eles negaram-se a conversar, e de forma alguma queriam participar da pesquisa, em suas bancas era encontrado artigos de entretenimento, eletrônicos e acessórios.

☒ Acredita-se que estavam com medo devido serem de outro país e por estarem desenvolvendo uma atividade que pode também ser considerada ilegal. Noutras palavras, esses imigrantes poderiam fornecer um laboratório contemporâneo, devido serem uma “população flutuante”, para a qual não existem políticas públicas de ingresso de trabalho, tão pouco redes de socialização para amenizar a busca e colocação no mercado informal, estão submetidos as mais frágeis condições trabalhistas.

Contar com essas participações iria agregar muito ao estudo, para entendermos melhor esse enquadramento por meio de seus modos de vida, suas concepções de trabalho. Uma posição intermediária que une dois universos. Assim, grande parte dos atores, das pessoas que compõem a pesquisa é de outro Estado, o que nos sinaliza para algumas questões que merecem uma observação aprofundada.

Gráfico 6. Se trabalha por conta própria - PTL.



Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

Dentro dos informais que foram pesquisados existe também a prática de empregabilidade, sub empregabilidade de 28% dentro da informalidade, ou seria uma “sub informalidade⁵⁴”, já que prestam serviços informais para outras pessoas que também são informais? Dado que escapam das estatísticas e não aparecem ou são descritos, logo não sabemos dizer quantos são no Brasil, que exercem atividades sem contratos formais em condições de precarização. Estes “subinformais” recebem no máximo um salário pelo contratante, às vezes menos. Apesar de ser um número reduzido, indica que esses “subinformais”, quando reclamam, devem ter um motivo muito forte para fazê-lo. Ou seja, além de poucos reclamarem, os que reclamam não exageram nas demandas, pois estão em extrema condição de precarização.

Durante as conversas alguns alegam gostar de trabalhar desta forma visto não estar amarrado e poder sair do emprego a hora que quiser, outros alegam que foi a única forma de conseguir trabalhar, pelo lado do contratante foi alegado que no ato da demissão geralmente

⁵⁴ Informais que trabalham informalmente para outros informais, na qual a precarização do ser humano é bem marcante, diante de um quadro de baixas condições salariais e sem direitos trabalhistas, na qual andam sobre uma linha tênue sem nenhum tipo de segurança. Acredita-se que o nome sub informalidade possa descrever melhor essa realidade que se apresenta abaixo da informalidade tão discutida abertamente.

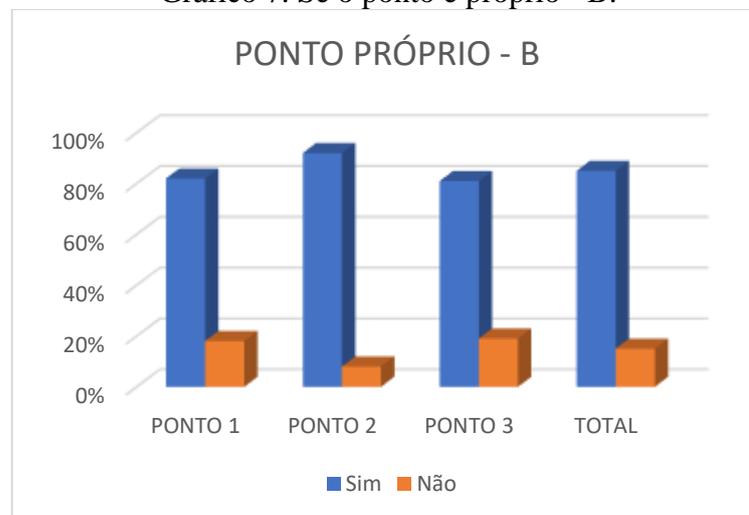
paga todos os direitos, contudo esse trabalhador não irá ter direito de receber seguro desemprego como foi o caso de muitos durante a pandemia, ☒ retornaremos a esse tema posteriormente.

Todavia, é importante refletir sobre a questão da informalidade enquanto mercado de trabalho, que vai ganhando complexidade pois cria estrutura de mercado, mas de um mercado que é informal e precarizado, ou seja, perde-se direitos, mas devido a necessidade do viver/sobreviver as pessoas precisam trabalhar. Desta forma o informal que apresenta uma melhor condição amplia seus domínios e negócios, mas conseqüentemente amplia as mazelas da informalidade utilizando as mesmas práticas, entre outros.

E 72% trabalhando por conta própria, entre esse percentual é importante destacar que alguns eram formados por membros de uma mesma família, como pai, mãe, filhos e irmãos, e todos foram inseridos no mesmo contexto, porém conforme os relatos alguns não recebem remuneração pela atividade desenvolvida, dado ser um trabalho dos parentes para o viver/sobreviver, ou seja, não existe separação da renda, dinheiro e o patriarca ou matriarca decide onde será empregado o dinheiro. ☒ Para McMillan (2004), essa atividade pertence ao trabalho-não pago constituído no perímetro doméstico.

Na verdade, são laços familiares sobre os quais é possível encontrar fronteiras compostas por combinados, práticas, informações e ferramentas de troca comuns em ambientes de mercado. Com limites definidos pelo trabalho relacional e de boas combinações entre os participantes, podendo ser chamados de pequenos circuitos econômicos (ZELIZER, 2005;2011).

Gráfico 7. Se o ponto é próprio - B.



Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

* Membros da mesma família no mesmo comércio são considerados por conta própria.

Destes 85% tinham seu próprio ponto de ocupação ambulante, os outros 15% alugavam ou utilizavam “emprestado” o espaço público (que é considerado privado pelo indivíduo, no caso pelo ambulante fixo que ali colocou seu bazar), com a promessa de que tão logo o “proprietário do espaço” solicitasse, seria devolvido o espaço e o informal iria procurar outro lugar para ele, isso porque “os pontos” são considerados como do indivíduo, propriedade privada da pessoa que ali desenvolveu sua atividade e firmou “seu ponto”, seu nome. 

Tabela 6. Grau de escolaridade dos participantes / VO.

GRAU	ESTAÇÃO	GAMBIRA	TAQUARALTO	TOTAL
Analfabeto	5%		6%	4%
Ensino fundamental incompleto	10%	17%	33%	20%
Ensino fundamental completo	25%	8%	6%	14%
Ensino médio incompleto		8%	11%	6%
Ensino médio completo	45%	50%	39%	44%
Ensino superior incompleto	15%		6%	8%
Ensino superior completo e/ou mais		17%		4%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

A questão da escolaridade é importante para compreender a realidade de suas vidas. À medida que se tem uma escolaridade maior, há teoricamente mais chances na vida, em geral, e no mercado de trabalho em particular. A Tabela 6 mostra que apesar de variado esse valor, tem 44% dos trabalhadores informais com o ensino médio completo, e 20% possuem o fundamental incompleto. Os que completaram o fundamental perfazem 14% e a faixa de escolaridade de ensino superior incompleto ou completo com outros cursos são de 6% cada, já os trabalhadores analfabetos são 4% do total dos entrevistados, ou seja, são pessoas em sua maioria formada por não profissionais, que não possuem uma formação específica.

Considerando a variável renda mensal dos trabalhadores informais, a Tabela 7 mostra que esse dado varia de acordo com o ponto pesquisado. No total dos entrevistados a maior parcela desses trabalhadores se encontra nas faixas entre um a dois salários mínimos, destes somente no Ponto 1 tem-se 38,5% deles que afirmaram receber esse equivalente, enquanto no Ponto 2 são 32% e no Ponto 3 há 42,5%. A tabela aponta ainda que 32% do total recebe até seis salários, destes no Ponto 1 são 27%, no Ponto dois 36% e no três 33,5%, ou seja, a renda arrecadada não alcança dez salários mínimos. Considera-se, portanto, que existe uma grande diferença entre os trabalhadores informais nos três pontos pesquisados, propiciando concentração de renda para poucos que lá trabalham. Fato que chamou a atenção por intermédio da constatação que entre as maiores rendas reveladas estavam com os informais que possuíam

subinformais como funcionários, e ou informais que a família toda participava dos trabalhos no bazar. 

Tabela 7. Valor da Renda do participante / PTL.

Característica	VALOR	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Renda	Menos de 1 salário mínimo	15,5%	16%	14,5%	15,5%
	De 1 a 2 salários mínimos	38,5%	32%	42,5%	37%
	Até 3 salários mínimos	15%	4%	10%	10%
	Até 6 salários mínimos	27%	36%	33,5%	32%
	Mais de 6 salários mínimos	4%	8%		4%
	Não respondeu		4%		2%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora entre 2021 a 2022.

No ponto 2 encontra-se 16% de trabalhadores recebendo menos de um salário mínimo, foi também neste ambiente que observa-se o maior número de subinformais, na feira da Gambira, local com muitos restaurantes e trabalhadores e também, locais que a família toda trabalha no ambiente, todavia, nos pontos 1 e 3 também são encontrados lanchonetes que contam com funcionários subinformais e parentes trabalhando no comércio, geralmente os bazares vendem e/ou revendem comida. 

Por outro lado, nesse mesmo ponto entre os entrevistados, 4% negaram-se a apresentar a renda, aos sussurros contaram que não poderiam revelar os ganhos, pois chamariam a atenção dos subinformais que prestavam serviços.  Isso corrobora a discussão feita nas seções anteriores, sobre a heterogeneidade do setor informal, baseado nas escolas do pensamento das teorias causais da informalidade, na medida em que comporta pessoas movidas pela estratégia de sobrevivência, mas também pessoas movidas por acreditar que o gasto excessivo do emprego com a carga tributária imposta às empresas, diminui os lucros, obrigando-as a buscar alternativas informais para reverter o quadro (DE SOTO, 1987), no caso a escola Legalista.

Nesse sentido, o perfil dos trabalhadores informais de Palmas assume de acordo com os dados uma predominância masculina em mais de 50% em todos os pontos, desta forma pode-se afirmar que há um circuito familiar com 50% dos pontos por pessoas casadas, logo que dependem deste bazar. Composta por 45%, da totalidade de pessoas na idade adulta, e que 72% naturais de outros estados, portanto, de imigrantes. Mais de 50% são autônomos. Mais de 80% são proprietários dos bazares como foi demonstrado pelos gráficos e tabelas e 10% pertencem à periferia da informalidade, os “subinformais”.

A falta de qualificação entre eles é bem marcante, mais de 40% possuem até o Ensino Médio ou menos, a média salarial também não é alta - com mais de 50% desses trabalhadores recebendo até 3 salários mínimos. Ou seja, os dados que traçam um perfil de baixa perspectiva

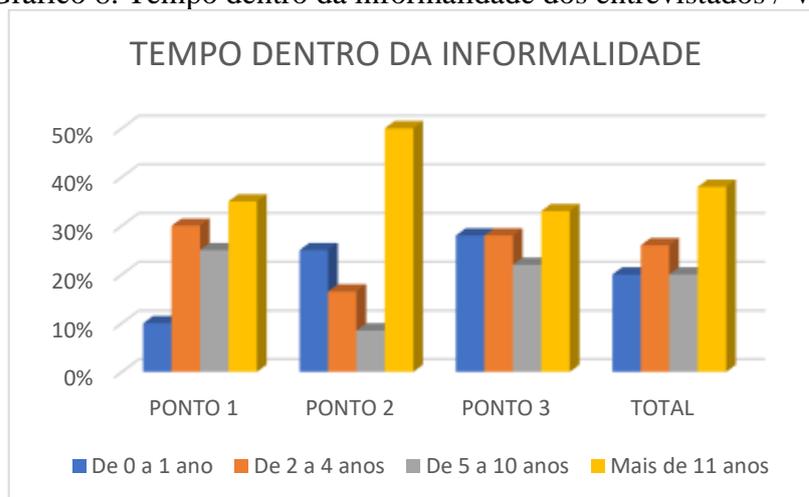
em relação a conquistas econômicas advindas do trabalho ou de promessas de um futuro promissor de descanso na idade senil. Permitindo ver nuances de uma informalidade acentuada pelas próprias pessoas, que optaram por um trabalho/emprego que garante o viver/sobreviver, mas que nega a eles direitos que propiciam segurança, pois garante o mínimo sem entregar promessas de um amanhã melhor.

Esses trabalhadores estão entregues à própria sorte e organização, que muitas vezes não são planejadas, mas somente vividas e sobrevividas, devido à baixa qualificação possuem dificuldades para entender a importância de se planejar dentro do modo capitalista ocidental subjetivo, de forma a escolher os tipos de liberdade que poderá viver. A liberdade que é a essência do mercado tem suas limitações de acordo com o poder aquisitivo (MCMILLAN, 2004). Além das diferenças e semelhanças demonstradas, deve-se levar em conta também, as características socioeconômicas dos informais, o perfil profissional desta população, de modo que se possa identificar por quais circuitos econômicos caminham.

5.1.1 Perfil Profissional

A informalidade do trabalho tem assumido diferentes características com o advento da globalização. Incluindo indivíduos originados da exclusão social até trabalhadores da alta qualificação, e conhecer o tempo que estão inseridos na informalidade pode apresentar importantes informações. Estar dentro da informalidade sem nunca ter uma CTPS assinada e não ser MEI pode significar não ter direito à aposentadoria na idade senil. E devido aos dados apresentados no gráfico 8 acredita-se que a rotatividade neste quesito é bem variada, pois a população com mais de 11 anos dentro da informalidade no total é de 38%.

Gráfico 8. Tempo dentro da informalidade dos entrevistados / VO.



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Sob o rótulo do tempo de serviço dentro da informalidade dos pontos pesquisados, e confrontando com o dado da CTPS assinada, conforme a Tabela 8, comprova-se que 67% dos entrevistados já trabalharam no setor formal, e 43% nunca tiveram acesso a esse instrumento de proteção social, colocando uma média de 55% desses trabalhadores numa situação de vulnerabilidade total, ou seja, mais da metade desses trabalhadores terão dificuldades na idade senil, levando em conta a questão do trabalho como central.

Tabela 8. Se já trabalhou com carteira assinada / VO.

CATEGORIA	RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Trabalhou com carteira assinada	Sim	68%	62%	52,5%	67%
	Não	32%	38%	47,5%	43%

Fonte: Elaboração da autora (2022).

De modo geral, quando se trata de participação no trabalho formal e informal segundo as características socioeconômicas dos entrevistados, observa-se que, com relação aos horários de trabalho e dias da semana trabalhados embora tenha variações não muda muito entre estes setores, pois 91,5% utilizam o período diurno para o desenvolvimento de suas atividades, assim como também trabalham de segunda a sábado 51,5%. Apesar da variação encontrada de segunda a sexta na qual o Ponto 1 possui 81% de participação dado ser um ambiente no qual o sábado apresenta uma queda de movimento, já que nesse dia nem todos utilizam a Estação de ônibus. Em todos os pontos os entrevistados consideraram a importância da flexibilidade dos horários.

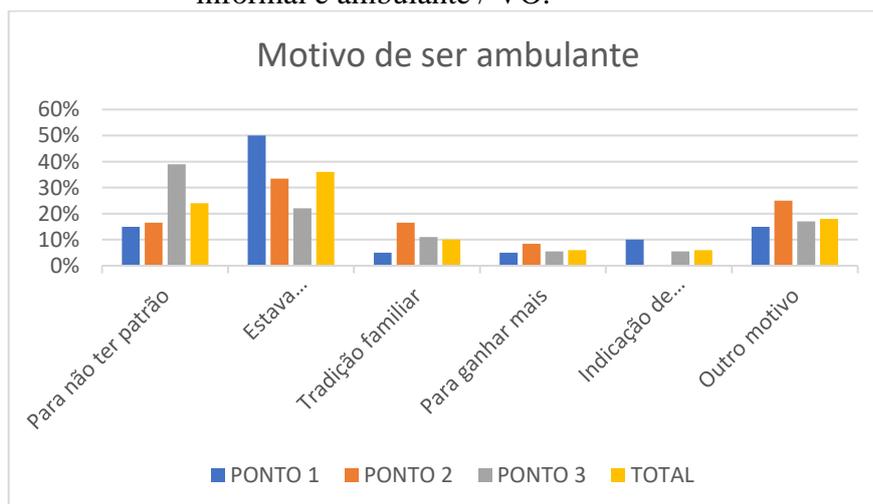
Tabela 9. Horário e dia da semana trabalhado pelos entrevistados / PTL.

CATEGORIA	RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Horário de trabalho	Matutino	4%	8,00%	9,50%	7%
	Vespertino				
	Diurno	92%	92,00%	90,50%	91,5%
	Diurno e noturno	4%			1,5%
Quantos dias trabalha por semana	De segunda a domingo		12%	24%	11%
	De segunda a sábado	19%	76%	62%	51,5%
	De segunda a Sexta	81%	12%	14%	37,5%

Fonte: Elaboração da autora (2022).

É possível observar que nem todos os comércios e serviços oferecidos abrem todos os dias da semana, e que alguns nem sempre se encontram diariamente no mesmo local de trabalho. Considerando o fator motivacional que levou essas pessoas a desenvolver a atividade de informal ambulante, o gráfico 9 mostra que 36% do total estava desempregado entre os entrevistados, destes o Ponto 1 e 2 possuía 50% e 33,5% respectivamente, no Ponto 3 o destaque acontece no motivo de não se ter patrão com 39%, que todavia conta com 24% do total de entrevistados e com 15% e 16,5% das respostas dos Pontos 1 e 2 respectivamente. O terceiro maior motivo entre 18% dos entrevistados foi outro motivo. Ganhar mais 6% e tradição familiar 10% não atingiram grande fator motivacional entre os participantes da pesquisa.

Gráfico 9. Fator motivacional para desenvolver a atividade de forma informal e ambulante / VO.



Fonte: Elaboração da autora (2022).

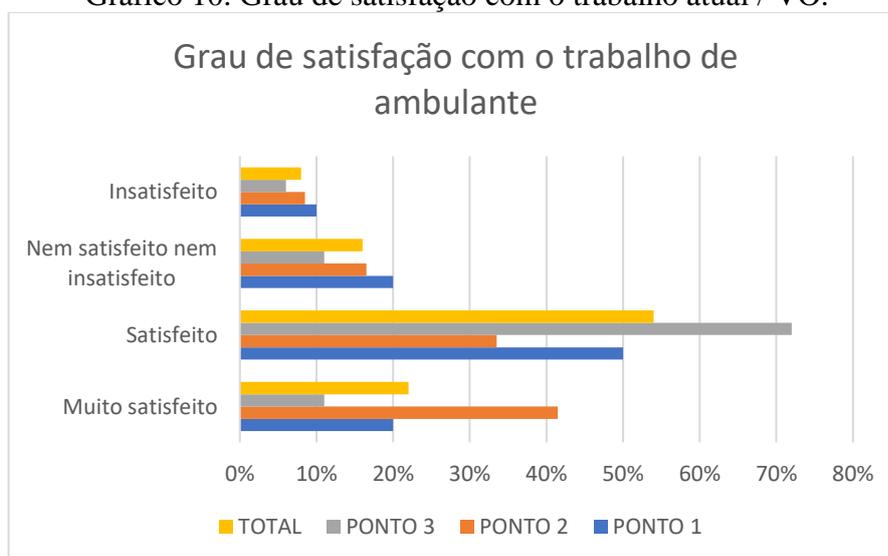
A entrada na informalidade pelo desemprego, embora represente 36% do total de entrevistados precisa considerar a baixa oferta de empregos no setor formal frente a demanda, pois dentro do conjunto de argumentos favoráveis mais utilizados na literatura para justificar a

entrada na informalidade constam as vantagens não-pecuniárias, como o controle sobre o próprio desempenho no trabalho, do tempo e a ausência de restrições. Todavia, passa a ter longas horas de trabalho, maior instabilidade e tensão emocional, conjuntamente maior desigualdade de renda em função de ser privado de certos mecanismos de proteção social e possuir pouco poder de negociação.

Os motivos de ser ambulante e de não estarem em uma ocupação formal confirmam os apontamentos relatados acima no texto, de que o desemprego e a falta de opção são as principais causas de permanência da informalidade.  Para muitos os meios de conseguir trabalho são acessíveis somente a partir de redes de sociabilidade, que declaram não possuir. Alguns trabalhadores da informalidade não consideram essa situação inferior, mas que representa uma opção individual e deliberada pelo próprio indivíduo, podendo ser também pela falta de qualificação. Nestas condições ele passa a ser um sustentáculo dos próprios riscos, diferentemente de um empreendedor que se apropria dos riscos uma vez que possui habilidades para aceitar e enfrentar os riscos.

Com o intuito de averiguar mais especificamente no que tange à liberdade de escolha, capacidade elementar que evita privações políticas, de expressão e propicia uma vida que vale a pena ser vivida (SEN, 2010), tem-se a seguir dados referentes ao grau de satisfação entre os entrevistados no Gráfico 10. De acordo com os números, do total de pesquisados 76% estão satisfeitos, evidenciando que a informalidade também gera bem-estar. Contudo, acredita-se que os números expostos a seguir acabam não revelando a verdadeira proporção do problema da liberdade substantiva, desta forma acredita-se serem necessários também outros dados.

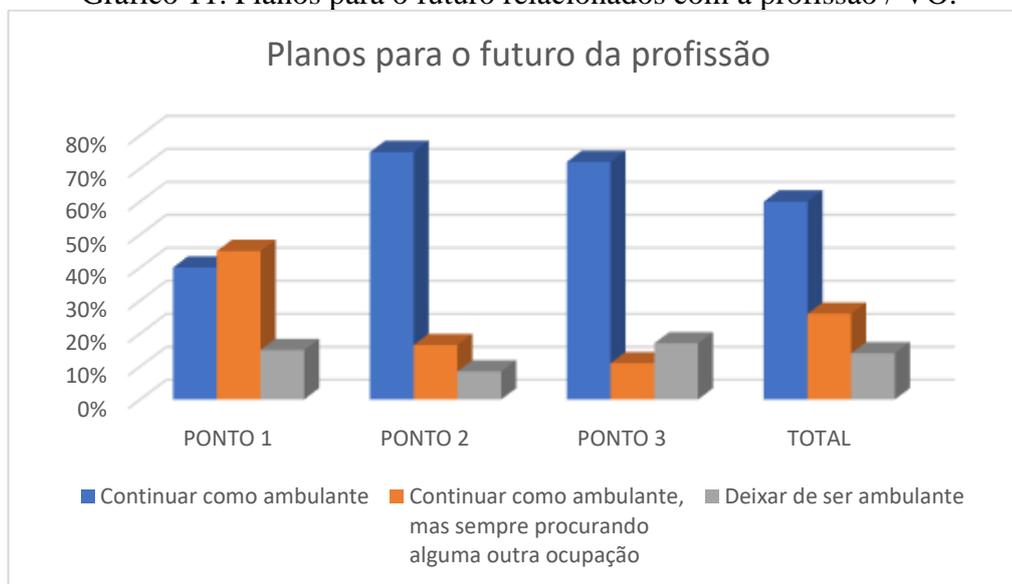
Gráfico 10. Grau de satisfação com o trabalho atual / VO.



Fonte: Elaboração da autora (2022).

O gráfico acima evidencia satisfação em relação ao trabalho realizado, mas precisa-se entender como essa satisfação realmente se relaciona com a atividade desenvolvida. Pois, ao levantar os dados sobre os planos para o futuro destes trabalhadores em relação ao trabalho, 60% do total de entrevistados pretende continuar da mesma forma. Talvez este resultado esteja relacionado ao fato da informalidade não apresentar um salário fixo ao final do mês, todavia, essa atividade apresenta certa incapacidade quanto a projeção de futuro. Em menor percentual: 14% são os que estão nos “empregos trampolim⁵⁵” (gráfico 11), postos de trabalho que são ocupados temporariamente, no período que estão à espera de um emprego melhor e que será descartado assim que possível, ou seja, quando o trabalhador em questão concluir seus estudos, sua formação técnica ou graduação entre outros.

Gráfico 11. Planos para o futuro relacionados com a profissão / VO.



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Ao analisar o perfil profissional dos entrevistados, dois aspectos se salientaram: primeiro o motivo de tornar-se informal e o nível de satisfação, bem como as perspectivas que possuem em relação ao trabalho que efetuam; e segundo, o grau de escolaridade, em sua maioria somente até o ensino médio. Assim, a falta de postos de trabalho, somada a baixa escolaridade e qualificação são motivos consideráveis para explicar a entrada e manutenção na informalidade, mas não os únicos. Estar em uma ocupação vulnerável passa a ser uma das razões que também inviabilizam ocupar novos postos menos vulneráveis, isso porque, a vulnerabilidade se retroalimenta.

⁵⁵ Termo da sociologia da heterogeneidade do trabalho (SILVA, 2011).

A informalidade surge e cresce pela persistência dos ambulantes, mas também pela argúcia de outros interessados em tirar proveito, ou pela oportunidade que foi criada, inibindo o crescimento desses informais, a ponto deles não conseguirem sair dessa situação de vulnerabilidade, criando uma codependência entre eles, provocada pelas pressões exercidas por duas forças que se reforçam: a do apelo popular e a da necessidade do viver/sobreviver dos ambulantes, que requisitam condições de vida a preços menores, e que forçam a construção de tramas informais consideradas muitas vezes ilegais.

É justamente esse aspecto, dentre outros, que procura desvendar no próximo capítulo deste estudo, no qual se inicia agora, utilizando também a etnografia e a história oral realizada com eles, comparando e confrontando dados e aspectos da dinâmica socioeconômica e espacial das regiões selecionadas na pesquisa, na qual se procura conhecer melhor os entrevistados: como ocuparam os espaços informais, como se articulam e como se organizam. Aqui começam a aparecer alguns detalhes de suas histórias, detalhes que os fizeram construir circuitos econômicos dentro da informalidade.

6 PRODUZINDO E OCUPANDO ESPAÇOS

Os pontos escolhidos para a pesquisa são cenários privilegiados onde o comércio de produtos se constitui na cidade. Além da instalação do mercado formal e da passagem de inúmeras pessoas que estão em trânsito deslocando-se, são lugares de fluxo de pessoas para outros pontos da cidade, em que são encontrados cidadãos comuns, consumidores, vendedores, comerciantes, ambulantes fixos ou que ficam circulando entre os espaços concentrado por pessoas.

O Vereador Folha, um dos fundadores da feira da Gambira⁵⁶, que chegou a Palmas no ano de 1991, descreveu a transformação que ocorreu naquele ambiente, originalmente composto por pessoas de outras cidades que servia para vender e revender carros usados. (U) E que posteriormente, devido ao crescimento do número de trabalhadores que ocupavam o ambiente e buscava uma forma de viver/sobreviver, implementaram naquele espaço outros mercados.

Aiiíííí, essa mulher cedeu para nós né, porque ela vendeu o lote, aí nós ficamô sem nada, lá ainda tinha uma aguinha pá lava um carro tal, mas pra bebe não tinha, aí veio o chambari e ficou pequeno, aumentando a demanda, aumentando os corretor, os compradores. Depois do chambari veio o rei do (gagueja incompreensível) ~~Remilson~~, que é um corretor que tem lá, que hoje ele vende chambari que é o segundo depois do chambari pra cá, dele. Do ~~Remilson~~ tem outra pessoa que não lembro o nome que foi eu que também que arrumei na, com prefeito pra ele instala lá. Aí veio o ~~Papito~~ que é onde a senhora, o restaurante mais bem, maior. Hoje ele tem um cadastro lá interessante. Eu acredito que o ~~Papito~~, porque nois conseguimô tudo na prefeitura pra cede aquele espaço pra ele construí, foi ele que construiu (incompreensível) ele mesmo construiu lá o espaço pra ele. E era só um lanchezinho, o lanche ali era aaaa prefeitura tinha comprado, não aqui é só um quebra gaio, mas de quebra gaio virô necessidade, e ele passou de lanche, a servi alimentação, almoço nééééé. Tem dia que serve até janta lá, nos caso mais (incompreensível) mais é só almoço, e hoje é Feira da Gambira, é todos informais (FOLHA, 2022).

O modo de vida daqueles que ganham sua sobrevivência como ambulante fixo vai acontecendo, como “oportunidades” que são criadas e com o passar do tempo produzem raízes, e dificilmente as pessoas que enveredam por este caminho saem dele (ver gráfico 4 e 7), ainda que a informalidade no Brasil tenha passado por uma fase de queda até 2014, desde 2016 passou a apresentar um crescimento (ver figura 1) justificada pela falta de instabilidade econômica e recessão, agravando as incertezas quanto ao futuro. Até porque flexibilizou as regras por meio da Lei do livre mercado, e formalizando o informal. Todavia, por ser um desafio fulcral esse

⁵⁶ A Feira da Gambira refere-se a um estacionamento paralelo a JK no qual foi desenvolvido um sistema de venda e troca de automóveis, aos domingos funciona no estacionamento da Feira da 304 Sul.

benefício não estimulou melhorias na arrecadação, na segurança e no acesso aos direitos desses trabalhadores.

Para Matsuo (2009), o desemprego, a pouca escolaridade e baixa qualificação são motivos que encaminham e retém esses trabalhadores na informalidade, ainda que alguns entrem somente para fazer “bicos”, numa tentativa de preencher as lacunas do viver/sobreviver, ou seja, complementar a renda. Devido aos laços de solidariedade que já existiam, ou são criados, como também a falta de tempo para procurar por emprego formal, e a falta de perspectiva em outros lugares, ou seja, empregos formais, esses trabalhadores vão permanecendo dentro da informalidade, algumas vezes mudando o ramo do negócio, mas como perderam a esperança de voltar a formalidade vão ficando.

Os cidadãos ficam imersos em suas ocupações, instituições culturais historicamente constituídas que os condicionam, em hábitos socialmente incrustados entre os participantes e frequentadores do local, como ocorreu com o Bazar Doze:

Por exemplo, desse segmento que eu tô, do começo até agora, de carteira assinada a gente tinha aquela limitação, não tinha como cresce até então, por eu não ter o estudo suficiente, que exigia, a minha visão assim eu não tinha como expandi melhor dentro duma empresa, por que até então eu não poderia pegar um cargo assim bem maiorzão, por conta do meu estudo, capacidade eu tenho, e talvez até experiencia né, mas assim o estudo pra mim, o estudo não daria, assim pra realmente, deu cresce, e pra mim me mante, assim pra eu ter um dinheiro maior, pra mim pode vive, ter uma vida melhor, e consegui casa própria consegui justamente o carro, assim decidi pra melhora a minha vida e a vida dos meus filhos. Ai o que que acontece, como eu sempre tive uma vontade assim de ter um comercio pra mim mesmo, sabendo trabalhá pros outros, porque não pra mim né? Aí eu fui meti a cara e comecei assim, até então melhoró pra mim, minha vida, eu fui naquela força de vontade eeeeeee, coisa que eu consegui nesses dez anos, eu não consegui dentro de 20 anos trabalhando pros outros. Eu pago lote financiado, mas eu consegui coisa, minha casa, eu tenho, eu consegui meu carro, não é um carro novo, mas eu consegui, tenho uma vida melhózinha assim num lugar deu ganha um salário mínimo bem dolorido pros outros, até eu trabalho mais pra mim, mas eu trabalho mais satisfeita né, que até então eu tô tendo mais lucro, que posso morre de trabalhá pros outros mas chega no final do mês eu recebo o mesmo valor e pra mim, quanto mais eu trabalho eu vou ganhar mais (EST/F/EM/DIV./PROP./47. 2021/2022).

Pesquisas comprovam que as pessoas com menos estudos e qualificações são as mais aptas a adentrarem e permanecerem no trabalho informal (SOUZA, 2018). E, neste caso, com os dados (ver tabela 6 e 7), verifica-se também pelo depoimento do Bazar Doze que funcionam também como entraves para acender dentro do mercado formal de trabalho, diminuindo as perspectivas de crescimento e da média salarial. São condições que submetem e delineiam as oportunidades da liberdade substantiva, empurrando para a informalidade, como a única alternativa dentro da economia para o viver e não somente sobreviver.

Trabalhar na informalidade é uma condição de muitas pessoas com poucos recursos financeiros, conforme o Bazar Doze, mas também é uma alternativa para a realização integral da conquista de um salário que pague seu tempo e labor a vista. Como trabalhador formal o Bazar Doze relevou que todo mês recebe o mesmo valor, ainda que trabalhe mais, gaste mais energia, irá receber um valor X ao final do mês. Como informal isso não ocorre, uma vez que irá receber conforme o decorrer do dia e decidir a maneira como o valor ganho será aplicado. Assim, outros valores para a existência desse tema se destacam como uma roleta de apostas na qual se faz necessário escolher qual elemento é mais importante.

Além das dificuldades representadas pelas oportunidades que possuem os informais que ocupam as ruas e calçadas também realizam adequações de acomodamento às próprias necessidades que esse espaço impõe e a fala de Folha (2022) captura esse sentido: “*Quando começou a se a construir, a gente começou a construir os lanches, pra dar apoio pra gente.*” O comércio formal nesse aspecto já nasce privilegiado com infraestrutura, fluxo de pessoas e de outros negócios onde ele é instalado.

No início dos anos 90, essa caracterização devia ser outra. Palmas estava sendo formada, era um grande atrativo para pessoas provenientes de diversos lugares que buscavam aqui novas oportunidades. Contudo, aquelas que não conseguiram emprego e não tinham capital para empreender, buscaram na rua, nas calçadas e estacionamentos espaços de possibilidades de inserção de diversas formas do viver/sobreviver, as quais para alguns foram muito mais rentáveis que o trabalho formal.

Hoje aquilo ali já é importante pra cidade, pra servi o alimento das pessoas. Éééééé porque é o seguinte, eu moro lá, lá no Taquari, se eu vier aqui, eu vou gastar quatro e cinquenta, se eu volta mais quatro e cinquenta, são nove. Se eu paga doze eu gasto três é só três a mais, eu não vou andar de coletivo, eu vou ganhar tempo, eu vou almoçar rapidinho, tem uma hora, uma hora e meia de descanso ficá por aqui, trabalho aqui no centro. Então ali hoje é, é um ponto de apoio. Já é isso, inclusive já pode ser tratado pela prefeitura com os prefeitos (FOLHA, 2022).

Está claro que esta visão de longo alcance não é construída exclusivamente a partir da lógica do tempo a ser utilizado, mas também do privilégio monetário de quem observa a segregação⁵⁷ e a luz das condições financeiras de cada pessoa. A trajetória de Folha autoriza essa interpretação a partir de sua experiência: mais de trinta anos envolvido com os informais, inicialmente na rua como vendedor, depois como presidente da associação criada por eles para conversar com os governos e prefeitos e hoje como vereador e representante das causas dos

⁵⁷ Segundo mencionado anteriormente a cidade de Palmas ao ser construída segregou para as periferias da cidade a população economicamente menos favorecida.

informais frente ao poder público, bem nítida a valorização desse setor para o Vereador, levando em consideração que foi por meio destas tramas, conhecimento e laços sociais que conseguiu se eleger.  

Portanto, veja a fala de Folha (2022), sobre esse setor, no sentido de economizar o que não está gastando. Como o freguês vai realizar suas refeições na feira da Gambira, não gastará com ônibus e com os alimentos que estão em casa, além do mais, não irá se estressar para esperar o ônibus, para fazer sua comida e correr contra o tempo que passa independente se conseguiu ou não realizar as atividades planejadas, pois tem horário para retornar ao trabalho. Conflitos e precarizações do mundo do trabalho resolvidos pela convergência de interesses, comida a preços viáveis versus a garantia do viver/sobreviver dos ambulantes fixos.

Mas não é unicamente o tempo e o dinheiro a ser economizado pelos consumidores que mantém aquelas pessoas exercendo atividades de trabalho informal naquele ambiente. As ruas, calçadas e estacionamentos com o passar do tempo estão tornando-se microcentros enquanto espaços de vendas, que são apropriados e adaptados pelos vendedores para poder realizarem seu trabalho. Na sequência será discorrido como esses espaços públicos são ocupados e apropriados, visto que a centralidade dessas práticas espaciais dos vendedores de rua deriva desta condição. A análise está articulada a partir da instalação e permanência do informal, explicando as formas em que o espaço das ruas é apropriado, as relações e os marcos que possibilitaram essa ocupação.

6.1 Ocupando os espaços

Os vendedores de rua que trabalham localizados num lugar específico são conhecidos como ambulantes fixos, permanecendo nos espaços que a prefeitura “cede” na forma de concessão de utilização. Mas, como que esse lugar foi ocupado/territorializado⁵⁸? Essa pergunta será respondida à luz das observações realizadas durante o trabalho de campo e a partir das respostas dadas pelos entrevistados⁵⁹ (tabela 10), como também da análise de outros dados.

A simples entrada na informalidade também requer recursos financeiros para iniciar o negócio, dessa forma ao indagar os participantes percebeu-se que 34% dos informais utilizam a poupança como recurso financeiro inicial. 41,5% e 44,5%, Pontos 2 e 3 respectivamente não

⁵⁸ No sentido de o território ser o espaço onde ocorre apropriação/dominação, podendo ser real ou afetiva, construída, reconstruída ou vice-versa, formal e informal, na qual se estabelece uma relação de poder (FREIÉSLEBEN, 2018). Determinado pela expansão do modo de produção e seus aspectos culturais.

⁵⁹ Devido ao grande número de entrevistados utilizamos somente algumas respostas, por serem semelhantes, e outras não explicarem com muitos detalhes dificultando o entendimento e alguns não terem falado sobre o tema.

esclareceram como conseguiram os recursos financeiros basilares, também foi possível identificar que 16% entraram na informalidade por meio dos recursos indenizatórios do antigo trabalho formal.

TABELA 10: Como entrou na informalidade economicamente / VO

RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Poupança	50%	41,5%	11%	34%
Empréstimo bancário		16,50%	5,5%	6%
Empréstimo de familiares			11%	4%
Indenização	15%	16,50%	16,5%	16%
Não precisou de recursos	25%	9%	11%	16%
Outros	10%	41,5%	44,5%	30%

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Nota: VO = Pessoas entrevistadas.

Essa necessidade de buscar autonomia, que para alguns se cristaliza num ideal de vida de não depender de ninguém (desejo de não ter patrão, desejo de não ser mandado, de ter os horários controlados por si mesmo, desejo de não ser pressionado, entre outros) também requer esforços para driblar as adversidades da sua condição social, e aproveitar qualquer instante da sorte ou da criatividade para o que muitos chamam de “empreender”. Mas também requer estratégias, como nem todos possuem reservas financeiras, alguns iniciam somente com o próprio dom, que poderia ser expresso pelo cozinhar, costurar, lavar, entre outros. São dons que se aprendem no dia-a-dia e que podem ajudar economicamente muitas pessoas que iniciam cozinhando a última feira, e com a venda desta, compram novamente e fazem mais comida, vendem, e se alimentam, reiniciando o processo e aumentando o volume do negócio “empreendido”.

Alguns contam com o auxílio de conhecidos, porém, ainda que a decisão seja em caráter individual ou familiar, a instalação inscreve-se num campo de tramas que fazem parte das ações dos informais. Quem chegou como pioneiro geralmente iniciou com uma pequena mesa e com o passar do tempo atribuiu ao ambiente bem feitorias, vinculadas a necessidades do próprio bem estar, como é o caso da fala do Bazar Doze⁶⁰ (tabela 10).

[...] eu fui botando minhas coisinhas né, aos pouquinhos, [...] né como é sol e chuva, a gente foi melhorando assim, se protegendo, [...] só mesmo se ampara sol e chuva e ter, como a gente atende melhor e ter com a sua saúde, porque até então se a gente fosse ficá em barraca de lona, ai atrás a gente não conseguiria (EST./F./E.M./DIV./PROP./47. 2021/2022).

⁶⁰ Todos os entrevistados serão assim nomeados para preservar suas identidades, quando cada ponto entrevistado possui seu número, quando mais de uma pessoa fala na entrevista o número vem acompanhado de uma letra de acordo com as falas.

As melhorias são, portanto, incorporadas ao longo do tempo de acordo com as necessidades e oportunidades dos informais. Mas, nem todos que ali estão são os pioneiros, alguns utilizam o ponto “emprestado”. *“Na verdade, esse ponto aqui não é meu, é dum colega meu, ele tá pra chegá, quando ele chegá eu saio daqui. [...] Cada vendedor desse que trabalha nessa avenida tem seu ponto, sabe, tem seu ponto certo, de trabalhá”* (VINTE OITO, TAQ./M./E.F.INC./CAS./SUBINFORMAL/27, 2021/2022). Uma condição de “cessão temporária” que implica pontos vulneráveis, mas que é garantida pela fé depositada entre os participantes do “informal contrato” numa situação de ilegalidade, uma vez que o espaço ocupado é público, ou seja, de todos.

Outra característica bem interessante refere-se aos “informais iniciantes”, trata-se da comunicação entre os que já estavam e os que estão chegando, pois, ocupar uma vaga no espaço público exige um conjunto de estratégias:

Na verdade, quando eu cheguei aqui já tinha outra, ééééé tinha um carrinho ali deeee, como é que eu vou dizer, uma carretinha deeee (pausa) deeee caldo de cana que vendia lanche também, aí eu perguntei pra ele como que fazia?

– Ele: não aqui a questão é o seguinte:

- Se chego, se tiver um, um lugarzinho você para,

- Se ninguém mexe você fica (risos),

E eu tô aqui a um ano, graças a Deus (DEZOITO, TAQ./F./E.M.INC./OUTRO/PROP./33, 2021/2022).

Ou seja, conversar para verificar as possibilidades, expor-se para ver se poderá ali ficar - ter uma constância nas ações de ocupação. Desta forma, conquistar uma boa relação com os informais do ambiente é muito propício, seja para fortalecer a própria narrativa, como também para unir forças de proteção, outro traquejo ali encontrado é o aluguel de pontos.

Prática que ocorre quando um informal pioneiro ocupou um espaço com uma mesa, que após melhorias tornou-se um bazar, podendo ser um carrinho, um trailer, um quiosque entre outros, (ver tabela 11) depoimento do entrevistado trinta e quatro (2021/2022). E que também pode funcionar como uma luva⁶¹.

Porque o ponto é bom né, muitos anos nesse local, por aqui passou várias pessoas, aluguei do baiano, é aluguei o treilzinho já pronto, tem outras pessoas que passaram por aí que não seu certo, aí eu já aluguei prontinho, tem uns 20 anos que tem esse treilzinho (DEZESSEIS, GAM./M./E.M./CAS./ALUG./39, 2021/2022).

O entrevistado alugou o ponto, a infraestrutura e os “clientes”, e nesse caso ainda tem uma peculiaridade, ele cede um espaço ao seu Senhorio no trailer que alugou (ver depoimento

⁶¹ Luva de comércio, ou cessão de direito de uso, conhecida também como fundo de comércio são negociações realizadas entre locadores e locatários de um estabelecimento comercial.

de Dezesete, tabela 11). Aos sábados o Senhorio deixa o inquilino vender produtos utilizando sua engenhoca⁶², já que conforme os entrevistados, os produtos vendidos se completam e se complementam. Uma “troca” de “favores” num sistema proporcional de acordo com a mensuração dos participantes.

Entre os associados à mensuração palpável (a balança que pesa essa entrega/recebimento) é a aceitação entre os companheiros, considerada justa entre as partes, sem contratos escritos, porque para esta transação não existe “justiça formal”, são tramas da informalidade que utilizam na ilegalidade acordos não solenes, mas simbólicos, como suporte de sustentação. Consultar a tabela 11 para ter acesso a alguns depoimentos na íntegra.

A locação pode sobrecarregar o informal que arca com os custos do aluguel e, com isso, o informal perde a autonomia para mudar sua própria realidade. Dependendo do valor mensal arrecadado, no caso o salário mensal, ele deverá cobrir no mínimo as despesas da casa, mantimentos, roupas etc. Terá ainda chances de ter lucro consideráveis? Essa situação também reduz a diferença entre os preços de venda e compra e impede que os bazares ofereçam preços melhores aos seus clientes. Sem falar na incerteza que ele enfrenta, já que o proprietário pode solicitar o ponto a qualquer momento.

Quando se trata de instalações, infraestrutura e “clientes”, depara-se com sistemas que, mesmo sendo considerados legítimos pelos usuários, não são expostos por meio de ações oficiais, formais e legais. De fato, esse sistema assenta numa série de arranjos depositados em paralelo com a dinâmica comercial entre bazares, sendo que na prática concreta sua legitimidade decorre da ordem relacional e a sua legitimidade depende das percepções das partes relacionadas à confiança, as necessidades de confiança e a credibilidade trocada pelos participantes.

As leis, as atitudes legalizadas e os regulamentos são estruturados como um ato de conscientização e execução do método de trabalho. No entanto, a gestão do espaço público sob a lógica dos vendedores ambulantes informais refere-se a um conjunto de práticas concessionais que os fundadores dessas atitudes incorporaram em processos que são aceitos pelos interessados. Essa observação faz parte das convenções e regulamentos para compartilhamento de espaços públicos entre grupos informais. São atitudes, praticadas em um mundo já construído e cheio de formas, aceitas informalmente e que lançam as bases para a reprodução de outro sistema estabelecido paralelamente dentro do que já existia, na formalidade.

⁶² Termo utilizado pelos informais para referir-se a máquina de moer cana-de-açúcar.

Tabela 11: Respostas selecionadas sobre o motivo de estar localizado naquele espaço, dos pontos 1, 2 e 3

PONTO	ENT.	RESPOSTA
1	22/B	Desde a primeira vez que botou os ferro, nos viemô pra cá (EST./F./E.M./OUTRO/SUBINFORMAL/28).
1	12	Na verdade nem tinha isso aqui, eu tinha uma banquinha ai em baixo mesmo, uma banquinha uma mesinha, aquelas mesinhas de bar né, e ai eu fui botando minhas coisinhas né, aos pouquinhos, ai eu fui tipo assim, foi aumentando a minha clientela ai depois, a prefeitura começou a apertar a gente, ai falando que não podia fica em baixo, ai depois falo que a gente deveria ficar aqui atrás né, ai a gente teve assim, né como é sol e chuva, a gente foi melhorando assim, se protegendo, né a gente até então tem isso aqui mas a gente sabe que não é legal, claro né assim, só mesmo se ampara sol e chuva e ter , como a gente atende melhor e ter com a sua saúde, porque até então se a gente fosse ficá em barraca de lona, ai atrás a gente não conseguiria (EST/F/EM/DIV./PROP./47.).
1	34	Ele tava parado, eu vi aqui seria um ponto bom pra mim, (gagueja) aí eu procurei saber, encontrei o sobrinho do dono ali em baixo, ele falou que queria alugar também e deu certo. Eu pago aqui quinhentos reais hoje o aluguel (EST./M./SUP.INC./CAS./ALUG./25).
2	17	O treiller fica sempre aí, porque tem muitos anos que eu trabalho aqui, eles nunca me diziu de eu tira, aí eu fui acostumando aí, e a prefeitura conseguiu, aí desde o Raul Filho que era prefeito que eu vem trabalhando nesse lugar, aí vem eu era muito cobrado de fiscal, mas era por causa do pessoal que tinha, essa loja mesmo aqui vizinha, ela queria que eu saísse daqui, mas depois eles ficaram amigo ai parô, mas eu fui perseguido muito, fiscalização de pessoas que (incompreensível) mas deus me ajudou e eu consegui fica (GAM./M./E.F.INC./DIV./PROP./66).
2	25	Na realidade porque a gente tá aqui depois que, que o rapaz desse quiosque autorizou a gente a colocar aqui, porque a gente ficava nu, num cantinho do muro e aí na época eles pediram pra gente sai, que esse lote do lado é de uma empresa particular, aí eles pediram pra gente sai né, porque ficava na calçada e tudo, massss a prefeitura vem fiscalizaaa, vem vê se tem o alvará de vigilância, se tem alvará de funcionamento né, e nós temos (GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31).
2	37	A pessoa tava muito em crise e praticamente eu paguei, eu comprei só o carrinho pelo valor, se eu fosse vendê, eu vendia o carrinho e o ponto, e não seria o mesmo valor que eu comprei entendeu? Muito mais alto, que eu vendo bem aqui, é um ponto bom, não tenho de que reclamar. A gente acaba avaliando pelas outras pessoas que vem aqui, que já vendeu, ou querendo vendê né, quem aqui no Banco do Brasil tem um, quando ele quis vender ele tava pedindo cinco mil, aquele bem pertinho da Borboleta, aí a gente começá a valia assim, e pelo que, pelo que eu ganho aqui, eu não ganho muito, mas não tem como eu vendê por um preço baixo se eu tiro bem aqui (GAM./F./E.M./SOLT./PROP./35).
3	31	Ahhhhh, a gente chega e fica. Aí se a fiscalização da prefeitura vier com o tempo, que as vezes eles vêm, pede a gente pra tirá né, mas fico aqui desde quando eu comecei, e também aqui é área do banco, o povo bota umas engenhoca. geralmente ninguém ocupa esse lugar, geralmente eu chego cedo. A mesa eu deixo ali (gesticula com o braço mostrando o poste), e levo pra casa só a mercadoria (TAQ./F./E.M./SOLT./PROP./48).
3	11/A	Na verdade, quando a gente compro aqui, o ponto já era aqui, nos trabalhava com sorvete antigamente né, então aí depois nos vendemô a máquina de sorvete, e continuemo nesse ponto. Compramos de um moço chamado Alberto, ele vendia sorvete, compramo a sorveteria dele. A sorveteria não tava dando, os produto tava muito caro né, e a mão de obra dela também, é muito cara a manutenção, por isso a gente resolveu vende (TAQ./F./E.M./CAS./PROP./51).
3	9	É porque euuu gostei do ponto aqui, eu tava alí (mostra com o braço), e aqui era a farmácia a muito tempo, aí o dono era ruim de mais, eu falei com o dono novo daqui se podia colocar o carinho, e ele disse pode. Coloquei o carrinho aí e fiquei aqui, assim até hoje tô aqui, uns 6 anos vai (TAQ./M./S.E./SEP./PROP./63).

Fonte: Entrevistas concedidas a Mariane Freiesleben (2021/2022).

Nota: *Ent. Significa o comércio no qual a pessoa foi entrevistada, assim nomeada para preservar sua identidade. O número que vem sucedido por letra, significa que ao entrevistar aquele ponto outras pessoas participaram da entrevista.

6.2 Apropriação e precariedade

Vender na rua implica em produzir diariamente seu espaço de vendas, dependendo do tipo de mercadoria/produto que se vende, utilizam-se variados tipos de exibidores, e fazem isso, localizados em um lugar específico. Uma série de elementos incide sobre o espaço de cada banca/comércio/bazar. A simples ação de ir ao trabalho sob essa demanda pode representar vulnerabilidade. Isto porque chegar ao trabalho no dia-a-dia representa para esses informais, várias estratégias, desde o deslocamento dessas pessoas, a montagem e desmontagem de seus locais de trabalho, como também seu retorno para casa ao final do dia.

Entre os entrevistados 58% utilizam veículo próprio, o Ponto 1 apresenta a maior variabilidade com cinco modalidades, e o Ponto 2 a menor variabilidade com 75% dos trabalhadores utilizando veículo próprio. Somente o Ponto 1 utiliza a modalidade de transporte de ônibus, é a segunda modalidade mais utilizada entre todos os pontos - 14% resultam na impossibilidade de entender especificadamente. Deixando claro que para 42% do total de participantes a vulnerabilidade deste quesito é algo bem real.

No Ponto 1 (estação Apinajé), sob a cobertura dos pontos de ônibus encontram-se mesas como na foto 1 e na foto 8, algumas contêm mural, algumas são fixas com cimento no chão, outras possuem objetos pendurados como varal.  Nos espaços entre os pontos dos ônibus, no início ou no final deles encontram-se bazares construídos com cobertura e/ou trailers (foto 9). Mas, também há carrinhos ao longo da estação (foto1).

FOTO 08: Vendedores ambulantes fixos de artesanato no ponto 1



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

FOTO 09: Vendedores ambulantes fixos de lanches no ponto 1



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Necessidades básicas como ir ao banheiro, podem gerar constrangimento e grande contratempo, pois os informais fixos em sua maioria não possuem um banheiro, ou um local

para se refrescar, ou dar uma respirada. Entre os informais, 61% precisam utilizar estabelecimentos próximos para satisfazer as necessidades, isso quando é permitido. Alguns entrevistados usam o banheiro público (do camelódromo) 20% e 20% utilizam outros tipos. O Ponto 1 não possui banheiro público. E o Ponto 3 utiliza variadas modalidades. Poucos são os que conseguem ir para casa nessas ocasiões - 11% do total entrevistado, ou seja, uma simples atividade básica requer todo um conjunto de estratégias.

Não é uma questão quantitativa que tudo soma, mas a forma como este movimento é executado na base de sua conta que aborda preocupações qualitativas com o bem-estar e a continuidade da execução de suas atividades de trabalho. A soma produzida, ou seja, bem-estar e continuidade, que pode ou não precarizar as condições do trabalhador e o desenvolvimento de sua atividade. Como é o caso do bazar entrevistado Doze (EST/F/EM/DIV./PROP./47, 2021/2022) que: *“Fecha para ir ao banheiro, mas quando tem vizinhança a gente fica olhando, por exemplo a menina do sorvete, a da roupa, a gente vai se ajudando nós mesmo”*. Ou o bazar Vinte Oito (TAQ./M./E.F.INC./CAS./SUBINFORMAL/27, 2021/2022) *“Eu peço a ele (indica o vendedor ao lado) pra olha, dá uma olhadinha, passo, boto um pano por cima, pra ninguém olha, mexe né.”* Necessidades que se sobrepõem ao controle sistemático, em parte pela impossibilidade da situação vivida, assim como porque a decisão de como realizar essa ação perpassa por várias implicações: deixar o comércio, ser afanado, perder um cliente potencial. Tratando-se de um trabalho normal e diário pressupõem-se que irão passar o dia inteiro no mesmo lugar, elementos que possuem impacto nas condições de uma vida que se tenha prazer em viver.

A despeito da forma, nem todas são iguais. *“Deixo quieto aí, ninguém mexe não, tem um menino que trabalha aqui nesse local aqui e olha pra mim, tem meu marido que fica mais adiante e também olha, eu também olho pra eles”* (TRINTA E TRÊS, EST./F./E.F.INC./CAS./PROP.FAM./52, 2021/2022). E até mesmo transmitindo confiança mútua, devido aos produtos que vende possuírem um valor irrisório: *“Ningueeeeem, ninguém mexe, só levo a pochete. Ninguém vai carregar coco, embalagem”* (TRINTA E SETE, GAM./F./E.M./SOLT./PROP./35, 2021/2022). Contudo, são movimentos que necessitam, além de bem-estar, tranquilidade e liberdade para serem realizados.

No Ponto 2 (ao longo da Av. JK) há comércios construídos de madeira em estacionamentos, carrinhos debaixo de marquises, carrocerias como extensão de quiosques entre outros.  Levando em conta os marcos institucionais e, as práticas espaciais dos vendedores, uma das características marcantes do comércio de rua que é possível identificar é

a precariedade, ainda que o grau de apropriação e intervenção do espaço público pelos vendedores seja diferente entre eles.

FOTO 10: Vendedor ambulante fixo de acessórios, bebidas e eletrônicos. - Ponto 2



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

FOTO 11: Vendedores ambulantes fixos de alimentação. - Ponto 2



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

É uma precariedade que pode ser vista, sentida e usada. São pessoas vulneráveis que exploram dentro da vulnerabilidade, e que são exploradas por outras, que podem ou não ser vulneráveis, algumas vezes pode ser somente uma forma de barganhar o viver/sobreviver. Pessoas que reconhecem dentro da precariedade desse sistema, alternativas “éticas” de consumo, e que muitas vezes pertencem a necessidade do viver/sobreviver. Podendo ser igual ou diferente dos trabalhadores formais, as refeições do intervalo intrajornada de um informal inexistem, em função deles estarem atuando no trabalho.

TABELA 12: Como faz para beber água e se alimentar? / PTL

RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Traz de casa	38,5%	28%	62%	41,5%
Compra nas proximidades	34,5%	20%	38%	30,5%
No local de trabalho	12%	44%	-	19,5%
Vai em casa, nos amigos ou parentes	7,5%	-	19%	8,5%
Outro	7,5%	8%	5%	7%

* Pessoas que trabalham nos pontos entrevistados.
Fonte: Elaboração da autora (2022).

De acordo com a tabela 12, entre os bazares utilizados na pesquisa 41,5% trazem de casa a água e a alimentação, 30,5% compram nas proximidades e 19,5% consomem da produção que fazem no local de trabalho. No Ponto 2 - temos 44% dos trabalhadores se

alimentam no local de trabalho, isso porque lá também se encontram muitos funcionários informais ou “subinformais”. 

Esse sistema de precariedade reproduz indefinições que exigem intervenções e tolerâncias, ou seja, arbitrariedades por parte das autoridades, sob uma forma de interdependência inevitável. Conforme demonstrado na foto 12 e 13, no ponto 3 (ao longo da Av. Tocantins) há ocupações com carrinhos, trailers, mesas com sombrinhas (foto 3) entre outros. Representado a precariedade que pode ser vista pelos outros.

FOTO 12: Vendedores ambulantes fixos de roupas no ponto 3



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

FOTO 13: Vendedores ambulantes fixos de alimentos no ponto 3



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Haja vista que essa precariedade sustenta outras vidas, pessoas cuja vulnerabilidade é negada. Como precariedade que é manipulada pela situação econômica do país, mas principalmente dos sujeitos que são entregues à própria sorte. Como aparece na foto 12, no Ponto 3 as mesas são de fácil locomoção com guarda-sol, como também trailers mais pesados e de locomoção trabalhosa (foto 13). Elementos estruturais que merecem destaque pelas consequências que provocam, seja para iniciar o dia de trabalho, como para terminar.

Embora 61% dos ambulantes fixos levarem para casa suas bancas e ou produtos, 37% deixa-os no próprio local, preso com cadeado e corrente, 7% em comércio próximo ou amigos, e 7% paga outras pessoas para deixar suas ferramentas em segurança. É um esquema que implica guardar as coisas para tirá-las da rua, seja para transportar para casa como colocar em outro lugar, mas também supõem tempo, custos, ou demanda relações que precisam ser mantidas e alimentadas fragilizando o caráter independente do informal.

Todos os fatores expostos influem profundamente no trabalho, ainda que as práticas espaciais, comerciais e de rotina do dia-a-dia sejam diversificadas, como são ambulantes fixos

pressupõem-se que a rotina diária da maioria compartilhe semelhanças, existe um misto entre levar seu bazar e ferramentas para casa e ou deixar no local.

A noite eu deixo o meu carrinho trancado aqui né, ninguém nunca mexeu não, graças a Deus, e essas aqui é meus remédio éééééé, serpentina a, a sombrinha, guarda-sol, eeeee as coisas pequenas eu levo pra casa né, a gente leva, e no outro dia seguinte trás, e fica levando (TRINTA E TRÊS, EST./F./E.F.INC./CAS./PROP.FAM./52, 2021/2022).

Mesmo ocupado de forma fixa algumas coisas precisam ser levadas para casa, no entanto nem todos assim o fazem, e precisam contar com a “bondade”, e o informal deixa seu bazar: “Aqui no trailer próximo, não cobra nada, por amizade” (TREZE, EST./M./E.M./SOLT./PROP./27, 2021/2022), baseado na fé, e na insegurança.

Umas eu coloco aqui, quando tem bastante eu boto, deixo no bagageiro do carro, aqui dentro também cabe, tem um lugar que guarda aqui mesmo o carrinho, no banco eu levo pra higieniza, isso daqui sai, fica só essa parte de baixo, tem um lugar que guarda ali na rua de traz, só na base da bondade que eles deixam, no lava jato (TRINTA E SETE, GAM./F./E.M./SOLT./PROP./35, 2021/2022).

Para os informais, a percepção da situação é simples. Uma vez que o bazar possui estrutura de difícil manuseio diário, pode-se pagar pela proteção de seu único bem, de seu viver/sobreviver:

Aqui mesmo na Apinagé, aqui nos box que tem aqui né, com colega a gente aluga, alugo não, assim eu, eu, ajudo ele a pagá né, eu dou uma pequena contribuição, porque faz só guarda minha mercadoria de tardzinha, de manhã eu pego. Dou uma contribuição numa forma de favor (TRINTA E DOIS, EST./M./E.M./DIV./PROP./63, 2021/2022).

Se já é difícil esse trabalho, ainda que o “direito adquirido” entre eles seja uma regra máxima, ligada a posturas e regulamentações informais, observando o procedimento de ocupação na perspectiva dos informais vê-se um elemento pouco mencionado até aqui uma moeda chamada confiança, que representa um marco fundamental para compreender o comércio informal de rua fixo, uma dinâmica cotidiana prescindível e integrada que ajuda a entender o funcionamento dos bazares. Se até aqui não tinha sido mencionada, a confiança dentro da informalidade é uma moeda que nos acompanhou desde o início das atividades de campo, ressoando nas palavras dos entrevistados.

6.3 Fatores motivacionais de formação da informalidade

Essa subunidade da tese tem por objetivo apresentar a informalidade ocorrida nos três pontos analisados na pesquisa, para compreender qual panorama e fatores determinam a informalidade em Palmas. Pressupondo-se que nos Pontos 1, 2 e 3 escolhidos na pesquisa, como em outras áreas na qual estiver instalada, a informalidade é caracterizada por uma das Escolas causais (ver quadro 4) da informalidade: Dualista, Estruturalista, Legalista ou Voluntária/Neoliberal. Contudo, é conveniente alertar que a heterogeneidade da informalidade, do ponto de vista empírico, pode dificultar o traçado da linha diferenciadora entre as escolas (BARDIM, 2016).

Uma das estratégias analítica adotadas expôs os motivos que levam as pessoas a exercerem atividades informais (Gráfico 9), no qual 36% afirmaram estar no desemprego o principal motivo, que nesta pesquisa é representado pela Escola Estruturalista para a qual, o trabalhador informal representa um fenômeno que ultrapassa a questão do mercado de trabalho, e reproduz uma forma particular de arcabouço jurídico-legal, com normas e procedimentos próprios. Todavia, integrada com a economia formal, mas de produtividade inferior (CACCIAMALI, 1982; 2007). E de fatores macroeconômico, que justifica a informalidade pela ausência de crescimento econômico, liberação do comércio e do desemprego (SANCHES, 2008).

Entretanto, 24% afirmaram estar na informalidade para não ter patrão, e de acordo com a Escola Voluntária/neoliberal, em que Pamplona (2001) denomina o informal de auto-empregado, estes trabalhadores além de não desejarem deixar a atividade, algumas vezes contribuem para a previdência social e possuem funcionários. O principal objetivo destes informais é criar o próprio emprego, numa economia defensiva gerando renda aos pobres no momento de crise que envolve fatores legais e tributários, para diminuir os custos de produção. Todavia, essa visão da atividade informal para não ter patrão merece ser recebida com reservas, em função de alguns depoimentos recebidos, que demonstraram na verdade privações da liberdade substantiva.

Assim é bom de trabalhá, porque a gente faz o nosso horário, trabalha mais um pouquinho né. Mas assim se eu precisa fazer um consulta vô lá, e aí de um dia vou lá e resolvo, se trabalhá pros outros, a gente tem que tãr pedindo licença pro, pro, pro, pro empregador, pra dá um dia de serviço pra você, e um dia né, de libera um dia pra você. E aqui no meu caso, não, eu posso tirá um dia eeeee resolve alguma coisa, ou tira um meio dia, e pra mim é mais (gagueja), dá mais em conta (TRINTA E TRÊS, EST./F./E.F.INC./CAS./PROP.FAM./52, 2021/2022).

Na resposta dada é possível observar rememoração, que ao utilizar o pronome eu, expressa segurança e identidade da realidade vivida (POLLAK, 1992). Demonstra disposição para lembrar-se do passado e das experiências, desta forma, as palavras ditas apresentam o quadro experimentado com a CLT, bem como a ausência da liberdade substantiva (SEN, 2000), dado que em seu relato expressa a dependência que tinha para exercer suas responsabilidades sem liberdade, e desta forma valorando a informalidade como provedora de liberdades (BARDIM, 2016).

Outro depoimento que também chama a atenção por apresentar as forças relativas dos estímulos a que o entrevistado foi submetido, ao adotar a informalidade como um trabalho “sem patrão” é encontrado no Bazar Dezessete:

Isso aí, quando eu trabalhava, eu trabalhava de pedreiro na época, depois numa época lá, eu trabalhando num local numa obra aí, aí eu fui muito decepcionado sobre negócio de patrão é (silêncio) os patrão exigia muito da gente aí eu, cismeí de sai de, de obra, de construção civil, aí falei, eu vô arruma um negócio pra trabalhá por minha conta, pra mim não ser mandado de ninguém, porque (silêncio) a gente tinha hora de fazê as coisa certa e pro patrão não tava certo, aí eu parti, resolvi e botei esse carro de cana, aí comecei, gostei e tô até hoje, ééééé uma coisa que me faz bem, o dia que não tô aqui eu fico sem graça (GAM./M./E.F.INC./DIV./PROP./66, 2021/2022).

Os motivos que, em parte, se atribui ao comércio informal pelo desejo de não ter patrão dos participantes é creditado devido à compreensão de que a decepção e a perda da liberdade subjetiva sinalizaram que ao optar por essa modalidade, na verdade está presente uma insatisfação com a função de empregado, de submetido a outro. Fato visível no depoimento do Bazar Dezesseis: “É, melhor né. Trabalhei de, de, de empregado aí quinze anos da minha vida, mais de quinze anos (incompreensível), então a gente empreende é muito melhor, além de você ganhá mais ééééé, sê livre né, melhor que tá subordinado” (GAM./M./E.M./CAS./ALUG./39, 2021/2022). Apesar de a escolha pertencer à escola Voluntária/Neoliberal, e na resposta conter resquícios da escola Legalista, a fala claramente depõe com a ajuda da repetição das letras e da necessidade de confirmação com o que fala por intermédio da insatisfação, da lembrança desfavorável ao que foi vivido, por não possuir liberdade substantiva.

Há quem veja como positivo o empreendedorismo dentro da informalidade, sobretudo se a renda adquirida fazendo uso desta atividade for maior que a anterior, não somente pelo poder de compra que é gerado, mas porque confere liberdades que antes não possuía, talvez num reconhecimento velado da ineficácia do antigo padrão de vida, e com a consciência de que os bens que hoje possui (liberdade substantiva) só podem ser garantidos dessa forma, assim como a permanência na informalidade que depende dos espaços públicos e que não configura

como um empreendimento, dado que depende do capital estrutural público (espaço para se fixar como ambulante). Visível na fala do bazar Onze: *“Eu queira trabalhar por conta própria, já trabalhei muito de empregado né, mas aí eu quis monta meu próprio trabalho né, comecei meio fraco”* (TAQ./M./E.M./CAS./PROP./55, 2021/2022).

Segundo os vários depoimentos colhidos, as questões relativas ao motivo de estar na informalidade são legitimadas pela falta de oportunidade, pelo desemprego, falta de estudos já que 44% dos entrevistados têm somente o ensino médio (ver tabela 6). No entanto, quando questionados, tais informações são de imediato suplantadas pelos argumentos que invocam a escolha própria, tradição familiar ou outro motivo - 18% do total (ver gráfico 9). No depoimento a seguir, do bazar Trinta e dois, isso fica bem claro e remete mais uma vez às questões da “escolha própria” e “falta de oportunidade”:

Bom, éééééé aqui em Palmas né, antes não trabalhava com isso, antes eu sempre trabalhei no ramo de calçados né, (silêncio) éééééé calçados também, especiais né, pra gente que tem problemááááá, éééééé, nos pés, isto éééééé, trabalhei com técnica e ortopedia mecânica, fazendo calçado ortopédico e aparelho ortopédico, ai quandooooo, emmmm dois mil e um eu comecei namorar Palmas eeeeeee, entrei em contato aqui com os médicos daqui né, ortopedista e aqui não tinha nenhuma, ninguém que fazia esse tipo de trabalho, ai então (silêncio), eu terminei vindo pra cá né, eu vim pra cá, tudo. Mas as coisa não foi do jeito que eu estava, que eu pensei (silêncio), aí (silêncio), para minha sobrevivência mesmo né, eu até deixei de fazer calçado ortopédico, esse tipo de coisa né. Aí eu comecei fazer calçado popular, desse popular mesmo e vim vender aqui na, na, na, na, nas feiras né, então foi assim que começô, que eu comecei. Mas antes eu fazia calçado ortopédico, devido uma encomenda que eu tive, eu tive uma encomenda boa né, uma encomenda grande (silêncio), é de calçado ortopédico né, ai eu fui fiz, e recebi um cheque né, no qual o cara me deu um cano, não pode né, que eu me descapitalizei. Me descapitalizei, aí eu fiquei, a preeeee, assim com muita raiva, fiquei muito chateado, não quis mais trabalhá com calçado ortopédico, aí eu comecei fazer calçado popular e vendê assim nas feira, hoje tô aqui vendendo (EST./M./E.M./DIV./PROP./63, 2021/2022).

Impulsionado de um lado pela questão financeira (a falta de dinheiro) e de outro pela falta de emprego em virtude de não existirem empresas aqui que pudessem contratar o trabalhador buscou na informalidade, o suporte para a resolução de seus problemas mais imediatos, falta de capital. O relato do bazar Trinta e quatro, entrevistado no âmbito deste estudo, explicita bem uma sutil diferença entre empreender e viver/sobreviver dentro da informalidade: *“Um pouco estranho à primeira vista as pessoas: - Aqui!, Aqui não tem cara de que tem uma barbearia não combina, tipo assim, não combina com aquilo, mas eu achei que poderia dar certo pelo fluxo de gente né, aonde tem gente (silêncio), dá negócio”* (EST./M./SUP.INC./CAS./ALUG./25, 2021/2022).

Para alguns, essa comparação pode ser considerada frágil, contudo, dentro da Escola Estruturalista (de base marxista) entende-se que a informalidade é como um sistema funcional e imprescindível ao capitalismo, além de ser parte da economia urbana (CACCIAMALI, 2006) visto ser uma forma de organização da produção que não ocorre isoladamente. Embora a Escola Dualista (baseada na teoria da modernização) veja a informalidade como uma situação de “emprego marginal”, posto que não possua habilidades diferenciais sozinhos, mas associados a produtos de empresas maiores (PORTES; BLITZER; CURTIS, 1986). Coloca a informalidade como algo transitório, que muitas vezes não é (ver gráfico 8).

Ademais existem outras como a Escola Voluntaria/Neoliberal (Institucionalista) que vê a informalidade como subordinação, no sentido de ser vinculada e não explorada, a produção informal ocupa os interstícios do capitalismo, em função principal de prover seu próprio emprego como meio de subsistência, uma forma de empreender (PAMPLONA, 2001). Que de acordo com os depoimentos não fica legitimada. Existe também a Escola Legalista que acredita que a energia empreendedora dos informais é paralisada pelos obstáculos políticos e legais (DE SOTO, 1987), porque, segundo ele, a informalidade existe somente devido às exigências do Estado. Uma opinião coerente, todavia, não abrange a maioria das respostas colhidas, como também após a implementação da Lei nº 13.874 conhecida como Lei da Liberdade Econômica ficou descaracterizada.

Assim, mesmo dando a informalidade roupagens diversas, a questão estrutural, não minimiza o fenômeno para explicar a informalidade de Palmas, mas expõem uma realidade estanque, que assim como paralisa também movimenta, dado que força os trabalhadores a organizar um modo de produção dentro do sistema capitalista, que embora não propicie grandes lucros, uma vez que o ambulante fixo não consegue pagar aluguel, como disse o Bazar Quarenta: “Ééééé já pagava aluguel né, e o aluguel sempre foi muito caro pra gente que trabalha com isso, com reparação de joia, conserto né, ai pá paga um aluguel fica mais difícil não é? Os alugueis são muito altos” (TAQ./M./E.M./DIV./PROP./66, 2021/2022). Já que não separam o trabalho da propriedade dos meios da produção (o proprietário também é o funcionário, algumas vezes com a família e outras com poucos assalariados), e no qual a base do funcionamento é a do proprietário visando principalmente o viver/sobreviver, como no relato do Bazar Quarenta e um:

Fiquei um ano desempregada lutando, lutando não encontrava serviço nem nada, aí meu irmão falou: - Vai vender alguma coisa. Aí eu comecei, assumi e comecei a assá milho aqui, é tanto que a marca do milho é dele. Aí o milho ficou difícil né, difícil, aí deixei e comecei com isso (mostra com as mãos os produtos que vende, roupas e

artigos de entretenimento) (TAQ./F./E.F.INC./CAS./PROP.EMPREST./53, 2021/2022).

Pela fala do Bazar 40 e 41, fica clara a situação de insuficiência financeira que caracteriza as atividades desses informais, jogando-os no improviso. É destacada a inviabilidade de pagar aluguel para exercer a atividade, bem como a questão do desemprego. A fala a seguir além de elucidativa também corrobora nesta análise:

Foiiii, a oportunidade que surgiu no momento (silêncio), porque quando eu vim comprá aqui, já era de coco, já era esse carrinho, eu só continuei. Eu tava desempregada, e aqui tava a venda, tava vendendo e eu só abracei e continuei com esse produto, mas eu gosto de trabalhar com coco (TRINTA E SETE, GAM./F./E.M./SOLT./PROP./35, 2021/2022).

O Bazar acima destaca a questão do desemprego, que é o principal motivador para 36% dos entrevistados estarem nesta modalidade. Mas também nota-se uma ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que a pessoa não tem prerrogativa de escolher o tipo de serviço que irá prestar devido à falta de oportunidade, ela é motivada, a um trabalho que apesar de não ser o escolhido, dado que foi o único encontrado, ser exercido com amor e dedicação. Aliado a isso, ao longo de seu depoimento também relatou as vantagens que hoje a fazem gostar da atividade que exerce. Convergem para essa questão também os depoimentos associados à tradição familiar de estar nesse tipo de atividade.

Na realidade foi meu pai que veio do Estreito do Maranhão pra cá, e aí quando ele chegou aqui e meu tio já trabalhava com o Guaraná da Amazônia, e aí ele ficou trabalhando muito tempo com meu tio, como funcionário, e aí depois ele resolveu montar uma banquinha pra ele aqui, e foi uma forma mesmo de, de sustento da família né, que no, no Maranhão ele trabalhava, já trabalhô com abatedouro de frango, eeeee como ajudante de mecânico, mas nunca foi assinada a carteira (Vinte Cinco, GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31, 2021/2022).

A fala do bazar 25 deixa transparecer todo um passado dentro da informalidade, pois seu pai e ele sempre estiveram dentro desse setor, onde o pai trabalhou por vários anos, e, depois, quando fala que hoje os dois estão trabalhando juntos. Assim, o setor informal foi uma saída, já que não tinham outra alternativa de trabalho para garantir o viver/sobreviver. Portanto, o contexto apresentado na cidade de Palmas se encaixa na tese defendida por Cacciamali (1982) de que essas atividades informais, não ocupam livremente o espaço econômico, de forma autônoma, mas subordinada aos avanços das firmas capitalistas sobre o espaço produtivo, a nível local, nacional e internacional. Desta forma as falas dos colaboradores permitem-nos acreditar que, a informalidade de Palmas – TO é do tipo Estruturalista e que o governo Federal, assim como o Estadual e Municipal na cidade de Palmas necessitam aperfeiçoar os mecanismos

de acompanhamento da situação dessa informalidade junto aos trabalhadores, tendo em vista que o tema é de relevância para a formulação de políticas públicas.

6.4 A informalidade e a pandemia

Partindo da constatação de que, dentro da Escola do pensamento da teoria causal da informalidade, Palmas – TO configura-se no modo Estruturalista, nesta subunidade analisaremos como foi e está sendo o enfrentamento da COVID-19, bem como esses trabalhadores foram impactados e se organizaram. Primeiramente, optamos por perguntas pré-estabelecidas, considerando as medidas de contenção e amparo criadas no âmbito das políticas públicas do governo Federal, Estadual e Municipal para a pandemia. Em seguida, abriram-se o diálogo de forma que eles contassem como vivenciaram a pandemia, como viam as ruas, o movimento, a concorrência entre eles e outros problemas que poderiam ser citados.

Tabela 13: Características do enfrentamento da pandemia entre os participantes / VO

Características	Respostas	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Durante a pandemia	Não possuía outra renda	45%	58,5%	39%	46%
	Foi impedida de trabalhar	40%	75%	66,5%	58%
	Dependeu de doações	10%	8,5%	5,5%	8%
Perdeu familiares	Sim	25%	8,5%	22%	20%
Primeira fase	Continuou trabalhando	20%	33,5%	33,5%	28%
Recebeu o 1º auxílio do governo federal	Sim	70%	75%	66,5%	70%
Segunda fase	Continuou trabalhando	50%	83,5%	39%	54%
Recebeu o 2º auxílio do governo federal	Sim	55%	75%	61%	62%
Recebeu auxílio da prefeitura de Palmas	Não	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Como já foi demonstrado na reflexão teórica, em 12 de março de 2020 a OMS decretou a pandemia em relação ao coronavírus, em 18/03/2020 o Estado do Tocantins determinou ações preventivas de isolamento, e no município de Palmas desde o dia 04/03/2021 os hospitais públicos atingiram 100% da capacidade de leitos na Unidade de Terapia Intensiva – UTI, desta forma as restrições iniciaram no dia 06/03/2020. De acordo com o Bazar Um: “Afetou um

pouco, não afetou tanto porque os dois já eram aposentados, então não afetouuuu assim cem por cento, mais com certeza afeta porque quereno ou não a renda é mais” (EST./F./SUP.INC./SOLT./PROP.FAM./21, 2021/2022). Ou seja, quem tinha outra renda o impacto da restrição foi amenizado, contudo ainda vivenciou a diminuição da renda mensal.

Toda via, quando analisamos os dados em geral dos participantes, pela Tabela 13 percebe-se que entre os entrevistados 46% na época não possuía outra renda. Desta forma, para eles a restrição deixou-os sem perspectivas de trabalho e renda mensal e muitos ainda foram demitidos devido às restrições, dado que alguns Bazares mandaram embora seus contratados.

Não, olha, é o seguinte, ninguém esperava isso, nos pego de, de surpresa, então ai a gente ficô os primeiro mês que ela pediu pra gente respeita, a gente respeitô, mas chego um limite que vai acabando os mantimento na casa da gente, ai a gente veio, fechemo tudo com fica, e veio com máscara, a gente usa mascara, álcool gel, então tamos ai, pedindo a Deus que ninguém pegue doença e viva feliz (SEIS, GAM./F./E.M./UM.EST./PROP.FAM./55, 2021/2022).

Para além das sutilezas teóricas, a ideia corrente, especialmente, na vida real, atesta o caráter precarizado⁶³ ou de precariado⁶⁴ dos informais. No caso específico dos trabalhadores ambulantes, normalmente, são considerados entraves dentro da questão do ordenamento urbano, uma vez que suas atividades geram distúrbios organizacionais na cidade. Mas o que se vê dentro do ambiente deles, é que “funcionam ou prestam-se” também como ponto de apoio as pessoas que circulam no ambiente, e esse serviço durante a pandemia ficou deficiente, já que esse estilo de vida foi um dos mais prejudicados durante a pandemia.

Ancorados no arcabouço teórico do trabalho a pandemia, além de impedir o trabalho via isolamento social também propiciou o desemprego que já era alto em conformidade com a figura 6, e que em virtude do isolamento social aumentou mais ainda, e como demonstrado no gráfico 5, entre os entrevistados 36% ali estava devido o desemprego, em função disso questionou-se se a concorrência aumentou durante a pandemia, e de acordo com o Bazar Dezoito (TAQ./F./E.M.INC./OUTRO/PROP./33, 2021/2022): “*Na verdade, com relação a pandemia eu fui uma concorrência também né, porque assim já tinha bastante ééééé, comercio de lanche essas coisas, eu sou mais uma que precisó fazé esse tipo de coisa*”. Esses indivíduos expostos a condições precárias e incertas ainda são colocados numa posição de corrida maluca para continuar com o seu cotidiano ambulante de viver/sobreviver.

⁶³ Trata-se de uma precarização salarial e existencial.

⁶⁴ Refere-se as novas dimensões da precarização, composta por jovens adultos escolarizados que devido a nova dinâmica do mercado de trabalho estão inseridos em relações de trabalho precárias tendo em vista a degradação do estatuto salarial.

Apesar do espaço de sucesso limitado, esse tipo de trabalhador é dotado de resiliência para novos dias e novos tempos como disse o Bazar Vinte um: “*Fiscalização, fiscalização eeeee, eeeee vendas né, o comercio caiu bastante assim. Eu consegui segurar porque eu tive de demitir todo mundo, eu tive de trabalhar sozinho*” (TAQ./M./SUP./SOLT./PROP./40, 2021/2022). Verifica-se também que dependendo do tipo de produto que seu trabalho é vinculado a restrição passou a ser mais dura e entre as VO - vozes que foram ouvidas 58% foi impedida de trabalhar, e mais da metade da população foi impactada perdendo sua principal fonte de renda. Ademais, para o Bazar Vinte Seis:

O movimento caiu muito, as pessoas ficaram com mais éééé, aumentaram o medo das pessoas, num táva andando livremente, até os comércio mesmo, as pessoa evitava vir pros bancos, comercio, só vinha pro extremo necessário, isso acaba caindo nosso rendimento (GAM./M./SUP./CAS./PROP.FAM./36, 2021/2022).

E desse total de trabalhadores informais, 8% dependiam de doações. Com isso, não tinham outro tipo de renda já que não podiam trabalhar, corroborando com o argumento defendido por Volochko (2020), segundo o qual a necrodemografia do capital impôs a lógica do descarte humano preciso aos grupos sociais empobrecidos, principalmente os trabalhadores informais, que em função da pandemia não poderem trabalhar e também por não ter para quem trabalhar devido ao isolamento. O capitalismo reduziu o trabalhador a sua força de trabalho, que hoje é considerada supérflua devido às novas formas de produção, despejando o trabalhador no mundo da informalidade, no mundo da insuficiência dos dispositivos de seguridade social, nem mesmo para as emergências.

Sendo o Brasil um país marcado por profundas desigualdades sociais, o âmbito da pandemia criou um auxílio emergencial por intermédio da Medida Provisória - MP nº 1.039, dividido em cinco parcelas de R\$ 600,00 e quatro de R\$ 300,00, totalizando R\$ 4.200,00 por um período de 9 meses, para os trabalhadores que tiveram sua situação de vulnerabilidade agravada devido a pandemia do novo coronavírus. A referida tabela mostra que 70% dos entrevistados receberam este amparo, seguido, de 62% quando foi prorrogado por interferência da MP nº 1.056 por mais 3 meses chegando a um total de sete parcelas. O fato de termos uma menor parcela de pessoas recebendo esse benefício, não sugere que todos foram agraciados, estrategicamente, também não fala que os trabalhadores que receberam passaram a desfrutar de uma vida tranquila.

Dito isso, e analisando que 20% dos informais perderam parentes para a pandemia, percebe-se que 28% continuaram trabalhando na primeira fase de restrição. Constata-se que mesmo diante da perda, do medo, da proibição e recebendo égide do governo, alguns

continuaram a trabalhar. E na segunda restrição esse número chegou a 54%, ou seja, apesar do baixo movimento, do risco da doença, aumentou o número de informais em sua rotina de trabalho diário, dado que na informalidade o ambiente de trabalho é individual, a concorrência na venda e as disputas pelo espaço público são contínuas. Para o Bazar Trinta e um (TAQ./F./E.M./SOLT./PROP./48, 2021/2022) esse foi o melhor momento: *“Foi a época que eu mais ganhei dinheiro, porque foi na época da pandemia que eu construí minha casa, mas assim, mas assim, eu não parei de trabalhá. Fiquei só uma semana sem trabalhá, na pandemia trabalhei o tempo todo.”*

Nesse sentido torna-se patente a necessidade dos condicionamentos estruturais que definem os direitos trabalhistas para a garantia da liberdade substantiva dentro da informalidade. Uma constatação trivial: seguramente, não se está diante de um fenômeno de fácil compreensão ou com diretrizes absolutamente consensuais, ao contrário, é um campo fecundo de investigação e tem suscitado efusivas contendas entre os pesquisadores. Prova disto são as quatro escolas do pensamento das teorias causais da informalidade e a amplitude que vem assumindo o conceito de empreendedorismo dentro da informalidade. Ora, defendido por De Soto (1987) e por 24% dos entrevistados deste estudo que não querem mais ter patrão, ou 6% que alegaram ser para ganhar mais, que corresponde a um número considerável.

No entanto, para o Bazar Trinta e um: *“foi a época que mais ganhou dinheiro”*, temos uma das muitas vertentes que tentam explicar que dentro da informalidade o ganho retirado mal consegue manter a sobrevivência. Deste modo, ao perscrutar confere-se que, devido à conjuntura da pandemia, e da restrição somada ao auxílio concedido pelo governo, ao continuar seu trabalho mesmo correndo riscos o trabalhador conseguir melhorar de vida, mas esse resultado foi exceção, não a regra para a maioria.

Não é difícil encontrarmos relatos apontando que a pandemia não impediu o trabalho, já que dentro da criatividade utilizavam práticas diferenciadas, mas que davam certo, como o Bazar Vinte cinco:

Não, a pandemia pra gente não mudou quase nada pelo seguinte ééééé, nos só fechamos mesmo aqueles primeiros dias que a prefeita, que teve o lockdown, que teve que fecha, aí os outros dias o que é que nós fizemos, nos trancamos as cadeiras aqui, e a gente pedia se a pessoa quisesse o guaraná, aí pra esperar no carro, ou fica um pouco longe né, mas a gente continuo aberto, só que com a pandemia, nossas venda melhoró mais, porque devido esses problemas de saúde tudo, as pessoas evitaram mais de come alimento tipo, ao invés de toma um refrigerante, vou tomá um guaraná que é natural entendeu? (gaguejou) ééééé tudo natural. Então assim, graças a Deus não atrapalhou pra gente não.

A gente reabriu, vamos dizer que escondido entendeu? Então a gente tinha que trabalhá, o pai fazendo guaraná, e eu aqui olhando se a fiscalização tava vindo,

porque se não eles podia muita a gente, e fecha tudo
(GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31, 2021/2022).

Foi desta forma, que os trabalhadores mesmo expostos e cometendo arbitrariedades sobreviveram/viveram a pandemia. Apesar do panorama adverso, os informais formaram espaços na informalidade de socialização dentro da informalidade no contexto da pandemia. Por outro lado, de acordo com a Tabela 13 ainda que 58% - tenham sido impedidos de trabalhar, 28% desde sempre continuaram, e somaram-se na segunda fase do isolamento a 54% do total.

Mesmo não se tratando de um controle de isolamento social, o amparo financeiro era, ou deveria ser uma ajuda de contenção e isolamento social. A Prefeitura de Palmas também lançou um pacote de benefício financeiro,  mas não alcançou os informais conforme dados da Tabela 13. O governo reconhece a precariedade do trabalhador informal, mas não a aceita como alternativa ao desemprego, ao viver/sobreviver. Assume como diretriz viabilizar direitos por meio de deveres aos próprios informais via Lei nº 13.784 conhecida como Lei da liberdade econômica. Mas no caso dos informais, dos ambulantes fixos com o que ganham mal conseguem manter o viver/sobreviver, ver Tabela 7 que aponta os dados sociodemográficos dos participantes.

Entende-se que as políticas públicas formuladas durante a pandemia desempenharam um papel relevante para mitigação dos problemas. Contudo, via de regra, o que se pode observar foi à dissociação de tais políticas com a realidade, especialmente relacionada ao processo de isolamento e manutenção do viver/sobreviver dos informais que acabaram passando por outras situações que foram criadas, fato que agravou outras situações que se complementam, como o depoimento do Bazar Vinte: *“Eu acho que, que a dificuldade que eu tô enfrentando até agora na pandemia é o, éééé, o preço alto dos alimentos, que não cessa, não para”* (TAQ./M./E.M./CAS./PROP.FAM./40, 2021/2022). Confirmado pelo Bazar Quarenta e dois: *“Olha muita gente procuro trabalha informal, e houve sim uma concorrência maior porque até quanto o desemprego é grande”* (TAQ./M./E.M./CAS./PROP./48, 2021/2022). No qual a Lei nº 13.784 estimulou a informalidade⁶⁵ (ver Figura 1 e 6) via empreendedorismo, e agravando-se com a inflação. Como mencionado anteriormente, a pandemia agravou a situação de precariedade dos informais, no modo de produção a concorrência aumentou para 16% dos entrevistados e diminuiu para 8% (VO), ou seja, embora a venda no período tenha sido limitada entre os informais cresceu o número de trabalhadores.

⁶⁵ Para maiores detalhes ler o artigo: Reformas Liberais e a Dinâmica Recente do Mercado de Trabalho no Brasil, referenciado na bibliografia desta Tese.

Estes dois capítulos anteriores possuem a função de dar elementos conceituais e empíricos de suporte para o sexto segmento, que desenvolve uma análise profunda dos Circuitos Econômicos e o funcionamento da Economia Social dentro da informalidade, fundamentado em dados primários, sobre a informalidade que parte de bases conceituais, nas quais a informalidade é delimitada por seus aspectos sociais e econômicos.

7 NEGOCIAÇÕES INFORMAIS

Por meio dos capítulos anteriores, percebeu-se que a informalidade é caracterizada pela ausência da subordinação dos trabalhadores às relações institucionais, e que esse fato pode gerar ao longo do exercício das atividades desses informais, situações de autonomia, mas também de angústia, devido às vantagens e desvantagens que propicia. No bojo deste estudo tem sido demonstrado inclusive com gráficos, que foram preenchidos com as respostas dadas pelos participantes incoerências. A título de exemplo temos o Gráfico 9, que ao perguntar os motivos que os levaram a entrar na informalidade encontramos 5 modalidades e uma variável indefinida.

É bem verdade que muitas coisas são copiadas do sistema formal, como práticas e regras relacionadas à contratação de trabalhadores conforme será visto adiante. Ademais, quando se busca relacionar as informações do campo com as Instituições, é possível perceber desvios de significados e interpretações entre o programado para a informalidade e o seu funcionamento, ou seja, eles possuem muitas regras distintas.

Observou-se também que a implementação da Lei de liberdade econômica, não interpretada e seguida em sua essência, em conversa com Folha (2022), na qual se foi informado que: “[...] *todo mundo ali quase que é informal, se a senhora for lá quem tiver mais ali, tem o MEI*”, existe uma controvérsia quando comparada com os depoimentos dos informais. Ao buscar se entender como eles interpretavam seus deveres e direitos de acordo com as regras do município, Estado e Governo Federal, constatamos incoerências, tanto na forma de duas variáveis - Licença, que seria a concessão ou permissão e o cadastro de Microempreendedor Individual - MEI pelo governo Federal.

TABELA 14: permissão para trabalhar como informal ambulante fixo

Possui licença para trabalhar / VO				
RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Sim	15%	16,5%	22%	18%
Não	5%	8,5%	28%	14%
Não deixou claro	80%	75%	50%	68%

Possui MEI – VO				
RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Sim	55%	75%	39%	54%
Não	20%	8,5%	28%	20%
Não deixou claro	25%	16,5%	33%	26%

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Os dados da tabela 14 apontam que, 18% dos ambulantes fixos possuem concessão para estar naquele lugar e 68% ao responderem, não deixaram claro a situação da licença. Durante as entrevistas muitos afirmavam que tinham o MEI, e com a ajuda deste cadastro já estariam com a licença que eles precisavam, para ocupar aquele espaço, outros que pagaram um ano e depois não pagaram mais, as mesmas respostas eram dadas para falar das licenças de concessão. Dos que declararam possuir MEI, 54% do total de entrevistados, quando se tratava de uma família que trabalhava junto somente um deles possuía o MEI, geralmente o homem ou a esposa. Entendido pelos questionados como uma vantagem pagar somente para um deles. Além deste, também foi apontado que os ambulantes fixos que possuíam funcionários nenhum era registrado.

Todavia, na entrevista com Folha (2022), ele deixa claro que os possuidores de concessão que possuem um funcionário são obrigados a registrar e apresentar os dados ao Ministério do Trabalho, contudo, não foi essa a realidade presenciada, pois nenhuma das pessoas que trabalham ou prestam serviços aos ambulantes fixos possuem carteira assinada.

Um desdobramento interessante dos dados acima é que, entre os informais existem combinados que são criados entre as pessoas para organizar suas vidas econômicas neste ambiente. Apesar de entenderem que mesmo na informalidade existem regras formais impostas pelas Instituições, os usuários criam conexões econômicas que funcionam entre eles, para eles e por eles, chamados por Zelizer (2006, 2011, 2015) de “circuitos de comércio”, e por Weber (2009) “bricole” quando esses acordos envolvem somente “troca de favores”, ou seja, não envolvem moeda específica.

O fato de se ter tantas variáveis dentro de um mesmo contexto, nos remete a uma pergunta básica: Qual o sustentáculo da informalidade? Como diante de tantos contratos não institucionalizados, os profissionais ambulantes fixos se adaptam as várias polaridades por eles experimentadas? Esses questionamentos motivaram o novo capítulo escrito, a princípio foi descrito como ocorrem as negociações dentro da informalidade, posteriormente as regras e os circuitos do comércio por eles desenvolvidos.

7.1 O jogo das negociações

Ao se apontar para a dinâmica das vendas na rua será permitido observar a rede desse mercado na qual o funcionamento depende de um conjunto de clivagens que operam correntemente como um mecanismo autorregulado que se imbrica com as pessoas envolvidas nas transações. Tem-se além de uma negociação entre preço e obtenção de produtos, uma vez

que através delas, vislumbra-se um mundo de valores e relações no qual as pessoas ganham suas vidas entre o viver/sobreviver. E para adentrar nesse mundo, faz-se essencial saber quais os produtos que são comercializados nesse mercado, já que as ofertas são muito variadas.

Conforme se pode ver na Tabela 15, os produtos vendidos foram separados por categorias, contudo alguns vendedores de rua trabalham com ampla variedade em seus bazares. Mas, existem os que vendem exclusivamente um tipo de alimentação (especialmente chambari⁶⁶, picolé, milho assado, Guaraná da Amazônia) ou de única categoria, como no caso dos calçados 2,17%.

Durante o trabalho de campo, foi constatado que os alimentos 54,35%, roupas 39,13% e bebidas 32,61% eram os produtos mais oferecidos nos bazares das ruas. E para melhor entender este tema aprofundou-se nossa conversa instigando sobre a importância do trabalho deles para a comunidade uma vez que trabalham com produtos variados.

Pela localidade aqui dáááááá (silêncio), dáááááá', assim onde eu trabalho eu achooooo, assim meus produto, eu acho necessário assim, pela assim então, nessa localidade aqui onde nós estamos, até então você vê que não tem muito comercio assim, de necessidade, as pessoas passam assim na correria cedo, por exemplo: ai cedinho, ai volta de noite, e não tem tempo de fazer uma recarga, mora longe, aiiiiiii eu tenho uma recarga, eu tenho uma meia, você viu né eu tenho uma meia, eu tenho um carregador. Eu me considero assim, que eu sou útil pro cliente. Ai eu também sobrevivo, eu faço o que eu gosto, e também os meus produtos, se eu vendo eu acredito que as pessoas gostam que até então (DOZE, EST/F/EM/DIV./PROP./47, 2021/2022).

A variedade dos produtos oferecidos é o resultado da acumulação das experiências que incluem a história de cada ambulante e do produto que o mesmo representa, e o auge das distintas mercadorias incorpora demandas específicas. “A gente dá café da manhã pros trabalhadores, é bem importannnte” (QUARENTA E QUATRO, EST./M./SUP.INC./SOLT./PROP.FAM./24, 2021/2022). Vejam estes três elementos começando pelo último deles.

⁶⁶ Considerado por muitos tocantinenses comida símbolo do Estado, consiste num prato de músculo com osso da perna do boi – o chamado ossobuco italiano, cozido por várias horas.

TABELA 15: PROTUDOS COMERCIALIZADOS

Especificação dos produtos e serviços comercializados pelos ambulantes – B					
Categorias	Produtos	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Alimentação	Pão de queijo, enroladinho de queijo, coxinha, pastel, picolé, sorvete, cremosinho, Guaraná da Amazônia, milho assado, milho cozido, chambari, buchada*, carne de panela, carne assada, frango ao molho.	47%	69%	50%	54,5%
Artesanato	Bijuterias / produtos para casa de madeira	6%	-	25%	11%
Artigos de entretenimento	CD e DVD falsificados, cigarros, brinquedos	12%	-	19%	11%
Bebidas	Água de coco, água mineral, energético, cerveja, bebidas alcoólicas, refrigerante, café, caldo de cana.	29,5%	54%	19%	32,5%
Roupas	Saia, short, vestidos, camisa de time, máscara de tecido, cinto, meia, boné, rede, tapete, pano de prato, cobertor.	41%	7,5%	62,5%	39%
Calçados	Chinelos, tamancos, sandálias	6%	-	-	2%
Eletrônicos	caixa de som, chip de celular, crédito para celular, cabo para carregar celular, pen drive, bateria de celular, máquina de barbear	35,5%	-	19%	19,5%
Acessórios	Cinto, bolsas, bijuterias, joias, semi-joias, relógios, capa para celular, fone de ouvido, carteira.	23,5%	-	25%	17,5%
Remédios	Produtos naturais e importados	17,5%	-	12,5%	11%
Serviços	Barbearia, ourives, afiador	6%	-	6%	4,5%
Outros	Peixes ornamentais, aquários, castanhas, macaúba, feijão, farinha, gordura de porco, temperos, abóbora	-	15,5%	12,5%	8,5%

FONTE: Elaboração da autora, 2022.

* Buchada é um prato típico do Norte e Nordeste do Brasil que possui origem no Maranhão, da culinária portuguesa tradicional. Feito de entranhas, que são rins, fígado e vísceras, cozidos em bolsas feitas com o estomago do animal

Os produtos do Bazar Quarenta e quatro possuem demandas contextuais específicas: o café (puro ou com leite), o pão (podendo ser recheado, sem recheio, de queijo), salgados, bolos, água, suco, mercadorias direcionadas para as pessoas que acordaram cedo e precisam comer algo antes de iniciar o trabalho. Os alimentos representam 54,5% das vendas nos bazares dos ambulantes, seja produção própria ou fornecida por outros, toda via é um dos itens de extrema importância para as pessoas em qualquer horário, tem saída diária e contínua, dependendo do produto a ser ofertado. Já venda de eletrônicos têm um ritmo mais particular. O Bazar Doze tinha alguns carregadores em exposição, que vendia esporadicamente, por isso também possuía: venda de crédito de celular, semi-joias, jornais, meias, máscaras, ou seja, outras categorias de produtos. 📷

Observa-se pelas falas que existe um consenso em relação à pluralidade de produtos a ser ofertado pelos bazares, o que confirma a característica de heterogeneidade apontada ao longo do texto. Na realidade, essas falas esclarecem as características e categorias da Tabela 15, identificando que dentro de um mesmo bazar, dependendo das condições de capital do informal, é possível encontrar produtos de várias categorias em virtude da localização do seu bazar visto encontrar-se no espaço público, área de passagem de pedestres, com fluxo contínuo de pessoas e que pode precisar de determinado produto, tê-lo para vender significa conquistar um freguês e melhorar a própria renda. 🗣️ 📷

FOTO 14: DIVERSIDADES DE UM BAZAR - PONTO 1



Fonte: Fotografia tirada por Mariane Freiesleben (2021).

Essa variedade de categorias apresenta também uma pluralidade de situações entre os bazares que caracterizam e individualizam cada um deles. Dentre os fatores alegados por meio das entrevistas e por serem em sua maioria revendedores/vendedores, é importante saber de onde vem as mercadorias, para entender como a renda é gerada por esses ambulantes. Em razão que, precisam manter um preço acessível aos consumidores, “[...] tá com fome, vem e come ééééé, alimentá de forma mais barata e rápida, comidinha da hora” (SETE, GAM./F./E.M./CAS./PROP.FAM./43, 2021/2022). Portanto, pode-se afirmar que os informais possuem a consciência que os produtos que revendem/vendem precisam ser mais baratos que os produtos semelhantes encontrados no mercado formal.

[...] nos faz comida mesmo, e o valor que passam não é tão alto, igual tem aqui você vê, vamo bota aqui um exemplo bem claro aqui a senhora vem pega um salgado desse de R\$3,50, e ali entre o Ministério Público e o SEBRAE tem uma lanchonete, lá é de SETE a OITO reais, (silêncio), então eu acho que eu tô ajudando a sociedade de Palmas também, eu não tô botando o mesmo preço de lá, e pago imposto igual ele (VINTE DOIS – B, EST./F./E.M./OUTRO/SUBINFORMAL/28, 2021/2022).

As unidades informais ajustam os produtos e seus preços às possibilidades de pagamento de seus clientes, pois além do preço baixo, necessitam de variedade e localização propícia, para manutenção e “lucratividade” nessa atividade do viver/sobreviver. Como afirma o Bazar Vinte Cinco (GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31, 2021/2022) “[...] a gente tem [...] uma rotatividade muito grande, [...] meu pai chega aqui 6h da manhã, porque 7h ele já tem cliente pra atender, [...] pessoas vem aqui pra, pra toma um guaraná e do lado é um chaveiro, [...] Ele já vem pra tirá uma cópia de chave [...]”. O depoimento dos colaboradores 22 e 25 mostra que a informalidade exige além da diversidade e disposição, estratégias. E essas falas denotam sobre a necessidade e a importância de uma análise da procedência da mercadoria que revendem/vendem dentro do setor informal.

TABELA 16: FONTE FORNECEDORA DOS PRODUTOS PARA REVENDA/VENDA

RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
Compra no centro próximo	53%	61,50%	69%	61%
Traz de outra (o) cidade ou Estado	41%	46%	75%	54,5%
Compra de atacadistas	41%	84,5%	31%	50%
Tem fabricação própria	29,5%	54%	31%	37%
Compra de outros informais	17,5%	31%	12,5%	19,5%
Outro	17,5%		19%	13%

FONTE: Elaboração da autora, 2022.

Nota: DE ONDE VEM AS MERCADORIAS* QUE REVENDE/VENDE – B

*As mercadorias veem de fontes variadas, se repetem em vários bazares, pois a maioria dos bazares possuem pluralidade de produtos.

A tabela 16 nos apresenta alguns números úteis para entender a escala que alcança o lucro dos bazares. A primeira coluna tem a procedência da “matéria-prima/mercadoria” que é revendida/vendida pelos bazares. A segunda, terceira e quarta coluna, a procedência em percentual de cada um dos pontos utilizados na pesquisa, e a quinta coluna apresenta o percentual total da “matéria-prima/mercadoria” revendida/vendida pelos ambulantes. Diga-se que esse entendimento vem a partir das percepções baseadas nas tradições mercantilistas, em virtude do poder do Estado e sua vinculação com os agentes privados formais, sob a forma de usufrutuários que incentivam as instituições a se servirem mais do que a seus consumidores (DE SOTO, 1987).

Dito isso, constata-se que do total de bazares utilizados na pesquisa 61% compra no centro próximo, de outras cidades ou Estados 54,5%, e de atacadistas 50%, ou seja, a margem de lucro nessas condições para garantir um preço competitivo aparenta ser pequena, isso confrontando com a fala do Bazar 22-B que afirma possuir preços menores que o comércio formal. Ademais, 37% possuem fabricação própria que de acordo com Pamplona (2001) demandam baixo investimento de capital técnico, trabalho intensivo, baixo retorno remuneratório, além de trabalharem mais horas, possuírem pouco poder de barganha e situação de trabalho mais instável, representando simplesmente um meio de subsistência, desviando o excedente gerado para o consumo sem possibilidades de novos investimentos.

Feitas estas ressalvas, os depoimentos e as tabelas viabilizam a análise anunciada coadunando com os dados e resultados apresentados no capítulo anterior e colocam uma pergunta que dificilmente será respondida com uma única resposta, mas que é preciso formular: quais são as convenções utilizadas por esses informais ambulantes? No final das contas, quais costumes ou instituições são utilizados entre eles, e com os clientes? O que dá perenidade ao circuito, a rede?

7.2 As regras da rua

Até aqui foi visto como os informais produzem e ocupam o espaço público, o que revendem/vendem e de onde compram. Mas, como se faz para trabalhar, vender, negociar num espaço repleto de vendedores informais, que ocupam o espaço público (comum a todos) situados um ao lado do outro, às vezes oferecendo as mesmas mercadorias, se respeitarem, e conviverem com o comércio formal?

Já se relatou que a ocupação do espaço público em Palmas de acordo com as regras do município funciona na forma de concessão e permissão, e que a pesquisa retrata os ambulantes

que possuem permissão (capítulo 4). Também se retratou como ocorre a ocupação (capítulo 6), na qual os pioneiros vão chegando e se instalando, todavia ao longo da pesquisa verificam-se que o tempo dentro da informalidade entre os participantes não é o mesmo (gráfico 8), desta forma nem todos são pioneiros, pois chegaram posteriormente. Ademais percebem-se que alguns bazares possuem funcionários, alguns possuem energia elétrica e água em suas dependências despertando ao longo da pesquisa a necessidade de compreender como funcionam essas tramas entre eles. Ao serem instigados a falar sobre a permanência naquele ambiente de trabalho:

Ahhhhh! Se eu pudesse eu ficaria por aqui mesmo, mas com uma estrutura melhor, né. Porque aqui nós temos centro financeiro, centro político, comercial né. O cara vem na caixa resolve um assunto, aí vamo come um caldo de cana ali, vamo ali come um pastel, um chambarizinho ali, enfim tô no miudo, digamos no metro quadrado mais caro em relação a imóvel do estado do Tocantins, graças a Jesus Cristo (risos) (QUARENTA E SEIS, GAM./M./E.F.INC./SOLT./PROP./59, 2021/2022).

Eu nem tenho ideia. Porque geralmente comprá um ponto comercial pra botá não é fácil, alugá um ponto em uma loja não é barato também, que aqui nois não paga aluguel, se nois pagá aluguel pronto, não dá, não dá. Há uns tempo atrás tava mil reais, como é que você aluga, um ponto aqui nessas galeria? (silêncio), ééééé, o cara vai pagá pra trabalha (CINCO, GAM./M./E.F./CAS./PROP.FAM./62, 2021/2022).

Sim mudaria, na verdade (silêncio), eu até coloquei ela em venda (fala do ponto que ocupa) porque eu tô, eu tô mexen, eu tô com salão, aí eu tô pretendendo (silêncio), passá pra outra profissão (silêncio), aí se eu consegui vende, eu já começo trabalhando no salão (DEZOITO, TAQ./F./E.M.INC./OUTRO/PROP./33, 2021/2022).

Nam, aqui é bom, mas só que eu vô ter que sai daqui, como eu disse, que o menino vai chega, e eu vô sai, que ele vai chegar, não vô ficar no ponto dele, vô fica, vou desce lá pra baixo (monstra com a mão a direção a seguir) (VINTE OITO, TAQ./M./E.F.INC./CAS./SUBINFORMAL/27, 2021/2022).

Percebe-se que possuem consciência que estar na informalidade viabiliza ocupar espaços caros e privilegiados, que não possuem condições financeiras de adquirir ou de manter por meio do trabalho que desenvolvem, constatação que confirma a nomeação desta informalidade como da escola estruturalista. Também foi citada a venda que ocorre entre eles do espaço ocupado no depoimento do bazar 18, chamado por Folha (2022) de luva,  mas também se detectam o empréstimo entre eles da ocupação do ponto/território no relato do bazar 28, podendo ser chamado de bricole (WEBER, 2009). Irão se aprofundar esses três temas a seguir.

Ao se entrar no contexto financeiro aproveita-se para compreender melhor o sistema de compras e vendas dado que não possuem capital físico e não recebem crédito. Ao falar sobre dinheiro os entrevistados ficavam muito reservados, com respostas imprecisas, fato que não

surpreendeu, por ser uma tendência natural de se preservarem dados ligados ao orçamento pessoal, por receio de virem em algum momento a ser cobrados com pagamento de taxas, multas ou impostos. Desta forma poucos aprofundaram esse tema, em alguns era preciso lembrar algo que foi observado, mas que na hora o entrevistado não falava. Em sua maioria eles   possuem PIX, máquina para cartão de débito e crédito principalmente por causa dos clientes, já nas compras que realizam a maioria paga à vista com dinheiro ou no cartão de crédito, contudo, alguns relataram formas diferentes tanto de compra como de venda.

As vezes a gente compra a prazo, também compra no prazo, mas é como é cliente muito antigo, a gente paga mesmo é na confiança na realidade. Não, manda mil reais ai de mercadoria, aí trabalha e paga. [...] Não, não lembrava porque, na realidade ela não ia ficar fiado, ela pegou o número do PIX pra me paga só que ai ela disse que a (incompreensível) ia manda e não mando, só que ela é cliente de muito tempo, então assim a gente não importa, a única coisa que as vezes o cliente mesmo prefere é assim, se ele pega um guaraná com meu pai fiado, ele prefere paga pro pai, entendeu? Pra depois não: - iiiiiii, será que me pagou, entendeu? Mas isso na verdade nunca aconteceu não, já aconteceu assim, da gente vende fiado, e a pessoa assim, um vendedor de loja e tal, pedi pra vende fiado aiiii, vai conquistando a confiança, que sai, depois sai sem paga, 10 guaraná, 05, mais a maioria dos cliente paga certinho (VINTE CINCO, GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31, 2021/2022).

Vendo a vista, só a dinheiro, mas quando é amigo faço fiado. Quando é cartão, eu passo cartão ali no meu amigo, (nome do amigo suprimido), uma vez passô TRINTA REAIS, VINTE REAIS, eu passo ali só pra cortesia, e se for no PIX eu passo na, na, na (silêncio), na loja, no PIX não pago nada, mas no cartão passa eu pago, mas no PIX não precisa não, no cartão de crédito e débito ele tira TRÊS REAIS de 50, DOIS REAIS de TRINTA REAIS, pra não perdê a venda do cliente, pra não perde cliente, eu sou cliente e ele ganha um pouquinho (NOVE, TAQ./M./S.E./SEP./PROP./63, 2021/2022).

As vezes alguma coisa é, outras já não é por causa do papel. Compro no crédito, compro nos cara que produz, ai eles me dão um prazo, que nem agora mesmo ano passado eu comprei um feijão do rapaz, eu fiz uma compra de um, de, de assim porque divide. Ele tinha a farinha, ele tinha o feijão já comprei tudo a farinha dele e o feijão ano passado. Eu comprei uns, uns, uns vinte aí monte de coisa. Eu tive um prazo, eu passei a deve ele sete mil a oito e meio, aí fui vendendo e fui passando, me vendeu que já me conhecia, eu consigo vende pra ele. A gente não precisa de nenhum contrato, nenhum papel, esse não. Éééééé só na confiança, agora eu paguei tudo certinho. (...) A letra hoje é boa mas de premeiro se sabe que nossos pais o negócio era só na palavra, não era, e cumpria. Eu ainda fico mais assim desses tempo pra cá. Se eu te comprá uma coisa eu não vou dize que não devo não (TRINTA E NOVE, TAQ./M./S.E./UN.EST./PROP./71, 2021/2022).

Nas falas dos depoentes ficou evidenciado que a necessidade de confiar gera entre eles a credibilidade. Desta forma a confiança é uma moeda de troca entre os informais. Visto não possuírem capital econômico, entre eles a quebra da confiança passa a ser uma descapitalização, tanto para o informal que compra nos mercados formais, como para o informal que vende ao consumidor. Pois se comprar e não pagar ao fornecedor, fica privado de continuar seu comércio e, se não vender fiado, se não confiar no cliente para pagamento posterior, não vende seus

produtos ficando com sua mercadoria retida, sem circular. Todavia, nas duas relações o informal traz para si o peso do mau negócio, pois fica preso a um revendedor no qual a confiança se fez moeda, perdendo a oportunidade de negócios com outros comércios no qual não possui essa moeda. E no caso do mau cliente irá ficar no prejuízo.

Viu-se que, para muitos, a ocupação de um espaço público ocorreu por meio da compra do ponto de pessoas que já atuavam a mais tempo no ponto, sendo, portanto, uma compra de “luva”, dado que o espaço público não pode ser comercializado. Por tratar-se de uma área cara e privilegiada devido o movimento. Como anteriormente já era ocupada criou uma espécie de clientela de rotina, considerada uma vantagem para aquele espaço que passa a possuir suportes essenciais para o ingresso na atividade de vendas informais no espaço público. A relação de “luva” que se estabelece entre esses informais gera direitos e se concretiza com o auxílio da confiança entre eles para a realização de um contrato informal de posse de um espaço público e de clientes já fidelizados.

A pesquisa também apurou relatos de empréstimo do espaço público, embora não sejam muitos se afiguram também como uma forma de expressão da confiança como moeda. Para falarem sobre o empréstimo do espaço público, os entrevistados precisam ser provocados, outros se negaram a falar sobre o assunto. Alguns se mostraram refratários ao tema, sobretudo na questão de ser um espaço público e de fato não pertencer a ninguém,  somente na ocasião das entrevistas se daram de forma mais solta, mais demorada, num clima de maior aproximação entre pesquisador e pesquisado é que ocorriam as revelações, sendo interpretado pelos entrevistados como uma bondade fornecida pelos proprietários do espaço público a eles, gerando gratidão como também serventia, isso porque o ambulante fixo sente-se devedor do “proprietário do espaço público”.

Lembrando muito os contratos não assinados, os bricoles descritos no livro de Weber (2009), todavia diferentes. No caso dos bricole, são serviços realizados além de um trabalho normal/informal, e nos termos descritos nessa pesquisa esse trabalho é o meio do viver/sobreviver dos pesquisados podendo ser classificado nos circuitos de Zelizer (2010, 2011, 2015) como uma moeda circulante entre os participantes.

7.3 Circuito econômico: características

Os depoimentos até agora citados e outros mencionados a seguir ajudam-nos a compreender a lógica embutida nas dinâmicas dos mercados informais dos ambulantes fixos. Observa-se que, quando se fala das relações entre eles, em determinadas situações e com outros

comerciantes, existem estratégias distintas entre eles. ☒ Uma primeira aparece no depoimento de Doze (2021/2022), pois enquanto conversávamos foi percebido que existia um controle diferente sempre que ela vendia créditos de celular, e foi perguntado do que se tratava:

Isso aí não coloco em conta não. Isso aqui é fora, não é do meu. Ajuda muito, mas assim eu não conto, assim até então é consignado, aí e eles são, é uma coisa paralela, sabe, aí eu só conto aquilo que eu tenho mesmo. É como se fosse um extra, praticamente tem que ser né, não é meu aí até então (EST/F/EM/DIV./PROP./47).

Em sua resposta ela salienta a separação dos valores para aquele determinado produto, assim como no relato de Zelizer (2015) quando fala das qualidades especiais do dinheiro, que ainda pertencem ao mercado, mas possuindo um fundo especial é utilizado para fins específicos. De acordo com a entrevistada “*como se fosse um extra*” utilizando sua cultura e estrutura social para impor um limite ao processo de monetização, introduzindo controle e restrição a fluidez deste dinheiro (ZELIZER, 2015). Ao evocar o termo extra para o dinheiro dos créditos de celular, o Bazar Doze caracterizou esse dinheiro, segundo ele, uma coisa paralela, consignada. Ao fazer isso, tomou a devida precaução de separar esse dinheiro dos demais, ou seja, em estado puro, fora do mundo das finanças. “[...] *quando vende entra, então é igual a recarga, a recarga ela, se tá fazendo e tá entrando, mas aí euuuu, eu vô, vô juntando, é quando o, o vendedor vem pra recebe, só tiro do montante que tem e pago [...]*” (VINTE QUATRO, EST./M/E.M./CAS./PROP./44, 2021/2022), sendo uma prática comum aos que vendem determinados produtos.

Outra situação observada demonstra o circuito entre informal e cliente, pelo Bazar Vinte dois/B ao falar sobre a: “*Venda de caderno (risos) porque, porque o povo passa aqui com DOIS REAL, pra vim toma um café, um bolo frito e um café, com fome porque já vem de um ônibus correndo, entendeu?*” (EST./F./E.M./OUTRO/SUBINFORMAL/28, 2021/2022), explica que vende fiado para os clientes e utiliza como controle um caderno, no qual marca os débitos para posteriormente receber. Uma forma particular de interação econômica (ZELIZER, 2015), recorrente na qual podemos constatar uma relação social distintiva entre indivíduos específicos (informal x cliente), em que a atividade econômica é compartilhada por meio desta relação (venda x compra), criando uma contabilidade específica, mas comum para ambos (irá faturar x irá pagar), atravessando as fronteiras da economia formal, baseadas na cultura da confiança que foi gerada pela necessidade que propiciou o crédito como uma moeda de troca.

A informalidade não escapa da relação de intimidade, ou melhor, da negociação da intimidade (ZELIZER, 2011), e pode ser observada no depoimento do Bazar Vinte Cinco: “*Na realidade é assim, como a banca é do meu pai, eu ganho um pouco menos, mas é quase como*

se fosse dividido no meio.”(GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31, 2021/2022), na repartição dos lucros obtidos pelo trabalho, o filho do “proprietário” do bazar explica que apesar de ser um trabalho em “família”, recebe menos pelos serviços realizados como consequência do estabelecimento do Bazar pertencer ao pai, criando uma prática dentro de uma situação na qual é possível observar uma transação econômica em que existem laços de intimidade (pai e filho), negociando essa relação por meio da reivindicação econômica. 

A logística desses comerciantes também inclui um sistema de pesos e medidas específico. O mais usado no passado era a lata de recipiente de óleo - que representava a unidade de medida um litro/um quilo, atualmente o óleo é vendido em garrafas pet, desta forma os comerciantes informais modificaram esse hábito e passaram a comprar em lojas agropecuaristas uma vasilha - que indica um litro/um quilo – para funcionar como unidade de medida semelhante ao recipiente de óleo utilizado no passado, assim substitui a balança que pesa produtos como: de farinha, de feijão, de arroz, de manteiga, de banha de porco entre outros. Contudo, no recipiente utilizado para medir a quantidade do produto vendido como um quilo de farinha, ao chegar em casa e se pesar o produto em balança convencional foi constatado que não era equivalente a um quilo exato. E ao retomar a conversar com o vendedor, foi revelado que sabem da diferença desta prática, e exemplificou com os tipos de farinha que são vendidos: na farinha grossa a medida representa corretamente, embora da farinha fina seja somente oitocentas gramas, porém, vendido como um quilo, argumentado que sempre funcionou assim o sistema de medidas.

Vale também o registro de outra fala sobre o “empréstimo do ponto comercial”, pois se trata de um espaço público, fato que representa ser de todos, mas assemelha-se ao empréstimo de espaços descrito por Weber (2009), pois a obrigação entre os participantes desta relação é moral visto não ter um contrato e nada de oficial.

Essa banca não é minha eu fico aqui porque outra pessoa me cedeu esse espaço, então estou aqui por enquanto, é o meu irmão, eu dou uma ajuda pra ele, ele me ajuda, uma mão lava a outra né. As mercadorias são minhas, como ele é meu irmão ele não cobra, agora as vezes quando assim, pra final de ano eu dou uma ajuda pra ele, mas eu não pago aluguel, entendeu? (QUARENTA E UM, TAQ./F./E.F.INC./CAS./PROP.EMPREST./53, 2021/2022).

Mas essa relação entre familiares e ocupação de espaço público tem características diversificadas: “[...] as vezes quando assim, pra final de ano eu dou uma ajuda pra ele, mas eu não pago aluguel [...]”, como resultado de uma atividade comercial de uma atitude compreensiva da atual ocupante para com seu irmão o “proprietário”, misturando relações íntimas com transações econômicas (ZELIZER, 2011), ou seja, um circuito econômico

informal baseado nas relações que são estabelecidas entre os familiares. Nas referências sobre a venda de ponto/luva também encontram-se mais características que podem ser relacionadas ao circuito econômico de Zelizer.

É tipo assim quando a gente, digamos assim se eu for vende, eu falo assim: vou vende o ponto, só que quem compra o ponto corre risco, de alguém que tira, tipo assim, igual o banco, mas é muito difícil tirá, mas corre o risco, mas tipo assim, se você quize comprá, você compra já sabendo que talvez pode por risco de alguém te tirá (TRINTA E SEIS, GAM./M./E./F.INC./CAS./SUBINFORMAL, 55, 2021/2022).

Trata-se, portanto, de “(d) ideias compartilhadas que se referem ao significado das transações dentro do circuito, incluindo sua avaliação moral; e (e) uma fronteira que separa os membros do circuito daqueles que não são, com algum controle sobre as transações que cruzam a fronteira (ZELIZER, 2015, p. 372). Em razão de sua complexidade o Bazar deixa claro que quem comprar já sabe das regras que estão implícitas nessa transação, deixando claro o limite desta fronteira e a disciplina de seus frequentadores. As relações são estabelecidas no propósito deste circuito econômico em particular.

7.4 O mundo das relações no circuito

O desenvolvimento do comércio informal na via pública corresponde a formas de organização do próprio ambulante fixo dirigido a promoção dos seus interesses. Uma questão transversal que se observou no conjunto das atividades realizadas pelos informais, ao longo das entrevistas foi o acesso a água e energia elétrica, como ocupam espaços públicos informalmente, é natural a inviabilidade desse acesso aos Bazares, contudo, ao analisar diversos bazares tinham energia e água em seus ambientes, recursos imprescindíveis quando constatada a realidade dos dados demonstrados na Tabela 15, em que os produtos mais vendidos pelos informais são alimentos 54,5%, e em terceiro lugar bebidas com 32,5%. Dito isso e pensando nas necessidades práticas da lida com estes produtos, busca-se entender com se dá esse acesso aos informais.

É indiscutível o papel que o ingresso à energia e água tem no processo de higienização, conservação, armazenamento e manuseio dos alimentos. Descobriu-se que alguns bazares possuem entrada a energia e água de forma legalizada com conta em nome do “proprietário” do bazar. (U) Mas essa não é a realidade de todos os bazares.

Aqui a energia é da ~~Maria Bonita~~ (uma loja próxima), a gente só conversou com o dono e aí ele forneceu pra gente, a gente paga né, paga uma taxa, nunca deu problema, assim pago direitinho a taxa né, nois paga DUZENTOS E VINTE CINCO

REAIS de energia por mês, todo mês (ONZE, TAQ./M./E.M./CAS./PROP./55, 2021/2022).

A água divido com a vizinha, porque a gente não tem, usa a água mesmo só pro básico, lavá a mão, algumaaaaaa, alguma colché, uma coisa assim. A conta a gente divide por três, é eu (silêncio), a gente aqui, e o pessoal do espetinho e ela (mostra com a mão a pessoa ao lado), pega a conta e divide por três. Eu trato ela assim (gesto com a mão), porque ela fica com a água (risos). (VINTE DOIS/A, EST./M./E.M./CAS./PROP./39, 2021/2022).

Quando a gente começo ele mostrou os talões dele, a gente tem uma noção de consumo, uma base, como a gente não paga aluguel nem nada, a gente não paga nada pra ele pra ficá aqui, ai por exemplo a gente só usa esses 2 liquidificadores, que a gente não fica a noite, ai pra usa a maquininha e carregador de celular, a gente paga CINQUENTA REAIS por mês entendeu? Então assim, se o consumo dessa energia aí vai ser uns 30, 35 mas como ele cede um espaço pra gente, não cobra nada a gente compra mesmo paga esse valor como também ummmmm, um pouquinho a mais na camaradagem, na amizade né. (perguntei sobre a água para beber e lavar os utensílios) Nós temos aqui o moto taxi aqui, a gente tem o bebedouro né, mas assim éeeee, como se fosse a gente, nosso também porque foi comprado tudo junto entendeu? A gente ajuda a pagar a água entendeu? A água é só uma ajuda 20 reais por mês, entendeu? Porque eu uso além de, da água que a gente consome pra, pra bebe, pra também eu uso as torneira lá pra lavá as coisa, pra questão da higiene, lava copo tudo (VINTE CINCO, GAM./M./E.M./OUTRO/PROP.FAM./31, 2021/2022).

A energia eu pego dos taxistas, a gente fez um cálculo e divide entre nós. Até hoje nunca deu problema, a confiança é a gente que faz, cada um faz a sua parteeeeee, de forma corretaaaa, não tem como dar errado (QUARENTA E DOIS, TAQ./M./E.M./CAS./PROP./48, 2021/2022).

Foi constatado nas respostas dadas: combinados entre informais e formais com a ajuda da estipulação de taxa fixa, sentimento de gratidão, camaradagem, parceria e confiança dentro da negociação para acesso da energia e água, é mediante a reinvenção de acordos estipulados entre os participantes envolvendo dinheiro, intimidade e confiança que se estabelecem nessas fronteiras. Criando circuitos próprios por intermédio de redes de intercambio de “favores” para bens de consumo (água e energia) por meio de uma estratégia de preço e prática de negócios através da “cultura” e garantida pela confiança e solidariedade, dado não existirem sobre esses contratos autoridades que possam obrigar sua execução ou proteção social entre os envolvidos. Como referendado pelo Bazar Dez (TAQ./M./E.F.INC./SOLT./PROP./57, 2021/2022), “*Oh! Pra ce te uma ideia minha energia aqui, ele que me dá (mostra com a mão a loja próxima). Já tentei falá que vou lhe dá uns 30 conto por mês, ele não aceito, é por amizade. Quando ele precisa de um favor eu também não nego*”.

Assim, para Zelizer (2011) os conflitos e as contradições inerentes aos participantes desses combinados são regulados por princípios interpretativos, uma prática entre os participantes, dessa esfera de transações econômicas íntimas, discriminando as combinações apropriadas e inapropriadas, pois a informalidade está repleta de intimidades, como na fala do

Bazar Vinte ao afirmar que a indicação do trabalho foi realizada por “amigos” , ou como o irmão que “cedeu” o espaço para o bazar Quarenta e um. (6)

Dentre os depoimentos obtidos na pesquisa de campo, constatou-se que essa intimidade é vivenciada também recorrendo a relação que os informais estabelecem com seus clientes. Para efeito de análise selecionou-se o depoimento do Bazar Vinte Dois/B (EST./F./E.M./OUTRO/SUBINFORMAL/28, 2021/2022) que fala: “*Boa, aqui nois chama pelo nome, minha irmã chama cada cliente dela pelo nome, cada um senta aqui, fala, briga, brigado, ela chama pelo nome, até as menina aqui, todas elas é pelo nome*”. Confessou ter um grau de intimidade, que permite saber o nome dos clientes, estabelecendo uma rotina não só do Bazar, mas também dos clientes que se sentam no estabelecimento também para conversar.

A fala do Bazar Vinte Seis (GAM./M./SUP./CAS./PROP.FAM./36, 2021/2022), “*Acho que bem, já tem um vínculo de amizade de muitas pessoas que vem aqui já*”. E Quarenta e Dois (TAQ./M./E.M./CAS./PROP./48, 2021/2022), “*Eu acho que é boa, tenho cliente fixo, então é boa né*”. Corroboram para o mesmo sentido, pois em outras palavras associam a frequência constante dos clientes a uma amizade, a um sentimento de intimidade. Em todos eles, a intimidade aparece de uma forma explícita relacionada à proximidade gerada por saber o nome e pela frequência ao estabelecimento, que por sua vez é gerada pelo atendimento e qualidade dos produtos que fornecem. “*É igual aqui que eu tô, vendo meio afastado do centro, do centrão da estação, ai eu tenho mais aqui o pessoal que trabalha no shopping, e a UFT que ainda não tá tendo, mas o pessoal que sempre vem aqui, sempre vem aqui [...], é bom*” (VINTE QUATRO, EST./M./E.M./CAS./PROP./44, 2021/2022).

Gerada por um conjunto de relações sociais na qual os atores transferem bens e serviços recorrendo a um esquema de preços – quantidade – qualidade (ZELIZER, 2015), que não é contratada formalmente, mas que fica subentendida nas relações que são estabelecidas como no depoimento do Bazar Vinte Um (TAQ./M./SUP./SOLT./PROP./40, 2021/2022), ao explicar os laços que os unem apesar de possuírem produtos semelhantes: “*A concorrência, não eu não tenho concorrente aqui, eu tenho parcerias que continuam a mesma coisa*”.

Na singeleza desse e de outros depoimentos, a questão da intimidade mostra-se presente, ratificando a necessidade desta moeda para gerar outra, a confiança, porque dentro de uma necessidade que também é uma moeda, o crédito estará aberto.

7.5 Tramas informais dentro dos circuitos

Procurou-se neste tópico não somente as características específicas dos circuitos econômicos de Zelizer (2011, 2015), mas também pensar, mediante as circunstâncias alcançadas pela pesquisa, e a luz do pensamento de teóricos que se dedicam aos estudos relacionados à informalidade, entender as estratégias utilizadas por eles e quais acordos sustentam a continuidade de suas atividades. Para tanto se analisou, os arranjos que envolvem as relações informais e de trabalho no espaço público e seus participantes. Trata-se, portanto, de um intento que nos reporta às categorias conceituais acima referidas.

Devido às circunstâncias do campo foram presenciadas várias cenas interessantes, como a do Bazar Dezoito (TAQ./F./E.M.INC./OUTRO/PROP./33, 2021/2022) que do nada deu dinheiro a moça de uma loja da frente, quando perguntei sobre a cena que presenciei informou-me que o dinheiro era da loja, pois na busca por dinheiro trocado não tinha todo o valor e ficou devendo. 🗣️ 📧 Coube ao ambulante fixo e a funcionária da loja uma congruência de confiança dentro de uma necessidade uma vez que as conjunturas ampliaram os créditos dentro do setor formal para o informal, cruzando linhas e tramas numa relação monetária de trocas abstratas e concretas, permeada de contratos informais.

Seguindo Granovetter (2019) em sua interpretação de incrustação, entende-se que a economia resulta das ações sociais, ou seja, as ações econômicas são ações sociais no seio da sociedade capitalista, pois as atividades econômicas estão incrustadas nas relações sociais em redes. Nessa esfera de compreensão, em vez de uma clientelização como se referia Geertz (2008), Granovetter (2019) prefere falar de incrustação relacional, que está baseada em interesses encapsulados, pois, por meio deles, seria possível perceber as normas comuns entre os membros do grupo que eles devem aos demais, bem como as variações formais/informais e as contradições deste mercado inerentes aos cidadãos e os diversos contextos que os indivíduos estão inseridos culturalmente.

Outro episódio marcante presenciado foi o de uma pessoa que passava com sacolas de compras e parou no bazar que eu estava. A mulher questionou a proprietária do bazar se ela não poderia comprar dois quilos de açúcar dela, pois desta forma ela conseguiria comprar a passagem e pegar o ônibus, devido ter gastado todo o dinheiro nas compras e só ter percebido naquele momento. Prontamente a atendente do bazar comprou e passou o dinheiro. Foi perguntado se ela conhecia a mulher, ela disse que não, mas que era comum que pessoas pedissem para “trocar” produtos por dinheiro e desta forma seguir viagem. 📧 Tal comportamento sugeriu, a solidariedade presente entre vendedor e cliente, em relação a situação

precária da pessoa humana, são ações que empresas formais não possuem, ou seja, essa relação de intimidade que conecta economia e sociedade, através de uma economia social.

Essa relação de parceria que se estabelece entre esses informais ocorre no dia a dia e se concretiza na benevolência para a realização de tarefas triviais (ajudas) como na montagem ou desmontagem de equipamentos, na falta de dinheiro miúdo para passar troco ao comprador, na indicação de outro comerciante que possua algum produto de que determinado vendedor não disponha no momento, na vigilância e até no atendimento quando alguns deles necessitam afastar-se temporariamente para fazer uma refeição, ir ao banheiro ou desempenhar alguma tarefa de cunho pessoal, ou nas ocasiões em que surge algum problema que venha a afetar a todos (fiscalização, ameaças de remoção, etc.).

É interessante observar aqui a diferença entre a ação econômica e técnica que Weber tão bem ilustrou, na qual a ação técnica não se interessa por preços ou custos, somente a maneira de fazer aquela coisa, uma combinação de comportamentos individuais orientado para o comportamento de outro (SWEDEBERG, 2005), além de propiciar amparo, outra característica que pode ser destacada é o *status* da força de trabalho informal, no caso o trabalho livre. Um fenômeno que a princípio é destituído de significado, mas que afeta as ações sociais, pois estimulam circunstâncias favoráveis a toda uma comunidade, no caso a dos informais ambulantes fixos. Equilibrando harmoniosamente fenômenos econômicos e sua interação com outros fenômenos, por meio de uma ação racional.

Não passou despercebido também a relação entre patrão e empregado dentro da informalidade, na qual Pamplona (2011) explica que ao contratar um ajudante ou um empregado, além de pagarem os menores rendimentos e não registrar, concretizam postos de trabalho de baixa qualidade formando redes de subcontratação. Fazendo uso das perguntas constatam-se que 61% do total de trabalhadores na informalidade ambulante fixa em Palmas não recebe nada se não for trabalhar naquele dia, contudo 39% dos bazares continuam funcionando e faturando normalmente.

TABELA 17: SITUAÇÃO DO TRABALHO NA AUSÊNCIA DO TRABALHADOR

RESPOSTAS	PONTO 1	PONTO 2	PONTO 3	TOTAL
O dia de trabalho é perdido	58%	52%	76%	61%
Outro trabalhador cuida	42%	48%	24%	39%

FONTE: Elaboração da autora, 2022.

Nota: Quando fica doente como fica o trabalho – PTL

Perguntar sobre a informalidade dentro da informalidade não foi uma tarefa fácil, em uma das passagens quando o Bazar falava sobre o recebimento do auxílio do governo Federal

para a Pandemia, explicou que recebeu, mas falou baixinho para as funcionárias não ouvirem, pois na ocasião foram demitidas e como não possuem carteira de trabalho assinada não recebeu o benefício e poderiam ficar chateadas, também não quis revelar o faturamento mensal ou anual do estabelecimento.  A grande maioria dos colaboradores resistia a repassar as informações e falar sobre esse tema, e com os funcionários era praticamente impossível, todavia, conseguimos alguns depoimentos que apresentam dados que foram aproveitados para a análise.

Todos são contratados, recebem todos os direitos como se fossem registrados em carteira. Recebem todos os direitos que a lei exige, quando tem um problema que manda registrar eu assino a carteira, mesmo contrariado, pagando um salário. Não fazem nem oito horas de trabalho. Entra as oito e sai as quinze. Quando, quando iniciaram eu falei que o horário seria as sete, máximo as sete e trinta, mas como eu não tô aqui pra acompanhá a chegada deles né, é a moça que abre, trabalha a mais tempo, quer dizer ela chega, eles chegam oito horas, quinze horas encerra tudo, trabalham sete horas né, mas tiram uma hora de alimentação, trabalha na verdade seis, mas ganha o salário normal, e forneço a alimentação. Direito a férias, décimo terceiro, FGTS não deposito, mas pago a parte quando sai. É porque pra registra é o seguinte (silêncio) a questão é os impostos do governo (QUARENTA E SEIS, GAM./M./E.F.INC./SOLT./PROP./59, 2021/2022).

Tenho dois funcionários. Não, não são funcionários registrados. São contratos, entendeu? Então que acontece, a gente, a gente (silêncio). Durante a pandemia eu consegui segurar porque eu tive de demitir tudinho e segurar sozinho (silêncio). Segurei a parte financeira e prossegui com mão de obra reduzida (VINTE UM, TAQ./M./SUP./SOLT./PROP./40, 2021/2022).

Nos depoimentos coletados, há recorrência a questão do “contrato” (de gaveta) e ao pagamento dos direitos a esses trabalhadores como “se fossem registrados”. São depoimentos que nos mostram informais como “patrões” formais com práticas ilegais, pois sem os registros de fato, direitos como seguro desemprego e multa por rescisão são praticamente ignorados, uma prática que afronta os direitos do trabalhador e precariza sua situação enquanto empregado, intensifica e amplia a extração do sobretrabalho. Foi nessa ótica de análise que Boltanski e Chiapello (2020) perceberam haver direitos trabalhistas que escapam entre os direitos negociados e os direitos legislados, acentuando a precarização do trabalhador, perspectiva na qual o empregado não tem como negociar, nem ser considerado como uma entidade ativa devido a circunstâncias individuais.

Nesse contexto a concepção do trabalho fica associada a um vínculo social adequado as relações interpessoais, no qual o contrato abrange direitos subjetivos, de acordo com a tendência da pessoa, e não definida universalmente. A capacidade de conseguir extrair o viver/sobreviver recorrendo ao trabalho informal dentro da informalidade constitui uma estratégia difícil de ser contabilizada e entendida economicamente, como mostra o depoimento do Bazar Quarenta e

três (EST./M./N.A./CAS./SUBINFORMAL/76, 2021/2022), semelhante a outros depoimentos obtidos ao longo da pesquisa: “*Não isso aqui (mostra o carrinho) é da Alasea (empresa que fornece a mercadoria). Trabalho pra eles por meio de porcentagem de cada sorvete e picolé vendido, oito por cento. Só ganho em cima do que eu vendo, nada a mais*”. Uma mercadorização do tempo do trabalhador que barateia os custos da empresa, todavia desnuda a integridade do ser humano.

Em outras palavras: “*Se você trabalha você ganha, se você vende, você ganha, se você não vende você não ganha nada*” (QUARENTA E TRÊS, EST./M./N.A./CAS./SUBINFORMAL/76, 2021/2022). Um trabalhador subordinado a empresa, um autônomo sem bons equipamentos e sem reserva de mercado (PAMPLONA, 2001). Trabalhadores informais de segunda categoria, desprovidos dos meios de produção que vendem sua força de trabalho em troca de salário pelo trabalho precarizado (ANTUNES, 2018). É justamente por essa razão que, conhecer as tramas informais viabiliza melhores oportunidades dentro desses circuitos; seja de um informal de primeira classe⁶⁷ ou de segunda classe⁶⁸, devido caracterizar essas tramas que ocorrem dentro do sistema capitalista, visando não somente o viver/sobreviver, mas o prazer de se viver.

Como revelou esta pesquisa, os entrevistados, em sua grande maioria, são classificados como baixa renda, de trabalho intensivo, e vislumbram poucas perspectivas de futuro. Dentro desta profissão que exercem, com este trabalho não conseguem no momento alugar um ponto, ou seja, o trabalho não assegura reserva financeira para funcionar, somente em espaço público gratuito. Por intermédio deste trabalho a maior conquista é a liberdade do tempo, para fazerem com ele o que melhor decidirem, a precariedade os acompanha eles desde o trabalho em si, como também o local de trabalho devido ao banheiro ser um dos principais problemas, elementos que junto aos demais classifica a informalidade de Palmas – Tocantins como Estruturalista.

⁶⁷ O informal proprietário dos meios de produção.

⁶⁸ Informal que trabalha para outro informal.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade central dessa pesquisa foi a de estabelecer as dinâmicas sociais, de comportamento e territoriais do trabalho no contexto da informalidade no espaço público urbano da cidade de Palmas, para tanto utilizaram-se três pontos específicos que ao longo da tese foram descritos partindo do foco da informalidade de trabalhadores ambulantes fixos. Identificar o circuito utilizado nas transações desses mercados e expor suas dinâmicas permite a introdução de novos elementos que contribuem à discussão sobre a informalidade no Brasil e a construção de um enfoque pontual sobre sua característica de maneira mais incisiva.

O trabalho hoje passa por transformações em seu modo de produção, (substituindo trabalho vivo por trabalho morto) eliminando ou diminuindo postos de trabalho e formas de produção. E ainda que falemos sobre o trabalho, a informalidade e circuitos econômicos, não é exagero considerar também a integração entre os mercados formais e informais existentes. Hoje os trabalhos que antes eram considerados informais, passaram a atender aos propósitos de expansão e acumulação do capital, desempenhando dessa forma o mesmo papel do trabalho formal. Segundo os autores estudados (Capítulo 2), a economia informal é uma atividade de geração de renda que não utiliza as normas institucionais em suas transações. E a ausência dessa regulação coloca o trabalhador em condições inseguras e precárias, além de retirar-lhe parte dos benefícios sociais.

A flexibilização por meio das Leis criadas e alteradas no Brasil e citadas ao longo do texto, garantem mecanismos que permitem ao capital maximizar a exploração da “mão de obra”. Difundindo por um discurso em que a informalidade é vista como um recurso que garante autonomia, independência e liberdade, e a falsa ideia de deixar de ser explorado para tornar-se explorador.

Os nexos de convergência estabelecidos entre o trabalho, informalidade e circuitos econômicos mostrou-se analiticamente útil para o estudo do trabalho relacional na informalidade. E considerar a teoria desenvolvida por Viviane Zelizer na elaboração desta pesquisa lançou luzes para compreender a complexidade do tema de forma multidisciplinar, com foco nas pessoas e no desenvolvimento socioeconômico. Para proporcionar esse efeito se utilizou os modos de produção que admitem várias formas de organização, e possuem relações articuladas que atendem as exigências da dinâmica capitalista.

Por entender que a informalidade, representa um dos mecanismos, uma das peças utilizadas para a manutenção e organização dos movimentos do capital. E que uma parcela significativa das ocupações ocorre à margem da legislação social e trabalhista, com postos de

trabalho que incorporam pessoas de baixa escolaridade, mas também de maior escolaridade, porém acompanhados de certa redução do rendimento médio real. Identificaram-se nesses pequenos comércios, bazares que reúnem desde atividades associadas a estratégias de sobrevivência a ocupações modernas e vinculadas ao comportamento das grandes empresas “(inter) nacionais”.

Embora nesta pesquisa um número considerável tenha sido classificado na escola estruturalista por motivos macroeconômicos. Ao examinar as diversas realidades empíricas, foi demonstrado que a formação do circuito e a proposta daquilo que foi procurado estruturar nas relações entre os atores só são compreendidos por meio do entendimento das singularidades culturais, econômicas próprias de cada formação social. E o sucesso de tal ensaio requer a interação de diversas áreas do conhecimento.

Dito isso, por intermédio de perguntas simples: como uma entrevista sobre a formação de um circuito, uma feira (Capítulo 4), sobre características gerais como tempo na informalidade (Capítulo 5), como conseguiu se instalar nesse local (Capítulo 6), as intimidades desenvolvidas no espaço público ocupado (Capítulo 7), entre outras. Objetivou-se conhecer o funcionamento dos circuitos econômicos, com a ajuda de questões fundamentais que permitem entender o funcionamento de qualquer mercado. Esse material e as discussões apresentadas em cada um dos capítulos permitiram ir apontado as particularidades dos bazares informais dos pontos selecionados de Palmas, abordando questões mais gerais e específicas, como as relações distintas entre eles; o compartilhamento das atividades econômicas que se desenvolvem mediante essas intimidades; o significado dessas tramas no centro dos circuitos, bem como as ideias compartilhadas; as fronteiras que os separa, e os controles utilizados, informações importantes que auxiliaram a compreensão das formas similares de negociação interpessoal e cultural em um amplo contexto, ou seja, as “boas combinações” de Zelizer e suas consequências sociais.

Estes são alguns dos assuntos que o material da tese permite abordar. Alguns deles foram analisados em detalhes, outros meramente apresentados, e outros ainda não esgotados. Gostaria nestas páginas finais assinalar algumas considerações e interpretações gerais a luz do material apresentado.

Desde a introdução, foi apontado que considerar várias relações entre os indivíduos é essencial para a compreensão dos circuitos econômicos no comércio informal. No aproveitamento dos diferenciais derivados desses pertencimentos encontramos práticas realizadas entre eles como a utilização do ponto emprestado, uma espécie de cessão temporária

garantida pela fé depositada entre os participantes através de um contrato informal e ilegal, visto que o espaço, o local do ponto é público, e não pertence a ninguém.

A consideração básica a ser destacada é que a ocupação do espaço público é caracterizada por territorialidades absolutas cujos limites (demarcados e controlados) estabelecem poder fazendo uso da consciência mútua dos participantes. Um diferencial que representa um resultado de ações e processos que os fazem existir concretamente. Mesmo antes de inscreverem-se na natureza do funcionamento econômico, estas ações e estes processos o fazem na história particular do lugar a ser ocupado.

Daí, ter-se perguntado quais estratégias haveria por trás desse conjunto tão vasto de trabalhadores ao iniciar nesse caminho. Antes da instalação/ocupação inicia-se todo um processo de tramas, como verificações, exposição e constância em um mesmo local, para garantir uma boa relação com todos os comércios ou bazares próximos, seja para fortalecer a própria narrativa como ocupante daquele ponto, ou para ser protegido pelos que estão próximos recorrendo a laços de intimidade. O status das organizações dos mercados informais pode ser definido como um circuito de inter-relações com informais e subinformais (quando esses existem), com as hierarquias dos administradores traçando um paralelo dos direitos formais que existem.

Foram apresentados também elementos que permitem ampliar a interpretação das relações distintas, indicando a utilização de aluguéis de pontos em que o “locador” do espaço público acredita ceder ao “locatário” o ponto, a infraestrutura e os clientes, ou ainda o “locatário” que “cede” um espaço de sua infraestrutura alugada para o “locador”. Práticas que, na verdade são economias compartilhadas mediante troca de favores, cuja mensuração é realizada por meio das relações sociais dos participantes. Demonstrando a importância desses combinados e apostas na construção e consolidação dessa ocupação do espaço público.

Para compreender o surgimento e a consolidação dessa prática é necessário levar em conta que a mensuração palpável entre os ambulantes fixos e o comércio formal das proximidades é a aceitação entre os participantes, arranjos da informalidade que estão na base do seu desenvolvimento, e utilizam na ilegalidade de sua formação contratos não verbais, mas simbólicos como suportes de sustentação. E ao apresentar teoricamente esta temática, na verdade demonstram-se como os informais fixos definem os membros do grupo e traçam os limites necessários para o circuito construído.

Apesar da imagem dos informais estar associada ao desarranjo e a ilegalidade como chaves para descrever e explicar os espaços ocupados por eles, e tudo acontecer às margens das instituições estatais, pois estão fora da Lei, desregulados e sem controle. O que foi observado e

presenciado refletiu uma tautologia operativa que não deixa a desejar dentro dos limites controláveis das ações realizadas por eles. Tome-se como exemplo a relação de “luva”, que é estabelecida por eles, mas gera direitos que são concretizados através da confiança conquistada ou simplesmente depositada. Na verdade, são significados compartilhados entre os participantes.

O surgimento e consolidação do processo de negociações entre eles pelo espaço público estão entrelaçados por dinâmicas legais e associativas (vendem o espaço, a infraestrutura e os clientes) que, operam e funcionam mediante boas combinações e relações de intimidade mantidas entre os participantes. Situação que também pode ser presenciada na relação que é mantida entre o informal fixo e o cliente. Isso porque ao comprar quando não existe respaldo das Instituições estatais e algo ocorrer fora do planejado o consumidor terá de arcar com os prejuízos, da mesma forma o vendedor que utiliza vendas a prazo e pode ficar no prejuízo se o cliente não pagar.

São relações sociais distintas (informal x cliente) entre indivíduos específicos, e nessa relação, a atividade econômica é compartilhada por meio da relação (venda x compra) para criar um pagamento específico, mas comum para ambos (conta vai x vai pagar). Fronteiras econômicas informais baseadas na cultura de confiança criada por necessidades fornecidas pelo crédito como moeda de troca.

Esta dimensão das regras está imbricada com as próprias possibilidades de quem vende e de quem compra, onde a lei não aparece claramente como um sistema de modulação, todavia são efetivadas pelo dinheiro (crédito), intimidade e confiança que funcionam como marco de referência nessas transações econômicas. Em que diferentes ambientes resultam em diferentes problemas e determinam o aparecimento de normas distintas e as relações individuais, as boas relações funcionam como um mecanismo de flexibilização.

Muitas práticas e relações observadas no trabalho de campo se tornaram inteligíveis através de diálogos que confrontavam o que deveria ser “formalmente/legalizado” com o “informalmente/ilegal” encontrado na prática. Tanto em relação às variáveis de licença, concessão/permissão do município, como em relação ao MEI do governo Federal, que não são compreendidas quanto a finalidade e a necessidade pelos informais. A partir dos diálogos realizados percebeu-se que por parte do governo espera-se que os informais tenham a licença e paguem o MEI, e acredita-se que está tudo sendo realizado normalmente na prática.

Todavia, ao acentuarmos os diálogos com os informais descobriu-se que acreditam na necessidade de somente um tipo de permissão: licença via município ou MEI, explicitando que desconhecem as normas tanto em relação à ocupação do espaço público, como seguranças

sociais consistindo em um entrave a própria conquista das liberdades substantivas, à justiça social e ao desenvolvimento socioeconômico do município.

Quanto às formas de relações de trabalho dentro da informalidade, conforme o depoimento de Folha os informais além de serem MEI possuem no mínimo um funcionário registrado. Entretanto, não encontramos nenhum prestador de serviço com carteira de trabalho assinada, o que existem são combinados entre os participantes informais para organizar suas vidas econômicas neste ambiente. Os contratos guardam estreita relação com a formalidade de um regime de CLT, sendo fator importante para a concretização de liberdades substantivas, mas que no interim prejudicam principalmente os subinformais que não são assistidos pelos programas sociais em sua plenitude. Não possuem registro, contribuem para a economia local enquanto consumidores e produtores de trabalho, mas são esquecidos nas estatísticas, economicamente não são captados. Assim, a informalidade também evidencia o contraste entre a perspectiva do rendimento e a das potencialidades. Frisa-se ainda que no bojo do ordenamento legal faz-se mister considerar de modo equivalente o arcabouço cultural, histórico, comportamental e os hábitos da sociedade que os condiciona e os orienta, dito que são guias do processo de desenvolvimento socioeconômico.

A informalidade possui um trânsito que facilita a entrada uma vez que não utiliza grande volume de capital, mas sim a socialização do varejo. Existe a necessidade de um redesenho da seguridade social para abranger as diversidades de formas de trabalho que possuímos, combinando esquemas formais-informais para estabelecer um piso social básico. Tão importante para a economia de um país como reduzir custos trabalhistas é a atenção que se deve dar ao aumento persistente da produtividade e competitividade, que acontecem por meio de trabalhadores felizes com o trabalho que possuem e com dinheiro para escolher os produtos, a vida que se quer viver. Visto que é o salário, como também o lucro dos empresários que pagam o ingresso de participação no mercado.

Em virtude das significativas transformações por que passam os trabalhadores informais, fruto das alterações no quadro geral do trabalho, da economia e da sociedade brasileira, urge recompor um conjunto de políticas públicas específicas para esse segmento de trabalho. A reestruturação das políticas macroeconômicas e sociais para a plena adequação ao pequeno mercado é um desafio inadiável em termos de escala e orientação nas áreas da fiscalização, crédito, comércio, tecnologia e assistência técnica, segurança social, formação e qualificação de mão-de-obra e relações de trabalho.

Nesse sentido, é necessário enfatizar que a caracterização de certas definições não se deve nos levar a assumir novos formatos a priori. O problema é que argumentar com base em

descrição é ficar dentro da matriz de compreensão definida pelo novo formato. Ao questionar o conteúdo da verdade - ou negá-la – aceitam-se as suposições sobre as quais essa verdade é construída, deixando seu campo de definição intocado ao assumir seu oposto. Invertendo o estigma que considera os circuitos econômicos informais ilegais à margem da lei e, portanto, inexistentes.

Ao longo da pesquisa, foi possível descortinar de modo singular os circuitos econômicos encontrados; descritas as dinâmicas e contradições que fazem da informalidade ambulante fixa uma trama que vale a pena conhecer. A luz de algumas entrevistas foram aparecendo nas páginas que passaram, o que as pessoas dizem e fazem durante o seu dia a dia. Tentou-se seriamente seguir interconexões que foram aparecendo. Espera-se ter conseguido apresentar a densidade e a complexidade desse mundo. Se, além disso, novas perguntas forem formuladas, então o percurso terá valido a pena.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, P. A Cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 5, p. 12-32, 2007.
- ABRAMO, P. El mercado del suelo informal en favelas y la movilidad residencial de los pobres en las grandes metrópolis: un objeto de estudio para América Latina. **Revista Territórios**, Nº 18-19 (Bogotá), pp. 55-73, 2008.
- ALBARELLO, E. P. **A força dos laços na dinamização do território**: Estudo das agroindústrias familiares na região do Codemau-RS. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), Santa Cruz do Sul, 2019.
- ALMANZA, A. S. Teorías sobre calidad de vida y justicia socioespacial. *In*: ALMANZA, A. S. **Calidad de vida en la Zona Metropolitana del Valle de México**: hacia la justicia socioespacial. ed. 1ª. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2018. Pp. 354.
- ALVES, J. E. D. A pandemia da Covid-19 tem impacto mortal sobre o mercado de trabalho no Brasil. **Ecodebate**, Rio de Janeiro, p. 1 - 11, 29 mai. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/05/29/a-pandemia-da-covid-19-tem-impacto-mortal-sobre-o-mercado-de-trabalho-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acessado em: 15/12/2021.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo. 2009. 287 p.
- ANTUNDES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 547 p.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. 6ª imp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352 p.
- AVELINO, E. F.; MARTINS, K. K. L.; NEVES, S. F. **Nota Técnica COVID-19 Nº 010**. 28/07/2020. Sobre: Trabalhadores Informais do Estado do Amazonas no Contexto da Covid-19. Disponível em: http://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Nota_Tecnica_010_COVID-19_Trabalhadores_informais_no_Amazonas.pdf. Acessado em: 04/10/2021.
- BANDELJ, N. “Relational work and Economic Sociology”. **Politics & Society** 40, 2: 175-201, 2012.
- BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. **Mercado de trabalho e pandemia da covid-19**: ampliação de desigualdades já existentes? Rio de Janeiro: IPEA, 2020. (Relatório de Pesquisa).

BARBOSA, G. F. SANTOS, R. A. T.; LUZ, R. A.; OLIVEIRA, N. M. Polos econômicos do Tocantins: Uma proposta de regionalização espacial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, p. 90-99, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. 3ª reimp. 1ª ed. São Paulo: Edições, 2016. 277p.

BAZAR. *In*: DICIONÁRIO MICHAELIS. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 24/11/2021.

BAZARES ENTREVISTADOS NOS PONTOS SELECIONADOS I, II, III (nomeados ao longo do trabalho como nº 01 a 46 para preservar a identidade dos participantes). **Sua história na informalidade**. Entrevistas concedidas a Mariane Freiesleben, em Palmas – TO, no ano de 2021 a 2022.

BERGONSI, S. S. S.; STOLTZ, T. Economia social ou economia solidária? Sobre os fundamentos do movimento cooperativo popular no Brasil. **Cadernos Gestão Social**, v. 5, p. 13-385, 2014.

BENANAV, A. The origins of informality: the ILO at the limit of the concept of unemployment. **Journal of Global History**, 14: 1, 107–125, 2019.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone C. Benedetti. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020. 701 p.

BOTTURA, R. de A.; VARGAS, H. C.; ANDRADE, I. C. **Espaços comerciais em Palmas (TO): o caso da galeria Wilson Vaz**. *In*: VII Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade, 2020, Fortaleza. Blucher Engineering Proceedings, 2020. v. 7. p. 402.

BRASIL. LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Portal da legislação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acessado em: 08/10/2020.

BRASIL. LEI Nº 13.467, DE 18 DE JUNHO DE 2019. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Portal Tributário**. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm>. Acessado em: 12/10/2020.

BRAZILIAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND STATISTICS – CEIC. **Brasil Taxa de Desemprego 2012-2021**. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicador/brazil/unemployment-rate>. Acessado em: 15/12/2021.

BORDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Tradução: Sergio Miceli. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001. 320 p.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

CACCIAMALI, M. C. (Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes. Comentários ao artigo “Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos Interpretativos e Alternativas de Política”, de Carlos Alberto Ramos. **Econômica**: Niterói, v. 9, p. 145-168, 2007.

CACCIAMALI, M. C.; RIBEIRO, R.; MACAMBIRA, J. **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011. 340 p.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**: UFRGS. Impresso, v. 14, p. 94-119, 2012.

CARLOS, A. F. A. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In CARLOS, A. F. A. (coord.) **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471> Acessado em: 19/09/2021.

CARNEIRO, C. M. B. **Os fios (in)visíveis do comércio informal**: um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHEDO, W. R. ; LIRA, E. R. . Palmas Ontem e Hoje: do interior do cerrado ao portal da Amazônia. **Observatorium**, v. 1, p. 51-73, 2009.

CARVALHEDO, W. dos S. **Palmas-TO**: uma análise da segregação socioespacial na cidade planejada. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2011.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania do Brasil**: O longo caminho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 256 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012. 610 p.

CATELAN, D. W.; CUNHA, M. Realocação setorial da ocupação e seus efeitos sobre o crescimento da informalidade no Brasil no período 2015-2018. In: XXII Encontro de Economia da Região Sul, 2019, Maringá. **Anais Anpec Sul**, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022. v.1. 630 p.

CERTEAU, M. de. **“A Invenção do Cotidiano”**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 351 p.

CHANG, H. **Chutando a escada**: estratégia de desenvolvimento em perspectiva. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 266 p.

CHEN, M. A **Economia Informal**: Definições, Teorias e Políticas. Documento de trabalho WIEGO n° 1, Cambridge, MA, páginas 4-6, 2012.

CHEN, M.; ROEVER, S.; SKINNER, C. Editorial: Urban livelihoods: theory and policy of reformulation. **SAGE JOURNALS - International Institute for Environment and Development (IIED). Environment & Urbanization**: 331, Vol 28(2): 331–342, 2016.

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2006. v. 1. 120p.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. 2ª ed. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2018. 320 p.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. 196 p.

DE SOTO, H. **Economia subterrânea**: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987. 347 p.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Tradução: Eduardo Lúcio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 167 p.

FOLHA FILHO, José do Lago. **As ligações que envolvem o Vereador Folha a Feira da Gambira**. Entrevista concedida a Mariane Freiesleben na Câmara do Vereadores em Palmas – Tocantins em 03/03/2022.

FREIESLEBEN, M. Reflexões sobre o conceito de território. **Revista Interface**, v. Único, p. 31-40, 2018.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A. Uma análise qualitativa do mercado formal e informal no norte brasileiro: os casos do Tocantins e do Amapá. **Revista Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. 4, p. 138-151, 2021.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A. Conjunturas da informalidade: Uma Revisão Sistemática. **Brazilian Journal of Development**. v. 7, n. 8, p. 82859-82876, 2021.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A. Estruturando o entendimento das regras da informalidade. **BARU: Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. Goiânia, v. 7, n. 2, p. 1-17, 2021.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A.; OLIVEIRA, N. M. de. Desenvolvimento da liberdade no trabalho informal. **Multitemas**: Campo Grande, MS, v. 26, n. 63, p. 151-176, maio/ago. 2021.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A.; PARENTE, T. G. O trabalho das domésticas informais do município de Porto Nacional em Palmas-TO. **Brazilian Journal of Development**. V. 7, n. 8, p. 82920-82938, 2021.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A.; RODRIGUES, W. Reformas liberais e a dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 13, n. 04, p. 345-358, jul./dez. 2020.

FREIESLEBEN, M.; PIZZIO, A.; XERENTE, J. S. C.; SILVA, R. P. da. O mercado de artefatos Akwê-Xerente: Contextos urbanos em período de covid-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 182-205, mai./ago. 2021.

FREIRE, C. Os mercados populares do centro de São Paulo: Dispositivos comerciais globalizados. In PERALVA, A.; TELLES, V. da S. (Org.) **Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. 13º Imp. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 213 p.

GOMES, M. F. C. M.; REGINENSI, C. Vendedores Ambulantes no Rio de Janeiro: experiências urbanas e conflito pelo uso do espaço. In: II Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem, 2008, São Paulo. **CD Rom do II Colóquio Internacional sobre o comércio e a cidade: uma relação de origem**, 2008.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana. Ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 306 p.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2ª ed., 2ª reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 310 p.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. **Revista on-line RAE-eletrônica**, v. 6, n.1, Art. 9 p. 1-41, 2007.

GRANOVETTER, M. **Sociedad y economia: Marco de referencia y principios**. Traducción de Juan Ramón Azaola. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2019. 254 p.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho: ontem e hoje. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 85, p. 150-171, 2009.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A. ; ANDRADA, A.C.S. ; PICANCO, M. F. Os pobres e o acesso ao trabalho. Entre a ação pública e o interesse privado. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 36, p. 83-105, 2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

HIRSCH, P., MICHAELS, S., FRIEDMAN, R. “Mãos sujas” versus “modelos limpos”: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J.(orgs.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras – Portugal: Celta Editora, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestre Móvel – PNADC/M**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>. Acesso em: 03/10/19.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestre Móvel – PNADC/M.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>. Acesso em: 16/12/21.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Setor Informal.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html>. Acessado em; 28/06/2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Geográfico Escolar.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/nacional.html> Acessado em; 30/06/2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional.html>. Acessado em; 30/06/2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). 2020.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=quadro-sintetico>. Acessado em: 25/09/20.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios – Brasil – Tocantins - Palmas. 2018.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 25/03/21.

JAEGGI, R. Um conceito amplo de economia. **Civitas**: Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 503-522, set.-dez. 2018.

KONDER, L. **O que é dialética.** 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 85 p. Coleção Primeiros Passos.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia Informal: aspectos conceituais e teóricos.** 1. ed. Brasília: Escritório da OIT no Brasil - OIT, 2010. v. 4. 39p.

LEÃO, R. D. C. **Cenários da informalidade na Amazônia:** estudos sobre o mercado de trabalho informal na capital do meio do mundo – Macapá (AP). 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara. São Paulo, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias (do original: La Droit à la Ville). ed. 1ª, São Paulo, Moraes, 1991. 145 p.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. 476 p.

LEMUS, C. B. El comercio informal y sus efectos en la calidad de vida de los habitantes de la Ciudad de México. In: ALMANZA, A. S. **Calidad de vida en la Zona Metropolitana del Valle de México: hacia la justicia socioespacial**. ed. 1ª. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2018. Pp. 354.

MAIA, A. C. N. 'Shopping Passarela': a apropriação do espaço público pelo comércio de rua, o caso de Salvador/Ba. **Geografia e Pesquisa: UNESP**. Ourinhos, v. 6, p. 57-82, 2013.

McMILLAN, J. **A reinvenção do bazar: uma história dos mercados**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004. 263 p.

MARCONATTO, D. A. B.; PEDROZO, E. A. . Capital Social: uma Visão Integrada. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, p. 154-181, 2013.

MARX, K. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.103-110.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, Livro I, ed. 2ª, v.1, 2011. 750 p.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe e Status**. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 198 p.

MATOS, F. L. de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – o caso da cidade Porto. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

MATSUO, M. **Trabalho informal e desemprego: Desigualdades sociais**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MAURÍCIO, F. R. C. Para uma sociologia do precariado: as contribuições de Guy Standing, Giovanni Alves e Ruy Braga. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, p. 89 - 105, 01 dez. 2013.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2012). **Medición de la economía informal**. Oficina Internacional do Trabalho. Genebra: OIT. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_policy/documents/publication/wcms_229450.pdf. Acessado em: 28/06/2020.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **COVID-19 deixa um rastro de alto desemprego, inatividade e empregos precários na América Latina e no Caribe**. Panorama Laboral 2020. 17/12/2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_764677/lang--pt/index.htm. Acessado em: 26/02/2021.

OLIVEIRA, A. C.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? **Revista: Texto & Contexto Enfermagem**: Florianópolis - SC, 2020.

OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos – CEBRAP**: São Paulo, nº 22, 8-28, 1988.

OLIVEIRA, L. A. de. **Centros urbanos e espaços livres públicos**: produção e apropriação em Palmas-TO. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo - SP, 2016.

OLIVEIRA, L. V. N. A economia social e solidária como alternativa de enfrentamento à pobreza. *In*: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005, São Luís - MA. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, MA, 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTemaicoC/294Luciana_Vargas_Netto_Oliveira.pdf Acessado em: 25/03/2021.

OLIVEIRA, N. M.; PEREIRA, R. S.; MAJONGELE, G. M. Análise da Economia Informal em Palmas-TO. *In*: 6º Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, 2010, Palmas. 6º Seminário de Iniciação Científica. **Repositório**. Palmas -TO, 2010. v. 1. p. 1-9. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2247> Acessado em: 15/04/2020.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFE, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Repositório**. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 6, p. 32-61, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2583> Acessado em 30/02/2020.

OLIVEIRA, R. A economia política da social democracia. São Paulo: **Revista USP**, nº 136, 1995.

OLIVEIRA, W. K. de; DUARTE, E.; FRANÇA, G. V. A. DE; GARCIA, L. P. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 29, p. 7-8, 2020.

OSSANDÓN, J. “Situating Zelizer: a beginners’ guide”. **Sociológica** 3, 13:185-190, 2019.

PALMAS. Lei orgânica do município de Palmas – TO. DE 20/07/1999. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-palmas-to>. Acessado em: 22/04/2022.

PALMAS. Lei Ordinária nº 1106, de 29 de abril de 2002. Dispõe sobre concessão de direito real de uso de área pública no município de palmas e dá outras providências. **Leis Municipais**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jqirn>. Acessado em: 24/04/2022.

PALMAS. Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas, formulada para atender o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes e de acordo com a constituição Federal/88 em seus arts. 182 e 183, Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. **Leis Municipais**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qrgni>. Acessado em: 25/04/2022.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos – auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal / FAPESP, 2001. 366 p.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População? REBEP**, v. 30, p. 225-249, 2013.

PASSOS, J. G. **O trabalho informal**: Uma abordagem sobre a realidade do trabalhador autônomo/por conta própria na cidade de Imperatriz-MA. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Humanas – Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz-MA, 2018.

PERALVA, A.; TELLES, V. da S. **Ilegalismos na globalização**: migrações, trabalho, mercados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 571 p.

PERES, T. B. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 270-289, 2015.

PESSÔA, V. L. S.; RUCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. de L. **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. (Org.). – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. 547 p.

PIKETTY, T. **A economia da desigualdade**. Tradução: André Telles. Editora: Intrínseca. Rio de Janeiro, 2015. 109 p.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 88p.

PIZZIO, A. **Dilemas da Justiça Social: redistribuição e reconhecimento no âmbito de coletividades ambivalentes**. 1. ed. Saarbrücken/Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, v. 01. 2015. 148p.

POLLAK, M. Memórias e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLANY, K. **A grande transformação**: A origem na nossa época. Tradução: Fanny Wroble. 12ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Compus. 2000. 337 p.

PORTES, A.; BLITZER, S.; CURTIS, J. The Urban Informal Sector in Uruguay: Its Internal Structure, Characteristics, and Effects. **World Development**. Vol. 14, No. 6. pp. 727-741. 1986.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ, 2004.

RABOSSI, F. . Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 5, p. 405-433, 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. 4. ed. México: McGraw-Hill Interamericana, 2006. 882 p.

SANCHES, O. Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico. *In: IV Coloquio Internacional de la SEPLA (Sociedad de Economía Política de América Latina)*, 2008, Buenos Aires. **IV Colóquio - SEPLA**, 2008. Disponível em: https://www5.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/VII_Ciclo2009_ArtOsmarSanches.pdf Acessado em: 15/06/2021.

SANTANA, J. F. A subgente, a sociedade invisível e a linha da “dignidade” na leitura de Jesse Souza. *In: FOLLMANN, J. I. (Org.) Dialogando com Jessé Souza*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 440 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SILVA, L. F. S. C. da. HETEROGENEIDADE DO TRABALHO COMO CONTRAPONTO À TESE DO INFOTAYLORISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *In: CACCIAMALI, M. C.; RIGEIRO, R.; MACAMBIRA, J. (Org.) Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011. 340 p.

SILVA, P. L. M. da. Trabalho ambulante e suas faces na contemporaneidade. *In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018, Vitória/ES. **Anais**. V. 16, nº 1. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22977> Acessado em: 15/08/2021.

SIMONI, C. A COVID-19 E O DIREITO DOS POBRES À CIDADE NO BRASIL. *In: CARLOS, A. F. A. (coord.) COVID-19 e a crise urbana* [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471> Acessado em: 19/09/2021.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução: João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 329 p.

SOARES, J. A. R. A GLOBALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO EM SOCIEDADES COMO A LATINO-AMERICANA: Limites conceituais e práticas de desenvolvimento. *In: MARTINS, J. C.; MONTAL, Z. M. C.; NUNES, C.A. (Org.) Os direitos humanos e fundamentais dos trabalhadores ante os retrocessos no mundo do trabalho*. Belo Horizonte: Arraes Editores LTDA, 2019. 324 p.

SOARES, J. de L. Precarização e flexibilização do trabalho no contexto da reestruturação e descentralização produtiva na indústria de Catalão (GO). *In: ANTUNES, R. (Org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 547 p.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista - Ba: Edições UESB - Editora Universitária, 1. ed. v. 1. 2008. 152p.

SOUSA, J. **A ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 483 p.

SOUSA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 131 p.

SOUSA, J. **A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. 245 p.

SOUZA, A. F. G. de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. *In*: MARAFON, G. J.; *et al* (Org.) **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico – conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 542 p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESPE, 2004. 218 p.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 285 p.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: Hoje e amanhã. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 16, nº 2, 7-34, 2004.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Tradução: Dinah Abreu Azevedo. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005. 383 p.

TARULEVICZ, N. **HAWKERPRENEURS: vendedores ambulantes, empreendedorismo e reinvenção da comida de rua em Singapura**. **Revista de Administração de Empresas – RAE**. São Paulo, vol. 58, nº 3, 291-302, 2018.

TEIXEIRA, L. F. C. A formação de Palmas. **Revista UFG**, ano IX, Nº 6, pp. 91-99, 2009.

TEIXEIRA, M. (Org.); GALVÃO, A. (Org.); KREIN, D. (Org.); BIAVASCHI, M. (Org.); FREITAS, P. (Org.); ANDRADE, H. R. (Org.). **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. 1. ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp-Cesit, 2017. v. 1. 327p

TELLES, V. da S. Debates: a cidade como questão. *In*: TELLES, V. da S.; CABANES, R. (Org.) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 442 p.

TELLES, V. da S. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. 270 p.

TOKMAN, V. E. **De la informalidad a la modernidad**. Santiago del Chile, Oficina Internacional del Trabajo, 2001. 258 p.

VERDI, E. F. Quem precisa de proteção social. *In* CARLOS, A. F. A. (coord.) **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471> Acessado em: 19/09/2021.

VOLOCHKO, D. O Cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital. In CARLOS, A. F. A. (coord.) **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471> Acessado em: 19/09/2021.

WEBER, F. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, out. 2002.

WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sergio Joaquim de Almeida. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, [1997] 2007. 150 p.

WEBER, F. **Trabalho fora do trabalho**: Uma etnografia das percepções. Tradução Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 294 p.

WEBER, M. **A metodologia das ciências**: Parte 1. Tradução: Augustin Wernet. São Paulo: Editora Cortez, 4ª ed. 2001. 212 p.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4. ed., v. 1, 2015. 422 p.

ZELIZER, V. Circuits in economic life, economic sociology_the european electronic newsletter, ISSN 1871-3351, **Max Planck Institute for the Study of Societies** (MPIfG), Cologne, Vol. 8, Iss. 1, pp. 30-35, 2006.

ZELIZER, V. A. dualidades perigosas. **Mana**, v.15, n.1, p. 237-256, 2009.

ZELIZER, V. A. A economia do care. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391, set.-dez. 2010.

ZELIZER, V. A. **A negociação da intimidade**. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, [2005] 2011. 310 p.

ZELIZER, V. A. "How i became a relational economic sociologist and what does that mean?," **Politics & Society**, vol. 40(2), pages 145-174, June, 2012.

ZELIZER, V. A. **Vidas económicas**: Como la cultura da forma a la economía. Traducción: Ovidi Carbonell Cortés. Espanha, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2015. 566 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – As ligações que envolvem o Vereador Folha a Feira da Gambira. Entrevista com o Vereador José do Lago Folha Filho, realizada na Câmara dos Vereadores do Município de Palmas em: 03/03/2022.

1. Como é o início de sua história com Palmas-TO?

Então ooooo, eu, eu cheguei em Palmas ainda nos anos, no ano de mil novecentos e noventa e um, na época eu, eu vim pra cá pra trabalhá com o desembargador Júlio Resplandes, foi secretário de segurança pública, eeeeeee nessa relação de motorista e secretário de segurança pública, polícia civil, criando a instituição, o do criamos a, a, a, estrutura organizacional da defensoria pública do PROCON, e ali aonde hoje é a feira da Gambira, popular falada, nos até teve por vários momentos, nós já tiramos ela de lá.

No domingo por exemplo ela funciona lá na feira da trezentos e quatro sul, onde é, é a extensão, nós temos uma área que é na Teotônio Segurado, o prefeito, o, a prefeita, Raul, o prefeito Raul deu, mas assim o local de onde, ao lado da JK, onde funciona a feira da Gambira, lá não teve como sai, nos fomo um tempo lá e voltamo.

2. E sobre a criação de Palmas e as regras do seu comércio, o que o Senhor pode nos contar?

Vamo lá, professor Walfredo Antunes, ele é um dos que planejou Palmas, a senhora sabe da história né?

Outro dia eu falei: - Professor, não tem condição o que vocês fizeram com a avenida JK! A JK você pega um lote de 10 x 10 pra fazer um lote, como é que se bota um comercio num lote de 10 x 10 Professor?

Imagine um comércio que ele é 10x10, dá 100 metros quadrados (silêncio), você tem que fazer banheiro, é tem que fazer um, um, um espaço pra podê, pra podê você guardar alguma coisa, aeeee aaaa que, que planejado, aí isso aqui, que, que aconteceu isso aqui, isso aqui ficou pra traz, não tem condição. Hoje um comércio de 100 metros quadrados ele vende só roupa, só calçado, uma farmácia pequena, não dá pra colocá um trem grande. E aí o planejamento pra palmas ele é, era de pensá.

Numa cidade desenvolvida, nos países desenvolvidos é dez pessoas pra um carro, aqui é um carro pra cada pessoa, as nass (silêncio), as losssss se não for, se os prefeito não for criando fluxo, desafogando, daqui sabe o que vai acontecer daqui uns dias, nós vamos ter que andar em palmas com placa um segunda-feira, placa dois terça-feira, ai eu foi e falei: - professor isso aqui foi feito de fora, desproporcional porque a cidade cresceu de forma desordenada, em pouco tempo ela foi, além do que ele esperavam, o comércio ele, ele praticamente ele cresceu em áreas que não eram permitidas.

3. E como surgiu essa informalidade na Estação de ônibus?

Não os ambulantes fixo da, da, da estação Apinajé, fui procurar um dia desses. Porque agora tá tendo um processo professora. O ministério público ele, ele ingressou com uma ação (silêncio) contra a prefeitura pra fazê o processo de licitação dos, de todas as áreas públicas permissionadas ou concessionadas prá, prá, prá, prá pessoas, porque nós temos permissão e concessão.

Eu te dei uma permissão de uma área de quarenta metros pra você construí, você construiu com o seu dinheiro. Eu te dei a concessão de uma área de cinquenta metros que a prefeitura construiu.

Os quiosques: um é permissão outro é concessão, aonde ela construiu é concessão. Onde ela não construiu é permissão, que você tem que ter, claro ela também, quase que fica igual, você vai identificar, você construiu? Construiu!

Nós temos duas formas (silêncio), vamos lá! Dos quiosques que, que é mais ou menos dentro, que nós temos aqui, nós começamos tratar dos quiosques, ai invadimos tudo, porque o quiosque tem a ver com ambulante também, mesmo que ele seja ali no local fixo, algum vai saí, outros vão entrar.

Nós vamos criar mais áreas pra construí quiosques que seja, por exemplo: Eu vou construí um quiosque lá na avenida Tocantins, qual é a demanda da avenida Tocantins?

- É eu tenho cinquenta farmácias, é bom farmácia?

- Não, farmácia não!

- Ahhh, é com açai?

- Bom, não sei, se açai (expressão de dúvidas).

- Quem vai arcar?

Nós temos dois tipos a concessão e a permissão que é quase a mesma coisa, mas eu, eu acho que quem tem que arca é o cidadão.

- A eu não posso!
- Se não pode?
- Nós vamos, tá bom! Se o ce não pode, se trabalha com que?
- A eu trabalho com isso.

Vamo lá, você precisa de vinte anos pra demonstrá pro município.

- Oooooo! Eu empreguei três pessoas, eu tô ganhando vinte mil reais por mês.

Eu multiplico vinte mil reais livre por cinco anos, ele vai dá quantos milhões? Então você vai ter que tirá daqui pra você ir pra um negócio seu, ou deixa seus filhos em outra coisa, pro município dá oportunidade pra outro. O rio de janeiro é assim, em muitas cidades de São Paulo também.

4. E a informalidade da Feira da Gambira, o que o Senhor sabe sobre ela?

A feira da Gambira na realidade ela iniciou e eu lá junto com eles (silêncio) todo lugar, em toda a cidade mais desenvolvida vai ter um local que é a feira de vendê carro. Como aqui não tinha garagem em lugar nenhum, lá começou praticamente a história das garagens de veículos automotores de Palmas começou lá, foi saindo, foi saindo.

E o que a gente fazia, você tinha um amigo que tinha um carro velho, um carro novo, uma moto, um trem, era lá a feira da Gambira. Isso começou, e era só final de semana dia de sábado, domingo aí a pouco a gente começou trabalhá sexta-feira, começo trabalha quinta, começo trabalhá quarta, começo trabalhá terça, segunda e cabo. A feira da Gambira passou a ser um ponto de referência passs pessoa que queriam comprar ou vender veículos e automóveis. Lá no meu tempo tinha o Gerônimos, tinha o próprio chambari tá lá hoje que é um vendedor de chambari tá lá né, tinha o João Costa Morais filho, que é o João Carequinha o corretor, nós criamos uma associação né, dos vendedores de veículos automotores de Palmas, cadastramo ela na prefeitura, e dali mesmo na informalidade sem CNPJ, sem nada a gente criou essa associação pra dar uma identidade que era o nosso, qual era o nosso grande desafio ali?

Era o poder público municipal dizia não, vocês não podem ficar aqui, então se nós cidadão comum, e no informal, mas sem ter uma voz como associação pra, senta e conversá com o governo, os prefeito, ficava muito difícil. Ai criamo a associação (silêncio) e, e essa associação ela passou a dialogar com o poder público, vão não, nos começamo a catalogar e fiiii, filiamo num, eu quero, até hoje tenho a carteira eu vou mostra pra senhora, inclusive se a senhora quisé, eu coloco ai no, no seu documentário a carteira que eu tenho de presidente de muitas pessoas que eu assinei, e vooooo cita muitos nomes de pessoas que já não estão mais lá

hoje, que fizeram a, construiu a história da informalidade na feira do automooooo, de veículo automotores de Palmas.

E aí a gente começou, o governo queria tirá, ficava, tirá, ficava (silêncio) com três anos professora lá aí cabô, firmô, todo mundo informal, que, que ele fez?

Fazia a carteirinha pra pessoa que queria se associa, e dali ele passava a, a uma que queira vendê um carro ele levava pra lá, alguém queria comprar um carro a gente fazia essa, essa, essa relação (silêncio) de comprador e vendedor. De forma que aquilo ali foi uma luta grande, sempre informal, mas lá nos conseguimos ter ainda trinta e três corretores informais né, que hoje quase todos eles já se formalizaram porque estudaram, fizeram os cursos do, do, hoje tem deles corretores do CREA, de, de imóveis, hoje nós temos lá pessoas que são peritos avaliadores né, que tem oooooo seus registros nos Institutos, e eu de forma bem assim fala pra senhora mesmo no particular, eu, eu, eu, eu foi lá onde adquiri o meu primeiro carro, eu lembro como se fosse hoje era um fusquinha, de um amigo, eu comprei esse fusca lá em noventa e quatro, foi o meu primeiro carro, eu sempre ia lá, pegava pra vende e dava as comissãozinha, mesmo trabalhando, eu trabalhava na secretaria, mais eu corria ali, de tarde, meia hora, um tempo, final de semana era lá. Meu, meu primeiro carro foi um fusca comprado, com o dinheiro da comissão de um caminhão que eu vendi entendeu?

E hoje a feira lá pra mim assim ééééé, uma referência forte, ainda está informal. Se a senhora quisé sabe por exemplo, eu acho que ali os comerciantes daaaaa, da feira de alimentação, porque foi um encaixe que nos fizemo, nossas dificuldade era assim:

Tinha a feira mas não tinha água pra bebe, não tinha estrutura, não tinha nada aí nós falamo assim: - Embora bota uma pessoa pra vendê chambari aqui?

Apareceu o chambari (silêncio). A demanda foi crescendo e o chambari ficou pequeno. Embora trazê, chega o Ramilson que aquele lote de frente era duma mulhê que era hoje a feira do lado de cá, daquela arvore ali, mas o nosso espaço era num espaço, que era um espaço privado, duma pessoa que tinha um lote lá bem de frente.

Aiiiiiii, essa mulher cedeu para nós né, porque ela vendeu o lote, aí nós ficamo sem nada, lá ainda tinha uma aguinha paaaa lava um carro tal, mas pra bebe não tinha, aí veio o chambari e ficou pequeno, aumentando a demanda, aumentando os corretor, os compradores. Depois do chambari veio o rei do (gagueja incompreensível) Remilson, que é um corretor que tem lá, que hoje ele vende chambari, que é o segundo depois do chambari pra cá, ele. Do Remilson tem outra pessoa que não lembro o nome que foi eu que também que arrumei na, com o prefeito pra eles instala lá. Aí veio o Papito que é onde a senhora, o restaurante mais bem, maior. Hoje ele tem um cadastro lá interessante. Eu acredito que o Papito, porque nois

consequimô tudo na prefeitura pra cede aquele espaço pra ele construí, foi ele que construiu (incompreensível) ele mesmo construiu lá o espaço pra ele. E era só um lanchezinho, o lanche ali era aaaa prefeitura tinha comprado, não aqui é só um quebra gaio, mas de quebra gaio virô necessidade, e ele passou de lanche, a servi alimentação, almoço néeee. Tem dia que serve até janta lá, nos caso mais (incompreensível) mais é só almoço, e hoje é feira da Gambira, todos informais.

Eeeee quando começou a se a construir, a gente começou a contruir os lanches, pra dár apoio pra gente.

Já no tempo do Amasta eu faço um acordo com vocês, coloco cês lá. Aí nós fizemos um projeto, coméque a gente queria. Com, com prédio do, do espaço do DETRAN dentro, com espaço da polícia civil pra fazê movimento, e qualquer dúvida de um veículo, se vai no DETRAN puxa aí. A polícia civil vai lá, tem problema com carro puxá, fizemos um acordo. Aí o Amasta não deu conta de construí.

Quando Amasta tava saindo falou: - Eu não vou dar essa praça, que é uma praça num local do centro da cidade pra virá feira de veículo.

Só que ali não mora gente, aqui mora muito poucas pessoas na, na, na, na ... Feira aqui. A área ela tá, ela ficou quase que uma área, num ficô perdida, mas não tem assim motivação nenhuma. Se a feira do automóvel fosse lá, também funcionava, porque tá perto do, da, da JK.

O que mais impulsionou a feira do automóvel foi o alimento (silêncio) hoje se a senhora tiver, se precisa ter, ter uma ideia aaaaaa aqui tá a JK, e nós, nos tamo naquele cantinho ali, nos tem o Papito, tem um aqui, tem um aqui, tem um aqui, tem um aqui tem o chambari, que são quatro ou cinco, da mais que isso.

Hoje aquilo ali já é importante pra cidade, pra servi o alimento das pessoas. Éééééé porque é o seguinte, eu moro lá, lá no Taquari, se eu vier aqui, eu vou gastar quatro e cinquenta, se eu voltá mais quatro e cinquenta, são nove. Se eu paga doze eu gasto três é só três a mais, eu não vou andar de coletivo, eu vou ganhar tempo, eu vou almoçar rapidinho, tem uma hora, uma hora e meia de descanso fica por aqui, trabalho aqui no centro. Então ali hoje é, é um ponto de apoio. Já é isso, inclusive já pode ser tratado pela prefeitura com os prefeito.

5. Porque o atual governo alterou a Lei Complementar nº 356?

Vamo lá que, que a prefeita fez agora: Nos convencemo a prefeita e ela se conscientizou de que, que nós temos que fazê alterações no nosso código de postura, porque ele é arcaico, atrasado, a última alteração que teve nele foi em noventa e nove. Nos tamos a vinte três anos

sem alteração no código de postura de uma cidade que cresce todo dia, e cresce sem ordenamento jurídico, sem ordenamento urbano porque não tem quem fiscalize e quem consiga controlar, não tem.

Nós temos cento e setenta e um loteamentos irregulares (silêncio), nós fizemos alteração no plano diretor em, em dois mil e dezessete a cada dez anos allll, altera o plano diretor, mas em dois mil e dois tá com cinco anos, precisa mudá, tá com duzentos e tantos.

Então que, que a prefeita fez: Falei

- Prefeita vou te dar uma ideia se vai lá no Rio de Janeiro, em Copacabana. Nos pegamo dez cidades, Prefeita vamo visita dez cidades, vamos copiar os modelos.

Porque vamo lá, eu tenho aqui trezentas pessoas aqui num, num local que eles estão hoje. Trezentos pais de família, cada um tem dois filhos já era pra ser seiscentos né? Umas trezentas se não a coisa vai pra novecentos, daqui um pouco vai pra uns mil e tantas pessoas, se vai tirá?

Não, não eu não vou tirá, mas tenho que criar condição desse lugar aqui, que ele seja, é no centro da cidade, é sendo no centro da cidade eu te digo. Se disser o centro da cidade se não for o centro da cidade e não fica bonito e elegante, se não vai.

Aí o que que nos vai, nos vai fazer alteração, nos, nós vamos tirá os trinta artigo do código de postura que é arcaico, modernizá ele pra agora e dos próximo vinte anos pra quem vem, quem tá no, no espaço público.

6. Qual o motivo da formação da comissão?

A prefeitura boto um padrão pra você construí. Você vai podê trabalhá com a caixa de isopor nas costas, desde que ela esteja bem.

Vou te cadastrar na prefeitura, você vai trabalhar com seu carrinho ambulante se quiser, desde que ele seja cadastrado bonitinho, padronizado.

Você vai pode trabalhaaaa inclusive na, na Teotônio, na JK, na Tocantins, lá na praia gra, lá na praia da Graciosa, qualquer lugar. Só que você vai trabalhar padronizado.

7. Vocês sabem quem são e onde estão os informais de Palmas?

Nós estamos há três anos levantando, nós fizemos sete cadastros, nos sabe a situação de cada um cidadão que taí em Palma, que ocupa um espaço público, nos sabe a situação dele, nos sabe quem foi o primeiro dono, quem tá, como é que tá, quanto ele paga de aluguel.

8. O centro de Palmas possui vários quiosques, que são permissão. E ainda assim vemos no estacionamento chamado Feira da Gambira alguns restaurantes, como isso pode ser entendido?

Na realidade o espaço público mesmo ali é só os lanche, as lanchonetes, os restaurantes mesmo, entendeu?

Que aaaaoooooooooaaaaa, alimentação, o cara trabalha ali, aqui ooooo, em vez dele ir no restaurante pagá trinta reais, ele vai lá e paga quinze, paga doze. Se a senhora for lá agora na hora do almoço a senhora vai ver que tem uma multidão de gente almoçando nas lanchonete lá.

E todo mundo ali quase que é informal, se a senhora for lá quem tiver mais ali, tem o MEI.

9. No caso estão lá por causa do MEI?

Não, lá quem segura eles é eu, no dia que eu deixar de dialogar com o prefeito por eles, eles é tira. Já tento tirá eles muitas vezes, eu vou lá, e não pera aí, vamo ver, aí eu pego e mostro dados, eu vou e mostro números. Oh! Ali tem gente que tem seis empregos, seis funcionários, e tem gente que tem quatro, outros tem três, tem um, tem, tem oito funcionários lá.

Aí eles têm um acordo lá, o Rest4⁶⁹ tem, o Resp4 é obrigado, que o Rest4 como ele usa um espaço público regularizado com, como uma concessão, tem uma concessão lá. Ele é obrigado a gerar, a gerar pra nos oooooooooooooo.

Nós temos um dado que aaaaaaaa, secretaria do desenvolvimento (incompreensível) econômico precisa de, de, de fomentar o Ministério do Trabalho, pra alguns órgãos do, do governo estadual, federal, municipal , por causa dos convênios ele tem que dá dados, e dados que o governo fala:
- Não, ela tá.

Eu empresto pra você por exemplo cinco mil reais, a, aaaaaa prefeitura empresta, em troca você tem que sedê e ter menos um funcionário, posso empresta dez mil, eu posso te dá alvará, mas oce tem que, tem que ter esse compromisso.

10. Como é vista a venda de pontos comerciais entre os ambulantes fixos?

⁶⁹ Este nome foi substituído para preservar a identidade.

Isso é em todo lugar do Brasil tem isso, o cara vai lá e, e, bota um, ele instala qualquer coisa ali e fala: - Não eu vou vender a luva, eu tenho uma carteira de clientes que eu arrumei aqui, eu vou sair, mas o meu cliente vem, então eu, eu aproveito vendo isso.

Legal não é, pode até ser imoral, mas ilegal não é, é ilegal mesmo e imoral também, mas éééééé isso faz parte da atividade do comercio de quem trabalha na informalidade principalmente em espaço público, não pode, não deve e é imoral, mas eles vendem, eeeeeee tanto ganha o que vende, como ganha o que compra, o que compra, compra sabendo.

Tem gente ali que se a senhora chega fala assim: - Eu vou fecha.

Ele vai fecha o comercio dele. Aberto, ele vale trinta mil fechado, ele quer os mesmo trinta, pra ele isso não muda nada, porque ooooo, aaaaaa, aaaaa, o fluxo de pessoas que passam ali, porque ali é o seguinte, daqui vinte anos professora (silêncio) é impossível tá do jeito que tá.

11. Qual a principal moeda dentro da informalidade?

A relação de confiança, eu acho que ela é.

Éééé ela tem dois pontos que eu acho que é, ééé ela são, ela é, ela é preponderante, deveria ser a necessidade entendeu?

Não tem, não tem como você, ninguém estabelece uma confiança sem necessidade, se vai fala assim: - Folha eu posso entrega meu, meu carro pra ti, eu tô precisaando de vendê meu carro. É meu ponto de vista, não sei se é isso.

Antes da confiança? Necessidade. Eu preciso vendê, aí eu preciso achá alguém de confiança, entendeu?

Eu acho a confiança, um ponto é a necessidade, o outro que, que corrobora com, com a confiança pro cê, pro cê gera a confiança é o crédito (silêncio), é a credibilidade (silêncio), porque ocê sem me conhecê, se fala assim: - A senhora vá lá no Divino⁷⁰ conversa com ele. A onde a senhora fala do Divino, o cara fala: - Não a senhora pode entregar o seu carro lá e vim embora pra sua casa.

Então tem a credibilidade que tem aqui, e tem a necessidade.

Então é necessidade e credibilidade, e eu acho que isso daí gera, gero confiança no negócio específico da feira do automóvel.

É uma moeda!

⁷⁰ O nome verdadeiro foi substituído para preservar a identidade.

E para e pensa: posso confia nesse cara? Eu posso dar o crédito pra ele? Posso eu tô necessitando, eu vou dar o crédito.

Pra você ter a credibilidade nele, mas rapaz pela minha necessidade eu vou ter que, mais aí a moeda eu troco mais forte, vou ter que confiar nele.

APÊNDICE B – Questionário utilizado com os entrevistados nos pontos 1, 2 e 3, realizadas pelo período de 2021/2022.



QUESTIONÁRIO BÁSICO PARA OS TRABALHADORES DE RUA

Universidade Federal do Tocantins

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UFT

Nome do Entrevistador _____

Data: ____/____/____ Local: _____

QUESTIONÁRIO BÁSICO SOBRE O TRABALHADOR DE RUA EM PALMAS-TO

DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. SEXO: () F () M

2. DATA DE NASCIMENTO: _____ 3. ESTADO CIVIL: _____

4. ONDE NASCEU:

() Palmas

() Cidade do Tocantins.

() Outro Estado. Qual? _____

() Outro país. Qual? _____

Qual _____

5. TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA, EXPLIQUE

6. ESSE PONTO É SEU? EXPLIQUE.

7. GRAU DE ESCOLARIDADE

8. Qual a renda mensal?

Menos de 1 salário mínimo

De 1 a 2 salários mínimos

De 3 a 4 salários mínimos

Mais de 5 salários mínimos

DADOS DO PERFIL PROFISSIONAL

9. A QUANTO TEMPO É AMBULANTE? _____

10. COMO ENTROU NA INFORMALIDADE E O QUE JÁ CONQUISTOU COM ESSE TRABALHO?

11. VOCÊ JÁ TRABALHOU COM CARTEIRA ASSINADA ANTES? EXPLIQUE, SE TEM VONTADE DE TRABALHAR HOJE NA CLT?

12. QUAIS DIAS TRABALHA?

13. QUAL O HORARIO DE FUNCIONAMENTO?

14. COMO SE SENTE EM RELAÇÃO A SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL?

() Muito satisfeito

() Satisfeito

() Nem satisfeito nem insatisfeito () Insatisfeito

14.1 EXPLIQUE.

15. EM RELAÇÃO A SUA ATUAL PROFISSÃO/TRABALHO QUAL SÃO SEUS PLANOS PARA O FUTURO?**CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PARTICIPANTES****16. COMO ENTROU NA INFORMALIDADE FINANCEIRAMENTE?**

- Poupança Empréstimo bancário Empréstimo de familiares Indenização Não precisou de recursos Outros

16.1 EXPLIQUE.**17. COMO CONSEGUIU SE INSTALAR NESSE LOCAL/NESSE PONTO?****20. COMO VEM DE CASA PARA O TRABALHO?**

- A pé De bicicleta De veículo próprio De onibus Outro

21. COMO FAZ PARA IR AO BANHEIRO?

- Em estabelecimentos próximos Em banheiro público Em casa Outros

21.1 E QUANDO VOCÊ PRECISAR SE AUSENTAR (SAIR) OU IR AO BANHEIRO, QUEM CUIDA PARA VOCÊ DO SEU BAZAR/PONTO/COMÉRCIO?**21.2 COMO VOCÊ FAZ PARA BEBER ÁGUA E SE ALIMENTAR DURANTE O DESENVOLVIMENTO DE SUA ATIVIDADE DE TRABALHO/EXPEDIENTE?**

- Tras de casa Compra nas proximidades No local de trabalho Vai em casa, nos amigos ou parentes Outro

22. AO FINAL DO EXPEDIENTE/DO DIA ONDE VOCÊ ARMAZENA SUAS MERCADORIAS, MAQUINAS, AS FERRAMENTAS QUE VOCÊ UTILIZA NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES?

- Em casa Comercio próximo ou de amigo No próprio local contrata algum lugar para deixar Outro

22.1 EXPLIQUE.**23. PORQUE VOCÊ TRABALHA COMO INFORMAL AMBULANTE?****CARACTERIZAÇÃO DA PANDEMIA****24. DAS CARACTERÍSTICAS ABAIXO QUAL MARCA SEU ENFRENTAMENTO DURANTE A PANDEMIA DO COVID 19?**

- Não tinha outra renda Foi impedida de trabalhar Dependeu de doações
 Perdeu familiares Continuou trabalhando na 1ª Fase Recebeu o 1º auxilio do Governo Federal
 Continuou trabalhando na 2ª Fase Recebeu o 2º auxilio do Governo Federal Recebeu o auxílio da Prefeitura de Palmas

25. QUAIS PROBLEMAS VOCÊ ENFRENTOU DURANTE A PANDEMIA NO SEU TRABALHO?

(A CONCORRENCIA AUMENTOU NESSE PERIODO DA PANDEMIA? COMO FICOU O MOVIMENTO AUMENTOU OU DIMINUIU NO CONTEXTO DA PANDEMIA? QUAL DIFICULDADE MAIOR FOI ENFRENTADA NO CONTEXTO DA PANDEMIA?)

TIPOS DE TRANSAÇÕES REALIZADAS**26. POSSUI LICENÇA PARA TRABALHAR, EXPLIQUE?****27. VOCÊ POSSUI MEI PARA TRABALHAR AQUI, EXPLIQUE?****28. QUAL A IMPORTANCIA DO SEU TRABALHO/BAZAR/PRODUTOS PARA A COMUNIDADE?**

29. QUAIS PRODUTOS COMERCIALIZA?

- Alimentação Artesanato Bebidas Calçados Roupas Eletrônicos
 Acessórios Remédios Artigos de entretenimento serviços Outros

29.1 DESCREVA.**30. DE ONDE ADQUIRE OS PRODUTOS (MATERIA-PRIMA) QUE COMERCIALIZA?**

- No Centro próximo Supermercado Tem fabricação própria Compra de outros informais
 Tras de outra cidade ou Estado Outro

31. CONSIDERA A CONCORRENCIA AO ESCOLHER SEUS PRODUTOS PARA VENDER? QUAIS CRITÉRIOS UTILIZA?**32. VOCÊ MUDARIA O LOCAL DO PONTO SE PUDESSE? PARA ONDE? POR QUÊ?****33. QUAL MODALIDADE DE PAGAMENTO DAS MERCADORIAS, SUAS COMPRAS E SUAS VENDAS?****34. QUANDO VOCÊ NÃO TRABALHA/FALTA, COMO FICA EM RELAÇÃO AO SEU DIA ECONOMICAMENTE?**

- O dia de trabalho é perdido Outro trabalhador cuida

35. COMO SÃO AS RELAÇÕES COM OS OUTROS INFORMAIS AMBULANTES, VOCÊS POSSUEM ALGUM TIPO DE VÍNCULO/EMPRÉSTIMO?**36. FAZEM ALGUM TIPO DE CONTABILIDADE DO BAZAR?****37. COMO FUNCIONA A COMPRA/VENDA E ALUGUEL DO PONTO?****38. COMO É A RELAÇÃO PATRÃO/FUNCIONÁRIO DENTRO DO BAZAR?****39. COMO PODE SER DESCRITA A RELAÇÃO COM SEUS CLIENTES NO ESPAÇO PÚBLICO?**

APÊNDICE C – Sua história na informalidade. (Ponto 1) Entrevista com Bazares da Estação de ônibus Apinagé, realizadas pelo período de 2021/2022.

1. Como entrou na informalidade e o que já conquistou com esse trabalho?

1	<p>Olha, depois que a gente começou a trabalhar neste ramo, assim uma das primeira conquista foi o carro próprio né, que com certeza era um veículo que a gente precisava pra gente pode trabalha, e também questão de comprá coisas pra dentro de casa né, compra outros móveis e tudo mais, também me ajuda na faculdade né. Iiiiiiii, assim início mesmo por num vê que precisava trabalhá pras pessoas porque, quereno ou não dificultava né, ter que trabalha todo dia ali, ter que chegar naquele horário certo, e trabalhando pra você não, você chega na hora que você que e sai na hora que você quer.</p>
12	<p>Um meio de melhorias, só deeeee, salário melhor, e também vontade própria né, di ter o seu próprio negócio, de mim mesma, do meu dom mesmo.</p> <p>Por exemplo, desse segmento que eu tô, do começo até agora, de carteira assinada a gente tinha aquela limitação, não tinha como cresce até então, por eu não ter o estudo suficiente, que exigia, a minha visão assim eu não tinha como expandi melhor dentro duma empresa, por que até então eu não poderia pegar um cargo assim bem maiorzão, por conta do meu estudo, capacidade eu tenho, e talvez até experiencia né, mas assim o estudo pra mim, o estudo não daria, assim pra realmente, deu cresce, e pra mim me mante, assim pra eu ter um dinheiro maior, pra mim pode vive, ter uma vida melhor, e consegui casa própria consegui justamente o carro, assim decidi pra melhora a minha vida e a vida dos meus filhos. Ai o que que acontece, como eu sempre tive uma vontade assim de ter um comercio pra mim mesmo, sabendo trabalhá pros outros, porque não pra mim né? Aí eu fui meti a cara e comecei assim, até então melhoró pra mim, minha vida, eu fui naquela força de vontade eeeee, coisa que eu consegui nesses dez anos, eu não consegui dentro de 20 anos trabalhando pros outros. Eu pago lote financiado, mas eu consegui coisa, minha casa, eu tenho, eu consegui meu carro, não é um carro novo, mas eu consegui, tenho uma vida melhózinha assim num lugar deu ganha um salário mínimo bem dolorido pros outros, até eu trabalho mais pra mim, mas eu trabalho mais satisfeita né, que até então eu tô tendo mais lucro, que posso</p>

	morre de trabalhá pros outros mas chega no final do mês eu recebo o mesmo valor e pra mim, quanto mais eu trabalho eu vou ganhar mais.
13	Vim de Brasília, vim pra cá, cheguei aqui, meu irmão trabalhava aqui e eu comecei. Ele abriu outra loja aí. Eu trabalho, pago aluguel, pago água, pago luz por aí.
15	Financeiramente não consegui comprar nada, o que eu ganho aqui até hoje só deu mesmo pra despesa, pagá as contas que a gente faz né, mas pra consegui imóvel, carro, moto não.
22/C	Ainda nada, somente os pagamentos do mês, energia, celular.
22/A	Rapaaaz, conquista a gente conquista, mas não ééééé, taaaanto, assim né.
22/B	A casa porque a gente ganha do governo mesmo, mas pra dize pra comprá não tá fácil as coisa aqui em Palmas, inté pra ganhá dá confusão.
23	O básico de casa, a casa.
24	Aqui eu tenho poca coisa ééééé, o principal foi ter acabado de paga que eu comprei e ainda fiquei devendo.
32	É coisa deeeee, muitos e muitos valores ainda não em termos de bens né, massss o que eu conquistei é assim, todo dia graças a Deus eu tenho o que come, dá de come minha família, é tenho minhas coisa de dentro de casa, como e', é, é televisor de última geração, é geladeira boa, éééééé (silêncio) moveis e utensílios né, e por último conquistei meu apartamento.
33	A gente conseguiu comprar o carro pra trabalhá (silêncio), eu tenho uma vida razoável né, não é aquela vida assim mas, tá dando pra gente sobrevive, porque mesmo, porque aqui em Palmas as coisas são muito caras né, o custo de vida aqui é muito caro, agua, energia, muito cara, então a despesa da gente é um pouco grande, tem manutenção do carro também, de forma muito, a despesa bem alta, mas tá dando pra gente.
34	Moto, viagens, eu subi um degrauzinho acima aí, consegui comprar um carro também, um carrinho velho, mas é um carro também vendi, mas foi através desse trabalho. Consigo me manter, pagar meu aluguel. Graças a Deus vivo bem.
43	Só pra come mesmo, só pra sobrevive.
44	Muita coisa, nossa qualidade de vida melhorou bastante.
45	Meu carro, eu tive que comprar equipamento pra poder trabalhar, porque se não, não tinha como, porque de ônibus não tem jeito, a minha casa também eu arrumei muita coisa, só não tenho coisa a mais também porque, entendeu?

2. Sobre registro em carteira de trabalho, se tem ou já foi registrado, se gostaria de ser?

12	Sim, trabalhei com carteira assinada, mas eu sempre tinha o meu extra assim, com despesa grande e os meus 3 filhos, que sozinha né, meus 3 filhos sozinha eu não tinha outra ajuda, pagando aluguel, e ai eu tinha (silêncio), que trabalhá, eu tinha que ter um extra pra supri, a necessidade de manter né, a despesa dos filhos e tudo ai, ai eu tinha a minha, meu mostro, minha, sempre minha (incompreensível) de ganhar dinheiro extra né, que seria a semi-joia né, eu vendo semi-joia, bijuteria. Sempre trabalhei na área de vendas, ou em área de supermercado, e caixa de supermercado, o que fosse de supermercado foi supermercado e sempre no comercio assim.
14	Trabalheiiii, é 30 anos, trabalhei comoooooo, vendedora, como doméstica, comoooooo, encarregada (silêncio) e como auxiliar deeee (silêncio), de conzinha, de cozinheira, auxiliar de cozinheira.
22/C	Só arruma emprego com pistolão.
22/B	Se pudesse trabalharia, hoje trabalharia, eu acho que eu era feliz no tempo daaaaa, da, de carteira assinada num sabia, porque eu não tinha dívida, não tinha dinheiro, não tinha dívida também, não tinha nada, e você trabalhando, você trabalha 3x mais, ai eu tô desde as 2h da manhã acordado, entendeu? Aí você vende prum caba ali um salgado, aí vende pra outro, o dali te paga, o dali te dá um tombo (incompreensível), e assim nos vamo indo, que não tá escrito na testa.
23	Já, mas não quero mais.
24	Agora não quero mais.
32	Eu vou fazer sessenta anos, há sessenta e três anos ééééééé, pra mim ter um emprego hoje é de carteira assinada aquelas coisa tudo né, eu não penso não porque ninguém vai querer em dá um emprego é, e me paga um salário, um, um bom salário do mesmo como é especialidade que eu, que eu sou técnico de ortopedia mecânica, mas se eu encontrasse assim um emprego assim que me pagasse cinco mil reais eu queria .
43	Tinha vontade e não tinha, porque o estudo não dá, isso é para pessoas que tem estudo né.
44	Tenho mais ainda quero abandona minha família agora.
45	Não eu sempre trabalhei mais assim, porque antes eu trabalhava em casa de comida (silêncio), entendeu? Mas não era carteira assinada também não, mas era (incompreensível).

3. Planos para o futuro relacionado a vida profissional.

1	Pretendo ter um emprego formal (risos).
12	Não (risos), eu prefiro assim mesmo, mesmo aos trancos e barrancos (risos).
13	Quero abrir um maior, uma distribuidora, alguma coisa.
14	Eu gosto do que faço, e eu acho que eu não seria bem remunerada com carteira assinada não, mesmo porque (gagueja), eu tenho, eu o MEI, eu pago o INSS, então assim, eu acho que da forma que eu trabalho eu tenho a liberdade, de assim maior e, e meus ganho assim financeiro, eu acho muito satisfatório.
15	Jamais, nunca mais gostaria de trabalhar com carteira assinada.
22/C	Trabalhá.
22/D	Trabalhá e pagá as conta.
22/B	Minha irmã vai ajuda o rapaz que trabalha com ela, e o dinheiro que ele fizé por conta da noite vai ser dele (silêncio), porque o ponto dá pra sobrevive, ele e ela, eu acredito que um dia uma menina dessa também vá, que ela disse que vai botá a proposta pra fica no lugar dele pra vir no sábado, ela contó pra vocês? Mas ela vai botá, ai vai dá mais também. Então ela é uma mulher que dá oportunidade pros de dentro de casa, que tá aqui. Ela já mexeu muitos anos, passo a vida dela inteira, mexendo com lanche, na rede dos Girafa lá em Brasília.
23	Por uma lojinha aqui no meio.
24	Investi aqui, só que assim tem família, tem tudo vai mudando projeto, minha esposa ela é concursada, mas ela tá ganhando mais dinheiro com outro negócio, sabe com as rosas do deserto, com as rosas dela, ai então a gente tá com plano ai de ruma uma chácara, uma fazenda ai, fazendo um consorcio ai pra vê, passa pra fente muda de ramo né, é assim tentando melhora a vida.
33	Eu gostaria de um dia pode colocar uma coisa melhor, uma coisa mais chamativa, uma coisa que desse mais visão, que a gente fica meio queeeeeee, digamos assim, como a gente mexe com uma coisa simples, muitas pessoas não levam a sério a gente, acha que a gente vende coco assim, não é que a gente vende coco que a gente é assim sem cultura, não valoriza nosso trabalho. Eu gosto do que eu faço, eu me sinto gratificante, porque todo dia eu tenho um lugar pra mim vim trabalhá, como muitos por aí não tem pra onde corre, não tem saída. Mas eu sei que todo dia eu venho pra cá, eu tenho meu

	pão, eu ganho meu dinheiro pra comprar minha comida, paga minha água, minha energia, alguma coisa que eu compro.
34	Eu tô vendendo a minha barbearia porque eu vou continuar no ramo de barbearia, mas agora vendendo produtos pra barbearia que tá dando mais dinheiro, pro meu trabalho eu quero sim ter uma barbearia, mas eu não quero ser barbeiro, eu quero ser empresário no ramo de barbearia, contrata pessoas pra trabalhá pra mim, e foca mais na venda de produtos e insumos pra barbearia, maquinas, extensores, capas. Vendendo na rua, passando de barbearia em barbearia, mostrando assim.
43	Eu vou tocando a minha vida, e minha esposa é empregada, trabalha na delegacia das mulhé.
44	Estamos vivendo o momento ainda.
45	Eu sempre me imaginei claro tendo minha lojinha não é, imagino, futuramente quem sabe.

4. Como conseguiu se instalar neste local?

1	Quando fui tirar o MEI falei que ficaria aqui.
2	Não achei outro lugar.
12	Eu, conseguiiiii na luta mesmo, lutando dia a dia e aí, sempre (silêncio) ééééé, trabalhando né, e aí fui melhorando aos poucos. Na verdade nem tinha isso aqui, eu tinha uma banquinha aí em baixo mesmo, uma banquinha uma mesinha, aquelas mesinhas de bar né, e aí eu fui botando minhas coisinhas né, aos pouquinhos, aí eu fui tipo assim, foi aumentando a minha clientela, aí depois, a prefeitura começou a apertar a gente, ai falando que não podia fica em baixo, aí depois falô que a gente deveria ficar aqui atrás né, aí a gente teve assim, né como é sol e chuva, a gente foi melhorando assim, se protegendo né, a gente até então tem isso aqui, mas a gente sabe que não é legal, claro né, assim, só mesmo se ampara do sol e chuva, e ter como a gente atende melhor, e ter com a sua saúde, porque até então se a gente fosse ficá em barraca de lona, aí atrás a gente não conseguiria.
13	Porque era o único que tinha vago. Como espaço deu trabalhá, né, não como meu, mas como de eu trabalha.
14	Esse ponto aqui ele foi comprado, foi um investimento que a gente tinha, uma casa e trocou aqui, porque a gente tinha a casa, nos tinha outra casa já também né, onde a

	<p>gente mora e aiiii a gente tava, eu meu esposo, a gente, onde a gente trabalhava os dois fecho, os dois fico desempregado, devido a situação do momento, ai a gente opto, pra genteeee desfazé dum bem, pra gente pode ter um trabalho, aí a gente, apesar que isso foi a quatro anos atrás, a gente pego ele numa época boa, mas quando chego a época da pandemia, então isso aqui ficô muito assim, pra nos foi custante, masss (silêncio) a gente não desistiu, tamo aqui lutando. A banquinha de guaraná, ela faz parte daqui até lá.</p>
15	<p>Eu pedi as conta, resolvi não, não trabalhá mais. Alguém me incentivo, me incentivo. Eu vinha na bicicleta, depois resolvi fazê a banquinha com mercadoria em cima, e aí foi ficando.</p>
22/B	<p>Desde a primeira vez que botou os ferro, nos viemo pra cá.</p>
24	<p>Não, ela compro também, mas aí eu acho que não era muito estilo dela de ficaaaaaa (silêncio), fica fechado né, queria fica andando, que ela mexia com cocada também, andava nos banco e tudo, até o filho dela veio aqui esses dia e disse que ela morreu de Covid, agora tem uns 20 dias.</p>
32	<p>Aqui nessa estação, tô commmmmmmm, dois anos e meio mais ou menos que tô trabalhando aqui, mas antes, antes né, como eu tinha as, minhas ferramentas e maquinas, aí eu comecei fazer em casa mesmo, em casa e vendendo nas feiras dos bairros né, nas feira livre dos bairro, aí depois de tanto cansado de fazê na feira né, ai resolvi ficar só num ponto fixo. Foi que eu arrumei aqui na, na, na estação, estou aqui, e daqui tiro meu sustento. Aqui a única coisa que a gente tem assim de, entre os feirantes, nos temo assim um respeito com os outro né, antes da gente colocaaaaa no, no, no, a gente bota a, a, a banquinha da gente, aqui no local, primeiro a gente olha, se tem outra pessoa, se alguém tá botando, aí a gente pergunta pras pessoa de lá, se tem alguém naquele ponto, é (engasga, tosse) assim a, a pergunta, assim se eu pedi pra algum órgão público? Não. Porque hoje mesmo né, (silêncio) o ambulante ele não precisa mais de alvará pra trabalhá na rua, não precisa mais, entendeu?</p>
33	<p>É, é tipo assim (gagueja) tem gente que diz tipo assim ao lado do banco é um pouco meio perigoso por questão de roubos, mas aqui o, eu moro aqui já vinte nove anos (gagueja) eu vim pra cá já bem, muitos anos atrás quando a cidade praticamente começou, e eu nunca fui assaltada aqui não, não sei, eu conheço muita gente sabe, e nunca assim, já vi acontecer muitas coisas por aí, mas graças a Deus, ninguém nunca</p>

	mexeu com a gente, acredito que a mão de Deus fica sobre a gente né, eu creio muito em deus.
34	Ele tava parado, eu vi aqui seria um ponto bom pra mim, (gagueja) aí eu procurei saber, encontrei o sobrinho do dono ali em baixo, ele falou que queria alugar também e deu certo. Eu pago aqui quinhentos reais hoje o aluguel.
43	Aqui porque eu já tô cansado de andar no sol, aí no sol você sofre mais, com a minha idade aí é ruim. Eu ando pra não ficar gordo, a sua saúde é andar.
45	Na época mais foi por conta das feira que tavam tendo (silêncio), aí então eu procureiiiiiiii, voooooo, lugar queeeee minhas vendas melhorasse um pouco, porque entendeu? Mais por isso. A gente viu e teve a ideia, na época aqui quase não tinha ninguém, aqui quando começou só tinha uma senhora que vendia lanche, que justamente ela foi embora daqui.

5. Como faz para sair ou ir ao banheiro?

12	Fecha para ir ao banheiro, mas quando tem vizinhança a gente fica olhando, por exemplo: a menina do sorvete, a da roupa, a gente vai se ajudando nos mesmo.
13	Os outro amigo que trabalha ai.
14	Aqui nós somos muito unidos, somos uma equipe, eu acho que de fora a fora eu acho que no caso um ajuda o outro, um cuida do outro, se caba algum utensilio que a gente não pode buscar no momento, copo ééééé (silêncio) papel as veze descartável, quando é uma coisa assim, embalagem no momento um vai cedendo pro outro, não temmmm, somos muito parceiros. A gente não vê como adversário, nos tentamo vê como somá, se não compra aqui compra no outro, mas quanto mais tiver melhor pra supri, tanto os pessoa que vem chegando, com também a estação, ficá uma coisa mais, ééééé vamô dizê assim, que tem de tudo um pouco.
23	Os colega do lado olha.
24	Não, assim éééé, por enquanto eu tenho poco tempo aqui né, não cheguei a adoecer não, mas se fica doente não vai fica ninguém não.
32	As vezes um colega aqui do lado a gente pede assim: - Dá uma olhadinha aqui pra mim, rapidão tá.

33	Deixo quieto aí, ninguém mexe não, tem um menino que trabalha aqui nesse local aqui e olha pra mim, tem meu marido que fica mais adiante e também olha, eu também olho pra eles.
43	Eu vô aí peço para alguém olhar aí.

6. Onde guarda os utensílios, produtos, estoque e ferramentas ao final do dia?

13	Aqui no trailer próximo, não cobra nada, por amizade.
32	Aqui mesmo na Apinagé, aqui nos box que tem aqui né, com colega a gente, aluga, alugo não assim, eu, eu, ajudo ele a pagá, né, eu dou uma pequena contribuição, porque faz só guarda minha mercadoria de tardzinha, de manhã eu pego. Dou uma contribuição numa forma de favor.
33	A noite eu deixo o meu carrinho trancado aqui né, ninguém nunca mexeu não, graças a Deus, e essas aqui, ééééé meus remédio ééééé, serpentina, a, a sombrinha, guarda-sol, eeee as coisas pequenas eu levo pra casa né, a gente leva e no outro dia seguinte trás e fica levando.

7. Porque você trabalha como informal ambulante?

1	Não, na verdade (silêncio), foi falaram que ia poder trabalhar né, aqui, e ai os primeiro que vieram, foi os que conseguiram os pontos.
12	A 11 anos atrás era outras, assim tipo, todaaa as administrações de prefeito tudo muda, as regras, até então pra gente pode fica, e ficando, e ficando, eles vem ai tira, ai depois a gente vai lá, e depois dão solução, assim dão regras, ai a gente vai se adaptando, é assim a vida nossa, nos adaptando.
24	Eu trabalhava de motorista aqui da, dessa empresa Miracema, ai na pandemia saiu né, ai eu fiquei recebi o seguro, tava na pandemia, não tava abrino (silêncio), é o povo tava mandando embora, em vez de contratá, ai eu fui. Depois cabo o seguro, eu procurei pra compra e achei aqui né, ai loginho apareceu pra, pra trabalhá de carteira assinada mas eu já tinha comprado ai.
32	Bom, ééééé aqui em Palmas né, antes não trabalhava com isso, antes eu sempre trabalhei no ramo de calçados né, (silêncio) ééééé calçados também especiais né, pra gente que tem problemaaaa, éééééé, nos pés, isto é, ééééé trabalhei com técnica e

	<p>ortopedia mecânica, fazendo calçado ortopédico e aparelho ortopédico, ai quandooooo emmmm dois mil e um eu comecei namorar Palmas eeeee, entrei em contato aqui com os médicos daqui né, ortopedista e aqui não tinha nenhuma, ninguém que fazia esse tipo de trabalho, ai então (silêncio) eu terminei vindo pra cá né, eu vim pra cá, tudo. Mas as coisa não foi do jeito que eu estava, que eu pensei (silêncio), ai (silêncio) para minha sobrevivência mesmo né, eu até deixei de fazer calçado ortopédico, esse tipo de coisa né, ai eu comecei fazer calçado popular, desse popular mesmo, e vim vender aqui na, na, na, na, nas feiras né, então foi assim que começô, que eu comecei. Mas antes eu fazia calçado ortopédico, devido uma encomenda que eu tive, eu tive uma encomenda boa né, uma encomenda grande (silêncio), é de calçado ortopédico né, ai eu fui fiz, e recebi um cheque né, no qual o cara me deu um cano, não pode né, que eu me descapitalizei. Me descapitalizei, ai eu fiquei, a pré, assim com muita raiva, fiquei muito chateado, não quis mais trabalhá com calçado ortopédico, ai eu comecei fazer calçado popular e vende assim nas feira, hoje tô aqui vendendo.</p>
33/A	<p>É porque tipo assim, de carteira assinada. Assim é bom de trabalhá porque a gente faz o nosso horário, trabalha mais um pouquinho né, mas assim se eu precisa fazer um consulta, vô lá e ai de um dia, vou lá e resolvo, se trabalhá pros outros, a gente tem que tár pedindo licença pro, pro, pro, pro empregador, pra dá um dia de serviço, pra você, e um dia né, de libera um dia pra você. E aqui no meu caso não, eu posso tirá um dia eeeee resolve alguma coisa, ou tira um meio dia, e pra mim é mais (gagueja) dá mais em conta.</p>
33/B	<p>Tudo assim (silêncio) ééééé, meu esposo já tava trabalhando já aqui na coisa né, e eu sempre trabalhei assim, comprei esse carrinho, meu esposo ah me ajudo a compra esse carrinho ai, fui trabalhando ai com pouco eu comecei a comprar remédio, os remédios naturais né, são muito bons pra (silêncio) pra saúde.</p>
34	<p>Um pouco estranho à primeira vista as pessoas - aqui! Aqui não tem cara de que tem uma barbearia, não combina, tipo assim, não combina com aquilo, mas eu achei que poderia dar certo pelo fluxo de gente né, aonde tem gente (silêncio) dá negócio.</p>
43	<p>Eu não consegui outra coisa não, não consegui outra coisa, emprego pra idoso não tem, dez anos que trabalho assim.</p>
44	<p>Minha mãe mexia com salgados, na outra cidade que morávamos. Ela é bem criativa</p>

45	Olha, comecei nas feiras aí eu mudei pra cá, o que levou mesmo foi a falta de deeeee, emprego mesmo, e também porque eu ssempre gostei de mexer com comercio na parte de deeeeeee, roupa.
----	---

8. Quais problemas você enfrentou durante a pandemia no seu trabalho?

1	Afetou um pouco, não afetou tanto porque os dois já eram aposentados, então não afetouuuu assim cem por cento, mais com certeza afeta porque quereno ou não, a renda é mais.
23	Apareceu outros ambulantes, mas não aguentaram. Faltou cliente.
24	É sempre tem né, uma pessoa que tá começando também aí, as vezes um cara monta alguma coisa assim carretinha, encosta perto né, mas eu acho que não.
33	Não traz mais concorrência mas tipo assim ela, deu umaaaa digamos assim, umaaaa diminuida das venda da gente, num, num decorrer do começo da pandemia, quando fico tudo parado, porque num, no lockdown tudo, a gente passo certa dificuldade pra pode vende, porque não tinha gente andando na rua praticamente. Então o movimento ficava muito fraco.
34	Aqui é um lugar arejado, não é aquele lugar fechado, tive muitos clientes na pandemia por causa disso, que tavam evitando salas com ar condicionado, e aqui por ser aberto, por ser arejado, foi um ponto a mais pra mim.
44	Melhorou o movimento, a gente respeitou o fechamento imposto, usamos máscaras, álcool até hoje. No retorno levamos bronca de clientes porque a gente fechou e eles tiveram que ir para o serviço sem tomar o café da manhã.
45	Muito, principalmente aqui nas vendas, porque diminuiu muito.

9. Como foi realizado o processo relacionado a licença, MEI entre outros?

1	Não, foi tranquilo porque já existia. Foi assim que começou a existir o MEI né, e tudo mais, entãoooo, foi só ir no SEBRAE e regularizar mesmo, apresentá os documentos, e ai tem que tar renovando né, o alvará de licença pra poder tá aqui, porque se a fiscalização vier né, éééééé.
12	As vezes eles dão, as vezes eles tiram, é assim. A gente paga só o que a gente tem que pagá, que é o incluso no MEI, ammm o alvarazinho, aquele que é incluso tudo.

14	O MEI é a licença pra gente pode trabalhá, a gente pode pegá empréstimo éééééé, então essa parte é toda legalizada.
43	Eu não tenho, porque a gente não tem, os fiscais quando eu andava, ai a empresa paga os fiscais pra gente pode trabalhá, ela paga licença, ela paga o que tem né, ela faz os picolé e dá a porcentagem pra nois, pra nois vende. Esses carrinho tudo ela já paga imposto.
45	Olha, tá com dois anos que não é liberado, eles cortaram entendeu? Mas a gente tinha, mas tá com dois anos que eles não liberaram mais.

10. Qual a importância do seu trabalho/bazar/produtos para a comunidade?

1	Assim, eu acho que fazê com que o dinheiro das pessoas né, fiqueeee, aqui mesmo entendeu, não váaa pra fora, as pessoas precisam ir pra fora compra lá, sendo que aqui mesmo tem o produto, que eles possam adquirir, então eu acho que fazê o movimento do (silêncio) dinheiro, não sei se como é que fala.
12	Pela localidade aqui dáááááá (silêncio) dáááááá', assim onde eu trabalho eu achooooo, assim meus produto, eu acho necessário assim, pela assim então, nessa localidade aqui onde nós estamos, até então você vê que não tem muito comercio assim, de necessidade, as pessoas passam assim na correria cedo, por exemplo: ai cedinho, ai volta de noite, e não tem tempo de fazer uma recarga, mora longe, aiiiiiiii eu tenho uma recarga, eu tenho uma meia, você viu né eu tenho uma meia, eu tenho um carregador. Eu me considero assim, que eu sou útil pro cliente. Ai eu também sobrevivo, eu faço o que eu gosto, e também os meus produtos, se eu vendo eu acredito que as pessoas gostam que até então.
13	Ah, nem sei o que dizer.
14	Eu acho queeee, não só eu mas todos ambulantes, não só daqui da estação, mas de toda a cidade em si, ele traz éééééééé, ele gira dinheiro pra cidade, ele traz movimento pra cidade, inclusive acho que ele contribui bastante, desde o catador de papelão inté ooooo, vendedorzinho de geladim, de picolé, e o pessoal que tem as vezes até uma barraca maior, nos, cada um, contribuindo pra que a cidade ande em movimento.
15	Olha pra cidade, (silêncio), a importância do meu trabalho pra cidade que eu acho, é que daqui com aaaaaaaa, esperança um dia pode aumenta, e vir a dar mais renda pra cidade né. Os meus tributos podê aumentar.

22/B	Muito importante, ajuda muita gente ai, nos faz comida mesmo, e o valor que passam não é tão alto, igual tem aqui você vê, vamo bota aqui um exemplo bem claro aqui a senhor vem pega um salgado desse de R\$ 3,50, e ali entre o Ministério Público e o SEBRAE tem uma lanchonete, lá é de SETE a OITO reais, (silêncio), então eu acho que eu tô ajudando a sociedade de Palmas também, eu não tô botando o mesmo preço de lá, e pago imposto igual ele.
23	Faz parte da economia, pago imposto.
24	A igual (silêncio), esses tempo ai tava eu no Ministério Público querendo tirar aqui (silêncio), ai é o que eu, pessoal junto aqui e foi lá na secretária, da prefeitura, ai foi quando foi e falo com ele, que as vezes a pessoa chega tá querendo toma uma agua e não tem dinheiro, qué um copo descartável, lá em baixo não sei se tem alguma, que nois falo a respeito do banheiro também, as vezes a segurança que é pouca, as vezes tá a noite não temmmm, não tem segurança, se a gente tá aberto, ai eles encosta e ficam aqui perto pra ter uma segurança. E assim a pessoa sai de casa as vezes tá precisando dum, dum carregador de celular né, isto tem, aquele mascara, aqui não tem um comércio perto né.
32	Eu creio que querendo ou não né, eu que sou, sou um pequeno MEI né, eu tenho MEI, eu tô gerandoooo, imposto né, e a partir do momento que a gente gera imposto, tá criando, a gente cria rendas, tô ne. E também a, ééééé é indiretamente também, inda crio também emprego né, porque tem gente que pega calçado na minha mão pra pode revende, então já é um emprego.
33	Eu acredito que é muito benéfica porque é se com pandemia tem ajudado muito, professor vem atrás da água de coco, a pessoa tá doente não consegue come. Em relação ao remédio, a pessoa vai e compra um xarope, o povo tem comprado muito na questão do COVID, que a pessoa tá tossindo muito e ai tem funcionado.
34	Pra cidade eu acho quiiii, e pras pessoas no geral ééééééé de extrema importância né (silêncio), é tá relacionado a saúde, higiene pessoal, tá relacionado com a beleza, auto estima, então eu acho que é um trabalho de extrema importância.
43	É melhor eu trabalhá do que rouba, se preciso você vai me dar? Não né, então eu preciso trabalhá, essa é a importância.
44	A gente dá café da manhã pros trabalhadores, é bem importannnte.
45	Eu no meu pensar, igual muitas cliente fala queeeee, é ótimo a gente tar aqui, porque as vezes não tem tempo, as vezes tá precisando de alguma coisa que tá com pressa e

	tá passando, entendeu? Então, pelo que eu ouço dos meus clientes e de muita gente, tem uma importância muito grande, nessa parte entendeu? Porque é no tempo de, de várias pessoas que não tem, então se ele chega aqui e já tem um, um mais fácil pra ele, então eles acha bem melhor.
--	---

11. Considera a concorrência ao escolher seus produtos para vender? Quais critérios utiliza?

1	Leva e não leva, tipo assim se você vê que fulano tem uma mercadoria que quer ou não tem uma saída, você tem interesse também de adquirir aquele produto, mas não necessariamente o que fulano tem, você vai ter né, você também busca (silêncio), outros.
12	Eu escolho pelo, pela procura das pessoas as vezes assim, quando eu não tenho a mercadoria as pessoas chega procurando bastante, ai eu vo anoto na próxima compra eu já compro, ai eu vê, e observo se ela vai ter uma saída ou não, ai vou procurando colocando as coisas de necessidade da localidade até então éééééé, valores que eu observo muito´.
13	Eu fui vendo os que sai e tirava, os que vendia complementava.
14	A mercadoria são padrão, então assim, igual refrigerante, salgados, a gente (silêncio), desde que começo a gente fez um estudo do que saia mais, o que seria melhor na estação, pra sair, e ai depois a gente fico só repondo os estoque.
15	Não, éééééé, eu já tive uma panificadora né, minha panificadora, então a gente vai, vai de todo mundo, vai come pela manhã né, não faz assim éééééé, hamburguer, é pão com margarina, queijo e presunto, pão com hamburguer não faço, ai o meu é só o pão de queijo, o biscoitinho de queijo, rosquinha frita, rosquinha assada, outras coisas maior éééé (incompreensível), a gente faz, eu mudo né, pra pode ter mais variedade né, e também bastante assim assad, café com leite.
22/B	Muitas, não é eu, é os próprio cliente que pede, ai nois viu os que mais sai.
23	De acordo com a procura, com a saída.
24	Mas pelo (silêncio), pelo cliente mesmo que pede né, ele vai pedindo, ah tem compra café, ai eu não tenho, ai eu já procuro quando eu for compra, pra se pedi de novo ter.
32	Meu carro chefe hoje aqui é essa sandalinha popularzinha aqui, rasteirinha e sapatilha, fico fazendo elas direto.

44	Baseado no preço dos produtos mesmo, que é feito, no que é gasto. Baseado na facilidade de sair e na procura também.
----	--

12. Gostaria de mudar o local do bazar?

1	Acho que a gente não mudaria, porque é um ponto bem localizado né, onde tem uma grande movimentação de pessoas.
12	Não, aqui realmente eu tenho consciência que aqui ééééé, bom eu tenho uma, eu agradeço todo dia a Deus né, por eu ter isso aqui, e ainda os políticos deixa a gente trabalhá ainda, eu vou ficando, mas a gente sabe que até então não é para sempre né, mas eu tenho sim, vontade de montá numa Avenida de movimento né, que eu consiga crescer mais ainda. Numa Avenida movimentada tipo a JK, tipo a Avenida Tocantins, eu tenho vontade sim de ter uma lojinha, uma loja de semi-joias sabe, uma coisa assim eu tenho vontade.
13	Mudaria não, porque aqui, aqui, aqui, é perto dos amigo que ajuda né.
14	Não.
15	Olha (silêncio), é (silêncio), se eu pudesse eu mudaria mais (silêncio), um pontinho assim (gagueja), por exemplo eu mudaria, mas a banquinha continuaria aqui pelo menos com um ano. Uai! a minha expectativa é de alcançar um (incompreensível), uma padaria na Teotônio, até em outras Avenidas.
22/B	Não.
23	Não, mas queria uma estrutura melhor para trabalhar.
24	Assim éééééé (silêncio), desde que acompanhe a estação, se for tira da estação, num tem, não compensa e se, se a estação fica aqui e tira a gente não compensa porque o fluxo é só aqui né, que o povo vai circula, vai espera o outro ônibus, ai tá esperando. Ah! não vô toma uma água aqui, vô toma uma água de coco, é assim, igual se tira daqui.
32	Eu preferia ir pra outro local sim, meu sonho mesmo é alugar uma sala aqui no centro, uma salinha aqui no centro pra mim coloca, abri minha oficina de concerto de calçado.
33	Eu gosto desse local, sempre gostei de tar perto do banco.
34	Tenho vontade de montar o meu ponto aqui. Sair daqui, mas não da região, ficar aqui, mas no meu ponto, sem pagar aluguel.

45	Olha eu queria coloca minha loja, eu mesma entendeu? Mas com causo igual a gente trabalha assim, se tivesse um local que desse pra gente fica, que eles colocassem entendeu? Mesmo que tivesse simples, mas fosse dum valor que a gente desse conta, um lugar que não fosse tão parado, que tivesse movimento.
----	--

13. Modalidade de pagamento utilizada nas compras e vendas dos bazares?

13	A dinheiro, a vista.
24	Pessoa faz e revende pra várias pessoas né, ele tem a casa dele, ele faz eeeee vende pros salgadeiro, vende na rua. A vista.
32	Aqui acolá escapole um fiadozinho (tosse) mas, mais é a vista.
33	Vendo no PIX, no cartão, vendo algumas pessoas conhecidas, algumas pessoas conhecidas, que eu conheço vai compra lá em casa que eu vendo a prazo, pessoas já sabe que a gente vende, aí eles vão lá compra. São pessoas do ciclo social da gente né, da igreja, então são pessoas vizinhos, próximos que eles são pessoas que é, cumpre com seus compromissos, porque vê que a pessoa, é pessoa que cumpre com seus, é gente que não dá calote. As vezes pessoa precisa de um xarope, precisa de um gel, um massagador, a gente vai lá e vende.
34	Vende a permuta.
45	Eu procuro sempre procurá coisas que encontra né, que não fica preço tão alto, é tanto que o local em que eu trabalho também o povo vem coloca preço muito alto não é, então eu uso, eu procuro éééééé, preços melhores pra mim por com preços acessíveis.

14. Relações desenvolvidas dentro do espaço público pelo ambulante fixo informal.

12	Troca de favores, porque aaaa, apesar se todo mundo se precisa um do outro né (silêncio), inclusive quando vem a fiscalização, alguma coisa assim, a gente se reúne, ai a gente vai lá, fala com o secretário, alguma coisa assim desse tipo né pra pode a gente tenta melhorá, a maioria né. Assim os que tem consciência, os que não tem consciência não tão nem aí né, mas assim a gente que quer ficá, trabalha, realmente depende daqui a gente luta. Nessa
----	---

	<p>parte de favores a gente somo unido, porque precisa um do outro (risos), precisa sempre.</p> <p>(e quando perguntei sobre a venda de créditos de celular que estava presenciando)</p> <p>Isso aí não coloco em conta não. Isso aqui é fora, não é do meu. Ajuda muito, mas assim eu não conto, assim até então é consignado, aí e eles são, é uma coisa paralela, sabe, aí eu só conto aquilo que eu tenho mesmo. É como se fosse um extra, praticamente tem que ser né, não é meu aí até então.</p>
22/A	<p>A água divido com a vizinha, porque a gente não tem, usa a água mesmo só pro básico, lavá a mão, algumaaaaa, alguma colché, uma coisa assim. A conta a gente divide por três, é eu (silêncio), a gente aqui, e o pessoal do espetinho e ela (mostra com a mão a pessoa ao lado), pega a conta e divide por três. Eu trato ela assim (gesto com a mão), porque ela fica com a agua (risos).</p>
22/B	<p>Venda de caderno (risos) porque, porque o povo passa aqui com DOIS REAL, pra vim toma um café, um bolo frito e um café, com fome porque já vem de um ônibus correndo, entendeu?</p>
24	<p>Tudo unido, muito bom, não aqui todos éééééé, tudo é parceiro né, os ambulante, por exemplo: o picolezeiro, qualquer um que chega a gente pode ajudáááááá, troca um dinheiro, éééééé fornece alguma ajuda, um copo descartável, as vezes uma pessoa né, um ambulante ai tá vendendo um salgadinho na bicicleta, si se acabe ele vem a gente tenta ajuda, mas é tranquilo.</p>
32	<p>Antes tinha sim, mas tipo a pessoa que trabalhava aqui antes né, já tava com mais de anos que não, que não vinha mais, então estava desocupado né, ai eu fiz só pergunta se tinha alguém, se já tinha alguém aqui, ai ele fala assim, não ai teve um faz muitos anos que não vem mais, tem um ano, não vem mais não. Aí eu comecei a botar, aí e tô aqui até hoje.</p> <p>A experiencia da gente é tão grande (incompreensível), quando chega uma cliente assim com celular no ouvido, ele não compra, tá só conversando aqui e tal, olhando, ele tá olhando e não tá nem observando o que ele tá vendo, tá só vendo assim. Quando é que uma pessoa chega aqui pra comprá, quando faz isso aqui (gesticula imitando), não vai compra.</p>
33	<p>Meu coco eu compro de um moço aqui (silêncio) trabalha bem aqui no tribunal de contas né, e aí eu compro dele. Ele é motorista, deve ter uns sessenta anos mais ou menos. Ele tem uma chacarazinha lá no Projeto Prata, e ai ele entrega pra gente aqui,</p>

	<p>tipo assim, ele vai, leva lá pra casa no domingo, ai pra gente fica lá trazendo durante a semana pra tá trabalhando, ai faz um precinho mais acessível pra gente, uma pessoa muito boa, assim pra gente negocia com ele né, a gente compra trezentos coco dele, duzentos cinquenta que é eu me esposo que trabalha né, ele trabalha durante a semana.</p>
34	<p>Minha água aqui elaaaa, é compartilhada, eu pego dos rapaz aqui (incompreensível), só pra lava as mãos, agua, agua mesmo bebo agua mineral, só faço isso mesmo. Sistema de esgoto em si não tem, eles cavaram um buraco, entendeu aqui como não tem banheiro, só água da pia que se lava mão, aí vai pro buraco entendeu? Já se espalha no solo.</p> <p>Estou anunciando a venda deste ponto pra outra pessoa. O ponto não é meu, mas a barbearia é, assim a oportunidade da pessoa trabalhá, entendeu? Tô vendendo isso. Não o trailer, o trailer não é meu, a barbearia é minha, a pessoa que entra já tá sabendo, no anuncio tá claro, não estou vendendo o trailer, estou vendendo a barbearia. Tô vendendo por dez mil, uma barbearia que fatura de três e quinhentos a quatro mil, então é um investimento bom, entendeu? Em três meses se tudo der certo, se a pessoa trabalha direitinho ela cobre o investimento, só que vai ter que continuar pagando aluguel, porque o trailer não é meu, só o negócio.</p>
45	<p>Geralmente na peça íntima você não tem escolha de, na internet você não tem escolha de cores, eu nesse caso pego as que tiver variada, entendeu? Já as roupas tem algumas pessoas que sim, você consegue pedir aquilo que você quer, eles mandam tudo certinho, mas já tem outras pessoas que não, se é estampas eles mandam variada, entendeu?</p>

15. Sobre o controle contábil.

1	<p>Há um controle porque a gente tem queeeeeee, é (silêncio), prestaaaa contas no SEBRAE né, que é o imposto de renda, então tem um controle de entrada, saidaaaa, acho que só esses dois.</p>
12	<p>Eu faço porque a genteeee, até então a recarga de celular ela tem um valor X ao dia que a gente tira no relatório, então chega em casa à noite, eu separo o dinheiro da recarga que não é meu né, o dinheiro do jornal é semanal, mas até então a gente tem aquela base de venda (silêncio), e ai eu tenho controle semanal pra que eu não possa entrar no dinheiro deles, na verdade que até o dinheiro, o lucro é muito pequeno e o</p>

	valor deles é alto, ai eu separo pra realmente não sai do controle que até então é perigoso né, ai (incompreensível), a gente tem que ser assim, e a gente tem controle deles, até então eles são conferidos todos os dias.
14	Tenho caixa normal, caderno que já vem de papelaria, livro caixa, quanto que entra, saída e o que a gente tem de acréscimo né, é um livro caixa, ele é azul, ele ajuda a gente a manter e de vez em quando nós temos também éééééé, sempre (silêncio), o SENAI ou então (incompreensível), eles dão um auxílio, uma reciclagem né, pra gente tá vendendo mais.
15	Possuo, eu faço humhum a mão mesmo.
23	Sim, manual.
24	Iche, eu parei de conta aqui, no comecinho que eu cheguei eu fazia tudo anotadinho era cerca eu acho de uns 300 pra 400. Não era um pelo outro, por isso que eu falo, nessa faixa de 300 até 400. 250 até 400, dia bom, dia ruim, acho que tá, tá em torno assim, dum bruto é tudo uns 8000, 9000 aí se tira uns 50% de mercadoria uns 3000. Antigamente eu fazia, agora num tô muito apegado nisso não. Porque quando vende entra, então é igual a recarga, a recarga ela, se tá fazendo e tá entrando, mas ai euuuu, eu vô, vô juntando, é quando o, o vendedor vem pra recebe, só tiro do montante que tem e pago, num fico, mais no começo eu ficava separando, isso aqui é só disso aqui, mas agora num.
33	Meu menino faz todo dia quando a gente chega lá, ele faz a contabilidade, que mesmo a gente tem que fazê aquele negócio da receita dá, do como é que chama? Do imposto de renda né, então a gente todo dia, a gente chega em casa, meu menino faz pra gente a contabilidade no computador, tem uma tabela lá, quando for no final do mês sabe quanto a gente ganhooo, quanto que a gente gastoooo. É tipo assim o coco a gente não compra com nota fiscal, mas os remédios tem nota fiscal.
34	Sim, eu faço manual, quando eu tenho funcionário eu anoto no caderno, mas eu tenho aplicativo que registra tudo, entrada, saída, lucro.
44	Tem a gente mesmo contabiliza o dinheiro. Tem caderno e a gente anota gastos e ganhos. A gente tem controle né.
45	Tem que ter porque se não (risos), geralmente euuuu, sempre eu não gosto de mexer no meu capital, porque eu tenho que ter o meu, o meuuuuu. Pra mim compra de novo, porque se eu não fizerrrr, então eu não tenho como seguir em frente. Aí eu tiro da dispesa, mas o meu capital tá lá e eu tenho que deixar. Anoto tudo num caderno.

16. Sobre compra e venda de ponto/luva.

22/A	Faz meio que um acordo, quando precisar pega de volta, o investimento terá de retirar, a prefeitura quer todo mundo trabalhando com trailer, deu 180 dia praaaaaaaaa, praaa, o pessoal se organiza. O pessoal daqui dessa área, todo mundo vai ter que trabalhá com trailer assim oh, aí chega de manhã trabalhá, final da tarde vai embora, essa estrutura, tudo isso aqui vai sair, todo mundo que tem cobertura vai ter que tirá.
22/B	Como a gente vai ficar aqui com o trailer a gente vai exige a questão do esgoto, porque a gente não tem banheiro, a gente tem 2 equipes trabalhando, porque não tem banheiro.
34	Estou anunciando a venda deste ponto pra outra pessoa. O ponto não é meu, mas a barbearia é, assim a oportunidade da pessoa trabalhá, entendeu? Tô vendendo isso. Não o trailer, o trailer não é meu, a barbearia é minha, a pessoa que entra já tá sabendo, no anuncio tá claro, não estou vendendo o trailer, estou vendendo a barbearia. Tô vendendo por dez mil, uma barbearia que fatura de três e quinhentos a quatro mil, então é um investimento bom, entendeu? Em três meses se tudo der certo, se a pessoa trabalha direitinho ela cobre o investimento, só que vai ter que continuar pagando aluguel, porque o trailer não é meu, só o negócio.

17. Relação patrão/funcionário dentro da informalidade.

22	<p><i>(Perguntei como era a relação com os empregados)</i></p> <p>Por meio de um acordo.</p> <p><i>(Perguntei como ficava o dia que o funcionário precisava faltar)</i></p> <p>Avisa e não recebe nada pelo dia.</p>
34	<p>Não assino carteira (gagueja), nossa profissão não existe esse negócio de assiná carteira, não existe porqueeee. O pagamento é por porcentagem, que se você fosse assina carteira não existe um salário pra categoria, e nem um barbeiro vai trabalhá por um salário mínimo, porque ele sabe que ganha mais, então todo lugar é comissão. É ideal que ele tenha ferramenta, mas se ele não tiver usa as minhas ferramentas e o valor da porcentagem fica quarenta ou trinta e cinco por cento, e cinquenta com as ferramentas dele.</p>

43	<p>Não isso aqui (mostra o carrinho) é da Alasea (empresa que fornece a mercadoria). Trabalho pra eles por meio de porcentagem de cada sorvete e picolé vendido, oito por cento. Só ganho em cima do que eu vendo, nada a mais.</p> <p>Se você trabalha você ganha, se você vende, você ganha, se você não vende você não ganha nada.</p>
----	---

18. Sobre a relação informal/cliente no espaço público.

22/B	<p>Boa, aqui nois chama pelo nome, minha irmã chama cada cliente dela pelo nome, cada um senta aqui, fala, briga, brigado, ela chama pelo nome, até as menina aqui, todas elas é pelo nome.</p>
23	<p>Muito importante, temos uma relação de amizade.</p>
24	<p>É igual aqui que eu tô, vendo meio afastado do centro, do centrão da estação, ai eu tenho mais aqui o pessoal que trabalha no shopping, e a UFT que ainda não tá tendo, mas o pessoal que sempre vem aqui, sempre vem aqui, mas porque assim, igual se faló é bem retheadim, ai tem as coisinha diferente, até por causa disso, os que vem pra cá sempre encosta aqui, porque tem uma coisa diferente, é bom.</p>
32	<p>Elas avaliam muito bem, inclusive elas sente até falta quando a gente não vem.</p>
33	<p>Eu acho que positivo porque eu como que já trabalhei (incompreensível) tem muito conhecimento, assim no geraaaaaaal, eu tenho cliente aqui que é antigo que vem compra, tá sempre vindo.</p>
34	<p>Eu acho que é um preço justo, eu acho um preço justo, porém, na mesma região que eu tô tem corte de QUARENTA REAIS, num raio de um quilometro quadrado tem corte de QUARENTA REAIS a mais, tem barbearias aqui que só pra você entrar você já tem que pagar quinze reais. Também preciso avaliar a questão da região, o local aqui de pessoas carentes, quem anda de ônibus não é pessoal que tem dinheiro, então se tem que colocar um preço baseado nisso.</p>
44	<p>É boa, eles procuram muito sobre os salgados né, por causa da qualidade</p>

APÊNDICE D – Sua história na informalidade. (Ponto 2) Entrevista com Bazares da Juscelino Kubistchek, feira da Gambira e proximidades, realizadas pelo período de 2021/2022.

1. Como entrou na informalidade e o que já conquistou com esse trabalho?

6	O marido tava com isso na cabeça, que ia vender chambari, eu não tinha nem ideia, já tinha comido, masss não tinha nem ideia de como fazê, chego boto isso na cabeça, aiiiiiii logo a gente começo em Taquaralto, e logo a gente mudô pra cá.
7	Foi antes da pandemia em outubro, e a pandemia foi em março, tava com uns três meses por aí né, do ano passado, quer dizer do ano retrasado, que ano passado fez um ano agora, tá passando dois.
16	Não dá nem pra falar que conseguiu nada porque tem só uns sete mês, não deu pra conquista nada que é só investimento ainda, investimento, sustento, não tá dando pra dá aquele lucro pra tá investindo.
17	Ah! Se eu não jogasse uns tempo fora que eu era meio doido, eu já tinha conquistado umas coisa boa, casa, carro tudo, mas eu joguei muito dinheiro fora, mas agora já tenho um carro, moto, tenho fiz um barraco, uma casinha mais ou menos, assim pra mora, pra eu chamo ali de barraco, porque é uma casa baixa e não tem estrutura, mas tá toda arrumadinha, toda rebocadinha, pintada e tudo, um lote praticamente, mas, e tem as quadra lá, e sempre eu tenho um dinheirinho no banco pra se eu precisa de alguma coisa, não compra fiado.
25	Minha irmã formou através, minha mãe também trabalha né, má é, minha mãe é professora no Maranhão, mas a maioria da renda principal foi daqui, mea irmã se formou, eu não me formei porque num quis estuda, mas já fiz curso de piloto, só não iniciei na faculdade, fiz curso de piloto, a gente tem carro, meu pai tem uma casa, eu tenho uma casa, ele tem um carro, eu tenho outro carro, tudo tirado daqui.
26	Carro, moto.
35	É muito cedo pra dizer ainda, porque como eu tomei empréstimo, você sabe, ce pega aí cinco mil, se paga dez, então a gente tá pagando ainda o empréstimo, e ainda aqui acolá salva o aluguel, alguma coisa ou outra.
37	Hoje mesmo eu conquistei a cerâmica do meu banheiro que eu não tinha, conquistei, meu carro não comprei daqui mas (incompreensível) alimentação, higiene pessoal, isso ai.

38	Casa, carro.
----	--------------

2. Sobre registro em carteira de trabalho, se tem ou já foi registrado, se gostaria de ser?

38	Não, porque eu não ganharia o que eu ganho aqui hoje (silêncio), inda com a experiencia, é com, com escolaridade que eu tenho.
----	--

3. Planos para o futuro relacionado a vida profissional.

5	Não, a gente pensa em melhorá o que a gente tem, a gente pensa que a gente qué, que as coisa melhore, que as coisa mude éééééé, mais eeee, nem tudo é como a gente qué, é como eu lhe falei a gente qué consertá, eu já tô com essa idade e nunca acertei.
6	Até quando dá, enquanto a gente der conta a gente tá trabalhando, é como eu dizia, começá do zero.
7	Amplia mais o meu negócio ééééééé.
16	Quero mais o melhó pra família, pra (silêncio), bem estar pra gente né, sempre procura cria, crescer é o nosso sonho.
17	Ah! Meus planos pro futuro (silêncio), é continua aqui devagarzinho igual eu tô indo tranquilo e a idade tá chegando éééééé, ficando por aqui devagarzinho e fazendo, arrumar uma pessoa pra me ajudá a trabalhá, pagá uma pessoa, acha um alguém pra trabalhá pra mim, pra fica mais maneiro pra mim trabalha que sozinho é meio complicado.
25	Agora no que (silêncio), pra bem próximo agora a gente tá registrando a empresa, porque o xarope de guaraná que é o que eu uso pra adoça o guaraná, ele é, eu não uso açúcar, eu uso esse xarope né, ele a gente compra da casa de guaraná de Araguaína, mas agora a gente já começo a fabricar o nosso, entendeu? Ai a gente quer crescer, nessa questão do atacadista deee, de venda de xarope de guaraná. Agora pra aumentar a empresa em sí assim tipo pra alugar sala açaiteria, essa questão ainda a gente não tem esse interesse não, pra ti ser sincero.
26	Eu não pretendo ficá muito tempo aqui, a gente nunca sabe o dia de amanhã.
36	Tenho vontade de monta uma lojinha.
37	Troca esse carrinho por outro, mas continua com água de coco, coloca um bem mais moderno.

38	Monta uma loja.
46	Eu não tenho planos para o futuro, a gente não sabe o dia de amanhã né, não sabe o que vai acontecer amanhã, se você vai dormir, ou acordar

4. Como conseguiu se instalar neste local?

5	Compro de outra pessoa, o cara que sai, aí sede a vaga pro outro éééééé, no caso, todos tem seus equipamento de trabalho ai, pá, não quer sê ai, passa pra outro, não o ponto, porque o ponto é da prefeitura. Nós tamo em área verde.
6	Porqueeee fica no centro né, meu marido olho, e não tinha ninguém.
7	Porque possui movimento.
16	O ponto tem 17 anos, mas eu comecei nesse ramo de empreendedorismo, agora tem uns 7 meses, agora vai fazê, nois só trabalhava de empregado eu e a esposa. Porque o ponto é bom né, muitos anos nesse local, por aqui passou várias pessoas, aluguei do baiano, é aluguei o treilzinho já pronto, tem outras pessoas que passaram por ai que não deu certo, aí eu já aluguei prontinho, tem uns 20 anos que tem esse treilzinho.
17	Tinha um rapaz aqui, eu comprei o carrinho e fiquei na vaga dele, ai eu fui melhorando, de um carrinho de mão eu passei pra uma kombi, de uma kombi eu passei pra esse trailer. O trailer fica sempre ai, porque tem muitos anos que eu trabalho aqui, eles nunca me diziu de eu tira, ai eu fui acostumando ai, e a prefeitura consentiu ai desde o Raul Filho que era prefeito, que eu vem trabalhando nesse lugar, ai vem eu era muito cobrado de fiscal, mas era por causa do pessoal que tinha, essa loja mesmo aqui vizinha, ela queria que eu saísse daqui, mas depois eles ficaram amigo, ai paro, mas eu fui perseguido muito, fiscalização de pessoas que (incompreensível) mas Deus me ajudou e eu consegui fica. Não acha outro lugar, e acha que aqui tava acostumado, já tinha um lugar bom, a caixa econômica aqui, e o movimento dessas lojas, movimento melhor, achei que aqui era o lugar mesmo, deu fica definitivo.
25	Na realidade porque a gente tá aqui depois que, que o rapaz desse quiosque autorizou a gente a colocar aqui, porque a gente ficava num, num cantinho do muro e ai na época eles pediram pra gente sai, que esse lote do lado é de uma empresa particular,

	ai eles pediram pra gente sai né, porque ficava na calçada e tudo, masssss a prefeitura vem fiscalizaaaa, vem vê se tem o alvará de vigilância, se tem alvará de funcionamento né, e nós temos.
26	Você tem que ir na prefeitura pediiiiiii, uma, uma localidade né, né, e no caso dele, ele ééééé, um vendedor, ai tem aaaaaa, registrado aqui nesse canto, ai por exemplo se vai na prefeitura, pede uma localidade pra vocêêêêêê, exercê um, uma venda ai, eles vão vê as localidade mais ou menos disponíveis, a não ser que seja de vendedor ambulante, que ai se tem que tar trocando de canto, esse é fixo.
35	Movimentação
36	Ahmmm eu consegui ficar por causa do, do, do, da, da, da, do camelo aí, e a gente trabalha na rua mesmo, tem negócio de conseguiu não, trabalha na rua. Eu falo com os meninos da loja.
37	A pessoa tava muito em crise e praticamente eu paguei, eu comprei só o carrinho pelo valor, se eu fosse vendê, eu vendia o carrinho e o ponto, e não seria o mesmo valor que eu comprei, entendeu? Muito mais alto, que eu vendo, bem aqui é um ponto bom, não tenho de que reclamar. A gente acaba avaliando pelas outras pessoas que vem aqui, que já vendeu, ou querendo vendê né, quem aqui no Banco do Brasil tem um, quando ele quis vender, ele tava pedindo cinco mil, aquele bem pertinho da Borboleta, ai a gente começa a valia assim, e pelo que, pelo que eu ganho aqui, eu não ganho muito, mas não tem como eu vendê por um preço baixo, se eu tiro bem aqui. Se alguém manda, tem que sai, mas é difícil porque é na rua, a rua é pública.
38	Por causa da marquise.
46	Morava num lote lá no hotel Roma, lá tinha uma oficina mecânica no fundo e o cara me alugo um pitidogzinho, lá que eu morava, lá, e fazia comida lá, ai (incompreensível), ai vinha cedo pra cá, seis horas da manhã, colocava agua na caixa de isopor, igual pos ali (mostra uma caixa de isopor com as mãos), iiiiii. Daqui a pouco eu chegava na bicicleta cargueira com as panelas atrás, e duas na frente, ai colocava e ficava vendendo ai, e ficava fazendo mais lá, ai onze horas recolhia o resto do material, ai eles comia caldo de macarrão, frango mole, uma carne que eu fritava, ficava bem molinha, era assim. Hoje essa estrutura física é minha, né. O espaço físico não, do estado.

5. Como faz para sair ou ir ao banheiro?

37	Ningueeeeem, ninguém mexe, só levo a pochete, ninguém vai carregar coco, embalagem.
38	Peço para os colegas olharem.

6. Onde guarda os utensílios, produtos, estoque e ferramentas ao final do dia?

7	As vezes a gente dá um caldo de cana pra ele (mostra com o braço, após silencio), ééééééé, é um galpão de guardá as coisa, a gente só guarda cana mesmo, a gente não guarda nada de comida, só mesmo a cana.
37	Umas eu coloco aqui (mostra com as mãos, uma prateleira no carrinho), quando tem bastante, eu boto, dexa no bagageiro do carro, aqui dentro também cabe, tem um lugar que guarda aqui mesmo o carrinho, no banco eu levo pra higieniza, isso daqui sai, fica só essa parte de baixo, tem um lugar que guarda ali na rua de traz, só na base da bondade que eles deixam, no lava jato.

7. Porque você trabalha como informal ambulante?

5	Não, cada um faiz seu tipo lá, não sei como é que os outros trabalha que, que tem, não tem e, é assim.
6	Escolhi vender chambari, só tinha eu.
16	É, melhor né. Trabalhei di, di, di empregado aí quinze anos da minha vida, mais de quinze anos (incompreensível), então a gente empreende, é muito melhor, além de você ganhá mais, eeeee, se livre né, melhor que tá subordinado. Ééééééé também temo essa crise que veio, tendo essa pandemia, fez a gente caça otras melhoras, que empregado, na época mandava todo mundo embora, nois teve que si virá. Do nada, conversando mais o baiano, surgiu a oportunidade tô desempregado ai, surgiu o carrinho, botei mais por causa da minha esposa pra ela mexe, que tava desempregada, e eu continuava no aplicativo, só que ai surpreendeu a gente porque foi muito melhor que tar empregado, nos lucro, aaaaaa tranquilidade de se trabalhá pra você, então foi muito melhor, decidi sair do emprego e fica só por conta mesmo do pastel.

17	Isso ai, quando eu trabalhava, eu trabalhava de pedreiro na época, depois numa época lá, eu trabalhando num local numa obra ai, ai, eu fui muito decepcionado sobre negócio de patrão ééééé (silêncio), os patrão exigia muito da gente, ai eu cismeie de sai, de, de obra, de construção civil, ai falei: - Eu vô arrumá um negócio pra trabalhá por minha conta, pra mim não ser mandado de ninguém, porque (silêncio), a gente tinha hora de fazê as coisa certa, e pro patrão não tava certo, ai eu parti, resolvi e botei esse carro de cana, aí comecei, gostei e tô até hoje ééééé uma coisa que me faz bem, o dia que não tô aqui eu fico sem graça.
25	Na realidade foi meu pai que veio do Estreito do Maranhão pra cá, e ai quando ele chegou aqui, o meu tio já trabalhava com o Guaraná da Amazônia, e ai ele ficou trabalhando muito tempo com meu tio, como funcionário, e ai depois ele resolveu montar uma banquinha pra ele aqui, e foi uma forma mesmo de, de sustento da família né, que no, no Maranhão ele trabalhava, ja trabalhou com abatedouro de frango, eeeee como ajudante de mecânico, nunca foi assinada a carteira.
35	A pandemia, foi uma ideia que teve, foi a única opção que teve, graças a Deus tá salvando.
36	Tem que ter um dinheiro pra compra, eu simples demais. Por causa da idade fiz cinquenta e cinco anos, fiz ontem aiiiiiii, trabalho chato (incompreensível) de vendedor não pega não.
37	Foiiii a oportunidade que surgiu no momento (silêncio), porque quando eu vim comprá aqui já era de coco, já era esse carrinho, eu só continuei. Eu tava desempregada, e aqui tava a venda, tava vendendo e eu só abracei e continuei com esse produto, mas eu gosto de trabalhar com coco.
38	Não tem nenhum motivo especial não, porque eu via gente que é ambulante assim, via gente trabalhando num lugar, outro dia em outro, aí aqui eu já estou a três meses mais ou menos.
46	Fui o primeiro, antes era só esse quadrado (mostra com as mãos), a chapa e as panelas em cima e eu despachando o pessoal, ai, ai eu formava, fazia tipo uma seta, porque na época não tinha restaurante comunitário, e tinham poucos restaurantes né, não tinha muita opção, ai eu fazia uma setazinha pra ninguém fura fila né, quer dizer chegasse por último ficava no rabo, atrás né. Aí chegava um pedia, e sentava por ali, não tinha essas mesas assim (mostra o ambiente), não tinha essa cobertura, só

	quadrado mesmo, nada disso aqui. Uma banca de dois por um e meio. Eu trazia de bicicleta.
--	---

8. Quais problemas você enfrentou durante a pandemia no seu trabalho?

5	Foi proibido de trabalhá, fechô uma temporada, ficamo só entregando maumita, a depois fomo voltando aos pouquinho. Geralmente nois tem que acompanhá, que fazê o que, se, se, nois éééééé, não acompanha, ia fica só.
6	Não, olha, é o seguinte, ninguém esperava isso, nos pego de, de surpresa, então ai a gente ficô os primeiro mês que ela pediu pra gente respeita, a gente respeitô, mas chego um limite que vai acabando os mantimento na casa da gente, ai a gente veio, fechemo tudo com fica, e veio com máscara, a gente usa mascara, álcool gel , então tamos ai, pedindo a Deus que ninguém pegue doença e viva feliz.
7	Nós, nós ficamô parado só 10 dias, aí ela liberó (incompreensível), não teve nada com a gente não, ela não proibiu nois de trabalhá não.
16	Ai pra mim, graças a Deus não tive dificuldade, porque pra mim sempre Deus abriu as portas né, nunca me deixou desamparado, durante a pandemia fecho tudo ai, mas na época eu tava no gás, e gás não fecha, então pra mim não teve, não altero e nem diminuiu, foi a mesma coisa se tivesse ou não pandemia, não teve diferença, ai quando sai do gás na pandemia, fui mexe com aplicativo, e do aplicativo tava tudo fechado e nos rodando entregando comida né, ai quando sai do aplicativo começamo a mexer aqui, então ele já tava funcionando também.
17	A dificuldade foi no começo, porque paro tudo, ai eu vinha pra cá tinha umas pessoa trabalhando nessa atividade, ai eu falei: - Num sabe, eu pensei acho que eu tenho de volta pra lá, eu voltei abri, fiquei abrindo aos pouquinho, ai fiscal vinha falava comigo pra não bota cadeira pro lado de fora, eu não botava. E fui vendendo, vendia umas 30 canas, 40 canas e fui vendendo, tinha dia que eu vendia uns 100 reais, aí fui levando a vida.
25	Não, a pandemia pra gente não mudou quase nada pelo seguinte éééééé, nos só fechamos mesmo aqueles primeiros dias que a prefeita, que teve o lockdown, que teve que fecha, ai os outros dias o que é que nós fizemos, nos trancamos as cadeiras aqui, e a gente pedia se a pessoa quisesse o guaraná, ai pra esperar no carro, ou fica um pouco longe né, mas a gente continuo aberto, só que com a pandemia, nossas venda

	<p>melhoró mais, porque devido esses problemas de saúde tudo, as pessoas evitaram mais de come alimento tipo, ao invés de toma um refrigerante, vou tomá um guaraná que é natural entendeu? (gaguejou) éééé tudo natural. Então assim, graças a Deus não atrapalhou pra gente não.</p> <p>A gente reabriu, vamos dizer que escondido entendeu? Então a gente tinha que trabalhá, o pai fazendo guaraná, e eu aqui olhando se a fiscalização tava vindo, porque se não eles podia multa a gente, e fecha tudo.</p>
26	<p>Não, diminuiu a venda, mas a concorrência não aumento não.</p> <p>O movimento caiu muito, as pessoas ficaram com mais éééééé, aumentaram o medo das pessoas, num tava andando livremente, até os comércio mesmo, as pessoa evitava vir pros bancos, comercio, só vinha pro extremo necessário, isso acaba caindo nosso rendimento.</p>
35	Não, não acho não, no meu ramo não.
37	Demais, tem conhecido meu que agora virou meu concorrente de água de coco.
38	Ssssofreu (silêncio), não especificamente o meu, mas outros segmentos sim.
46	<p>Acho que eu fui o único cara que continuou trabalhando, só com uma portinha aqui (mostra com as mãos), aí chegou o pessoal da guarda aí, com decreto da prefeita no papel tal, tal. Eu tô ferrado, tenho muito compromisso de pagamento, só o dinheirinho que entrava, me ajudava a manter, só pra não parar, melhor ganhar um do que perder dez, aí veio na minha mente de vender em marmitex. Funcionário não tinha, não tinha despesa, mas ganhava um pouquinho.</p>

9. Como foi realizado o processo relacionado a licença, MEI entre outros?

5	Não, a prefeitura não dá nada pra nois, nós também não cobra nada, não faz benefício nenhum.
6	Meu marido é MEI, eu pago INSS para aposentadoria, mas como do lar tem mais de 12 anos. Todos nós temo licença, tiremo uma vez e tamo aqui.
7	Não, foi fácil! Só é ir lá e abri, tá liberado, já vem junto para ser MEI e funcioná, contribuindo aqui com o ponto e tudo, na prefeitura.
16	Tem, eu sou legalizado, se não for legalizado a prefeitura não deixa não, tem que ter a licença que faz parte do carro, já tem ali, ali já tem o documento.

25	O alvará de funcionamento e o pagamento hoje funciona pelo MEI né, antes a gente pagava o alvará direto pra prefeitura, agora se paga no MEI, mantendo em dia serve como.
35	Aí nós tivemos que fazer um microempreendedor, tirá o alvará, entendeu? Fazé todo as papeladas. Pedimos tanto pra loja, quanto pra prefeitura pra fica aqui na calçada. Teve trabalho porque a papelada demora né, massss a gente conseguiu.

10. Qual a importância do seu trabalho/bazar/produtos para a comunidade?

5	A importância que tem, porque nois éééééé, serve o trabalhador eeeee, o trabalhador que tá trabalhando na rua aí, vem almoça mais nós, e a importância que eu tenho é que eu sirvo a eles, eu fico preocupado se eu não pude vir, porque eu (silêncio), não vou servir o cara (silêncio), ele faz como eu preciso dele e ele precisa de mim também então.
6	Ah, tem muita (silêncio), tem muito eu, eu, eu, e consumo muita coisa aqui dentro de Palmas, nos consome o dinheiro que nois ganha aqui, nois consome dentro dos mercado di, di, di, di, de Palmas. Então eu acho que eu tô gerando, eu ganho e gasto aqui contribuindo com isso.
7	Uai, pra alimentá o povo (risos), tá com fome, vem e come éééééé, alimentá de forma mais barata e rápida, comidinha da hora.
16	Bom, bom demais, o povo gosta muito porque os pasteis é diferenciado dos pasteis da feira, de qualquer um, nossos pasteis éééééé, procuro ser diferente, por excelência, gordura nos pasteis de feira, sempre acostumado a ser gorduroso né, aí eu procurei fazer diferente, aí nossos pasteis tudo sequinho e não tem gordura dentro, recheia bem recheado, totalmente diferente dos pasteis aqui. Desses que ses tão acostumado a comer por aí das pastelarias, nossos aí se pode, todo mundo que vem aí fica encabulado como é que a gente dá conta de manter. Trabalhando com amor e aí ganhando um pouquinho em cada um você faz por excelência, aí o importante é o cliente fica satisfeito. Por aí o pastel é seco, só que o cliente come uma vez, pronto nunca mais volta naquele lugar, aqui ele fica satisfeito come uma coisa bom, de seu agrado, eu mesmo se come uma coisa e acha eu acha (incompreensível) não passo mais lá, cabra nunca esquece, ruim se não esquece, e o

	que é bom se não esquece, aqui não precisa nem fazê propaganda, o próprio cliente chega aqui, vai tira foto, posta nas redes sociais ai já vem, ou vem por indicação.
17	<p>Ah! Eu acho muito importante porqueeee, muita gente fala que é bom um caldo de cana aqui no centro da cidade, muita gente fala que pessoas que vem aqui toma caldo, e pessoas que toma caldo de cana com pastel, fala que pra eles, pra eles acha que só a cultura da capital.</p> <p>Eu fico muito assim agradecido deles fala pra mim, é pessoas que tem bons estudos né que passa aqui, que compra fala que aqui é uma cultura esse caldo de cana nesse lugar, e aí eu fico muito grato por isso.</p>
25	<p>Pra gente assim, eu acho que é uma movimentação muito financeira entendeu? Porque a gente tem um, um, um ciclo muito grande de clientes, é uma rotatividade muito grande, entendeu?</p> <p>A diária é, meu pai chega aqui 6h da manhã, porque 7h ele já tem cliente pra atender, entendeu?</p> <p>Então isso gera, por exemplo, pessoas vem aqui pra, pra toma um guaraná e do lado é um chaveiro, entendeu? Ele já vem pra tirá uma cópia de chave, entendeu?</p> <p>Isso faz gerá muito dinheiro na cidade, ali tem um ponto de moto taxi que as pessoa as vezes vai embora, em vez de coletivo, não tem um ponto de taxi lá, tu vai de moto taxi, ajuda a movimenta ai.</p>
26	Acho que é muito importante, aaaafinal de conta o microempreendedor é que mantem a cidadeeeee, girando (silêncio), é dinheiro circulando de tudo.
35	Não sei te falar.
36	Porque fica no camelo é mais barato que em loja.
37	Pra cidade não sei, mas pro ser humano acho que água de coco é bemmmm saudável.
38	Ae algo diferente (silêncio), são um objetos de decorações interessantes.
46	<p>O nome do comercio meu é Chambari Love não é Chambari do Ramilson, como ali tem Chambari da fulana, Chambari do cicrano, Chambari do beltrano, eu não! Né!</p> <p>Ramilson, Ramilson sou eu.</p> <p>É centro gastronômico da família tocantinense, vamos dizê se o cara vem lá do Pará, do Maranhão, chega aqui como é que eu vô prová que eu tive lá no Tocantins?</p> <p>Aí ele vai fala - Chambari Love Tocantins, pah!</p>

11. Considera a concorrência ao escolher seus produtos para vender? Quais critérios utiliza?

35	<p>Eu já fazia em casa pra mim tá, eu conheci isso lá em Imperatriz do Maranhão, gostei, passei a fazer em casa e aí eu dei essa ideia pra ela, e ai funcionou.</p> <p><i>(Perguntei se a concorrência não atrapalha).</i></p> <p>Mas aí é uma questão de qualidade.</p>
36	<p>Tinha alguém que vendia aqui com esse carrinho só comprei, antes isso aqui não era meu, eu comprei aqui, esse ponto.</p>
38	<p>Sim pesquisei bastante, já tenho dez anos nessa área.</p>
46	<p>O pessoal daqui é difícil sabe, aí chega e já pergunta quanto que é. Eu queria ter uma diversidade maior, um bife a role, mas se fala 25 o cliente acha caro. Um bifezinho, um file à parmegiana, um file de frango enrolado com presunto e queijo, bife à milanesa, uma galinhada até é legal fazê, porque o frango não é tão caro assim, eu queria ter cada dia um diferencial, hoje o especial do dia como um bife a rolê, amanhã um filé de peixe a doure, dourado à milanesa, com purezinho de batata e arrozinho a grega, pra você fazê tudo isso ai, essas coisinhas assim, mas se coloca ai na hora de pagar o cliente não tem.</p> <p>O que ocorre, eu compro a carne na promoção, que é uma carne de um preço acessível, que ela já tá em promoção. Enquanto o cara paga vinte três no quilo do chambari, eu pago dezessete. Eu tenho um pessoal que me conhece, que ele vende carnes nobres e esse chambari no comércio dele não sai, então ele quer tirar esse chambari de lá, então ele vende pra mim porque é o que eu preciso, então eu consigo manter esse preço ai né. Ai enquanto o cara do dezoito vai lá, vamo lá no cara, lá é quinzeeee, entendeu? Aí ele vende um, e eu vendo três. Com um a mais eu cubro o lucro, eu cubro a despesa que tenho aqui. Entendeu né, se ele vende três, eu vendo seis, aí vai levando.</p>

12. Gostaria de mudar o local do bazar?

5	<p>Eu nem tenho ideia. Porque geralmente compra um ponto comercial pra botá não é fácil, alugá um ponto em uma loja não é barato também, que aqui nois não paga aluguel, se nois pagá aluguel pronto, não dá, não dá. Há uns tempo atrás tava mil reais,</p>
---	--

	como é que você aluga, um ponto aqui nessas galeria (silêncio), ééééé, o cara vai pagá pra trabalhá.
6	A prefeitura, todo prefeito que entra ele nos garante de dá um ponto pra gente, mas até hoje não foi concluída (silêncio), só tá nas palavra até, até uuuuu projeto tá lááááá na prefeitura. De quando colocá fazê as nossa barraca. A gente, a prefeitura tem aquela praça do Fabiano Parafuso, cedeu aquilo ali que é urbanizada, nessa outra quadra, seu for pra lá eu acho muito melhor, porque aí nos fica sussegado, ninguém vai mexe com a gente, nois tem banheiro público.
7	Não, prefiro aqui.
16	Ah! É estabelecimento fixo certeza né, é bem melhor, futuro, sonhos, que a gente sonha que podia ter uma loja fixa aqui no centro, por aqui.
25	Não.
26	Não, até que não.
35	Não.
37	Só se fosse o caso mesmo de ter de sai de um jeito ou de outro.
38	Sim, aaaa, se eu conseguisse autorização nas feira pra trabalhá, despreocupado eu queria.
46	Ahhhhhh! Se eu pudesse eu ficaria por aqui mesmo, mas com uma estrutura melhor, né. Porque aqui nós temos centro financeiro, centro político, comercial né. O cara vem na caixa resolve um assunto, ai vamo come um caldo de cana ali, vamo ali come um pastel, um chamberzinho ali, enfim tô no miudo, digamos no metro quadrado mais caro em relação a imóvel do estado do Tocantins, graças a Jesus Cristo (risos).

13. Modalidade de pagamento utilizada nas compras e vendas dos bazares?

25	As vezes a gente compra a prazo, também compra no prazo, mas é como é cliente muito antigo, a gente paga mesmo é na confiança na realidade. Não, manda mil reais ai de mercadoria, aí trabalha e paga. <i>(precisei intervir para entender melhor o que acontecia, lembrando ao entrevistado um fato que tinha ocorrido durante os processos de observação etnográfica)</i> [...] Não, não lembrava porque, na realidade ela não ia ficar fiado, ela pegou o número do PIX pra me paga só que ai ela disse que a (incompreensível) ia manda e não mando, só que ela é cliente de muito tempo, então assim a gente não importa, a única coisa
----	--

	que as vezes o cliente mesmo prefere é assim, se ele pega um guaraná com meu pai fiado, ele prefere paga pro pai, entendeu? Pra depois não: - iiiiii, será que me pagou, entendeu? Mas isso na verdade nunca aconteceu não, já aconteceu assim, da gente vende fiado, e a pessoa assim, um vendedor de loja e tal, pedi pra vende fiado aiii, vai conquistando a confiança, que sai, depois sai sem paga, 10 guaraná, 05, mais a maioria dos cliente paga certinho.
46	Vendo só a vista no cartão ou a dinheiro, a prazo não pode vende não, né. A maioria dos meus clientes são contínuos porque eu procuro manter o preço. Porque por exemplo, essa crise de Ucrania, o presidente fala aí que aumentou o gás, aumentou isso, que aumentou aquilo. Ai todo mundo aumentou pra dezoito, pra vinte. Eu continuo com o mesmo preço, nos quinze. Por minha visão essa crise não vai durar, uma hora ela vai acabar.

14. Relações desenvolvidas dentro do espaço público pelo ambulante fixo informal.

5	A gente compra, exatamente da Energisa e da BRK, tudo legalizadinho, (<i>perguntei como foi que conseguiram legalizar</i>), não até agora, não já tava tudo instalado aí, não sei como foi que vieram, geralmente é o primeiro dono que instala, se não, não trabalha, como é que vai trabalhá sem agua, sem energia?
17	Eu tenho o padrão, pagando no meu nome, eu tenho a conta de energia. O sábado como eles trabalhá aqui eu, eu, eles ficam, eles exercem ai no sábado, sábado eu dô a vaga pra eles trabalhá com cana também, ai eles me compram a cana, pagam o que eu deixo ai, eles paga, eles paga sem moe, eles moe por conta deles ai, eu dô o engenho pra eles moe.
25	Quando a gente começo ele mostrou os talões dele, a gente tem uma noção de consumo, uma base, como a gente não paga aluguel nem nada, a gente não paga nada pra ele pra ficá aqui, ai por exemplo a gente só usa esses 2 liquidificadores, que a gente não fica a noite, ai pra usa a maquininha e carregador de celular, a gente paga CINQUENTA REAIS por mês entendeu? Então assim, se o consumo dessa energia aí vai ser uns 30, 35 mas como ele cede um espaço pra gente, não cobra nada a gente compra mesmo paga esse valor como também ummmm, um pouquinho a mais na camaradagem, na amizade né.

	<i>(perguntei sobre a água para beber e lavar os utensílios)</i> Nós temos aqui o moto taxi aqui, a gente tem o bebedouro né, mas assim éeeee, como se fosse a gente, nosso também porque foi comprado tudo junto entendeu? A gente ajuda a pagar a água entendeu? A água é só uma ajuda 20 reais por mês, entendeu? Porque eu uso além de, da água que a gente consome pra, pra bebe, pra também eu uso as torneira lá pra lavar as coisa, pra questão da higiene, lava copo tudo.
35	Vem do vizinho ali, já era conhecido meu, então eu combinei com ele um valor fixo e pago pra ele.
36	Eu pego mercadoria lá, vendo e pago lá, eu vendo no consignado no caso. Ele passa mercadoria pra gente, é tipo terceiro ele né, e a gente sai pra vendê, não vendê nada, não ganha nada, só ganha o que vendê, não é como quem trabalha direto pra ele, entendeu?
46	Tenho água da BRK e Luz da Energisa.

15. Sobre o controle contábil.

5	Éééé, não, não, não, não tem não, costume antigo, controle de casa mesmo.
6	Não, tem um menino que faz no computador dele, tipo um caixa, meu filho que faz, a vista e na maquininha.
7	Não.
16	Tem controle, controla, tem um controlezinho num caderno, pra sabê entrada, saída, se tá tendo lucro.
25	Temos não, não contabilidade em si, um contador né, mas anotação no caderno, meu pai tem caderno de quando ele iniciou as vendas, o dia e tudo, o que é que foi tirado e tudo.
26	Tem a contadora que manda as vias, o que tem que pagar, faz declaração final de ano.
35	A gente não tem controle, a gente presta conta a partir do momento da maquininha, aí a gente tem uma noção de quanto a gente fatura por mês em detalhe, porque nem tudo que entra quer dizer que é o que você fica entendeu?
37	Só na minha cabeça mesmo, meu caderno, minha calculadora de celular (risos).
38	Sim, anotações.

46	Não, meu contábil sou eu mesmo. Tudo na minha mente, só porque quando eu tiro o dinheiro, se já vai e repõem tudo. Dinheiro não fica, muito dinheiro, um pouquinho né.
----	--

16. Sobre compra e venda de ponto/luva.

16	Eu aluguei esse pontozinho, aí montei ooooo, pastel. Tenho uma parceria com o proprietário do treilerzinho, vendo o pastel e ele o caldo de cana, sempre a pessoa compra o pastel e o caldo junto, porque combina, ai, ai, tem a parceria ele meche com o caldo eu mexo com o pastel.
25	Na realidade é assim, como a banca é do meu pai, eu ganho um pouco menos, mas é quase como se fosse dividido no meio.
26	Tudo que eu vendo tem um valor fixo, 20% de tudo que eu vendo e do dono.
36	É tipo assim quando a gente, digamos assim se eu for vende, eu falo assim: vou vende o ponto, só que quem compra o ponto corre risco, de alguém quere tira, tipo assim, igual o banco, mas é muito difícil tirá, mas corre o risco, mas tipo assim, se você quize comprá, você compra já sabendo que talvez pode por risco de alguém te tirá.

17. Relação patrão/funcionário dentro da informalidade.

46	Todos são contratados, recebem todos os direitos como se fossem registrados em carteira. Recebem todos os direitos que a lei exige, quando tem um problema que manda registrar eu assino a carteira, mesmo contrariado, pagando um salário. Não fazem nem oito horas de trabalho. Entra as oito e sai as quinze. Quando, quando iniciaram eu falei que o horário seria as sete, máximo as sete e trinta, mas como eu não tô aqui pra acompanhá a chegada deles né, é a moça que abre, trabalha a mais tempo, quer dizer ela chega, eles chegam oito horas, quinze horas encerra tudo, trabalham sete horas né, mas tiram uma hora de alimentação, trabalha na verdade seis, mas ganha o salário normal, e forneço a alimentação. Direito a férias, décimo terceiro, FGTS não deposito, mas pago a parte quando sai. É porque pra registra é o seguinte (silêncio) a questão é os impostos do governo.
----	---

18. Sobre a relação informal/cliente no espaço público.

25	As vezes tem pessoas que criticam porque você é ambulante, tem pessoas que olham de uma forma tipo acha que trabalha na rua porque é sujo, desorganizado, mas assim nunca aconteceu uma crítica pesada a ponto de prejudica, ou de criar algum atrito, isso ai nunca aconteceu não.
26	Acho que bem, já tem um vínculo de amizade de muitas pessoas que vem aqui já.
37	O lado de quem trabalha, sempre é bem visto com bons olhos.
38	Muito boa.
46	<p>Eu ganhei do Flávio Clark, um escritor. Já foi secretário de lugarzinho, deeee cultura, ele já era meu cliente aqui, aí na época ele me colocou no livro, eu como representante da comida tocaninense, José Ramilson Nonato Pereira de Paranaí - Paraná representa a comida típica tocaninense, situado na Av. JK com o melhor macarrão de Palmas.</p> <p>Ai o Folha colocou chambari como uma coisa lá da capital, mas pra frente a assembleia colocaram o chambari como comida típica do Tocantins, eu pela regra da lei, eles tinham que me dar um, se eles obedecessem a lei, pela regra da lei tem ummmmm código lá na lei que fala assim: que tem que ter o local da capital pra representa comida típica do Estado, e nós seríamos essas pessoas</p>

APÊNDICE E – Sua história na informalidade. (Ponto 3) Entrevista com Bazares da Av. Tocantins (parte) em Taquaralto, realizadas pelo período de 2021/2022.

1. Como entrou na informalidade e o que já conquistou com esse trabalho?

8	Começou há três meses (silêncio), até agora eu tava juntando um dinheiro pra comprar uma moto, mas agora comercio fico fraco né, eu tive que gastar o dinheiro.
9	Não, comprei uma casa, mas com a separação ficou pra mulher e pra minha menina. É que no Maranhão eu mexia com isso aqui né, aí tinha um ponto pra cá, mas foi bom viu, eu não tinha dinheiro mais fui juntando, juntando. É um lugar muito bom na Avenida então, muita coisa aqui (incompreensível), não vou mais não.
10	Ah! O que eu conquistei ééééé (silêncio), eu já conquistei casa, mas devido ter família, deixei a casa pra família, por causa de separação.
11	Olha, até que melhoro, assim né, melhoro mais do que o que eu ganhava, humhum, melhoro mais.
18	Ai se eu te disser, é aqui, aqui este ano nada, tipo é que nem eu falei, não dá pra conquista muita coisa porque, porque a gente poderia tá juntando a gente paga com moradia (silêncio), quando eu cheguei pra cá há dois anos atrás eu pagava o que 80, CEM REAIS de energia, hoje eu tô pagando 300, água não aumentou muito, a taxa tá a mesma, só que o aluguel a gente pagava 350, hoje a gente paga quase 600, então tipo assim a nossa despesa multiplicou, então é com relação aaa (silêncio), a própria pandemia éééééé, deu um baixa (gagueja), um aumento nas coisa também né, antes eu vendia um pastel de 2,50 hoje eu tô vendendo de 6, SETE REAIS e não tô conseguindo tirar o lucro que antes eu tirava, que se aumenta mais, as pessoas não compram, tipo é capaz até aaaa (silêncio), perde venda, tipo diminuiu muito, bastante a venda, depois que aumentei, mas não tem como diminui, porque as coisas tão cara (risos).
19	Uma moto, um carrinho velho usado.
20	Já reformei minha casinha né, já reformei o banheiro, já fiz o muro precisando, comprei uma TV nova.
21	É um carro, e pago um lote.
25	Na rua a mercadoria é de nós, por exemplo na rua o preço quem (gagueja) quem põe na mercadoria é nois tá entendendo? O preço quem bota é nois na mercadoria. Eu

	pego com ele a mercadoria e o menor preço que eu faço com ela é dez reais, pra mim ganha em cima, se pego a cinco reais vendo a dez mais ou menos tá entendendo?
28	Assim, eu não, porque quando eu era mais novo, eu era muito desmantelado entendeu? Assim, gostava de bebe, de ir pa farra, ai graças a Deus depois que eu casei, eu mudei muito, ai eu tô tentando agora (gagueja), consegui alguma coisa né, porque quando eu era mais novo, só novo né, só que quando eu era mais novo, eu era mais desmantelado, ai agora eu tô tentando, se levantando devagarzinho, tô conseguindo as coisa.
29	Ainda não conquistei nada, só amizade e inteligência entendeu? E conhecimento.
30	Graças a Deus, casa, carro, tudo no meio de rua, aqui só devo a Deus.
31	Eu já comprei moveis, tô construindo uma casa, tá em fase de acabamento, quer dizer a casa já tá construída, mas tá faltando as coisa do acabamento (silêncio), eeeee, a despesa do dia a dia, que eu tenho dois filhos, eu tô, eu so a mãe e pai, despesa de casa.
39	Euuuuu eu tenho casa graças a Deus, eu tenho uma casa elaaaaa, minha casa ela ééééé seis cômodo, é seis cômodo de casa, é a sala que é boa de tamanho, a cozinha também, dois quarto, eu tô usando um quarto, mais eu cedi sempre dois, dos seis pra outro moço lá, idoso mora com a gente lá.
40	Uma casa que eu construí uma casinha, o terreno eeee uma moto.
41	Deu pra segurar minha casa, muramos a casa, uma chácara parcelada, mas pagamos.
42	Até a questão doooooo, salário melhor da dooooo, da rede privada, e acho que meu padrãoooooo, tá melhorando, entendeu?

2. Sobre registro em carteira de trabalho, se tem ou já foi registrado, se gostaria de ser?

18	Ahhhhhh, eu nunca trabalhei de carteira assinada, não sei como é que é, mas eu já trabalhei em emprego informal sim, porém, de carteira assinada eu nunca trabalhei mas seria uma boa ideia, mas eu nunca trabalhei, por isso que eu sempre fui uma pessoa que sempre trabalhei de uma função pra outra no informal, tipo ééééé, autônoma né´.
19	Se eu fosse ganhá mais do que eu ganho aqui, sim.
20	Porque o salário mínimo que tá vigorando aí hoje não dá pra sobreviver não.

	As vezes sim, as vezes não porque o salário de 1100 nãoooo, sei se dá pra sobreviver muito não, ainda mais com a, a carístia que tá os produtos, a cesta básica, o pobre hoje tá tendo mal condição de comprar o básico se alimentá, e com 1100, onde você tem agua, energia, gás, alimentação, roupa, remédio, tudo pra tirá de 1100 reais ficaria muito, quase impossível.
28	Rapaz, um emprego de carteira assinada (silêncio), assim é bom, porque se ter a carteira assinada tem seus direitos, mas um emprego que nem esse aqui, eu acho que só um doutó mesmo pra ganhá, dinheiro que nem (gagueja), porque por exemplo essas loja, se eles começa a trabalhá de sete o que, entra sete horas sai sete horas da noite, ganha o que um salário, um salário hoje em dia é o que mil e duzentos real, hoje em dia (gagueja), praticamente mil e duzentos reais não dá pra você vive, que não dá. Aqui nummmmm (gagueja), vive dum salário. Aqui tem mês que a gente tira sete mil, oito mil livre, depende do vendedor, ai com um salário, num emprego pra ganha oito mil, tem que ser um emprego muito bom.
30	Eu não troco a minha vida aqui, vamos supor pra quem recebe três salário mínimo, não troco. Aqui você pega, todo dia tá ganhando um punhadinho, quantas pessoas trabalham de empregado, só compram tudo fiado, porque não tem dinheiro, não tem muitas vezes pra comprar um pão, aqui todo dia, eu tenho uma mixaria no bolso, né?
31	Com certeza.

3. Planos para o futuro relacionado a vida profissional.

8	Eu não penso mais, eu meu foco é em abrir um negócio pra mim.
9	Não, eu gosto de ficá na minha barraquinha mesmo.
10	Não, emprego pela idade que eu tenho é um pouco impossível ééééé, eu pretendo ficar aqui.
11	Nããããã, eu quero continua aqui, enquanto eu puder andar, eu quero trabalha.
20	Ammmmm, terminar de fazer a reforma da minha casa, que eu não conclui ainda e daiiiiiii comprar um carrinho.
21	Crescer melhorar, expandi isso.
28	Meu plano pra o futuro é trabalhá, consegui ter uma casa pra mora né, que todo mundo hoje em dia, qué (silêncio), se tivesse oportunidade, se tivesse o capital pra abri uma loja, monta o seu próprio negócio (silêncio), com certeza eu queria né.

29	Ah! melhorá tudo aqui, compra outra engenhoca dessa, entendendo? Queria mais outra dessa, para dia de domingo ter outro lugar pra ir. Por exemplo bem aqui no banco, eu sou muito conhecido aqui, no banco do nordeste, se eu tivesse a outra engenhoca levava pra lá.
30	Ah! o meu maior futuro, Deus prepara pra compra uma casinha lá perto da praia pra mim, tchau, vo para de trabalhá, já chega de trabalhá desde os treze anos que eu trabalho (silêncio), trabalha claro, mas evita mais né, o mais tranquilo, esse é o meu sonho, vou consegui.
39	No futuro meu trabalho eu penso assim quiiii, eu sempre trabalhá e sempre pedi a Deus que tudo que eu faço é pra sombra da despesa aqui, de todo dia, não é isso? Porque o que sobrá da despesa de cada dia é onde eu tenho uma reservinha, porque você nunca pode dizê que isso aqui mais se pude dividir é melhor.
40	É eu me aposenta agora e para de trabalhá, já trabalhei demais (risos).
41	Monta uma loja, meu sonho monta uma loja.
42	Olhaaaaa, todos pensam de melhorá né, isso com o tempo conseguindo paga minhas coisa todas que eu devo, minhas conta, eu quero melhora de alguns aspectos pelos menos o visual.

4. Como conseguiu se instalar neste local?

8	É, já tinha o outro rapaz que trabalhava aqui né, que trabalhava pro patrão, aí ele foi pra Paraíba, eu fiquei no lugar dele. Acho que ele conversou com o proprietário da loja, pra num atrapalha muito a visão, só pra combiná.
9	É porque euuu, gostei do ponto aqui, eu tava alí, e aqui era a farmácia a muito tempo, aí o dono era ruim de mais, eu falei com o dono novo daqui se podia colocar o carinho e ele disse pode. Coloquei o carrinho aí e fiquei aqui, assim até hoje tô aqui, uns 6 anos aí. Quase, quase viu, é meu o ponto.
10	Fiz muita amizade, isso aqui ééééé um proprietário só, devido eu ter amizade com a família dele', botei minha banca aqui. Eu tenho CNPJ, eu pago meus impostos, aqui eu não sou dono de nada. a prefeitura quando vem com a secretaria de desenvolvimento costuma tomá a mercadoria, uma

	bagunça (incompreensível), o que eu pago é só pra minha aposentadoria, só isso, pela prefeitura a gente nem taria assim.
11/A	Na verdade, quando a gente compro aqui, o ponto já era aqui, nos trabalhava com sorvete antigamente né, então aí depois nos vendemo a máquina de sorvete, e continuemo nesse ponto. Compramos de um moço chamado Alberto, ele vendia sorvete, compramo a sorveteria dele. A sorveteria não tava dando, os produto tava muito caro né, e a mão de obra dela também, é muito cara a manutenção, por isso a gente resolveu vende.
18	Na verdade quando eu cheguei aqui já tinha outra, ééééé tinha um carrinho ali deeee, como é que eu vou dizer, uma carretinha deeeee (silêncio) deeee caldo de cana, que vendia lanche também, ai eu perguntei pra ele como que fazia, - ele não, aqui a questão é o seguinte, - se chego, se tiver um um lugarzinho você para, - se ninguém mexe você fica (risos), e eu tô aqui a um ano, graças a Deus. Porque ééééé, questão de movimentação de pessoas né, tem mais pessoas, movimentação, a lotérica aqui, então eu procurei coloca assim onde mais tivesse gente éééééé, e com relação aaaaaa a avenida pela manhã, essa parte aqui tem mais movimentação que lá pra cima.
18	Porque não tinha outro.
20	Os amigo indico. Porque é o local de maior movimento, ponto estratégico.
21	Não ele é do lote pra dentro, isso aqui é recuado, aqui é um dos primeiros lotes de Palmas, isso aqui.
28	Na verdade, esse ponto aqui não é meu, é dum colega meu, ele tá pra chegá, quando ele chegá eu saio daqui. Esse ponto aqui é dó, é desse dono aqui de dentro, aí ele tem muita amizade com o dono sabe? Um velhinho, acho que até morreu, aí ele fico aqui, fez amizade, ai o ponto é dele aqui. Cada vendedor desse que trabalha nessa avenida tem seu ponto, sabe, tem seu ponto certo, de trabalhá.
29	Que quando eu coloquei não tinha ninguém aqui né, (silêncio) ai eu fiz uma (incompreensível), com a inteligência que Deus me deu né, um dom que eu tenho, que ninguém tira, quando eu vim mexe com gente entendeu, eu mexia com clientes éééééé, com no Pará, eu mexia com três anos eu fui, e é assim na vida, pelo conhecimento mexendo com gente entendeu? Ai a cana, você souber mexer com a cana ela estragava toda, aí eu pego ela, povo chega da roça, fica três dias entendeu?

	Quando e vai raspá, ai eu vô raspa ela, no caso e boto no freezer, no freezer ela dura muito, só tem um dado, antes deu começa a mexe a cana, já duzentas canas acabô, estragava, eu não tinha conhecimento, eu pedi pra Deus a inteligência, e Deus me deu, acabô.
30	Na verdade aqui que é rota, que eu faço sempre indo pro Pará né, ai conheci esse marrento, amigo do caminhão, deixei umas coisa ali pra ele, (gagueja), ele me pagou tal e comecei, agora vim liguei pra ele e disse: - Olha arruma um lugar pra mim trabalha, perto de tu ai. Ele arrumou, eu tô aqui, trabalhando.
31	Aqui é um movimento bom, as pessoas que, que vende, ela tem que tar onde tem gente, onde que o movimento seja bom, que nem minha casa, minha casa lá, meu setor lá, tá começando agora, se eu coloca uma mesa dessa daqui lá, não vou vender nada, que não tem gente passando, então tem que ser onde tem. Ahhhhh, a gente chega e fica, aí se a fiscalização da prefeitura vier com o tempo, que as vezes eles vem, pede a gente pra tirá né, mas fico aqui desde quando eu comecei, e também aqui é área do banco, o povo boca umas engenhoca. Geralmente ninguém ocupa esse lugar, geralmente eu chego cedo. A mesa eu deixo ali (gesticula com o braço mostrando o poste), e levo pra casa só a mercadoria.
39	Aaaaa porqueee eu sou obrigado, porque primeira coisa, é queeee, eu donde, eu moro não dá pra começá, se sabe que o comércio pequeno hoje num lugar fraco, se com, sem movimento não se vende né, se fosse um comércio grande chamava a atenção e eu não tenho condição, e isso aqui só, não vende. Nos trabalhava daquele lado ali. Ali (mostra com o braço), desde quando nois tava lá, que sempre vinha uma resposta de uma feira pra nois, mas essa fera veio se acabando sem começá, nunca saiu. Ai, nois trabalhava de lá, o dono do mercado, a gente não sabe o que é que tem, era meio tipo assim revoltado, porque aquele tanto de gente vendendo e aquilo que ele tinha lá dentro, lá fora na porta do mercado num ia dá certo mesmo. Saímo por isso, e isso que também aguardamo um ponto pra nois, que dependemo disso.
40/A	É na época ééééé porque, por causa das lojas, as lojas aqui, aqui na época era uma ferragista né, e daí a pessoa era muito chegada a mim, daí ele veio me, cedeu pra mim, queeee hoje as lojas já não deixam.
40/B	Pedi para ficar na frente da loja ali perto da casa (incompreensível).

41	Eu comecei a vender essas coisinhas através de uma moça que ela faz, aí ela disse não, eu faço pra você vender, aí você vai vendendo e vai me pagando, aí tá assim até hoje. Tem umas que eu compro a vista e outras vou vendendo e vou pagando.
42	Esse ponto era de outroooooo, era de outra pessoa eu só fiz adquirir dele, comprei dele, comprei a barraquinha querendo ou não o ponto pra mim permanece no local.

5. Como faz para sair ou ir ao banheiro?

28	Eu peço a ele pra olha (dá uma olhadinha para o lado para mostrar), passo, boto um pano por cima, pra ninguém olha, mexe né.
38	Ninguém, ninguém, só minha sobrinha que trabalha no restaurante ao lado, que fica olhando aí.
39	Peço pro amigo do lado olhar.

6. Onde guarda os utensílios, produtos, estoque e ferramentas ao final do dia?

11	Todo dia a gente leva e traz, pra nossa casa.
----	---

7. Porque você trabalha como informal ambulante?

8	Foi indicação, eu já trabalhava aqui há uns dois anos né, aí me indicaram, um colega de serviço, que viu eu trabalhando por aqui, e me indicou pro patrão dele.
9	No Maranhão eu fazia feira, com esforço eu vendia na rua né, ai o cara vem quere fazé (incompreensível), quero não, tenho dinheiro. - Não! Eu te vendo fiado, comprava de Pernambuco fiado, (incompreensível), aí fiz a carretinha, mas foi difícil, não dependi de ninguém, toma empréstimo, só com a família.
10	Olha, era uma coisa que tava na minha mente, éééé, eu, eu fiz serviço de hotelaria (silêncio), eu ia ser promovido, éééé, no mês se promovido (silêncio), houve um corte de 360 funcionários, ai me jogaram no meio (silêncio), me desgostei de patrão (silêncio), e de lá pra cá minha atividade é essa.

11/A	Eu queira trabalhar por conta própria, já trabalhei muito de empregado né, mas aí, eu quis monta meu próprio trabalho né, comecei meio fraco.
11/B	Eu trabalhei em várias empresas, só que meu esposo já trabalhava aqui, nela né, né, e ai eu fui a empresa, saiu né, e ai eu fui pedi pra sair também, junto com a empresa que eu ia saí, perdeu a licitação, trabalhava seis anos né, perdeu a licitação, ai a empresa saiu, eu pedi pra sair, pra trabalhá aqui com meu esposo.
18	Não consegui emprego, assim quem não tem ensino médio é mais difícil.
19	Não queria trabalhar pros outro.
20	Desemprego.
21	Éééééé, (silêncio), a vontade própria de ser um empreendedor, entrar na área, entrar no ramo do empreendedorismo né.
29	Por causa que eu mexia com bar né, e mexia com açougue, ai eu (gaguejou) eu vi que tava destruindo a vida dos outros, por causa que, o cara chegava com dinheiro, gastava o dinheiro todinho no bar, e ia embora bêbado (gaguejou), ai eu digo, não quero isso pra mim, e não quero pros outro, tá entendendo? E o outro foi (gaguejou), um cara matou, eu tinha na época o que uns dezessete anos, dezoito anos no Maranhão, ele foi e matou uma vaca que tinha uma bezerra dentro, e a bicha não morreu, ai com aquele negócio lá, eu me assombrei com aquele negócio, não queria mais aquilo não, vendo. Ai eu vim pro Pará, morei dezoito anos em Tucuruí, fiquei lá (silêncio), construí uns estribo, trabalhei em madeireira, cheguei aqui não queria mexer com bar, e larguei o bar de mão, ai comprei essa engenhoca pra mim, e peguei os canteiros de hortas ali, lá no Santa Bárbara, assim mexo com horta e com isso aqui.
39	Eu sou da roça, mas eu aprendi é tipo assim, a minha condição de, de trabalhá, quando eu vim da roça, a única coisa foi isso. Também não é coisa ruim, é coisa boa e honesto.
40	Éééééé, já pagava aluguel né, e o aluguel sempre foi muito caro pra gente que trabalhá com isso, com reparação de joia, conserto né, aí a paga um aluguel fica mais difícil, não é? Os alugueis são muito altos.
41	Fiquei um ano desempregada lutando, lutando não encontrava serviço nem nada ai meu irmão falou vai vender alguma coisa, ai eu comecei, assumi e comecei a assa milho aqui, é tanto que a marca do milho é dele, ai o milho ficou difícil né, difícil, ai deixei e comecei com isso.

42	O meio de venda mesmo, até por falta de emprego, achei esse meio, aí foi tentá, pra sobrevive, e tive a oportunidade de encontrar o carrinho, eu achava que não era essa minha, aí quando encontrei, eu vou partir pra ela.
----	---

8. Quais problemas você enfrentou durante a pandemia no seu trabalho?

8	A pandemia (silêncio), eu acho que ela foi uma saída pra, pra muita gente né, muita gente se descobriu nu comercio, através da pandemia (incompreensível) o, ééééé, pra patrão carteira assinada, teve gente que trabalhô, começo a trabalhááááá', ééééé, como autônomo eeee, tá ganhando mais (silêncio), só não tem os benefício que tem com a carteira assinada.
9	Foi bom pra controlá a doença, se não controla ia mata muita gente, foi bom (incompreensível), eu não sou contra isso não, eu mesmo, eu fechei 3 meses viu, foi pela doença, foi com medo da doença, tava com medo dela viu, morreu conhecido pertinho da gente, fiquei com medo, fiquei 3 meses parado.
10	Olha (silêncio), eu tive o cuidado, mas não me atingiu não.
11	Olha assim, pra nós a gente tem que se previni, mas a gente assim, não tem que ter fechado todas as lojas, tem muita gente que precisava, necessitava né, desse trabalho, nós mesmo ficamo mais de 2 meses sem trabalhá, na epidemia a gente ficó, mas assim foi difícil, porque mas sendo pro nosso bem eu achei certo o isolamento, porque ah se protege mesmo.
18	Na verdade, com relação a pandemia eu fui uma concorrência também né, porque assim já tinha bastante ééééé, comercio de lanche essas coisas, eu sou mais uma que precisó fazé esse tipo de coisa. Até hoje eu acho tipo, ééééé com relação ao estado financeiro essas coisas, com relação a gente que mexe com venda, a venda diminui tudo.
19	Não diminuiu a venda. No início eu fiquei duas semanas sem vir né.
20	Eu acho que, que a dificuldade que eu tô enfrentando até agora na pandemia é o, ééééé, o preço alto dos alimentos, que não cessa, não para.
21	Fiscalização, fiscalização eeeee, eeeee, vendas né, o comercio caiu bastante assim. Eu consegui segurar porque eu tive de demitir todo mundo, eu tive de trabalhar sozinho.
28	Tá do mesmo jeito.

29	Não, diminuiu foi muito.
30	A minha rotina de trabalho afeto porque, por causa dááááá, locomoção, teve muitos lugares que tem que tá com isso direto na cara (mostra a máscara), isso é ruim, isso é péssimo, isso aqui prejudica mais, que oce tiver aberto. Eu acredito que o principal é tá, tomando água toda hora, tomando sempre um remédio pra expectora oooo, principalmente o pulmão, cabo, isso aqui prejudica a gente demais.
31	Iche e como, bastante, bastante mesmo, muito. Foi a época que eu mais ganhei dinheiro, porque foi na época da pandemia que eu construí minha casa, mas assim, mas assim, eu não parei de trabalha. Fiquei só uma semana sem trabalha, na pandemia trabalhei o tempo todo.
39	Não, não, não, ainda diminuiu muito. Teve pessoas que desistiu, disseram tipo as vezes não vem mais, mas também ela caiu muito essa venda, caiu muito, ela baixou muito aaaaaa, o que tava, aí ela baixou muito.
40	Aumentou.
42	Olha muita gente procuro trabalha informal, e houve sim uma concorrência maior porque até quanto o desemprego é grande.

9. Como foi realizado o processo relacionado a licença, MEI entre outros?

8	Eu não procurei me informar ainda, não acho importante.
9	Licença, dois dias, eu consegui pro meu carro, eu pago a prefeitura.
10	Uma licença assim no escuro, no documento é pra mim anda, se fosse possível pegá a lei terá e andá com esse carrinho nas costas (silêncio), é ambulante. É difícil é, difícil é, essa secretária de desenvolvimento (silêncio), tem hora que eu pergunto porque é que ela existe? (silêncio), é difícil demais você conseguir um alvará, principalmente dentro de palmas (silêncio), iiii, é, você recebe um papel (silêncio), é um licenciado sem liberdade (silêncio), de expressar a tua alternativa em, em comercio, ééééé, expressão (silêncio), como se você falá alguma coisa, capaz de dá uma entrada lá que numa grossevidade (silêncio), ai já chega aqui cadê a licença, se não tiver a licença nois vai levá tudo, ééééé, assim, não é uma vida bagunçada por a gente ser informal, é uma bagunça que já vem de lá pra cá (silêncio), é tanto que quando eles vêem, eles trás a guarda metropolitana fortemente armada, já pra qualquer atividade aqui.

11/A	Mulhé tem não, eu fui pega licença, mas eles não falo pra pega ambulante, pra pega licença não tem condição, tem que ter um.
28	O contrato com o patrão é só vim trabalhá. Nos conhecemo desde pequeno, só vai vendo, vai vendo, vim trabalhá (gagueja), vai crescendo junto né, aí ele vem trabalhá, conseguiu levantá um dinheiro e deu uma oportunidade a outro né, pra nós tentá cresce né?
39	Moça eu já tive um dia aí, demoro mais eu tirei, agora não sei onde tá, mas faz tempo aí.
40	Ééééé na época eu tinha umas economia, daí eu fiz, mandei fazer o trailer né, e daí eu pedi uma autorização na, na prefeitura né, e daí eles me deram autorização se eu podia trabalhá, no caso uma permissão.

10. Qual a importância do seu trabalho/bazar/produtos para a comunidade?

8	Ééééé, (silêncio), posso, eu posso vendê alguns produto eeeee, abaixo do preço também né, das loja, eeeee (silêncio) é isso mesmo. É porque a gente não paga um, um ééééé (silêncio), estabelecimento né ééééé alvará, fica mais barato pra gente.
9	Muito bom viu.
10	Olha (silêncio), ééééé, pra o poder público pode não significa nada, mas pra mim significa euuuuu, o (silêncio), dá um prazer ao consumidor, trazer o prazer ao consumidor. Tem vez que ele procura na loja não tem eeeee, eu tenho aqui. É uma coisa que é duas em uma. Quem a vontade de vende e a vontade de eu ter, pra vende a quem tá precisando.
11	Ah! eu acho que é muito bom, porque tá desenvolvendo né, o que a gente tá vendendo, tá fazendo, tá, tá vendendo, tá circulando o dinheiro né, eu acho que tem importância porque.
18	Isso depende ééééé, (silêncio), eu acho que essa é uma profissão digna, e se tivesse mais, é apoio, provavelmente iria pra frente né, porém, tem muitas pessoas que não vê desse jeito, a discriminação é um pouco grande dependendo da situação, tem pessoas que (silêncio), desvaloriza, mais automaticamente eu acredito nisso, talvez eu posso tar querendo parar, porque eu posso ter algo melhor, mais se eu tivesse condição de manter, até tipo aumentar, pra mim seria, seria bacana.

20	Gira a economia.
21	Éééééé, o meu trabalho ele é bem visto, é visto com bons olhos né, porque, porque nossa região aqui é nois trabalhamos, eu sempre falo pros meus clientes, que nois temos, éééééé, aqui em Taquaralto um povo de classe média baixa, entendeu, o centro classe média alta, isso que a gente vê, aqui na nossa região que eu sempre, tem 24 anos que eu moro aqui, então o que acontece é, meu com preço agradável entendeu, sensível pra todo mundo entendeu, o preço aqui que todo mundo agrada, nisso eu consigo conquistar meus clientes, porque todos os lugares daqui os salgados é 3,50; 4 a 5 reais, eu consigo trabalhar com meus salgados a 3 reais em dinheiro.
28	Rapaeéééééé Se é bom porque oi, noe aqui na cidade, aí vem direto da minha cidade (incompreensível) rede, essas loja, nenhuma dessas lojas aqui tem né? Pano de prato, vem direto de minha cidade, nessas lojas aqui não tem, é tudo artesanato, não é?
29	É o que eu falei, só isso mesmo, a inteligência, é a convivência espiritual, com o povo daqui, e atendendo todo mundo bem, só isso.
30	Muitas vezes igualmente, meus produtos aqui não tem, então eu acredito que, vamos supor, aqui ooooo, até o próprio fiscal se chega aqui ele vai vê o que, que eu não tô atrapalhando ninguém no comercio deles, porque? Porque o meu produto é diferenciado.
31	Se tem alguma importância eu não sei, eu acho assim que tem muita gente que quer coisa barata né? Eeeeeee, tem lojas aí que é um absurdo, é, é as vezes as clientes passa aqui: - puxa achei uma calçinha ali por dez reais, ai chega aqui e acha mais barato, três por dez. Então assim pras pessoas que são mais fraca de condição, eu acredito que eu seja de importância pra elas, porque elas na minha mão, elas vão compra uma coisa mais barata, que elas não pode comprar caro.
39	É importante, é assim porque a cidade sempre gosta de vê assim tipo o movimento dela, se movimentando, ai quando é assim os propri pessoas que tem capacidade né, reconhece o valor de nós, pra vê que nós se esforça e eles acha importante.
40	Eleeee, é bastante importante porqueeeee, aaaaa, nessa profissão já nãooooo, ninguém os mais jovens já não se interessam mais né, de aprende essa profissão, então tá diminuindo muito pelo tamanho da cidade, por exemplo aqui essa cidade já tá tão

	grande que só tem três relojoeiro eeeee, ai por exemplo aaaa, eu acho queeee, pra mim é bom éééééé.
41	Olha eu acho que é grande, porque assim mesmo a gente que trabalha assim as pessoas conversam com a gente, a clientela até valoriza a gente, tem cliente que se admira de nosso trabalho, do horário que cumprimos, porque tem que se trabalha.
42	Eu acredito que tem porqueeeee, pra cidade até a questão da população ela gosta, ela, todos, muitos gostam, procuram então acho que deixando as pessoas satisfeitas a cidade também tem um acho que nesse aspecto.

11. Considera a concorrência ao escolher seus produtos para vender? Quais critérios utiliza?

8	Compra terceirizado, o pessoal manda pra ele (o fornecedor). Eu escolho as que vendem mais, cores mais escuras.
10	Ééééééééé (silêncio), eu, a mercadoria, eu vendo de acordo com a opinião. - Você tem isso? Ai as vezes eu me apego (incompreensível), muito a opinião do público. O relógio (incompreensível), de vez em quando alguém pergunta: - tem relógio aí? - aí eu já penso em botá.
18	Assim, a venda deeee, a venda de pastel e de tapioca (silêncio), é grande, é grande, só que ultimamente não tá vendendo porque as coisa, as pessoas tá praticamente sem dinheiro, tem gente que chega aqui, ai qué comprar dois pastel, que só tem dinheiro pra um, então ai a gente já vê né, que não é porque a pessoa não qué. Cliente meu de um ano atrás vem até hoje, só que as vezes não tem (risos).
19	Porqueeeee é as coisas que sai mais, a gente não escolhe.
20	Rapaz manda as fotos e eu escolho, considero a procura, a demanda.
21	Escolho quando vo no mercado pessoalmente, aí eu tenho uma listinha do que eu tô precisando né, que que tá em falta, eu anoto no papelzinho, pelo pedido que é feito aqui.
28	Essa mercadoria é lá da minha cidade, é fabricada na minha cidade, essa mercadoria aí, rede, manta, pano de prato. Eu pego essa meia aqui, eu vendo e arepõem de novo. Concorrência tem muita né na rua, que tem muito vendedor.
30	Isso aqui, é o dom do dia a dia, eu comecei trabalhando de empregado pros outro, passei pro trabalho de moto taxi no Pará, treze anos, desacertei mais a família fui pra

	Bahia, da Bahia comecei mexer com fruta, tava falando pra ele agora pouco, comecei mexe com fruta, da fruta eu abandonei por causa que eu tô com uma hérnia muito grande, quero opera, ai comecei trabalhá com as madeira, ai comecei i pras aldeia comprá, isso aqui é tudo trabalho dos índio.
31	Geralmente a primeira coisa que eu olho é a malha, porque a malha tem que ser até uma malha boa, se for ruim o cliente não volta mais, ai geralmente eu gosto de comprar uma malha PV, que é a melhor malhinha que tem, ela não dá bolinha, e as que tem umas estampas mais bonitas.

12. Gostaria de mudar o local do bazar?

8	Mudaria pra perto da caixa, mas já tem gente vendendo lá né.
9	Lá na frente, faria ali pra baixo, ali (aponta com as mãos).
10	Não.
11	Eu pra mim, aqui tá tudo bom, mas se tivesse um lugarzinho assim que a gente pudesse guardar as coisas da gente né, assim já, fica assim naquele pontozinho fixo, porque aqui todo dia a gente leva e traz, pra nossa casa.
18	Sim mudaria, na verdade (silêncio), eu até coloquei ela em venda (fala do ponto que ocupa) porque eu tô, eu tô mexen, eu tô com salão, aí eu tô pretendendo (silêncio), passá pra outra profissão (silêncio), aí se eu consegui vende, eu já começo trabalhando no salão.
19	Não, de jeito nenhum, porque aqui é o foco das pessoas.
20	Não.
21	Iria sim, eu iriaaaa (silêncio), eu iriaaaa, mais pro centro da Avenida né, entendeu eeeeeeee, só qualquer local onde tem movimento, pra mim onde tem movimento, onde tem gente tem dinheiro, meu pensamento é esse.
28	Nam, aqui é bom, mas só que eu vô ter que sai daqui, como eu disse, que o menino vai chega, e eu vô sai, que ele vai chegar, não vô ficar no ponto dele, vô fica, vou desce lá pra baixo (monstra com a mão a direção a seguir).
29	Sim, se tivesse uma feira assim, tudo bem, igual tão fazendo ali, diz que é pra ir pra lá (mostra com a mão).
31	Com certeza, tem que ser um lugar que tenha movimento, porque se não tiver movimento não tem (incompreensível), a gente só perde tempo.

40	Não.
41	Eu tenho um sonho, se tivesse condições de alugar mesmo uma lojinha sai daqui, porque aqui a gente sofre muito, quando vem chuva molha tudo. Mas tem que agradecer a Deus porquê de onde segura minha renda é daqui

13. Modalidade de pagamento utilizada nas compras e vendas dos bazares?

9	Vendo a vista, só a dinheiro, mas quando é amigo faço fiado. Quando é cartão, eu passo cartão ali no meu amigo, (nome suprimido), uma vez passô TRINTA REAIS, VINTE REAIS, eu passo ali só pra cortesia, e se for no PIX eu passo na, na, na (silêncio), na loja, no PIX não pago nada, mas no cartão passa eu pago, mas no PIX não precisa não, no cartão de crédito e débito ele tira TRÊS REAIS de 50, DOIS REAIS de TRINTA REAIS, pra não perdê a venda do cliente, pra não perde cliente, eu sou cliente e ele ganha um pouquinho.
21	Tem uma taxinha de 10% para compra com cartão de crédito, é vem os 10% em cima né.
39	As vezes alguma coisa é, outras já não é por causa do papel. Compro no crédito, compro nos cara que produz, ai eles me dão um prazo, que nem agora mesmo ano passado eu comprei um feijão do rapaz, eu fiz uma compra de um, de, de assim porque divide. Ele tinha a farinha, ele tinha o feijão já comprei tudo a farinha dele e o feijão ano passado. Eu comprei uns, uns, uns vinte aí monte de coisa. Eu tive um prazo, eu passei a deve ele sete mil a oito e meio, aí fui vendendo e fui passando, me vendeu que já me conhecia, eu consigo vende pra ele. A gente não precisa de nenhum contrato, nenhum papel, esse não. Éééééé só na confiança, agora eu paguei tudo certinho. (...) A letra hoje é boa mas de premeiro se sabe que nossos pais o negócio era só na palavra, não era, e cumpria. Eu ainda fico mais assim desses tempo pra cá. Se eu te comprá uma coisa eu não vou dizer que não devo não.
42	Eu compro tudo a dinheiro o cliente no cartão de crédito.

14. Relações desenvolvidas dentro do espaço público pelo ambulante fixo informal.

11	Aqui a energia é da Maria Bonita (uma loja próxima), a gente só conversou com o dono e aí ele forneceu pra gente, a gente paga né, paga uma taxa, nunca deu problema,
----	--

	assim pago direitinho a taxa né, nois paga DUZENTOS E VINTE CINCO REAIS de energia por mês, todo mês.
18	<i>(perguntei sobre uma cena que presenciei)</i> Estava com o troco da moça que trabalha na loja da frente, teve de trocar o dinheiro de uma cliente, ficou sem nenhum trocado. Quem veio buscar foi uma cliente da loja.
28	Eu pego a mercadoria com ele sabe (silêncio), ele fornece a mercadoria pra mim, pra mim trabalhá (silêncio), eu pego a mercadoria, por exemplo, eu compro a mercadoria aí nele, e vô trabalhá na rua, tá entendendo? Éééééé, eu vô, com compra ele, e vô pagando a ele, tá entendendo? Vô apurando a mercadoria, pá, pra gira o dinheiro né? No prejuízo não fica, porque se eu não vendeê a mercadoria toda, ele pega de volta, a mercadoria tá entendendo? Ah num, não tem como vende tudo, tudo, a mercadoria, aí o que ficá, nos presta conta do resto, o restante eu devolvo pra ele.
29	Unidade da cana.
39	Eu comecei, eu sempre peguei dinheiro emprestado pra trabalhá aqui, que eu não tenho renda, minha renda tirando o aposento que hoje se sabe que mil e duzentos que tá saindo não dá pra nada. Eu andei fazendo uns empréstimos aí pra dá uma reforma na minha casa, quando eu fazia que não ia dá é em cima desse dinheiro já desconta setecentos e sessenta. É duro fica pouco, é um empréstimo que fiz. A gente sobrevive.
42	A energia eu pego dos taxistas, a gente fez um cálculo e divide entre nós. Até hoje nunca deu problema, a confiança é a gente que faz, cada um faz a sua parteeeeee, de forma corretaaaa, não tem como dar errado.

15. Sobre o controle contábil.

8	Controlo o estoque e controle de caixa.
9	Não vendo a prazo, tenho controle de estoque e caixa.
11	Não, todo dia a gente faz o caixa.
18	Éééééé (silêncio), não nesssse, éééééé, eu até possuía, um tempinho desse atrás, mas como o movimento tá tão fraco, não dá nem pra ter aquela exatidão de controle, tipo é, vamo supor se fizer 40, 50 reais por dia já sabe que a base era 1.500 por mês né (risos). Aí tira minhas despesas vamos supor 600 reais, vamos supor que eu tô ganhando aí como um assalariado normal de 800, 900, então é por isso que eu também não procuro mais me éééééé, me certifica do quanto pela quantia que eu tô fazendo.

19	Mais ou menos, anoto num caderninho o que eu vendo o que eu compro, só isso.
20	Não.
21	Não tenho rígido não, mas a gente tem uma noçãozinha, a gente compra vendeu, se compra duas latinhas, se compra duas latinha, se vai vendendo, e vai vendendo e vai pedindo, vai comprando e vai.
28	Todo dia saio na fé e dá certo para ganhar.
29	Tem não, não era pra ser assim, mas devendo direto.
30	Na verdade não éééé, é assim, o controle mesmo já é mental, aqui eu não separo nada, aqui vamos supor, tem mercadoria que vamos supor que eu pego pra vende, ai vamos supor que eu não paguei ela ainda, ai eu já separo o dinheiro pra mim conta, pra entregá é assim, o controle éééééé, é. É , mente mesmo, nada anotado, se eu morre, eu levo tudo (silêncio), levo tudo (risos), por isso que não tem controle né, eu não sei, eu não gosto de anota nada, nada, não gosto de anota nada.
31	Eu geralmente não anoto nada, não anoto nada, mas assim eu faço meus cálculos, quando eu chego assim de viagem eu faço os meus cálculos tudo direitinho, ai eu vejo se posso vender por tanto, mas assim eu na verdade não sei bem como se faz, entendeu? Coloco assim por cima o que eu vejo que dá.
39	Eu tenho sim, tenho porque assim, porque eu, dentro do meu trabalho eu medito muito assimmmm, o controle sobre as despesa, sobre o aaaa, o remédio porque pra tudo tem que ter né, dentro no meu, do meu pouco que eu arrumo aqui eu tenho que ter uma, uma sobrinha pra pode compra os remédio. Esse controle é no papel, eu mesmo faço.
40	Faço no banco, a maquininha deposita lá no banco.
41	Fazemos assim, anotamos as despesas do dia, aí é assim eu vou anotando (mostra o caderno), o que vou vendendo pra não esquece, mês de dezembro foi bom. Igual eu falei esses meses foram bom, aqui já caiu a venda, ai ela vai variando sabe, é assim que eu vou fazendo o controle.
42	Sim, no caderno tudo anotado o que entra o que sai

16. Sobre compra e venda de ponto/luva.

28	O patrão empresta o carro pra nois trabalhá, não cobra nada, eu coloco gasolina, quando ele estraga, ele dá as peças, eu ponho só a gasolina.
----	---

41	Essa banca não é minha eu fico aqui porque outra pessoa me cedeu esse espaço, então estou aqui por enquanto, é o meu irmão, eu dou uma ajuda pra ele, ele me ajuda, uma mão lava a outra né. As mercadorias são minhas, como ele é meu irmão ele não cobra, agora as vezes quando assim, pra final de ano eu dou uma ajuda pra ele, mas eu não pago aluguel, entendeu?
----	--

17. Relação patrão/funcionário dentro da informalidade.

21	Tenho dois funcionários. Não, não são funcionários registrados. São contratos, entendeu? Então que acontece, a gente, a gente (silêncio). Durante a pandemia eu consegui segurar porque eu tive de demitir tudinho e segurar sozinho (silêncio). Segurei a parte financeira e prossegui com mão de obra reduzida.
----	--

18. Sobre a relação informal/cliente no espaço público.

10	Oh! Pra ce te uma ideia minha energia aqui, ele que me dá (mostra com a mão a loja próxima). Já tentei falá que vou lhe dá uns 30 conto por mês, ele não aceito, é por amizade. Quando ele precisa de um favor eu também não nego.
18	Ahhhhhh! É, é muito boa, graças a Deus! Tipo assim, é como eu disse a questão do movimento, não é nem porque o produto não é legal, porque se fosse, tem muita gente que chega e fala, - nossa que pastel gostoso! (risos), e, é isso que faz com que a genteeee, assim continua né, porqueeee quando o elogio vem, a gente sente que de alguma forma tá sendo valorizada (silêncio), então graças a Deus, não digo todas, porque sempre tem aqueles clientes que é mais ranzinza, mas 99 % gosta dos meus produtos.
20	É legal, é, é, é bem louvável.
21	A concorrência, não eu não tenho concorrente aqui, eu tenho parcerias que continuam a mesma coisa.
28	Assim, tem gente pra tudo, tem gente que trata, tem gente que, um povo educado, e o mais rígido né, tem gente que trata bem, tem gente que chega pede um bucado e compra, tem gente que desvaloriza sua mercadoria, desvaloriza você, tem gente pra tudo no mundo.

29	Trata bem, porque (gagueja), eles sempre trata a gente com respeito, a gente trata eles com respeito né, mas como a gente é vendedor tem que aguenta tudo, cliente sempre tem razão.
30	Muitas pessoas agradecem, outros elogia, outros (silêncio), só faz ééééé, detona a gente. - A só fica no meio da rua, aquilo o outro, tal. Assim por diante. Mas a maioria incentiva.
31	A eu acredito que de forma positiva, porque afinal de contas a gente serve pra eles né? Que (silêncio), eles chegam aqui as vezes eles caçam uma água, por exemplo e num acha, ai chega aqui já acha com mais facilidade, numa emergência precisa de uma calcinha pra criança.
40	Ela é muito positiva comigo.
42	Eu acho que é boa, tenho cliente fixo, então é boa né.

ANEXOS

ANEXO A - Termo de consentimento e livre esclarecimento

Gostaria de convidá-lo a participar da pesquisa **VIVENDO DAS RUAS: a trajetória de trabalhadores de rua e a estruturação de circuitos econômicos em Palmas - Tocantins**, a qual faz parte da Tese que irei apresentar para conclusão de curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Universidade Federal do Tocantins. Em qualquer etapa do estudo você terá acesso aos pesquisadores responsáveis para esclarecimento de eventuais dúvidas no e-mail mariane@ifto.edu.br, alexpizzio@gmail.com terá direito a retirar a permissão para participar do estudo a qualquer momento, sem qualquer penalidade ou prejuízo. As informações coletadas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes e será garantido o sigilo, a privacidade e a confidencialidade das questões respondidas. Nenhum nome ou qualquer outra informação individual sobre os participantes será utilizado no relato final dos resultados. Desde já agradecemos a colaboração ao responder o referido questionário.

() Desejo participar da pesquisa.

() Não desejo participar da pesquisa

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa
acima descrito.

Testemunha

Testemunha